

Universidade de Lisboa

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa



A ADMISSIBILIDADE DA LEGÍTIMA DEFESA PREVENTIVA E PREEMPTIVA  
NO QUADRO DAS NAÇÕES UNIDAS

Zuzanna Maria Sadlowska

Mestrado em Direito e Prática Jurídica

Especialidade em Direito Internacional e Relações Internacionais

LISBOA

2020

Universidade de Lisboa

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa



A ADMISSIBILIDADE DA LEGÍTIMA DEFESA PREVENTIVA E  
PREEMPTIVA NO QUADRO DAS NAÇÕES UNIDAS

Zuzanna Maria Sadłowska

Mestrado em Direito e Prática Jurídica  
Especialidade em Direito Internacional e Relações Internacionais

Dissertação apresentada no âmbito do  
Mestrado em Direito e Prática Jurídica como  
requisito à obtenção do título de Mestre em  
Direito na área de Direito Internacional e  
Relações Internacionais – Ano lectivo 2019-  
2020, sob a orientação do Exmo. Senhor  
Professor Doutor Eduardo Correia Baptista.

LISBOA

2020

*“Inter arma silent leges.”*

– Cícero

A presente dissertação é redigida conforme as regras anteriores ao Novo Acordo Ortográfico.

Aos meus queridos pais – sem os quais nada disto seria possível.  
À memória dos meus avôs – que se pudessem, partilhariam este momento comigo.

## AGRADECIMENTOS

Concluída mais uma etapa deste percurso académico, cumpre agradecer a todos aqueles sem os quais a presente dissertação nunca iria chegar a bom porto.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer ao meu orientador, o Exmo. Senhor Professor Doutor Eduardo Correia Baptista pelo acompanhamento na elaboração da presente dissertação, pela sua preciosa ajuda, explicação dos temas mais complexos, pelos elucidativos ensinamentos e pelo mais importante: pela crítica construtiva do meu trabalho e pelo incentivo para fazer mais e melhor.

Gostaria também de agradecer à Exma. Senhora Dra. Ana Isabel Soares Pinto, cujas aulas de Direito das Nações Unidas me despertaram curiosidade por este ramo do Direito Internacional e a qual muito me ajudou a encontrar o caminho para a escolha do tema desta dissertação.

Bem assim, gostaria de agradecer aos meus pais, Iwona e Slawomir Sadlowscy, sem os quais esta dissertação nunca seria o que é agora. Obrigada pelo incondicional apoio, pelas palavras de incentivo, pela paciência durante esta jornada e por nunca terem deixado de acreditar em mim. Um simples “obrigada” nunca será suficiente.

Agradeço ainda à Diana Murtinheira Barros pelo incessante apoio neste percurso e por ter estado sempre disponível para discutir ideias e trocar opiniões sobre os assuntos aqui abordados. Bem assim, agradeço também ao Rúben Silva, que muito me ajudou na obtenção de artigos doutrinários quando não me era possível fazê-lo sozinha.

Agradeço ainda ao Vítor Barrocas Louzeiro por todo o apoio moral demonstrado ao longo destes meses e pelas constantes e valiosas palavras de força e encorajamento.

Por fim, um agradecimento a todos os meus colegas de escritório: Joana Gomes dos Santos, Marina Marques Vidal, Cátia Rodrigues Ferrage, Jorge Ribeiro Mendonça, António Pedro Rodrigues, Henrique de Sousa Freire e João Pedro Rodrigues, que desde o primeiro dia de trabalho me ouviram falar nesta tese.

## RESUMO

A presente dissertação pretende estudar a questão da admissibilidade das figuras de legítima defesa preventiva e preemptiva no quadro da ONU. As referidas figuras não se encontram previstas na CNU mas, por vezes, têm sido utilizadas pelos Estados, causando controvérsias sobre a sua admissibilidade, na medida em que se trata de figuras que preveem a utilização do uso de força de forma antecipada, isto é, antes de um ataque ter iniciado.

A discussão em torno destas figuras torna-se particularmente relevante, atendendo ao facto de que a CNU – o instrumento essencial que pretende garantir a paz e segurança internacional – proíbe o uso de força contra os Estados, excepto em casos muito particulares. No entanto, apesar de tal proibição, têm surgido eventos na história em que os Estados procederam ao “primeiro ataque” de forma antecipada. As figuras de legítima defesa preventiva e preemptiva ganharam particular relevo face aos ataques que ocorreram a 11 de Setembro de 2001, tendo os EUA baseado nas mesmas as suas estratégias de defesa nacionais.

Deste modo, a presente dissertação consistirá num estudo aprofundado de alguns dos conflitos que tiveram lugar na história e que utilizaram estas figuras como justificação dos seus ataques. Iremos conduzir o leitor por um caminho que começará com a explicação da proibição do uso de força, passará pela análise dos meandros da legítima defesa prevista no artigo 51.º da CNU para, de seguida, iniciarmos a abordagem da legítima defesa preventiva e preemptiva. Falaremos da complexidade das questões terminológicas e apresentaremos as teorias doutrinárias. Bem assim, levantaremos eventuais problemáticas e analisaremos conflitos internacionais cuidadosamente escolhidos e que recorreram à legítima defesa preventiva e legítima defesa preemptiva.

Após esta análise esperamos conseguir apresentar as nossas conclusões e responder à seguinte pergunta: será a legítima defesa preventiva e preemptiva admissível no quadro da ONU?

Palavras-chave: legítima defesa preventiva, legítima defesa preemptiva, proibição do uso da força, Organização das Nações Unidas, Carta das Nações Unidas.

## ABSTRACT

The present thesis intends to study the question of the admissibility of preventive and preemptive self-defense in the framework of the UN. These figures are not foreseen in the Charter of the UN. Nevertheless, they have sometimes been used by States, thus causing controversy over their admissibility, since they are figures which foresee the use of force in advance, i.e. before an attack has begun.

The discussion surrounding these figures becomes particularly relevant since the Charter of the UN - the essential instrument intended to guarantee international peace and security - prohibits the use of force against States, except in very particular cases. However, despite such a ban, events in history have arisen in which States have carried out the "first attack" in advance. The figures of preventive and preemptive self-defense have gained particular prominence in face of the attacks of 11th September 2001, having the USA based its national defense strategies on them.

Therefore, this thesis will consist of an in-depth study of some of the conflicts that have taken place in history and that have used these controversial figures as justification for their attacks. We will lead the reader along a path that will begin with the explanation of the prohibition of the use of force, will go through the analysis of the meanders of self-defense foreseen in Article 51 of the Charter, and will then begin the approach of preventive and preemptive self-defense. We will discuss the complexity of the terminological issues and doctrinal theories. We will also raise possible problems that could arise and analyze carefully chosen international conflicts that have recourse to preventive and preemptive self-defense.

After this analysis we hope to be able to present our conclusions and answer the following question: is preventive and preemptive self-defense admissible within the framework of the UN?

Keywords: preventive self-defense, preemptive self-defense, prohibition of the use of force, United Nations, Charter of the United Nations



## LISTA DE ABREVIATURAS

AIEA	Agência Internacional de Energia Atômica
CDI	Comissão de Direito Internacional
CE	Comissão Europeia
CNU	Carta das Nações Unidas
CVDT	Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados
DDoS	<i>Distributed Denial of Service</i>
DUDH	Declaração Universal dos Direitos do Homem
EUA	Estados Unidos da América
ISAF	<i>International Security Assistance Force</i>
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
SDN	Sociedade das Nações
TIJ	Tribunal Internacional de Justiça
TMI	Tribunal Militar Internacional
UN	<i>United Nations</i>
UNCIO	<i>United Nations Conference on International Organization</i>
UNEF	<i>United Nations Emergency Force</i>
UNSCOM	<i>United Nations Special Commission</i>
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USA	<i>United States of America</i>

## ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	V
RESUMO .....	VI
ABSTRACT .....	VII
LISTA DE ABREVIATURAS .....	VIII
ÍNDICE .....	IX
INTRODUÇÃO .....	1
PARTE I.....	4
DA PROIBIÇÃO DO USO DA FORÇA E DAS SUAS EXCEPÇÕES E/OU JUSTIFICAÇÕES .....	4
1. A PROIBIÇÃO DO USO DA FORÇA .....	4
1.1. Breve evolução histórica da proibição do uso de força .....	4
1.2. O número 4 do artigo 2.º da CNU.....	10
1.2.1. A proibição do uso de força .....	10
1.2.2. A ameaça do uso de força .....	20
2. AS EXCEPÇÕES E JUSTIFICAÇÕES À PROIBIÇÃO DO USO DE FORÇA.....	25
2.1. Das exceções e justificações no geral .....	25
2.2. A legítima defesa .....	29
2.2.1. O ataque armado .....	30
2.2.2. A necessidade e a proporcionalidade .....	36
2.2.3. A auto-tutela defensiva e as represálias .....	40
3. RESUMO BREVE DA PARTE I.....	43
PARTE II .....	44
DA ABORDAGEM CONCEPTUOLÓGICA E DOUTRINÁRIA DA LEGÍTIMA DEFESA ANTECIPATÓRIA.....	44
4. LEGÍTIMA DEFESA PREVENTIVA E PREEMPTIVA: A DISTINÇÃO TERMINOLÓGICA.....	44
5. AS POSIÇÕES DOUTRINÁRIAS.....	55
5.1. As posições doutrinárias típicas.....	55
5.2. A Doutrina Bush .....	62
6. RESUMO BREVE DA PARTE II .....	67
PARTE III .....	69
DA ABORDAGEM PRÁTICA DA LEGÍTIMA DEFESA PREVENTIVA E PREEMPTIVA.....	69

7. A PROBLEMÁTICA .....	69
7.1. Dos precedentes .....	69
7.2. Da (in)acção e dos vetos do Conselho de Segurança.....	72
8. LEGÍTIMA DEFESA PREVENTIVA E PREEMPTIVA NA HISTÓRIA.....	79
8.1. O Caso “Caroline” e as Alegações de Nuremberga.....	81
8.2. A Guerra dos Seis Dias .....	86
8.3. O ataque do Afeganistão em 2001 .....	95
8.4. A intervenção no Iraque em 2003 .....	103
8.5. O ataque às bases militares iranianas T-4 em 2018 .....	114
8.6. O incidente Índio-Paquistanês em 2019 .....	117
8.7. O assassinato de Qassem Soleimani em 2020 .....	120
9. BREVES CONCLUSÕES DA PARTE III.....	126
CONCLUSÃO .....	129
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	148

## INTRODUÇÃO

O uso da força como método de defesa tem sido um dos meios mais frequentemente utilizados pelos Estados desde os primórdios da nossa civilização. Ao longo de vários séculos o “*jus ad bellum*” foi um direito de tal forma importante, que tornou-se um dos atributos de soberania dos Estados.

Não obstante, o facto do século XX ter sido marcado não por uma, mas por duas guerras mundiais, teve como consequência uma alteração de perspectiva no que diz respeito ao uso da força. Apesar das primeiras limitações ao uso da força terem sido discutidas durante as Conferências de Haia, isto é, entre os finais do século XIX e os inícios do século XX, o momento definitivo da proibição do uso da força surgiu com o final da II Guerra Mundial e a criação da ONU. Foi então criado o documento primordial desta organização, a CNU, cujo princípio mais importante é a proibição do uso da força contra a integridade territorial ou independência política de um Estado.

Todavia, até um princípio tão importante como este, apresenta algumas possibilidades de excepção e/ou justificação no caso de ser violado. Uma destas justificações é a possibilidade de um Estado recorrer à figura da legítima defesa à luz do artigo 51.º da CNU. De acordo com este artigo, perante a ocorrência de um ataque armado actual, um Estado poderá defender-se recorrendo ao uso da força.

Sucede que, ao longo de vários anos tem se desenvolvido uma outra figura: a figura da legítima defesa antecipatória, a qual pode ser dividida entre a legítima defesa preventiva e preemptiva. Trata-se de figuras deveras controversas, na medida em que a sua concepção baseia-se na ideia de um Estado encontrar-se no direito de exercer a força como meio de defesa, mas de uma forma antecipada, isto é, antes do ataque por parte do Estado agressor começar a ocorrer.

A possibilidade de recorrer à legítima defesa preventiva e preemptiva não se encontra prevista na letra do artigo 51.º da CNU. Aliás, uma vez que a justificabilidade da legítima defesa prevista neste artigo perante a proibição do uso da força reside na ideia de um ataque actual e que já se encontra a ocorrer, várias são as vozes que não admitem a legítima defesa antecipatória, considerando que a mesma viola a CNU e o Direito Internacional.

Ainda assim, há uma parte da doutrina nacional e internacional que admite ou, pelo menos, pondera a admissibilidade destas figuras, alegando que os Estados deviam ter o

direito de reagir antecipadamente perante um ataque futuro, não devendo estar pacificamente à espera que a sua integridade territorial e a vida dos seus cidadãos esteja posta em causa. Outros, no entanto, refutam esta ideia, considerando que tal atitude seria sempre um ataque armado e não legítima defesa (antecipatória), na medida em que nunca é possível ter uma total certeza sobre um evento futuro.

Não se trata, no entanto, de um mero debate teórico. A verdade, é que ao longo da história tem havido acontecimentos que demonstram utilizações de força por parte dos Estados ao abrigo da legítima defesa preventiva ou preemptiva – alguns dos quais têm sido condenados e outros suportados pela arena internacional. Alguns dos casos remontam os séculos XIX e XX, mas é com o ataque de 11 de Setembro de 2001 que o uso de força antecipado é ponderado e, por vezes, activamente defendido por alguns Estados.

Deste modo, a presente dissertação estará dedicada à análise da admissibilidade da legítima defesa preventiva e da legítima defesa preemptiva à luz da CNU. Pretendemos nesta dissertação apresentar um retrato do regime jurídico vigente, da sua relação com a legítima defesa antecipatória, analisar as teorias doutrinárias existentes sobre a legítima defesa preventiva e preemptiva e fazer uma análise minuciosa de alguns casos históricos cuidadosamente escolhidos, onde foi alegado o uso de uma destas duas figuras para, no final, podermos responder à questão relativa à admissibilidade da legítima defesa preventiva e preemptiva.

De forma a alcançarmos estes objectos, do ponto de vista metodológico, iremos dividir a presente dissertação em três partes.

A Parte I pretenderá expor o princípio mais importante da CNU, nomeadamente o princípio da proibição do uso de força, o qual se encontra patente no número 4 do artigo 2.º da CNU. Iremos analisar as acções que podem ser consideradas como uso de força e que, consequentemente, não poderão ser perpetradas à luz do referido artigo. Bem assim, analisaremos brevemente os casos em que o uso de força é justificado à luz da CNU. Neste sentido, e ainda dentro da Parte I, iremos expor a figura da legítima defesa patente no artigo 51.º da CNU, atendendo aos seus requisitos e diferenciando esta figura das figuras de auto-tutela defensiva e das represálias.

De seguida, na Parte II da presente dissertação, entraremos na análise da legítima defesa antecipatória propriamente dita. Começaremos por fazer uma distinção terminológica entre a legítima defesa preventiva e preemptiva e apresentaremos as

diferentes posições doutrinárias que poderão justificar – ou não – a existência e admissibilidade destas figuras.

A Parte III será destinada a uma abordagem prática. Em primeiro lugar apresentaremos a eventual problemática que poderá surgir no caso da legítima defesa preventiva e preemptiva serem consideradas como admissíveis na jurisdição internacional.

De seguida entraremos na análise de alguns conflitos que ocorreram na história e que tiveram por base o ataque em sede de legítima defesa preventiva ou preemptiva. Apesar de abordarmos alguns casos mais antigos na história, o nosso foco principal serão alguns conflitos que ocorreram no século XXI. Deste modo, começaremos com a análise do caso “*Caroline*” enquanto o primeiro caso de legítima defesa antecipatória, passando pelas alegações de Nuremberga e um dos casos clássicos: a Guerra dos Seis Dias. De seguida analisaremos em pormenor o ataque do Afeganistão ocorrido no ano 2001, a intervenção no Iraque do ano 2003, o ataque às bases militares iranianas T-4 ocorrido em 2018, o incidente Índio-Paquistanês de 2019 e a questão do assassinato de Qassem Soleimani do início do ano 2020. Na nossa análise iremos fazer breves introduções históricas de cada caso, de forma a ser possível compreender as circunstâncias de cada conflito para, posteriormente, dissertarmos sobre as reacções dos Estados e da arena internacional relativamente a cada um conflitos.

No final de cada uma das três partes, iremos fazer um breve resumo de cada uma delas, sublinhando os aspectos mais relevantes, de forma a tornar a leitura mais fácil e fluida. Por fim, apresentaremos a nossa Conclusão Final, na qual iremos apresentar as nossas opiniões relativamente aos conflitos estudados, retirando as nossas conclusões e tentando responder à questão da admissibilidade de legítima defesa preventiva e preemptiva.

## **PARTE I.**

### **DA PROIBIÇÃO DO USO DA FORÇA E DAS SUAS EXCEPÇÕES E/OU JUSTIFICAÇÕES**

#### **1. A proibição do uso da força**

##### **1.1. Breve evolução histórica da proibição do uso de força**

Desde os primórdios da nossa civilização a força tem sido um dos meios mais fáceis e mais frequentemente utilizados para conseguir obter algum tipo de vantagem ou para repelir agressões provenientes de atacantes. A tendência para recorrer a esse meio tem sido incessante ao longo dos séculos, tanto no caso de indivíduos particulares, como no caso de Estados. No fundo, o recurso à força é, provavelmente, a característica mais marcante da Humanidade. Nas páginas que se seguem iremos abordar a temática da proibição do uso de força imposta pela ONU aos Estados, bem como as exceções e justificações a esta regra que se nos apresentam no Direito Internacional.

“Tradicionalmente o recurso à força era visto como um mero facto no direito internacional. Entendia-se que o *jus ad bellum*<sup>1</sup> constituía uma prerrogativa natural da soberania dos Estados (...)”<sup>2</sup>. Tal ideia, ainda que possa ter sido vista de ângulos um pouco diferentes ao longo da história e de acordo com a corrente doutrinária seguida no momento, foi uma ideia fixa e que tinha, durante os vários séculos, muita “aplicabilidade” prática. Resumia-se, no fundo, à convicção generalizada de que os Estados tinham o direito de “fazer” a guerra sempre que fosse essa a sua vontade<sup>3</sup>.

Nos tempos mais modernos, o século XX foi, desde cedo, marcado por um elevado nível de agressão e utilização da força de uns Estados contra os outros, nomeadamente com o desencadeamento da I Guerra Mundial em 1914 e, pouco tempo depois, com o início da II Guerra Mundial em 1939. Efectivamente, com o grande progresso da tecnologia, o desenvolvimento das armas e, simultaneamente, devido à ideologia envergada por Adolf Hitler – o impulsionador do genocídio e de outras atrocidades então vividas – a II Guerra Mundial teve repercussões muito mais graves do que a anterior,

---

<sup>1</sup> Isto é, o direito de declarar a guerra.

<sup>2</sup> MACHADO, Jónatas - Direito Internacional. Do paradigma Clássico ao Pós-11 de Setembro, p. 713

<sup>3</sup> DINSTEIN, Yoram – War, aggression and self-defence, p. 80

podendo-se até afirmar que foi a Guerra mais feroz e com as mais lamentáveis consequências na História da Humanidade.

Foi no seguimento da II Guerra Mundial que foram tomados os sucessivos passos para o aparecimento da ONU, sendo elaborada em 1945 a CNU e, mais tarde, aprovada a DUDH. Tendo em conta as evidentes barbaridades vividas durante a II Guerra, a tomada destas medidas foi, sem dúvida, uma forma de reacção ao comportamento agressivo dos regimes fascistas. Em boa verdade foi exactamente com a criação da ONU e com a aprovação da DUDH que os Estados começaram a tomar a consciência de que a única solução a tomar no que toca ao recurso à força é remover essa possibilidade “do leque de opções dos Estados no plano internacional”<sup>4</sup>. No entanto, estas não foram as primeiras tentativas de limitação do uso de força pelos Estados.

Uma vez que o direito de fazer a guerra foi visto, durante muitos séculos, como uma regra geral inerente à soberania de cada Estado, até aos finais do século XIX e inícios do século XX, não foram registados nenhuns tratados bi ou multilaterais que tivessem por objectivo a limitação do uso de força<sup>5</sup>.

Desta forma, podemos considerar que o início de tais limitações surgiu aquando das Conferências de Haia de 1899 e 1907. No entanto, as restrições então feitas eram muito diminutas, não eliminando, nem de longe, o recurso à guerra ou ao uso de força.

Do artigo 1.º da Convenção de Haia III, relativa em concreto à abertura de hostilidades, constava uma obrigação de que os Estados signatários não deveriam começar com hostilidades contra um outro Estado adversário, sem terem efectuado uma advertência prévia e inequívoca. A referida advertência deveria ser efectuada sob a forma de uma declaração de guerra ou de um ultimato com uma declaração de guerra condicional<sup>6</sup>. Não se tratou, portanto, de limitação de guerra, mas sim de exigência de determinadas formalidades relativas à mesma.

Por outro lado, a Convenção de Haia II, estipulava que as partes concordavam em não recorrer ao uso de força armada relativamente a questões de recuperação de dívidas contraídas por um Estado perante outro. Não obstante, apesar da concordância dos Estados em não utilizar a força nos mencionados casos, tal compromisso já não era

---

<sup>4</sup> MACHADO, Jónatas - Direito Internacional. Do..., p. 715

<sup>5</sup> DINSTEIN, Yoram – War, aggression and..., p. 81

<sup>6</sup> Artigo 1.º da Convenção de Haia III, de 1907: “*The Contracting Powers recognize that hostilities between them must not commence without a previous and unequivocal warning, which shall take the form either of a declaration of war, giving reasons, or of an ultimatum with a conditional declaration of war.*” – HIGGINS, Alexander Pearce – The Hague Peace Conferences and other International Conferences Concerning the Laws and Usages of War. Texts of Conventions with Commentaries, p. 198.



aplicável no caso de um Estado devedor se ter recusado ou ter tentado evitar uma possibilidade de arbitragem ou, tendo aceite tal possibilidade, não se tendo submetido à sentença arbitral<sup>7</sup>. Também nestes casos, a guerra era ainda permitida.

Por sua vez, a Convenção de Haia I, não alterando uma única palavra do enunciado patente na Convenção de Haia de 1899, estipulava no seu artigo 1.º que “A fim de evitar tanto quanto possível o recurso à força nas relações entre os Estados, as Potências signatárias acordam em empregar todos os esforços para assegurarem a solução pacífica das pendências internacionais.”<sup>8</sup> Tal disposição, juntamente com o apelo ao emprego dos bons ofícios antes de envolver num conflito armado (conforme se pode ler no artigo 2.º da Convenção), foi uma primeira tentativa séria de circunscrever ou limitar o uso de força. No entanto, tendo em conta as disposições da Convenção II e III, bem como a própria letra dos artigos 1.º e 2.º da Convenção I, torna-se claro que, tal como refere Yoram Dinstein, esta circunscrição foi extremamente cautelosa, deixando à total discrição dos Estados a opção de empregar força ou de recorrer a meios mais amigáveis como forma de resolução de um conflito<sup>9</sup>.

Posteriormente, após a I Guerra Mundial, a ideia de limitar o uso de força foi novamente trabalhada pela SDN. No entanto, apesar dos esforços, o Pacto da SDN apresentava somente um *cooling-off period*, isto é, um período de retratação para os Estados que estivessem prestes a entrar num conflito armado. Em boa verdade, apesar do artigo 10.º do Pacto estipular que os Membros da SDN comprometiam-se a respeitar e preservar a integridade territorial e a existência política de cada um dos Estados da Sociedade contra a agressão externa<sup>10</sup>, os artigos 12º, 13º e 15º só transmitiram a ideia de que os Estados devem abster-se de recorrer à guerra até serem submetidos a um acordo

---

<sup>7</sup> Artigo 1.º da Convenção de Haia II, de 1907: “*The Contracting Powers agree not to have recourse to armed force for the recovery of contract debts claimed from the Government of one country by the Government of another country as being due to its nationals. This undertaking is, however, not applicable when the debtor State refuses or neglects to reply to an offer of arbitration, or, after accepting the offer, renders the settlement of the Compromis impossible, or, after the arbitration, fails to submit to the award.*” - HIGGINS, Alexander Pearce – The Hague Peace..., p. 180.

<sup>8</sup> Convenção para a Solução Pacífica dos Conflitos Internacionais. Na sua versão original: Artigo 1.º da Convenção de Haia I, de 1907: “*With a view of obviating, as far as possible, recourse to force in the relations between States, the Signatory Powers agree to use their best efforts to insure the pacific settlement of international differences.*” - HIGGINS, Alexander Pearce – The Hague Peace..., p. 101.

<sup>9</sup> DINSTEIN, Yoram – War, aggression and..., p. 83

<sup>10</sup> Artigo 10.º do Pacto da SDN: “*The Members of the League undertake to respect and preserve as against external aggression the territorial integrity and existing political independence of all Members of the League. In case of any such aggression or in case of any threat or danger of such aggression the Council shall advise upon the means by which this obligation shall be fulfilled.*”.

judicial, arbitragem ou ao Conselho da SDN<sup>11</sup>, sendo que era proibido iniciar a guerra num prazo de três meses a contar da sentença arbitral ou do relatório do Conselho.

Desta forma, somente no caso de um Estado em conflito ter cumprido tal sentença arbitral ou ter sido elaborado um relatório do Conselho é que o recurso à guerra era definitivamente proibido<sup>1213</sup>. Tal como refere John Williams, o Pacto não impedia de forma absoluta ou definitiva todas as guerras, nem possuía disposições que tornassem vinculativos os relatórios do Conselho. Antes pelo contrário, as únicas limitações “mais rígidas” consistiam na estipulação de que uma guerra não devia ser levada a cabo contra um Estado signatário que estivesse de acordo com os relatórios ou que cumprisse uma sentença arbitral<sup>14</sup>.

Desta forma, a necessidade de limitar o uso da força pelos Estados, apesar de ter sido novamente reforçada no Pacto da SDN, não passou de um pequeno leque de pseudo-proibições, acabando por ser uma tentativa fracassada.

Neste sentido seguiu-se o Protocolo de Genebra de 1924 ou, melhor dizendo, as propostas daquilo que era suposto ser o Protocolo de Genebra, uma vez que o mesmo nunca chegou a ser aprovado<sup>15</sup>. Ainda assim, a tentativa de suprir as imprecisões do Pacto da SDN no que toca à proibição do uso da força, efectivamente existiu e estava patente no artigo 2.º deste Protocolo.

De acordo com este artigo os Estados signatários não concordavam, em nenhum caso, em recorrer à guerra entre si ou contra qualquer outro Estado que viesse a aceitar as obrigações descritas no Protocolo. A única excepção a tal regra seria o caso de resistência de um Estado a actos de agressão ou quando tal uso de força fosse permitido pelo

---

<sup>11</sup> Tal situação é claramente demonstrada pelo estipulado no artigo 12.º do Pacto da SDN, o qual refere que: *“The Members of the League agree that, if there should arise between them any dispute likely to lead to a rupture they will submit the matter either to arbitration or judicial settlement or to enquiry by the Council, and they agree in no case to resort to war until three months after the award by the arbitrators or the judicial decision, or the report by the Council. In any case under this Article the award of the arbitrators or the judicial decision shall be made within a reasonable time, and the report of the Council shall be made within six months after the submission of the dispute.”*

<sup>12</sup> Conforme se pode ler no estipulado pelo artigo 13.º n.º4 do Pacto da SDN: *“The Members of the League agree that they will carry out in full good faith any award or decision that may be rendered, and that they will not resort to war against a Member of the League which complies therewith. (...)”* e pelo artigo 15.º n.º6 desse mesmo Pacto: *“If a report by the Council is unanimously agreed to by the members thereof other than the Representatives of one or more of the parties to the dispute, the Members of the League agree that they will not go to war with any party to the dispute which complies with the recommendations of the report.”*

<sup>13</sup> SIMMA, Bruno – The Charter of the United Nations. A Commentary, p. 115.

<sup>14</sup> WILLIAMS, John F. – The Geneva Protocol of 1924 for the Pacific Settlement of International Disputes, pp.291 e ss.

<sup>15</sup> SIMMA, Bruno – The Charter of..., p. 116.

Conselho ou pela Assembleia da SDN<sup>16</sup>. Foi, portanto, uma tentativa de impedir que surgisse uma nova “guerra privada”, desencadeada por um Estado perante outro, de responsabilidade exclusiva do primeiro<sup>17</sup>. Não obstante, tal como foi referido anteriormente, o Protocolo de Genebra nunca chegou a tornar-se vinculativo.

O marco mais importante para a proibição do uso da força foi, sem dúvida, o ano de 1928, ano esse em que foi assinado o “*General Treaty for Renunciation of War as an Instrument of National Policy*”, melhor conhecido como Pacto de Kellogg-Briand ou Pacto de Paris. Estipula o seu artigo primeiro que:

*“The High Contracting Parties solemnly declare in the names of their respective peoples that they condemn recourse to war for the solution of international controversies, and renounce it as an instrument of national policy in their relations with one another.”*<sup>18</sup>

Esta renúncia de recurso à guerra pelos estados signatários, juntamente com a declaração patente no artigo 2.º do Pacto de Paris, de que qualquer conflito que possa vir a existir entre os mesmos, independentemente da sua natureza, deve ser solucionado somente por meios pacíficos<sup>19</sup>, traduziu-se num ponto de viragem: permitiu um maior afastamento da “liberdade” de guerra e apontou mais decisivamente para uma universal proibição da mesma<sup>20</sup>. Foi o marco da passagem do *ius ad bellum* para o *ius contra bellum*<sup>21</sup>.

Não obstante a grande importância do Pacto Kellogg-Briand, este também não estava livre de apresentar falhas. Por um lado, não havia nenhuma disposição sobre o direito de legítima defesa a ser exercida pelos Estados. Apesar de ter havido cartas formais sobre

---

<sup>16</sup> Na versão original do artigo 2.º da Convenção de Genebra de 1924: “*The signatory States agree in no case to resort to war either with one another or against a State which, if the occasion arises, accepts all the obligations hereinafter set out, except in case of resistance to acts of aggression or when acting in agreement with the Council or the Assembly of the League of Nations in accordance with the provisions of the Covenant and of the present Protocol.*”

<sup>17</sup> WILLIAMS, John F. – *The Geneva Protocol...*, p. 297

<sup>18</sup> “*General Treaty for Renunciation of War as an Instrument of National Policy*”

<sup>19</sup> Tal disposição pode ser encontrada no artigo 2.º do Pacto Kellogg-Briand (ou Pacto de Paris): “*The High Contracting Parties agree that the settlement or solution of all disputes or conflicts of whatever nature or of whatever origin they may be, which may arise among them, shall never be sought except by pacific means.*”

<sup>20</sup> SIMMA, Bruno – *The Charter of...*, p.116.

<sup>21</sup> DINSTEIN, Yoram – *War, aggression and...*, p.87

este assunto, trocadas entre os principais signatários do Pacto de Paris<sup>22</sup>, e por se considerar que houve realmente um acordo tácito no sentido de se permitir recurso à força nos casos de legítima defesa<sup>23</sup>, a verdade é que não houve nenhuma disposição formal que o enunciasse, nem foi criado nenhum órgão competente que pudesse discernir se um Estado em causa está a utilizar a força violando o Pacto ou se está a agir em legítima defesa<sup>24</sup>.

Outra grande falha apresentada pelo Pacto de Kellogg-Briand prendia-se com o facto de este Pacto proibir a guerra como um instrumento de política nacional, deixando assim uma porta aberta para se retirar *a contrario sensu* de que as guerras com o fundamento na religião, ideologias, ou outro tipo de objectivos não nacionais eram permitidas. Se tal não fosse pouco, o Pacto somente abolia a liberdade de recorrer à guerra entre os Estados signatários e não entre os Estados signatários e não-signatários<sup>25</sup>. É ainda de realçar o facto de que, o Pacto de Paris proibia o recurso à guerra, mas não fazia nenhuma menção ao uso de força em geral, o que por sua vez, abriu a possibilidade de alguns Estados terem recorrido à força, alegando que não estavam a violar o Pacto, uma vez que se tratava de mero uso de força e não a uma guerra propriamente dita<sup>26,27</sup>.

---

<sup>22</sup> Na carta enviada pelos EUA aos outros Estados Signatários, os EUA declararam que não existe nada na proposta da “anti-guerra” que pudesse restringir o direito à legítima defesa dos Estados. Invocaram, como justificação, o direito à soberania dos Estados, alegando que cada Estado tem o direito de proteger e defender o seu território, devendo ter a possibilidade de recorrer à legítima defesa se tal considerar necessário. – Multilateral Treaty for Renunciation of War: Identical notes of the Government of the United States to the Governments of Australia, Belgium, Canada, Czechoslovakia, France, Germany, Great Britain, India, The Irish Free State, Italy, Japan, New Zealand, Poland, South Africa, pp. 109 e ss.

Respostas de vários países foram favoráveis a esta ideia. A Polónia declarou que, na sua opinião, o Pacto não afecta o direito de legítima defesa de cada Estado. O mesmo entendimento teve a França, a qual mencionou também que cada Estado deveria ter a liberdade de defender o seu território contra ataques ou invasões. Semelhantemente, vários outros Estados também se pronunciaram a favor da possibilidade de recurso à força em sede de legítima defesa. – a esse respeito ver: General Pact for the Renunciation of War: Notes between the United States and Other Powers, pp. 1, 3, 4, 7, 8 e 9.

<sup>23</sup> SIMMA, Bruno – The Charter of..., p.116.

<sup>24</sup> DINSTEIN, Yoram – War, aggression and..., p.88

<sup>25</sup> DINSTEIN, Yoram – War, aggression and..., pp.88 e ss.

<sup>26</sup> SIMMA, Bruno – The Charter of..., p.116.

<sup>27</sup> Como exemplo de tal situação podemos apresentar os incidentes que ocorreram em Manchúria, no seguimento da tensão entre Japão e China. Nos anos 30 do século XX a economia do Japão caracterizava-se pelo planeamento e pelo controlo e dominância exercida, sendo cada vez mais visível a vontade expansionista deste país. Pouco tempo depois de conquistar a Coreia, o Japão focou a sua atenção na província Chinesa denominada de Manchúria, a qual acabou por ser objecto de disputa entre China, Japão e Rússia. Em 1931, sob o pretexto de ter recebido informação de como a linha férrea Port Artur-Mukden – propriedade do Japão – ser alvo de sabotagem, o Japão invadiu a Manchúria. Para tal, instalou cargas explosivas na referida linha férrea e baleou a força militar encarregada de proteger a linha férrea, ocupando o território de Manchúria logo a seguir, seguindo as ordens dadas pelo seu comandante. Este episódio, ainda que tenha sido fortemente criticado na arena internacional pela violação do Pacto de Paris, foi considerado pelo Japão como “apenas uso de força” e não guerra *per se*, o que o levou a argumentar que tal Pacto não foi, na verdade, violado. Aliás, o Japão nem chegou a denominar este acto como uso de força, mas sim – eufemicamente - como “incidente da Manchúria”, o que lhe permitiu desresponsabilizar-se pelo sucedido.

Cerca de uma década após a assinatura do Pacto Kellogg-Briand, em Setembro de 1939, teve início a II Guerra Mundial, rompendo com qualquer acordo, pacto ou normas relativas à proibição da guerra e ao uso da força. Estas ideias só voltariam a ser discutidas e regulamentadas com muito mais cuidado e detalhe no declínio da II Guerra, isto é, aquando da criação da ONU e da CNU.

## **1.2. O número 4 do artigo 2.º da CNU**

### **1.2.1. A proibição do uso de força**

Como acabou de ser referido, com o declínio da II Guerra Mundial, em 1945, na Conferência de São Francisco foram elaborados os Acordos de Dumbarton Oaks e que resultaram na CNU. Tendo em conta que um dos principais objectivos da ONU foi, desde logo, a manutenção da paz e da segurança internacionais, e tendo em conta o fracasso da SDN no que toca à prevenção da violência e da guerra, a CNU estabeleceu uma estrita regra de proibição de uso da força nas relações internacionais, sendo esta auxiliada pelo sistema de segurança colectiva, apresentando somente raras excepções ou justificações (às quais iremos dar mais realce nos capítulos seguintes).

Desta forma, a proibição do uso da força encontra-se patente no número 4 do artigo 2.º da CNU, apresentando o seguinte enunciado:

“A Organização e os seus membros, para a realização dos objectivos mencionados no Artº. 1, agirão de acordo com os seguintes princípios:

(...)

4. Os membros deverão abster-se nas suas relações internacionais de recorrer à ameaça ou ao uso da força, quer seja contra a integridade territorial ou a independência política de um Estado, quer seja de qualquer outro modo incompatível com os objectivos das Nações Unidas; (...)<sup>28</sup>

---

- WRAGG, David – Wojna Brytyjsko-Francuska 1940 Zatopić Francuzów, p. 30. TOMASZEWSKI, Wojciech – Incydent mandżurski (mukdeński), paras. 1 e ss..

<sup>28</sup> Na versão original da CNU: “*The Organization and its Members, in pursuit of the Purposes stated in Article 1, shall act in accordance with the following Principles. (...) 4. All Members shall refrain in their international relations from the threat or use of force against the territorial integrity or political*

O artigo desta norma aparenta ser, à primeira vista, relativamente simples. Em boa verdade, tal como refere Ian Brownlie, o conceito de “uso de força” é maioritariamente entendido como uso de força que implica um ataque militar: um ataque armado organizado por um Estado e levado a cabo através das suas forças militares, navais ou aéreas. Parece, portanto, ser este o uso de força proibido pelo número 4 do artigo 2.º da CNU. No entanto, segundo este autor, o conceito apresenta um significado muito mais amplo<sup>29</sup>, sendo certo que desde o início da criação da CNU, tem havido alguma polémica sobre o preenchimento do mesmo. Iremos, portanto, tentar explicitar nas páginas que se seguem o escopo da proibição do uso de força.

A verdade é que o número 4 do artigo 2.º omite qualquer definição para o conceito de “força” através do qual nos possamos guiar. Tanto o preâmbulo da CNU, como alguns dos seus artigos, nomeadamente o artigo 41.º, o número 1 do artigo 43.º, os artigos 44.º e 46.º e o número 3 do artigo 47.º fazem sempre menção ao “uso de força armada”.

Atendendo ao facto de que o número 1 do artigo 31.º da CVDT refere como regra geral de interpretação dos tratados o sentido comum a atribuir aos mesmos, à luz do seu fim e do seu objecto, e mantendo sempre em mente os objectivos da CNU, parece decorrer daqui a conclusão de que o uso de força do número 4 do artigo 2.º é o uso de força armada, sendo que essa força deve, independentemente dos meios utilizados (sejam eles cinéticos, biológicos, electrónicos, mais ou menos convencionais), apresentar algum tipo de violência e de danos sofridos<sup>30</sup>. Ainda assim, analisemos ao pormenor as várias possibilidades que se nos apresentam.

Antes de mais é necessário sublinhar que o número 4 do artigo 2.º da CNU refere claramente que os Estados devem abster-se de recorrer à força “nas suas relações internacionais”. Desta forma, qualquer conflito que ocorra a nível interno de um Estado, que não possua um carácter internacional, não estará abrangido pela proibição patente neste artigo. Dito de outro modo, a norma do número 4 do artigo 2.º não é válida a nível doméstico<sup>31</sup>.

Por outro lado, contrariamente do que tem acontecido com o Pacto de Kellogg-Briand, o número 4 do artigo 2.º proíbe deliberadamente o uso da força e não somente o

---

*independence of any state, or in any other manner inconsistent with the Purposes of the United Nations. (...)*”.

<sup>29</sup> BROWNLIE, Ian – International Law and The Use of Force by States, p. 361.

<sup>30</sup> DINSTEIN, Yoram – War, aggression and..., p.90

<sup>31</sup> DINSTEIN, Yoram – War, aggression and..., p.89 e ss. RESCHKE, Brigitte – Use of Force, Prohibition of, p.843.

recurso à guerra. Tal opção teve por objectivo ampliar o escopo da proibição, evitando que os Estados ajam em uma “mera agressão”, defendendo-se com a argumentação de que “mera agressão” é permitida, estando somente proibida a própria guerra (como aconteceu no caso do “Incidente de Manchúria” já previamente apresentado). Foi, assim, eliminado o risco de situações de “quase guerra” denominadas por alguns autores como “*short of war*”<sup>32</sup>.

Tal como referimos, o número 4 do artigo 2.º, ao proibir o uso de força, não discrimina o tipo de força em questão, mencionando somente a expressão “força” e não “força armada”. Ainda que, de acordo com as regras de interpretação mencionadas no artigo 31.º da CVDT se possa concluir pelo “uso de força armada”, têm surgido vários debates relativos ao tipo de força abrangidos por esta proibição<sup>33</sup>. A título de exemplo, na altura do Comunismo alguns Estados em desenvolvimento e Estados do Bloco de Leste reclamaram que na proibição do uso de força deveriam estar enquadradas as situações de coerção política e económica<sup>34</sup>.

Cabe aqui referir que um dos meios complementares de interpretação são, segundo o artigo 32.º da CVDT, os trabalhos preparatórios da convenção ou do tratado em causa. Sucede que, nos trabalhos preparatórios da CNU, aquando da Conferência de São Francisco, o Brasil<sup>35</sup>, entre outros Estados<sup>36</sup>, apresentou uma proposta de incluir a coerção económica e política na proibição do uso da força. No entanto, tal proposta foi expressamente rejeitada<sup>37</sup>, sendo esta rejeição posteriormente confirmada pela “*Friendly Relations Declaration*”<sup>38</sup>.

A referida Declaração faz uma interpretação dos princípios fundamentais da CNU, entre os quais a proibição do uso da força. Da análise da interpretação apresentada podemos concluir que, ao dissertar sobre o dever de os Estados se absterem de recorrer ao uso da força, a Declaração refere-se somente ao uso de força militar ou armada<sup>39</sup>. Neste sentido aponta a generalidade dos autores, como é o caso de Brigitte Reschke, a qual

---

<sup>32</sup> DINSTEIN, Yoram – War, aggression and..., p.90

<sup>33</sup> DINSTEIN, Yoram – War, aggression and..., p. 90

<sup>34</sup> ZOUREK, Jaroslav - L'Interdiction de l'emploi de la force en droit international, pp.73 e ss. Op. Cit. SIMMA, Bruno – The Charter of..., p.118.

<sup>35</sup> UNITED NATIONS INFORMATION ORGANIZATIONS - UNCIO VI, p. 334.

<sup>36</sup> A título de exemplo, o Equador fez questão de repudiar o uso de força moral ou psicológica e o Irão requereu a inclusão da menção à força política na proibição de uso de força. – UNITED NATIONS INFORMATION ORGANIZATIONS - UNCIO VI, pp. 561 e 563 respectivamente. SCHRIJVER, Nico – The Ban on the Use of Force in the UN Charter, p. 470.

<sup>37</sup> UNITED NATIONS INFORMATION ORGANIZATIONS - UNCIO VI, p. 720

<sup>38</sup> Patente na resolução n.º 2625 (XXV) da Assembleia Geral.

<sup>39</sup> SIMMA, Bruno – The Charter of..., p.118.

afirma que “ (...) *“force” as defined by Article 2(4) refers – according to the prevailing view – only to military force.*”<sup>40</sup>, isto é, que o número 4 do artigo 2.º refere-se somente ao uso de força militar.

Para além do mais cumpre referir que a menção de que os Estados não devem recorrer a coerção económica e/ou política<sup>41</sup> é enquadrada pela “*Friendly Relations Declaration*” no princípio geral de não-intervenção<sup>42</sup> em questões de jurisdição interna dos Estados, e não no princípio de proibição de uso de força. Parece-nos, portanto, claro que o uso de força político-económica não se enquadra no preceito do número 4 do artigo 2.º da CNU.

Há ainda autores que questionam a possibilidade de enquadrar no número 4 do artigo 2.º da CNU o uso de força física de natureza não militar, dando como exemplos a expulsão transfronteiriça da população ou o incêndio das zonas adjacentes à fronteira de um Estado adversário<sup>43</sup>. No entanto, concordamos com Bruno Simma, o qual refere que esse tipo de comportamentos indesejados, seguem, à semelhança da coerção político-económica, o regime que advém do princípio de não-intervenção. Afinal, nenhum desses comportamentos é um ataque directo contra o Estado alvo. A expulsão transfronteiriça da população pode ser justificada com políticas internas do Estado, enquanto que os danos ocorridos no Estado alvo, fruto do incêndio das zonas adjacentes à fronteira, podem ser sempre apresentados como uma “desastrosa consequência”.

Eventualmente e a título excepcional, em determinados casos poder-se-ia considerar tais comportamentos como um uso de força não militar, o qual acabaria por produzir efeitos de um ataque armado. Relembremos que um ataque armado não exige uso de força militar, implicando, em boa verdade, um propositado implemento de meios de qualquer natureza que gerem violência e danos graves no Estado alvo. Desta forma, caso se provasse que um Estado A utilizou, propositadamente, força não militar contra um Estado B, com o objectivo de causar danos graves neste, poderíamos considerar tal comportamento como violação da proibição do uso de força à luz do número 4 do artigo 2.º da CNU, havendo a possibilidade do Estado alvo recorrer ao direito de legítima defesa,

---

<sup>40</sup> RESCHKE, Brigitte – Use of Force..., p.843.

<sup>41</sup> “*The principle concerning the duty not to intervene in matters within the domestic jurisdiction of any State, in accordance with the Charter: (...) No State may use or encourage the use of economic, political or any other type of measures to coerce another State in order to obtain from it the subordination of the exercise of its sovereign rights and to secure from it advantages of any kind.*” – Resolução n.º 2625 (XXV) da Assembleia Geral, p.123.

<sup>42</sup> Relembremos que o princípio de não-intervenção está patente no número 7 do artigo 2.º da CNU.

<sup>43</sup> DERPA, R. M., - Das Gewaltverbot der Satzung der Vereinten Nationen und die Anwendung nichtmilitärischer Gewalt, p.25 *Cit.* por SIMMA, Bruno – The Charter of..., p.118.



patente no artigo 51.º da CNU<sup>44</sup>. Não obstante, julgar um uso de força física de natureza não militar ao abrigo deste artigo, seria sempre uma excepção, fruto de análise *in casu concreto*, e não uma regra.

Não podemos também deixar de levantar a questão relativa a um assunto que, nos dias que correm, é cada vez mais frequente: os ataques cibernéticos. O desenvolvimento da Internet, o constante progresso da tecnologia a nível cibernético, as ferramentas que permitem a ligação de vários dispositivos a uma só rede, tem sido sem dúvida um marco do século XXI. Nos dias de hoje, não existe um Mundo “sem Internet” ou “sem computador”. O ciberespaço<sup>45</sup> tornou-se uma parte integral das nossas vidas, uma realidade irreversível. No entanto, tal não existe sem uma vertente negativa. Os ataques cibernéticos dos *hackers*, isto é ataques que pretendem destruir, manipular ou inserir informações<sup>46</sup>, a um maior ou menor nível, têm sido uma característica igualmente constante do séc. XXI. Será que estes ataques podem ser então considerados uso de força para efeitos do número 4 do artigo 2.º da CNU? Em caso afirmativo, qual a gravidade que um ataque cibernético tem de alcançar para ser considerado ‘uso de força’<sup>47</sup>?

A resposta a estas perguntas não se apresenta fácil. A verdade é que os ciberataques, mesmo que produzindo danos, afectam sempre primeiro os computadores ou os sistemas que possuem essa mesma informação. O resultado do ataque cibernético, a consequência do mesmo, pode vir a ser física e “para lá” do computador; no entanto o primeiro impacto vai ser sempre sentido na realidade digital<sup>48</sup>. Ainda assim, os ataques cibernéticos podem produzir uma variedade de consequências: uns podem causar danos físicos que poderão ser comparáveis a um ataque com recurso a armas convencionais, tomando controlo de sistema de navegação aéreo e criando colisões entre aviões (por exemplo); outros por sua

---

<sup>44</sup> SIMMA, Bruno – The Charter of..., p.119

<sup>45</sup> O ciberespaço é um ambiente de informação, composto por dados que, à medida que vão sendo criados, vão sendo armazenados e partilhados numa dimensão virtual. No entanto, o ciberespaço, de forma a poder funcionar devidamente, possui também uma dimensão física, isto é a rede de computadores, discos rígidos e cabos de fibra óptica (entre outros), que permitem a criação da dimensão virtual e o armazenamento de dados. – SINGER, P. W., FRIEDMAN, Allan – Cybersecurity and Cyberwar. What everyone needs to know, p.14

<sup>46</sup> A definição de ataque cibernético (mais precisamente “ataque de rede de computadores”) apresentada pelo governo dos EUA é a seguinte: “*Operations to disrupt, deny, degrade, or destroy information resident in computers and computer networks, or the computers and networks themselves*” – JOINT CHIEFS OF STAFF - Joint Doctrine for Information Operations, pp. I-9 e GL-5. - Consideramos, no entanto, que tal definição não é suficientemente complexa, uma vez que os ataques cibernéticos nem sempre pretendem destruir ou degradar informações existentes no ciberespaço. Frequentemente esse tipo de ataques pretende instalar *malwares*, isto é algum tipo de vírus, cujo objectivo pode não ser corromper os dados, mas sim, ter acesso à rede cibernética para produzir determinados efeitos maléficos em sistemas ligados à mesma.

<sup>47</sup> GRAY, Christine – International law and the use of force, p.34

<sup>48</sup> SINGER, P. W., FRIEDMAN, Allan – Cybersecurity and Cyberwar..., p.69

vez podem simplesmente fazer colapsar *websites*, não criando danos físicos, mas destruindo ou manipulando a informação existente nos computadores governamentais<sup>49</sup>. Podemos considerar então estes ataques “uso de força”?

Sucede que, conforme se pode ler no “*Tallinn Manual 2.0 on the International Law Applicable to Cyber Operations*”, um manual não vinculativo, mas elaborado por peritos convidados pela OTAN, para as operações cibernéticas serem consideradas um ataque armado e, desta forma, serem ‘uso de força’ para efeitos do número 4 do artigo 2.º da CNU, devem ser suficientemente gravosas, atendendo à sua escala e aos seus efeitos<sup>50</sup>. Tendo em conta o que já referimos previamente e baseando-nos nas ideias de Yoram Dinstein, um ciberataque para ser qualificado como um ataque armado, deve gerar violência e sérios danos em bens ou em pessoas<sup>51</sup>.

Comparemos, a título de exemplo, os ataques cibernéticos que ocorreram em Estónia em 2007 e em Irão em 2010.

Em Abril de 2007, o governo da Estónia decidiu mudar de lugar a estátua denominada ‘*Bronze Soldier*’, do lugar central da cidade de Tallinn para um cemitério militar. Este monumento, que para os cidadãos Russos simbolizava a vitória dos soldados soviéticos, os quais sacrificaram a sua vida derrubando os Nazis durante a II Guerra Mundial, para os Estonianos era um símbolo de ocupação Soviética e repressão. Durante um longo período temporal, a estátua era um ponto de tensão entre os nacionalistas Estonianos e a vasta população Russa aí residente. De forma a evitar mais tensões entre estes dois grupos, o governo da Estónia decidiu realocar o monumento, o que gerou tumultos e distúrbios por parte dos cidadãos Russos<sup>52</sup>.

Os protestos rapidamente transformaram-se em ataques cibernéticos, alegadamente efectuados pela Rússia. De início tratava-se somente de DDoS (*Distributed Denial of Service*), isto é de solicitação de informações nas páginas *web*, solicitações essas de tamanha quantidade que deixavam os *websites* extremamente lentos ou até a falharem completamente. Pouco tempo depois os ataques tornaram-se mais sofisticados, passando a comprometer e a utilizar os computadores de pessoas terceiras, sem o conhecimento das mesmas – acto denominado por *botnet*. O número de computadores comprometidos

---

<sup>49</sup> BUCHAN, Russel – Cyber Attacks: Unlawful Uses of Force or Prohibited Interventions?, p.212

<sup>50</sup> SCHMITT, Michael N. – Tallinn Manual 2.0 on the International Law Applicable to Cyber Operations, pp.339 e ss.

<sup>51</sup> DINSTEIN, Yoram – War, aggression and..., p.221

<sup>52</sup> OTTIS, Rain – Analysis of the 2007 Cyber Attacks Against Estonia from the Information Warfare Perspective, p.1

alcançou cerca de 85.000 durante as três semanas de ataques<sup>53</sup>. Mas será que podemos considerar estes ataques como uso de força para efeitos do número 4 do artigo 2.º da CNU? A resposta parece-nos apresentar-se como negativa. Os ataques, apesar de terem impossibilitado o acesso ao *online banking* e terem gerado danos financeiros, não geraram violência, não causaram danos físicos. Nenhum bem, nem nenhuma pessoa ficou ferida. Foi, sem dúvida, uma inconveniência prolongada, uma interferência na vida da sociedade e do governo da Estónia. Ainda assim, não se poderá dizer que estes actos constituíram ataques armados ou uso de força.

Por outro lado temos o exemplo da ataque cibernético que ocorreu no Irão em 2010. A cidade de Natanz, conhecida por possuir uma central nuclear, utilizada para enriquecer urânio – alegadamente para produzir energia nuclear, com objectivos pacíficos (embora a restante comunidade internacional receie que tal material nuclear possa ser uma fonte de armas de destruição maciça ou, no seu geral, de um elaborado programa nuclear). Para que o urânio alcance um determinado nível de pureza, o mesmo tem de sofrer um processo de centrifugação com uma velocidade específica, estando sujeito a uma temperatura e pressão concretas<sup>54</sup>.

Sucede que o vírus Stuxnet foi criado com o propósito de travar tal programa nuclear do Irão. Uma vez infiltrado nos computadores da central nuclear de Natanz, modificou a programação das máquinas de centrifugação, alterando a velocidade a que as mesmas giravam, aumentando-a para, de seguida, diminuí-la bruscamente. Uma das particularidades de Stuxnet consistiu no facto de este vírus ter conseguido operar secretamente, mantendo-se durante muito tempo indetectável, informando os operadores das máquinas de centrifugação em como estas estavam a trabalhar de forma normal<sup>55</sup>.

Não é completamente certo se o vírus Stuxnet produziu algum tipo de danos físicos. A verdade é que várias máquinas de centrifugação foram destruídas e tiveram de ser substituídas por outras - mas o governo Iraniano nunca confirmou directamente que a causa destas terem sido destruídas residiu no vírus Stuxnet<sup>56</sup>. Ainda que se o Presidente Iraniano Mahmoud Ahmadinejad tenha referido que os “atacantes” conseguiram criar problemas em algumas máquinas centrífugas<sup>57</sup>, não referiu se estes problemas

---

<sup>53</sup> BUCHAN, Russel – Cyber Attacks: Unlawful..., p.218

<sup>54</sup> BUCHAN, Russel – Cyber Attacks: Unlawful..., p.219

<sup>55</sup> BUCHAN, Russel – Cyber Attacks: Unlawful..., p.219 e LAKOMY, Miron – Cyberwojna jako rzeczywistość XXI wieku, p.149

<sup>56</sup> BUCHAN, Russel – Cyber Attacks: Unlawful..., p.219

<sup>57</sup> IRELAND, Louise – UPDATE 2 – Iran says cyber foes caused centrifuge problems.

significavam danos e destruição das mesmas. Não obstante, e apesar da tentativa de encobrir a informação por parte do governo Iraniano, é de consideração geral, que a destruição de cerca de 1000 centrífugas deve-se ao Stuxnet<sup>58</sup>.

Ora, se os danos causados por Stuxnet realmente ocorreram, isto é, se o efeito do vírus realmente teve como consequência a destruição das máquinas, então o ciberataque que foi perpetrado, resultou em danos de cerca de 1000 bens, podendo, na nossa modesta opinião, ser desta forma considerado como ‘uso de força’ à luz do número 4 do artigo 2.º da CNU.

Podemos então concluir que os ciberataques que não resultam em danos físicos de pessoas ou bens, não poderão ser entendidos como ‘uso de força’ proibida pela CNU (podendo, talvez, ser considerados como ‘intervenção’ proibida pelo princípio de não-intervenção), enquanto que os ciberataques que efectivamente causam este tipo de vastos danos, poderão ser vistos como proibidos de acordo com o número 4 do artigo 2.º da CNU.

No entanto, a proibição do uso de força não se limita a estes casos; estende-se também para o uso de força indirecta. Enquanto que o uso da força directa é entendido como um ataque de um Estado contra o outro (seja este ataque um ataque armado, biológico ou cibernético), o conceito de uso de força indirecta transmite a ideia de um Estado estar a “participar” no uso de força contra o Estado adversário, não pelos meios próprios, mas pelo recurso a território de um Estado terceiro ou através de financiamento e apoio de grupos e agentes não estatais, mas que possuem uma elevada organização militar, como é o caso de mercenários ou rebeldes.

Cumpre, no entanto, realçar que, conforme foi afirmado pelo TIJ no caso “*Nicarágua*”, para que um Estado seja responsável pelos actos militares perpetrados por um grupo de agentes não estatais, é necessário provar que o mesmo possuía um controlo efectivo sobre os referidos agentes<sup>59</sup>. No mesmo sentido vai o artigo 8.º do Projecto da CDI dos Artigos sobre a Responsabilidade do Estado por Actos Internacionalmente Ilícitos, nos termos do qual, a conduta de um grupo rebelde, quando seja resultado da existência de direcção, controlo efectivo ou instruções dadas por um Estado terceiro, será também responsabilidade desse mesmo Estado terceiro.

---

<sup>58</sup> MILEVSKI, Lukas – Stuxnet and strategy. A special operation in cyberspace, p.65

<sup>59</sup> “*Military and Paramilitary Activities in and Against Nicaragua*” (Nicaragua v. United States of America). Merits, Judgment. I.C.J. Reports 1986, para.115.

Ademais, este tipo de apoio foi, desde muito cedo, considerado pela Assembleia Geral da ONU como incompatível com os princípios constantes da CNU, em particular, para com os números 3 e 4 do artigo 2.<sup>o60</sup>61.

Não obstante tal entendimento, na actualidade os Estados recorrem a esse método de uso de força com cada vez mais frequência, seja por considerarem que não têm força militar própria suficiente para levar a cabo uma invasão ou um ataque, seja por não quererem manchar oficialmente o seu bom nome – no fundo, porque os riscos a serem corridos são mais diminutos por esta via indirecta, do que se o Estado em causa utilizasse a força “pelas suas próprias mãos”<sup>62</sup>.

Um exemplo bastante recente do uso de força indirecta no século XXI prende-se com a crise existente na Ucrânia e que teve o seu início em 2014. A génese do conflito teve a sua origem no facto do presidente ucraniano Víktor Yanukóvytch ter “atrasado” e/ou impedido, a integração da Ucrânia na União Europeia. Esta atitude foi vista pela maioria dos cidadãos do centro e oeste da Ucrânia como uma atitude pró-russa e prejudicial para o país, o que rapidamente levou a protestos de grande escala, aos quais deu-se o nome de “Revolução de Euormaidan” e os quais tiveram lugar em Fevereiro de 2014. No seguimento de tais protestos, Víktor Yanukóvytch fugiu da Ucrânia, tendo sido substituído por Areniy Yatsenyuk. Esta alteração no governo ucraniano causou grande descontentamento entre os cidadãos Ucranianos pró-russos do leste da Ucrânia, principalmente os que eram residentes na região de Crimeia e, posteriormente, na região de Dombas.

Descontente com a situação, a população pró-russa residente na Crimeia deu início a demonstrações, manifestações e mesmo uso de força, transmitindo que pretende alcançar a independência da Crimeia e alegando tratar-se de uma zona residente por maioria de cidadãos russos e não ucranianos. A 11 de Março de 2014 o Conselho da República Autónoma da Crimeia e a Câmara Municipal de Sebastopol (uma das cidades da Crimeia) aprovaram a declaração que reconhecia a Crimeia enquanto uma República independente,

---

<sup>60</sup> BROWNLIE, Ian – International Law and..., p. 370.

<sup>61</sup> Várias foram as Resoluções da Assembleia Geral da ONU que realçaram este ponto. A título de exemplo podemos apresentar a Resolução n.º 193 (III) da Assembleia Geral, relativa à independência e integridade do território Grego, ameaçado pelos rebeldes, os quais estavam a ser apoiados pelos governos da Albânia, Bulgária e ex-Iugoslávia. A Assembleia Geral deixou muito claro na sua Resolução que este tipo de apoio continuado é inconsistente com os objectivos e princípios da CNU: “(...) 5. [The General Assembly] Considers that the continued aid given by Albania, Bulgaria and Yugoslavia to the Greek guerrillas endangers peace in the Balkans, and is inconsistent with the purposes and principles of the Charter of the United Nations.” – Resolução n.º 193 (III) da Assembleia Geral, p. 19.

<sup>62</sup> SIMMA, Bruno – The Charter of..., pp.119 e ss.

baseando-se na declaração de independência de Kosovo e da confirmação do TIJ em como tal declaração não violava o direito internacional. A 16 de Março de 2014 foi realizado um referendo relativo ao estatuto da “República Autónoma da Crimeia”, o qual foi aprovado por uma larga maioria da população (ainda que tenha sido considerado pela comunidade internacional como um referendo ilegítimo e, consecutivamente, não reconhecido), pelo que, poucos dias depois a “República Autónoma da Crimeia” foi inserida na Federação Russa. Realcemos, mais uma vez, que a maioria da comunidade internacional nunca reconheceu a independência da Crimeia – razão pela qual, até aos dias de hoje, a Península da Crimeia continua a fazer parte do território da Ucrânia nos mapas.

Sucede que o conflito na Ucrânia não se ficou por ali. Cada vez mais cidades de leste, nomeadamente na zona de Dombas, foram alvo de uso de força e de uma autêntica guerra civil entre os ucranianos e os separatistas pró-russos, na sequência da qual o exército russo decidiu entrar no território ucraniano para, alegadamente, “pacificar o conflito”. Note-se que até aos dias de hoje o conflito não terminou e desde a entrada das tropas russas na Ucrânia, a situação tem vindo a piorar sucessivamente, havendo cada vez mais agressão por parte dos separatistas russos e tendo-se verificado um exponencial número de mortes.

A Rússia é conhecida por ter um grande interesse pessoal na guerra existente na Ucrânia. O êxito dos separatistas em tornar a região de Dombas uma região alegadamente autónoma, à semelhança do ocorreu com a Crimeia, possibilitaria um aumento de território da Federação Russa e, conseqüentemente, um maior controlo dessa região. As tendências imperialistas do presidente Putin têm sido geralmente conhecidas pela comunidade internacional, e a atitude da Rússia perante a Ucrânia comprova tal facto. E ainda que a Rússia negue o papel activo que possui no conflito ucraniano, a verdade é que a plateia internacional não tem dúvidas em como os separatistas que exercem força na Ucrânia estão a ser treinados, apoiados e financiados pela Rússia<sup>63</sup>, estando esta a exercer um uso de força indirecto, violando assim o número 4 do artigo 2.º da CNU.

---

<sup>63</sup> A título de exemplo vejamos as declarações dos EUA e do Reino Unido no Conselho de Segurança que referiram expressamente que é Moscovo que apoia os separatistas, fornecendo-lhes armas e treino, sendo a responsabilidade pela crise na Ucrânia dos separatistas suportados pela Rússia. Nas palavras dos EUA “(...) Moscow continues to arm, train, support and fight alongside separatists in eastern Ukraine. On Wednesday, OHCHR confirmed the continued <<inflow of ammunition weaponry and fighters from the Russian Federation into the territories controlled by the armed groups”>>.(...)”. No ano seguinte o Reino Unido referiu que “(...) we should be under no illusions as to where the vast majority of responsibility lies. It falls squarely at the door of the Russian-backed separatists.”. – Registo da 7576ª reunião do Conselho

### 1.2.2. A ameaça do uso de força

Para além da proibição do uso de força militar directa e indirecta, o número 4 do artigo 2.º da CNU proíbe ainda a ameaça do uso da força, mencionando que “(...) Os membros deverão abster-se nas suas relações internacionais de recorrer à ameaça (...) da força (...)”. Quais então serão os actos ou comportamentos que poderão ser considerados como “ameaças”?

A ameaça é um acto de pressão psicológica. O ameaçador pretende gerar no ameaçado um estado de ansiedade e medo, pressionando-o para manter ou mudar o seu *status quo* sob pena de “pagar um preço elevado”. Trata-se, portanto de uma forma de coerção, a qual restringe a livre vontade de tomar decisões do ameaçado<sup>64</sup>.

Num ponto de vista internacional, de acordo com o relatório da CDI aquando da discussão relativa ao “*The Draft Code of Offences Against Peace and Security of Mankind*”, a palavra “ameaça” transmite a ideia de que um Estado faz acreditar um Estado adversário que será utilizada força contra o mesmo, se este não cumprir com determinadas exigências apresentadas pelo Estado ameaçador<sup>65</sup>. No mesmo sentido se pronuncia Romana Sadurska, a qual refere que “na arena internacional, a ameaça do uso de força é uma mensagem, explícita ou implícita, formulada por um tomador de decisão e direccionada ao público-alvo, indicando que a força será usada se uma regra ou exigência não for cumprida”<sup>66</sup>.

Podemos daqui retirar que a condição imposta pela ameaça apresenta uma espécie de alternativa: sofrer o uso de força ou aceitar e cumprir com as exigências do Estado ameaçador, sendo que é frequente o Estado ameaçado considerar que a realização efectiva da ameaça resultará em prejuízos maiores do que o cumprimento das demandas impostas<sup>68</sup>.

---

de Segurança, de 11 Dezembro de 2015, p. 23. e Registo da 7683ª reunião do Conselho de Segurança, de 28 de Abril de 2016, p. 11.

<sup>64</sup> SADURSKA, Romana – Threats of Force, p. 241.

<sup>65</sup> “Here, the word “threat” denotes acts undertaken with a view to making a State believe that force will be used against it if certain demands are not met by that State.” – UNITED NATIONS – Report of the Commission to the General Assembly on the work of its forty-first session, p.68.

<sup>66</sup> Na versão original: “In the international arena, a threat of force is a message, explicit or implicit, formulated by a decision maker and directed to the target audience, indicating that force will be used if a rule or demand is not complied with.” - SADURSKA, Romana – Threats of Force, p. 242

<sup>67</sup> Ainda no mesmo sentido podemos citar as palavras de Ian Brownlie, o qual refere que “A threat of force consists in an express or implied promise by a government of a resort to force conditional on non-acceptance of certain demands of that government.” – BROWNLIE, Ian – International Law and..., p. 364.

<sup>68</sup> ROSCINI, Marco – Threats of armed force and contemporary international law, p. 235.

Marco Roscini, no seu artigo “*Threats of armed force and contemporary international law*”<sup>69</sup> apresenta a sua definição de ameaça, baseada nos conceitos de, entre outros, Ian Brownlie e Romana Sadurska, prosseguindo depois com uma divisão desta definição em partes, explicando cada uma delas de forma exaustiva e precisa.

Nas palavras deste autor, a ameaça é uma promessa explícita ou implícita de um futuro e ilegal uso de força, contra um ou mais Estados, cuja realização depende da vontade do ameaçador: “(...) *explicit or implicit promise of a future and unlawful use of force against one or more states, the realization of which depends on the threatener’s will*”.<sup>70</sup>

Marco Roscini divide esta definição em quatro partes principais: i) a vontade do ameaçador; ii) o futuro uso de força; iii) o ilegal uso de força; iv) a necessidade da ameaça alcançar o Estado alvo<sup>71</sup>.

A primeira parte parece um tanto óbvia, acabando por ser um pouco redundante: afinal depende plenamente da vontade do ameaçador se a ameaça se irá materializar ou não. É precisamente este o factor que distingue ameaça de um aviso legalmente válido. Marco Roscini dá aqui o exemplo de um Estado A que tem conhecimento sobre um ataque a vir a ser realizado pelo Estado B sobre o Estado C. Perante tal conhecimento, o Estado A avisa o Estado C sobre este ataque, aviso esse que não deverá ser entendido como uma ameaça, uma vez que o alegado ataque será perpetrado pelo Estado B, sobre o qual o Estado A não tem nenhuma influência<sup>72</sup>.

Por outro lado, a ameaça deve prometer um futuro uso de força, pois se a força já tiver ocorrido tratar-se-ia de um ataque consumado e não de uma ameaça. No entanto, pode ainda acontecer que uma ameaça, apesar de ainda não ter sido concretizada, já teve oportunidade de causar prejuízos no Estado alvo, criando uma crise económica ou algum tipo de tumultos na sociedade<sup>73</sup>.

A título de exemplo tomemos a série de testes de mísseis efectuados pela China entre Julho de 1995 e Março de 1996 numa zona de grande proximidade de Taiwan. Em 1995 foram disparados seis modernos mísseis com capacidade nuclear, a menos de 85 milhas a norte de Taiwan. Seguiu-se uma segunda ronda de testes em Agosto desse mesmo ano, seguidos de exercícios de invasão de Taiwan com recurso a armas de grande porte,

---

<sup>69</sup> ROSCINI, Marco – Threats of armed...

<sup>70</sup> ROSCINI, Marco – Threats of armed..., p. 235

<sup>71</sup> ROSCINI, Marco – Threats of armed..., pp. 235 e ss.

<sup>72</sup> ROSCINI, Marco – Threats of armed..., p. 235.

<sup>73</sup> ROSCINI, Marco – Threats of armed..., p. 236.



exercícios estes que tiveram lugar em Novembro de 1995, isto é, pouco antes das segundas eleições legislativas de Taiwan. Uma terceira ronda de testes de mísseis foi realizada em Março de 1996<sup>74</sup> – algumas semanas antes das primeiras directas eleições presidenciais democráticas<sup>75</sup>.

Como resultado dos primeiros testes efectuados pela China, a bolsa de valores de Taiwan e a sua moeda nacional sofreram uma queda precipitada. Com o anúncio do presidente da China sobre a realização da segunda ronda de testes a bolsa de valores voltou a sofrer uma queda – tendência que já se estava a verificar há cerca de 20 meses - e a moeda nacional caiu para o nível mais baixo dos últimos quatro anos. Alguns investidores relataram problemas financeiros e outros ainda começaram a ponderar a retirada do seu dinheiro dos bancos, com o receio de não o poderem resgatar<sup>77</sup>.

Por outro lado, o uso de força prometido pelo Estado ameaçador deve ser um uso de força ilícito, isto é, deve violar a CNU. Desta forma, se um Estado A está avisar um Estado B de que o comportamento deste segundo pode gerar uso de força do Estado A em legítima defesa, isto é, um uso de força lícito à luz da CNU (como, aliás, iremos analisar com pormenor mais adiante), então não se trata de uma ameaça<sup>78</sup>. Tal, no entanto, não aconteceria se o Estado A, nas mesmas circunstâncias, tivesse “avisado” ao Estado B de que o seu comportamento poderia levar ao bombardeamento do Estado B pelo Estado A. Neste caso, o bombardeamento seria um uso de força proibido pela CNU, sendo assim a ameaça também ilícita.

Aliás, neste sentido podemos apontar a Opinião Consultiva “*Legality of the Threat or Use of Nuclear Weapons*”<sup>79</sup> a qual refere claramente que, se o uso de força num determinado caso é ilegal, a ameaça de utilizar essa força também o será pelo que, a

---

<sup>74</sup> Note-se que em Março de 1996, não só foram testados os mísseis, mas também foram ainda realizados outros tipos de exercícios com munições nas ilhas *offshore* da China, nomeadamente as ilhas Matsu e Wuchu, as quais estavam sob controlo de Taiwan desde 1949. - SONG, Yann-huei – China’s missile tests in the Taiwan Strait: Relevant international law questions, p.82

<sup>75</sup> SONG, Yann-huei – China’s missile tests..., p.82

<sup>76</sup> É de realçar que a China sempre alegou tratar-se de um assunto interno de defesa da integridade territorial, uma vez que consistentemente mantinha a posição em como Taiwan fazia parte da China. No entanto, a verdade é que em Taiwan já estavam a decorrer as segundas eleições legislativas e as primeiras eleições presidenciais, pelo que os testes de mísseis efectuados pela China eram claramente ameaças, cujo objectivo era amedrontar Taiwan e impedir a sua independência.

<sup>77</sup> Chinese Missile Tests – Additional Statements, pp. S12417 e ss.

<sup>78</sup> DINSTEIN, Yoram – War, aggression and..., p.91

<sup>79</sup> “*Legality of the Threat or Use of Nuclear Weapons*”, Advisory Opinion, I.C.J. Reports 1996

*contrario sensu*, para que um Estado possa licitamente declarar a sua prontidão para o uso de força, este terá de estar em conformidade com a CNU<sup>80</sup>.

Desta forma, e a título de exemplo, após o Iraque ter ocupado Kuwait em 1990, a própria ONU tem exigido sucessivamente, nas suas várias Resoluções, que o Iraque retirasse as suas forças de Kuwait, chegando ao ponto de declarar que, se o Iraque não cumprir com estas exigências, a ONU terá de recorrer ao uso de força, para alcançar tal feito<sup>82</sup>. Neste caso, uma vez que tal uso de força estaria autorizado pela ONU à luz do Capítulo VII da CNU, então essa declaração seria lícita, não se tratando de uma ameaça proibida à luz do número 4 do artigo 2.º da CNU.

Finalmente temos ainda a questão da promessa de uso da força ter de alcançar o Estado alvo. A verdade é que as ameaças, para produzirem o seu efeito intimidante, deverão ser comunicadas aos Estados em questão<sup>84</sup>. Se um Estado A reagrupar as suas tropas e der início a exercícios militares mesmo ao lado da fronteira do Estado B, este claramente perceberá a ameaça existente. No entanto, se esses movimentos militares ocorrerem debaixo de terra, sem o conhecimento do Estado B, este nunca sentir-se-á intimidado, devido ao puro desconhecimento da “ameaça”.

Isto leva-nos a concluir que a ameaça pode assumir qualquer forma que o Estado ameaçador deseje – de simples declarações, tratados militares que criam organizações (como o Pacto de Varsóvia e o tratado espelho que criou a OTAN) ou até comportamentos ou acções que levam a deduções por parte do Estado alvo (como é o caso de movimentação de tropas ou realização de exercícios militares muito perto da fronteira do Estado alvo) - desde que o efeito intimidante seja produzido. Aliás, tal como diz Romana

---

<sup>80</sup> Conforme se pode ler na versão original: “*The notions of “threat” and “use” of force under Article 2, paragraph 4, of the Charter stand together in the sense that if the use of force itself in a given case is illegal – for whatever reason – the threat to use such force will likewise be illegal. In short, if it is to be lawful, the declared readiness of a State to use force must be a use of force that is in conformity with the Charter.*” – Opinião Consultiva “*Legality of the Threat or Use of Nuclear Weapons*”..., para. 47.

<sup>81</sup> É interessante verificar que a mesma ideia já tinha sido discutida cerca de 45 anos antes, aquando dos trabalhos preparatórios do “*Draft Code of Offences Against the Peace and Security of Mankind*”. – UNITED NATIONS - Draft Code of Offences Against the Peace and Security of Mankind. Documents of the third session including the report of the Commission to the General Assembly, p.236.

<sup>82</sup> Em boa verdade, nas palavras do Conselho de Segurança, este autoriza os Estados Membros da ONU a recorrerem a **todos os meios necessários** para implementar as resoluções mencionadas e a retirar o Iraque do território do Kuwait. No entanto, parece claro que a menção a “**todos os meios necessários**” pressupõe claramente o recurso de uso de força.

<sup>83</sup> Conforme se pode ler na Resolução n.º 678 do Conselho de Segurança: “*The Security Council (...) 2. Authorizes Member States co-operating with the Government of Kuwait, unless Iraq on or before 15 January 1991 fully implements, as set forth in paragraph 1 above, the above-mentioned resolutions, to use all necessary means to uphold and implement resolution 666 (1990) and all subsequent relevant resolutions and to restore international peace and security in the area (...)*” – Resolução n.º 678 do Conselho de Segurança, p. 27.

<sup>84</sup> ROSCINI, Marco – Threats of armed..., p. 237

Sadurska, somente comunicações que geram antecipação, destruindo os valores do Estado alvo, despoletando uma sensação de stresse, e conduzindo ao entendimento de que o único caminho a seguir é o do cumprimento das condições impostas, devem ser entendidos como ameaças<sup>85</sup>.

Uma vez feita esta análise detalhada daquilo que constitui a força ou a ameaça proibida pelo número 4 do artigo 2.º da CNU, chegamos então à conclusão que o escopo deste artigo prende-se com força ou ameaça de uso de força militar ou armada, biológica, química, ou cibernética, que gere sérios danos em bens ou em pessoas, utilizada directamente pelo Estado agressor ou indirectamente através de grupos não estatais, a nível internacional (e não a nível estadual, como ocorre no caso das guerras civis) e cujo objectivo é causar vastos danos, prejudicar e eliminar a integridade territorial e/ou independência política do Estado alvo de tal uso de força.

Tendo em conta que não só este artigo, mas toda a CNU são vistos como uma clara resposta às atrocidades ocorridas ao longo da II Guerra Mundial, o princípio da proibição de uso de força é o mais importante princípio da CNU e, provavelmente, de todo o Mundo no seu geral. A sua relevância foi frequentemente realçada em sucessivas Resoluções da Assembleia Geral da ONU<sup>86</sup> e nos Acórdãos do TIJ<sup>87</sup>. No entanto, tal como diz o ditado, toda a regra apresenta a sua excepção. O mesmo ocorre com o número 4 do artigo 2.º, matéria que iremos abordar nos capítulos seguintes.

---

<sup>85</sup> SADURSKA, Romana – Threats of Force, pp. 243 e ss.

<sup>86</sup> Apresentemos como exemplo a Resolução n.º 2160 (XXI) da Assembleia Geral a qual claramente reafirmou que os Estados devem observar a proibição do uso da força, sob pena de violação deste princípio gerar responsabilidade internacional: *“The General Assembly, (...) Reaffirms that: a) States shall strictly observe in their international relations, the prohibition of the threat or use of force against the territorial integrity or political independence of any State, or in any other manner inconsistent with the purposes of the United Nations. Accordingly, armed attack by one State against another or the use of force in any other form contrary to the Charter of the United Nations constitutes a violation of international law giving rise to international responsibility (...)”* e a Resolução n.º 33/72(A) da Assembleia Geral, a qual realçou nos seus considerandos que a proibição do uso de força é um dos princípios fundamentais enunciados na CNU: *“The General Assembly, (...) Noting that the non-use of force or threat of force in international relations is one of the fundamental principles enunciated in the Charter of the United Nations and reaffirmed in a number of United Nations declarations and resolutions (...)”* – Ver, respectivamente: Resolução n.º 2160 (XXI) da Assembleia Geral, p.4, e Resolução n.º 33/72(A), da Assembleia Geral, p.54.

<sup>87</sup> Também o Acórdão do Caso *“Nicarágua”* refere que tanto a CNU, como o Direito Internacional Costumeiro surgem do princípio fundamental da proibição do uso da força: *“The essential consideration is that both the Charter and the customary international law flow from a common fundamental principle outlawing the use of force in international relations.”* – *“Military and Paramilitary Activities in and Against Nicaragua”*..., para. 181.

## **2. As exceções e justificações à proibição do uso de força**

### **2.1. Das exceções e justificações no geral**

Conforme já foi referido, a proibição do uso de força é uma das normas mais importantes na CNU, tendo como principal objectivo a tentativa de limitar os conflitos internacionais, pretendendo garantir desta forma a paz e da segurança entre as Nações. No entanto, como diz o provérbio, cada regra tem a sua excepção. O número 4 do artigo 2.º da CNU não foge a esta tendência.

A proibição do uso da força apresenta, nos dias de hoje, duas excepções e uma justificação previstas na CNU (das quais uma já não é aplicável), sendo certo que, de acordo com alguns autores, podemos ainda falar da existência de excepções implícitas e de excepções “alegadas” ou “extra excepções” que existem, mas que não se encontram expressamente previstas. No presente capítulo iremos dar uma breve explicação de todas elas mas, atendendo ao nosso objecto de análise, debruçar-nos-emos com muito mais detalhe sobre a causa de justificação do uso de força: a legítima defesa.

As excepções à proibição do uso de força e a justificação da mesma sobre as quais não existem dúvidas e as quais encontram-se patentes na CNU são três: i) as medidas adoptadas contra os Estados inimigos, ii) as medidas adoptadas pelos órgãos competentes da ONU ao abrigo do capítulo VII da CNU, iii) a legítima defesa.

No que toca à primeira excepção, esta encontra-se patente no número 1.º do artigo 53.º em concordância com o artigo 107.º da CNU. Referem estas normas que os Estados inimigos, isto é os Estados que “(...) durante a 2ª Guerra Mundial, tenha[m] sido inimigo[s] de qualquer signatário da presente Carta<sup>88</sup>” poderão ser alvo de medidas coercivas – consequências de actos efectuados durante a referida Guerra - sem a necessidade de tais medidas serem aprovadas em sede do Conselho de Segurança. Realçamos, no entanto, que tal norma deixou de possuir, nos dias de hoje, qualquer relevo ou aplicabilidade, na medida em que os referidos “Estados inimigos”, isto é a Itália, o Japão e a Alemanha, já não se podem qualificar como ex-inimigos, tendo sido admitidos à ONU e atendendo ao facto de que as tendências das políticas internacionais sofrem uma constante alteração e flutuação. Trata-se, portanto, de uma excepção à proibição do uso de força que não tem nenhuma relevância no mundo actual.

---

<sup>88</sup> De acordo com o número 2 do artigo 53.º da CNU.

A segunda exceção ao disposto no número 4 do artigo 2.º da CNU prende-se com as medidas adoptadas pelo Conselho de Segurança com o objectivo de manter ou restabelecer a paz e a segurança internacional. É de realçar que a responsabilidade por manter a paz e segurança internacionais foi conferida pelos membros da ONU ao seu Conselho de Segurança, conforme se pode ler no número 1 do artigo 24.º da CNU. Por conseguinte, no caso de se verificar ameaça à paz, ruptura da paz ou actos de agressão, o Conselho de Segurança encontrar-se-á encarregado de tomar medidas ao abrigo do Capítulo VII da CNU.

Ainda que a tentativa será sempre de recorrer aos meios pacíficos para solucionar os problemas em causa, como é o caso das medidas referidas no artigo 41.º, a verdade é que tal nem sempre será o suficiente para travar ou evitar os conflitos. Desta forma, o Conselho de Segurança, se o considerar adequado e necessário, e perante a falta de êxito de medidas não armadas, poderá ordenar que se implemente o uso de força aérea, naval ou terrestre, conforme consta do artigo 42.º da CNU.

Ainda que possa parecer que esta figura é raramente utilizada, a verdade, no entanto, é outra. Só no período de 2012-2013 a ONU autorizou os Estados Membros a tomarem todas as medidas necessárias, inclusivamente o uso de força, relativamente à situação vivida no Afeganistão, prolongou por mais doze meses o período de estabilização multinacional de força na Bósnia e Herzegovina e apelou a todos os Estados Membros com capacidade para tal, para que combatessem contra a pirataria na região de Somália<sup>89</sup>. Este tipo de exceção à proibição de uso de força tem-se revelado de extrema importância relativamente aos conflitos ao longo dos anos, não sendo, no entanto, objecto da nossa análise na presente dissertação.

A terceira figura a que fazemos referência e que se encontra patente na CNU é a legítima defesa, sendo a mesma não uma exceção, mas sim uma justificação do uso de força. Esta figura encontra-se prevista no artigo 51.º da CNU e, *grosso modu*, prevê a possibilidade de os Estados, ao serem atacados, responderem a tal ataque com utilização da força, sem prévia autorização por parte do Conselho de Segurança. Debruçar-nos-emos com mais detalhe sobre esta figura no capítulo seguinte.

Como tivemos oportunidade de referir anteriormente, alguns autores defendem a existência de excepções implícitas e alegadas à proibição de uso de força. No que diz respeito às excepções implícitas, estas, de acordo com Nico Schrijver, são duas: o

---

<sup>89</sup> United Nations, Repertoire 2012-2013. Part VII: Actions with respect of threats to the peace, breaches of the peace, and acts of aggression (Chapter VII of the Charter), p.507.

procedimento dos “Unidos pela Paz” e o direito aos Movimentos de Liberação Nacional<sup>90</sup>.

Conforme já enunciado, o órgão primordialmente encarregue de manter a paz e a segurança internacional é o Conselho de Segurança. Daí que, quando o Conselho de Segurança não consegue atingir uma decisão concreta neste âmbito, vozes de preocupação tendem a levantar-se. Exactamente por esta razão foi aprovada em 1950 a resolução “Unidos pela Paz”.

Esta resolução estabeleceu que, perante a impossibilidade do Conselho de Segurança alcançar uma decisão perante situações de possíveis violações da paz e da segurança internacionais (isto é, no caso em que um ou mais membros permanentes recorram permanentemente à figura do veto, de forma a travar a tomada de decisão), a Assembleia Geral poderá realizar uma reunião de emergência com a finalidade de prestar recomendações ao Conselho de Segurança relativamente ao assunto em questão<sup>91</sup>. Desta forma, a Assembleia Geral assumiria um poder que, segundo Eduardo Correia Baptista seria um “poder de não apenas recomendar o exercício de uma causa de justificação, mas igualmente de habilitar os Estados membros ao exercício do poder público bélico”<sup>92</sup>, criando assim uma terceira excepção à proibição do uso de força<sup>9394</sup>. Dois exemplos da aplicação da Resolução “Unidos pela Paz”, ainda que digam respeito às operações de

---

<sup>90</sup> SCHRIJVER, Nico – The Ban on..., p.474

<sup>91</sup> Nos termos da resolução: “(...) if the Security Council, because of lack of unanimity of the permanent members, fails to exercise its primary responsibility for the maintenance of international peace and security in any case where there appears to be a threat to the peace, breach of the peace, or act of aggression, the General Assembly shall consider the matter immediately with a view to making appropriate recommendations to Members for collective measures, including in the case of a breach of the peace or act of aggression the use of armed force when necessary, to maintain or restore international peace and security. If not in session at the time, the General Assembly may meet in emergency special session within twenty-four hours of the request therefor. Such emergency special session shall be called if requested by the Security Council on the vote of any seven members, or by a majority of the Members of the United Nations.” – Resolução n.º 377(V)(A) da Assembleia Geral para. 1.

<sup>92</sup> BAPTISTA, Eduardo Correia – O poder público bélico em Direito Internacional: o uso da força pelas Nações Unidas em especial, p. 638

<sup>93</sup> No mesmo sentido: WHITE, Nigel D. – Relationship between the UN Security Council and General Assembly in Matters of International Peace and Security, p.310

<sup>94</sup> Realçamos, no entanto, que esta resolução foi alvo de grande polémica. Alguns Estados, nomeadamente a União Soviética, alegavam que o precedente disposto na resolução viola a CNU na medida em que esta consagra a possibilidade de exercer coerção sobre os Estados ao Conselho de Segurança e não à Assembleia Geral. Posteriormente, no caso “*Certain Expenses*”, o TIJ considerou que ao abrigo do artigo 14.º da CNU a Assembleia Geral pode recomendar medidas para a solução pacífica para qualquer situação, sendo que o termo “medidas” pode implicar algum tipo de acção, inclusivamente o uso de força. Neste sentido, considerou o TIJ que a resolução “Unidos pela Paz” não viola a CNU, podendo a Assembleia Geral fazer estas recomendações, desde que respeitando o limite imposto pelo artigo 12.º da CNU. - WHITE, Nigel D. – Relationship between the..., p.309. “*Certain Expenses of the United Nations (Article 17, paragraph 2, of the Charter)*”, Advisory Opinion of 20 July 1962: I.C.J. Reports 1962. p.163.

manutenção de paz e não de uso de força, referem-se à crise do Suez em 1956 e à crise no Congo em 1960<sup>95</sup>.

Já no que se refere ao direito aos Movimentos de Libertação Nacional, conforme a Resolução da Assembleia Geral n.º 3070, de 30 de Novembro de 1973<sup>96</sup>, foi permitido aos povos oprimidos utilizar todos os meios que considerem necessários (inclusivamente, o uso de força) na sua luta contra o colonialismo, regimes racistas ou ocupação do território por Estados estrangeiros. No entanto, nos dias de hoje, tal norma perdeu um pouco a sua relevância, na medida em que já não existe colonialismo, nem regimes racistas como foi, por exemplo, o Apartheid. Não obstante, poder-se-á levantar a possibilidade de utilização desta Resolução a favor dos cidadãos ucranianos na Crimeia e em Dombas, os quais, desde o início do conflito ucraniano em 2014, estão a ser ocupados pelas tropas russas, fazendo alegadamente parte da Rússia (facto que, nunca foi reconhecido pela comunidade internacional).

Finalmente, podemos ainda fazer referência às excepções “alegadas” ou “extra” da proibição do uso da força.

Por um lado deparamo-nos com situações como a possibilidade dos Estados poderem recorrer ao uso de força perante situações de emergência com risco de vida e que ocorrem no estrangeiro. Nestes casos os Estados poderão recorrer à coerção militar para salvar os seus nacionais, mas sempre respeitando os princípios da proporcionalidade, necessidade e do direito internacional humanitário, e somente nos casos em que o Estado estrangeiro em que a situação tenha ocorrência não tenha meios ou vontade de providenciar protecção a tais indivíduos<sup>97</sup>.

Exemplo de tal ocorrência remonta o ano 2000 aquando da guerra civil em Sierra Leone. No seguimento da operação militar “*Palliser*” efectuada pelas forças militares britânicas, onze soldados *peacekeepers* foram capturados e mantidos como reféns pelo grupo militar “*West Side Boys*”. Após negociações cinco dos onze soldados, foram libertados, mas os restantes permaneciam em cativeiro. Foi então conduzida uma operação de resgate, a chamada Operação “*Barras*”, para libertar os *peacekeepers* ainda

---

<sup>95</sup> Os referidos conflitos não serão, no entanto, objecto de análise da presente dissertação.

<sup>96</sup> Nos termos da referida resolução: “(...) Also reaffirms the legitimacy of the peoples’ struggle for liberation from colonial and foreign domination and alien subjugation by all available means, including armed struggle.” - Resolução n.º 3070 (XXVIII) da Assembleia Geral, para. 2.

<sup>97</sup> SCHRIJVER, Nico – The Ban on..., pp. 474 e ss..

reféns. A operação resultou na destruição total dos “*West Side Boys*” e no resgate de cinco em seis soldados, sendo que o último perdeu a vida durante a operação<sup>98</sup>.

Por outro lado, Schrijver aponta que outra possibilidade “extra” de proibição ao uso da força é a questão das intervenções humanitárias levadas a cabo sem a autorização do Conselho de Segurança. No entanto, após a intervenção da OTAN em Kosovo, a arena internacional chegou à conclusão de que as intervenções humanitárias levadas a cabo sem autorização do Conselho de Segurança não poderão ser consideradas exceções costumeiras à proibição do uso de força. Excluímos desta forma, esta possibilidade levantada por Schrijver<sup>99</sup>.

Uma vez efectuado este breve enquadramento no que toca às exceções e justificações à proibição do uso de força no seu geral, entraremos agora na análise mais profunda das figuras referidas – a legítima defesa – de modo a podermos depois seguir ao estudo em concreto da busílis da presente dissertação: a legítima defesa preventiva, preemptiva e antecipatória.

## 2.2. A legítima defesa

“A legítima defesa é o fundamento mais pacífico para justificar um desrespeito da proibição de utilização privada da força, dada a sua consagração na Carta<sup>100</sup>”. Trata-se, portanto, de uma justificação do uso de força proibido pelo número 4 do artigo 2.º da CNU. Tal figura encontra-se enunciada no artigo 51.º da CNU:

“Nada na presente Carta prejudicará o **direito inerente** de legítima defesa individual ou colectiva, **no caso de ocorrer um ataque armado** contra um membro das Nações Unidas, **até que o Conselho de Segurança tenha tomado as medidas necessárias** para a manutenção da paz e da segurança internacionais. As medidas tomadas pelos membros no exercício desse direito de legítima defesa **serão comunicadas imediatamente** ao Conselho de Segurança e não deverão, de modo algum, atingir a autoridade

---

<sup>98</sup> UCKO, David – Can Limited Intervention Work? Lessons from Britain’s Success Story in Sierra Leone, p.860.

<sup>99</sup> SCHRIJVER, Nico – The Ban on..., pp. 475 e ss..

<sup>100</sup> BAPTISTA, Eduardo Correia – O poder público..., p.112



e a responsabilidade que a presente Carta atribui ao Conselho para levar a efeito, em qualquer momento, a acção que julgar necessária à manutenção ou ao restabelecimento da paz e da segurança internacionais.<sup>101</sup>”

Da leitura deste artigo podemos retirar que, quando um Estado Membro da ONU é atacado, até que o Conselho de Segurança tome uma decisão sobre as medidas a adoptar, o Estado atacado pode reagir ao ataque recorrendo-se ao uso de força. Deve, no entanto, comunicar tal acto ao Conselho de Segurança e aguardar a sua decisão relativamente à situação vivida. Exposto desta forma, o conceito de legítima defesa pode parecer simples de entender. Porém, a realidade apresenta-se ligeiramente diferente, uma vez a figura da legítima defesa apresenta requisitos muito específicos e, por vezes, polémicos. Nas páginas que se seguem tentaremos manobrar por entre estes meandros, de forma a esclarecer em pormenor o conceito de legítima defesa.

### **2.2.1. O ataque armado**

Um dos requisitos da legítima defesa mencionados pelo artigo 51.º da CNU, é a ocorrência do ataque armado. Já no capítulo anterior fizemos uma breve referência ao ataque armado, mencionando que tal caracterizado por demonstrar algum tipo de violência, gerando danos em bens ou pessoas. Esta breve explicação, ainda que não esteja errada, carece de um maior desenvolvimento.

A melhor forma de perceber o que considerado ser um ataque armado é a leitura da sentença de julgamento do caso “*Nicarágua*” de 1986. No seu parágrafo n.º 195, o caso estipula expressamente que um ataque armado poderá consistir na transposição não autorizada de fronteira de um Estado por forças militares de outro, bem como o envio de grupos não estatais (tais como rebeldes ou mercenários) em nome de um Estado que efectuem actos força de elevada gravidade contra outro Estado (tratando-se, portanto, de um uso de força indirecta):

*“In particular, it may be considered to be agreed that an armed attack must be understood as including not merely action by regular armed*

---

<sup>101</sup> Conforme o artigo 51.º da CNU. Sublinhados nossos.

*forces across an international border, but also «the sending by or on behalf of a State of armed bands, groups, irregulars or mercenaries, which carry out acts of armed force against another State of such gravity as to amount to» (inter alia) an actual armed attack conducted by regular forces, «or its substantial involvement therein».*<sup>102</sup>

Esta segunda parte referente ao uso de força indirecta consiste numa citação da alínea g) do artigo 3.º da Resolução 3314 (XXIX) da Assembleia Geral relativa à Definição de Agressão<sup>103</sup>. Em boa verdade esta mesma Definição de Agressão estipula no seu artigo 1.º que “agressão é o uso de força armada por um Estado contra a soberania, integridade territorial ou independência política de qualquer outro Estado ou qualquer outra forma inconsistente com a CNU<sup>104</sup>”. Ora, se a Definição de Agressão resultante da Resolução 3314 (XXIX) refere que a agressão é o uso de força armada e o caso “*Nicarágua*” menciona que ataque armado é a acção levada a cabo por forças armadas, então aparenta resultar desta falácia que o ataque armado é uma agressão.

Já dizia Michael Waltzer que “qualquer violação da integridade territorial ou soberania política de um estado independente é denominada de agressão<sup>105</sup>”, sendo esta o único crime que os Estados podem cometer uns contra os outros<sup>106</sup>. Mas será que podemos considerar que qualquer acto considerado como agressão pelo artigo 3.º da Definição de Agressão, seja este acto uma invasão ou um bombardeamento do território de outro Estado, um bloqueio de portos costeiros ou uso de forças armadas por meio de força directa ou indirecta, será sempre visto como um ataque armado, o qual poderá dar azo, perante a concretização dos restantes requisitos, ao recurso à legítima defesa?

Cabe aqui realçar a polémica existente relativamente à gravidade da agressão, do ataque armado, que pode (ou não) permitir a actuação em legítima defesa.

Ora vejamos: a maioria da doutrina entende que o conceito do ataque armado é mais restrito do que o conceito de agressão e este, por sua vez, é mais restrito do que o conceito de uso de força proibido pelo número 4 do artigo 2.º da CNU<sup>107</sup>. Neste sentido teríamos de alterar a falácia previamente enunciada, na medida em que todo o ataque armado seria

---

<sup>102</sup> “*Military and Paramilitary Activities in and Against Nicaragua*”..., para.195.

<sup>103</sup> Resolução n.º 3314 (XXIX) da Assembleia Geral, de 14 de Dezembro de 1974.

<sup>104</sup> Resolução n.º 3314 (XXIX) da Assembleia Geral, artigo 1.º

<sup>105</sup> WALTZER, Michael – Just and Unjust Wars. A moral argument with Historical Illustrations, p.51.

<sup>106</sup> WALTZER, Michael – Just and Unjust..., p.51.

<sup>107</sup> Neste sentido: BAPTISTA, Eduardo Correia – O poder público..., pp. 116 e ss.. DINSTEIN, Yoram – War, aggression and..., p.206.

uma agressão, sendo também uso de força ilícito, mas nem toda a agressão seria ataque armado.

A razão de fundo para tal destrição parece residir no nível de gravidade apresentado por um ataque ou uma agressão. O próprio caso “*Nicarágua*” enuncia no seu julgamento que é imperioso fazer uma distinção entre as formas graves do uso de força, as quais poderiam constituir ataque armado, e outros casos menos lesivos<sup>108</sup>, posição que foi posteriormente citada e reiterada pelo caso “*Oil Platforms*”<sup>109</sup>.

A mesma visão desta questão é apresentada na Resolução sobre a Legítima Defesa (“*Resolution on Self-Defence*”) adoptada em 2007 pelo Instituto de Direito Internacional em Santiago, a qual considerou que um ataque armado só poderá dar azo ao uso de legítima defesa perante uma certa gravidade do ataque, enquanto que um uso de força de menor intensidade poderá originar outro tipo de medidas que estejam em conformidade com o direito internacional:

*“An armed attack triggering the right of self-defence must be of a certain degree of gravity. Acts involving the use of force of lesser intensity may give rise to counter-measures in conformity with international law. In case of an attack of lesser intensity the target State may also take strictly necessary police measures to repel the attack. It is understood that the Security council may take measures referred to in paragraph 3.”*<sup>110</sup>

Podemos retirar daqui então que o ataque armado terá como pressuposto um nível de gravidade extremamente elevado, apresentando violentos danos em bens ou pessoas, enquanto que a agressão, poderá ser ligeiramente menos gravosa, mas, ainda assim, mais grave do que o uso de força.

Na nossa modesta opinião, tal posição é compreensível. Uma transposição de fronteira de um Estado A pelas forças armadas de um Estado B e um ataque perpetrado que tenha por consequência a perda de milhares de vidas apresentará uma elevada gravidade, podendo dar assim azo ao uso de força pelo Estado A em legítima defesa.

---

<sup>108</sup> “*Military and Paramilitary Activities in and Against Nicaragua*”..., para. 191.

<sup>109</sup> “*Oil Platforms (Islamic Republic of Iran v. United States of America)*” Judgment, I.C.J. Reports 2003. p.187.

<sup>110</sup> INSTITUT DE DROIT INTERNATIONAL - Resolution ‘Self-Defence’, Ponto 5.

No entanto, no caso do Estado B não transpor as fronteiras, mas capturar como reféns pessoas de elevado estatuto sociopolítico, importantes para este Estado, e sujeitá-los a interrogatórios e a pressão físico-psicológica, sem dúvida tratar-se-á de uma agressão deveras grave, mas provavelmente não tão grave como ataque físico ao Estado A.

Por sua vez, se o Estado B destruir plantações de trigo ou outro tipo de colheitas com vista a prejudicar o Estado A, apresentará um grau de gravidade ligeiramente distinto. Ainda que a destruição de mantimentos poderá vir a causar um dano futuro preocupante, no imediato vidas humanas não serão sacrificadas, consistindo tal acto em mero uso de força e não num ataque armado ou agressão.

Daqui, por sua vez resulta que, as conclusões a que o TIJ chegou no caso “*Nicarágua*” distinguem o uso de força directo como aquele que efectivamente implica uma transposição armada de fronteiras de um outro Estado, tratando-se de um ataque armado devido à sua gravidade; e o uso de força indirecto que se resume somente ao financiamento de grupos militares rebeldes: neste caso, independentemente do eventual dano que possa ser causado no futuro, no momento em que o financiamento de tais grupos está a ocorrer, o uso de força indirecto não é grave o suficiente para ser considerado ataque armado<sup>111</sup>.

Cumpre ainda fazer menção a uma figura enunciada por Eduardo Correia Baptista, isto é, à figura do acto bélico pontual. De acordo com este autor, existem actos singulares cuja gravidade poderia elevá-los ao estatuto de ataque armado mas, no entanto, para tal acontecer teriam de ser efectuados numa escala significativa. Estamos aqui a referir-nos a actos como um “ataque” a um navio ou um pequeno grupo de militares ou, ainda, pequenos incidentes de fronteira<sup>112</sup>.

Ora, estando o conceito de “ataque armado” ligado intrinsecamente a operações bélicas não só de elevada gravidade, mas simultaneamente, de grande escala<sup>113</sup>, então os actos bélicos pontuais nunca poderão ser a *ratio* de uma actuação justificável de legítima defesa por parte de um Estado.

No entanto existem autores que discordam de tal entendimento. A título de exemplo podemos apontar autores como Yoram Dinstein ou John Hargrove<sup>114</sup>. De acordo com este

---

<sup>111</sup> Neste sentido: HARGROVE, John Lawrence – *The Nicaragua Judgment and the Future of the Law of Force and Self-Defense*, p.138

<sup>112</sup> BAPTISTA, Eduardo Correia – *O poder público...*, pp. 118 e ss.

<sup>113</sup> BAPTISTA, Eduardo Correia – *O poder público...*, p. 120.

<sup>114</sup> Ainda neste sentido, entre outros autores: TAFT IV, William H. – *Self-Defense and the Oil Platforms Decision*, p.300: “*The gravity of an attack may affect the proper scope of the defensive use of force (that is, its proportionality, an issue discussed below), but it is not relevant to determining whether there is a right*

primeiro é incompreensível e indefensável que perda de vidas humanas não seja considerada um ataque armado, somente pelo facto de, por exemplo, tal acontecer ao longo das fronteiras de um Estado e numa escala pequena (este seria o caso de acto bélico pontual de acordo com Eduardo Correia Baptista):

*“The notion that loss of life does not count in appraising an armed attack only because it occurs along the border (...) is flagrantly indefensible. (...) there is no reason to remove small-scale armed attacks (...) from the Article 51 spectrum of armed attacks.”<sup>115</sup>*

Também John Hargrove segue uma linha de pensamento semelhante. Para este autor a ideia de que um Estado encontra-se proibido pelo Direito Internacional de agir com força perante uso de força vindo de outro Estado, acaba por diminuir o incentivo de um líder político em levar a sério as restrições impostas pelo Direito Internacional em situações de conflito<sup>116</sup>.

Tal facto, de acordo com John Hargrove, deve-se a dois factores: por um lado, mesmo as situações de menor gravidade podem, em determinadas circunstâncias, acabar por transformar-se em verdadeiros ataques. Por outro lado, qualquer ataque, mesmo que de menor gravidade, deveria receber uma resposta que não tivesse que passar previamente por um tribunal ou qualquer outro órgão (*in casu* o Conselho de Segurança)<sup>117</sup>. Nas suas palavras John Hargrove parece pretender transmitir a ideia de que aguardar por uma resposta “vinda de instâncias superiores” e que oriente o Estado atacado sobre se pode ou não responder a um ataque (mesmo que o ataque seja pequeno em termos de gravidade), seria equivalente a pôr em causa a soberania e a credibilidade dos cidadãos relativamente ao Estado em questão: afinal, se o nosso próprio Estado não nos consegue proteger sem autorização prévia, quem poderá defender-nos?

E ainda que se compreenda que possa parecer um pouco injusto que somente uma perda de vidas em grande escala é considerada um ataque armado, enquanto que a morte de uns quantos militares na fronteira de um Estado tem pouca relevância, a verdade é que,

---

*of self-defense in the first instance.”* e KUNZ, Josef L. – Individual and Collective Self-Defense in Article 51 of the Charter of the United Nations, p.878: “If «armed attack» means illegal armed attack it means, on the other hand, any illegal armed attack, even a small border incident (...)”.

<sup>115</sup> DINSTEIN, Yoram – War, Aggression and..., p.210

<sup>116</sup> HARGROVE, John Lawrence – The Nicaragua Judgment..., p.139

<sup>117</sup> HARGROVE, John Lawrence – The Nicaragua Judgment..., p.139

por um lado, uma reacção agressiva por um incidente destes poderia levar a uma perda muito maior de vidas humanas e, por outro lado, se houvesse permissão para este tipo de acções, os Estados nunca teriam um entrave moral ou legal que lhes impedisse de fazer guerra pela mais pequena e insignificante questão. Resumindo, nunca haveria paz mundial.

Para finalizar a questão que se prende com a gravidade de um ataque armado, analisemos brevemente uma questão relativa às mais recentes inovações tecnológicas: os drones. Ao longo dos dois mandatos do Presidente dos EUA Barack Obama, os drones foram utilizados no Paquistão, Somália e Yemen, de forma a manter a guerra contra o grupo al-Qaeda. Alegadamente, os 563 ataques dos drones eram precisos e cirúrgicos, alcançando somente os sujeitos suspeitos de terrorismo, não colocando em perigo pessoas inocentes. No entanto, segundo se veio a descobrir, também vários indivíduos civis foram alvo de tais ataques. No total, só em 2016 morreram entre 1751 a 2104 pessoas, devido aos ataques aéreos levados a cabo pelos drones<sup>118</sup>.

Ora, neste caso estaremos perante um ataque armado. Não só houve uma transposição de fronteira pela parte dos drones, como ainda os mesmos causaram um elevado número de mortos, apresentando assim séria gravidade da questão em causa. Uma vez os actos terem sido sucessivos (cerca de 563 ataques), também não se poderá considerá-los como actos bélicos pontuais. Trata-se de um claro ataque armado.

Outra é a situação no que diz respeito à transposição do espaço aéreo do Teerão pelo drone dos EUA em 2019. O referido drone não atacou nenhum bem nem nenhuma pessoa, não causou danos. No entanto, foi visto por Teerão como uma ameaça por ter transposto o seu espaço aéreo, tendo sido consequentemente abatido<sup>119</sup>. Neste caso não houve nenhum ataque armado por parte dos EUA. Ainda que o drone tenha transposto as fronteiras de um outro Estado, nenhum dano foi casado, nenhuma violência ocorreu. Deste modo, não se poderá aqui falar nem de ataque armado, nem de agressão, nem até de uso de força no seu geral.

---

<sup>118</sup>PURKISS, Jessica, SERLE, Jack - Obama's covert drone war in numbers: ten times more strikes than Bush, paras. 19 e ss.

<sup>119</sup> CATHERINE, John - Tehran shoots down US drone near Iran's southern coast: Report. para.2.

### 2.2.2. A necessidade e a proporcionalidade

Outros requisitos para o exercício da legítima defesa, apesar de não se encontrarem expressos no artigo 51.º da CNU, são a necessidade e a proporcionalidade. Estes requisitos têm sido internacionalmente aceites como pressupostos da legítima defesa, nos termos do direito costumeiro.

Tal entendimento tem sido sucessivamente afirmado pelo TIJ. Realcemos aqui, a título de exemplo, o caso “*Nicarágua*”, o qual referiu que a CNU, apesar de ter reconhecido o direito dos Estados recorrerem à legítima defesa, nunca regulou o seu conteúdo, referindo ainda que o artigo 51.º da CNU não faz referências a nenhuma regra específica de acordo com a qual as medidas tomadas ao abrigo da legítima defesa tivessem que ser necessários e proporcionais – regra que, segundo o TIJ, encontra-se bem assente no direito internacional costumeiro<sup>120</sup>. Ademais, umas páginas a seguir, esse mesmo acórdão refere directamente que uma resposta a um ataque somente é legítima quando observa os critérios de necessidade e proporcionalidade<sup>121</sup> - impedindo assim a existência de qualquer margem para dúvidas<sup>122</sup>.

Aliás, mais recentemente, pois em 2007, estes elementos foram considerados como essenciais na Resolução sobre a Legítima Defesa adoptada pelo Instituto de Direito Internacional em Santiago. De acordo com o seu ponto n.º2 “A necessidade e a proporcionalidade são componentes essenciais da estrutura normativa da legítima defesa”<sup>123</sup>.

Mas no que afinal consiste a necessidade e a proporcionalidade da legítima defesa? Começemos a nossa análise pelo critério da necessidade.

De um ponto de vista muito amplo, a necessidade da legítima defesa consiste na ideia de que, se um Estado A ataca um Estado B, então a única forma de defesa do Estado B

---

<sup>120</sup> De acordo com o TIJ: “*Moreover the Charter, having itself recognized the existence of this right, does not go on to regulate directly all aspects of its content. For example, it does not contain any specific rule whereby self-defence would warrant only measures which are proportional to the armed attack and necessary to respond to it, a rule well established in customary international law.*”. – “*Military and Paramilitary Activities in and Against Nicaragua*” ..., para. 176.

<sup>121</sup> “*Military and Paramilitary Activities in and Against Nicaragua*” ..., para. 194.

<sup>122</sup> No mesmo sentido leiam-se as passagens do Caso “*Oil Platforms*”, o qual cita as já referidas passagens do caso “*Nicarágua*”, bem como a Opinião Consultiva “*Threat or Use of Nuclear Weapons*”, na qual o TIJ especifica igualmente que a “submissão do exercício da legítima defesa às condições de necessidade e proporcionalidade é uma regra do direito internacional costumeiro”. – Respectivamente: “*Oil Platforms (Islamic Republic of Iran v. United States of America)*” ..., para. 74. e Opinião Consultiva “*Legality of the Threat or Use of Nuclear Weapons*” ..., para. 41.

<sup>123</sup> Na versão original: “*Necessity and proportionality are essential components of the normative framework of self-defence.*” – INSTITUT DE DROIT INTERNATIONAL - Resolution ‘Self-Defence’, Ponto 2.

consiste naquilo que chamaríamos de “contra-ataque” (ao abrigo da legítima defesa). Dito de outra forma, sem o recurso ao contra-ataque do Estado B, este não iria conseguir repelir a agressão proveniente do Estado A. O contra-ataque era o único meio disponível e, portanto, um meio *necessário*.

Podemos concretizar o requisito da necessidade, analisando três pontos.

Por um lado, a iminência. A ideia de iminência surgiu com o caso “*Caroline*”. Em 1837 decorria no território canadiano uma rebelião independentista, no decorrer da qual os militares britânicos atacaram um navio norte-americano, matando pelo menos um cidadão americano e afundando o navio. Os britânicos tinham alegado que tal ataque teria sido resultado da **necessidade** em proteger a vida dos seus militares, apresentando aqui uma ideia de legítima defesa. Ainda que os americanos não concordassem que, *in casu*, tivesse mesmo havido necessidade para tal acto, reconheceram em abstracto que, perante situações de necessidade, é possível recorrer ao uso de força<sup>124</sup>. Nestes termos, de acordo com as palavras do Secretário de Estado Daniel Webster, a legítima defesa somente pode ser exercida em situações em que a necessidade é “instantânea, esmagadora e não deixa escolha de meios, nem um único momento para deliberação” da situação<sup>125</sup>. Esta formulação é vulgarmente denominada “fórmula de Webster”. A conclusão que se pode então retirar é a de que a iminência que permite a actuação em legítima defesa ocorre **durante** o ataque perpetrado pelo Estado agressor.

Tal entendimento vai de encontro com a teoria de Yoram Dinstein, para o qual iminência significa que não deve haver demasiado espaço temporal entre o ataque armado do Estado atacante e o exercício de legítima defesa do Estado atacado<sup>126</sup>. Dito de outro modo, se o Estado B (atacado) contra-atacar o Estado A (atacante) dois ou três meses depois do ataque efectuado por parte do Estado A – seja devido a processo de recolha de informações, seja devido a tentativas diplomáticas - então não se poderá falar em legítima defesa. É, portanto, necessário que haja um “nexo de adequação temporal (contemporaneidade relativa) entre o momento da agressão e o uso da força defensivo”<sup>127</sup>.

Aliás isso leva-nos à análise de outros dois pontos, intrinsecamente ligados. Por um lado, uma das questões que surgem, prende-se em saber se um Estado agredido, Estado

---

<sup>124</sup> Em boa verdade, foi a primeira vez que foi reconhecida a ideia de legítima defesa preventiva – tema que iremos abordar com mais detalhe nos capítulos seguintes.

<sup>125</sup> JENNINGS R. Y. – *The Caroline and McLeod Cases*, pp.82 e ss.

<sup>126</sup> DINSTEIN, Yoram – *War, aggression and...*, p.252.

<sup>127</sup> MORAIS, Carlos Blanco de – *O Direito ao uso da força pelos estados em tempos de unilateralismo multipolar*, p.63.



alvo, tem de primeiro esgotar, obrigatoriamente, todos os meios pacíficos disponíveis para poder agir em legítima defesa? Será isso o significado do “necessário”? A resposta é negativa.

A Resolução sobre Legítima Defesa adoptada em Santiago, estabelece no seu ponto n.º 3 que a legítima defesa “(...) somente poderá ser exercida quando não haverá outra alternativa legal que, na prática, pudesse prevenir, parar ou repelir o ataque armado (...)”<sup>128</sup>. No entanto, de nenhum ponto desta Resolução consta que o Estado agredido tem de esgotar e/ou demonstrar que esgotou os referidos meios legais, isto é, meios pacíficos para poder reagir em legítima defesa<sup>129</sup>.

Aliás, defender tal eventualidade seria contraditório à própria ideia de iminência e da legítima defesa propriamente dita. Ainda que o sentido da CNU e do Direito Internacional no seu geral seja o de resolver os conflitos, primordialmente, através de meios pacíficos, há situações que não dão lugar a esta possibilidade. Assim, aguardar e tentar solucionar uma crise num Estado que está a ser bombardeado através de meios diplomáticos ou recurso a tribunais, não será nada mais, nada menos, do que condenar esse Estado a uma maior perda de vidas humanas e maior destruição dos seus bens e do seu território. A necessidade neste caso seria a de responder e repelir o ataque através do uso de força adequada. A iminência e a urgência da situação exigiriam neste caso a utilização de força, a sobrevivência e não a “diplomatização”.

Esta linha de raciocínio vai de encontro com o terceiro ponto da necessidade, isto é, tal como diz Carlos Blanco de Moraes, a “impossibilidade de recurso atempado e eficaz às Nações Unidas para que o ataque seja sustido<sup>130</sup>”. Conforme já foi referido previamente, o órgão responsável por tomar medidas perante qualquer tipo de ameaça ou ruptura da paz ou ainda, perante actos de agressão, é o Conselho de Segurança<sup>131</sup>. Regra geral, é o Conselho de Segurança que dá a sua permissão para tomar medidas bélicas adequadas, quando o recurso a meios pacíficos não resulta. É esta a conclusão que se retira da leitura do artigo 42.º da CNU.

No entanto, perante um ataque actual, iminente de um Estado, não há tempo para recorrer à ONU, de aguardar a sua decisão e permissão para sustar o ataque. É **necessário** reagir logo. É precisamente esta a razão pela qual o artigo 51.º da CNU refere que

---

<sup>128</sup> INSTITUT DE DROIT INTERNATIONAL - Resolution ‘Self-Defence’, Ponto 3.

<sup>129</sup> CORTEN, Olivier - Necessity, p. 872.

<sup>130</sup> MORAIS, Carlos Blanco de – O Direito ao..., p. 63

<sup>131</sup> Conforme consta do artigo 39.º da CNU.

“Nada na presente Carta prejudicará o direito inerente de legítima defesa individual ou colectiva, no caso de ocorrer um ataque armado contra um membro das Nações Unidas, **até que o Conselho de Segurança tenha tomado as medidas necessárias** para a manutenção da paz e da segurança internacionais (...)”<sup>132</sup>

A CNU, ao ter o artigo da legítima defesa redigido desta forma, admite ela própria que nos casos em que é necessário actuar em legítima defesa, pode não haver tempo para recorrer ao Conselho de Segurança. Aliás, dá a permissão dos Estados agredidos agirem pelos seus próprios meios até que o Conselho de Segurança decida tomar as medidas que considerar adequadas para suprimir a agressão vivida<sup>133</sup>. O artigo 51.º da CNU realça, portanto, o princípio da necessidade como requisito de actuação em legítima defesa.

Podemos concluir, portanto, que a necessidade da legítima defesa prende-se com o facto da agressão perpetrada ser tal forma gravosa e inerente, que não há forma de recorrer a outros meios pacíficos ou de aguardar passivamente o apoio da ONU: o importante e imprescindível é agir naquele preciso momento.

Referimos, no entanto, que não só a necessidade, mas também a proporcionalidade da legítima defesa é relevante.

Conforme refere Eduardo Correia Baptista, a proporcionalidade “força a excluir dentro das medidas necessárias aquelas que seja de esperar que causem danos manifestamente mais gravosos do que os que foram e estão a ser causados pelo ataque armado<sup>134</sup>”. A ideia é não responder ao ataque de uma forma que cause danos mais gravosos ao Estado atacante que o próprio ataque ao Estado atacado. É uma questão de razoabilidade e de aproximação da escala e dos efeitos do contra-ataque<sup>135</sup>.

A ideia que reside no princípio da proporcionalidade é louvável: não causar mais danos do que o necessário, não utilizar a força mais do que aquilo que é preciso para se defender. É possível ouvir um forte soar da CNU por trás deste princípio.

---

<sup>132</sup> Conforme consta do artigo 51.º da CNU (sublinhados nossos).

<sup>133</sup> Realçamos, no entanto, que um Estado ao decidir actuar em legítima defesa tem a obrigação de comunicar tal facto ao Conselho de Segurança, não só para alertar sobre a situação vivida, mas também para o referido órgão poder encontrar o meio mais adequado para sustar a agressão.

<sup>134</sup> BAPTISTA, Eduardo Correia – O poder público..., pp.196 e ss..

<sup>135</sup> DINSTEIN, Yoram – War, aggression and..., pp. 251 e 282

Temos, desta forma que a legítima defesa caracteriza-se pelo facto de exigir um ataque actual, iminente, ao qual se responde com o uso de força por tal ser necessário e de uma forma proporcional.

### **2.2.3. A auto-tutela defensiva e as represálias**

Existem figuras que, apesar de poderem parecer semelhantes à figura da legítima defesa, devem ser diferenciadas da mesma. É o caso da auto-tutela defensiva e das represálias armadas.

Conforme já foi referido previamente, a legítima defesa, conforme o estipulado no artigo 51.º da CNU, actua perante a ocorrência de ataques armados. Existem, no entanto, situações que não podem ser consideradas ataques armados, mas que continuam a ser agressões hostis: é o caso de actos bélicos pontuais. Nestes casos, tal como já mencionámos, não poderá operar a figura da legítima defesa.

No entanto, o Direito Internacional Costumeiro não iria deixar um Estado e os seus cidadãos completamente vulneráveis às agressões sofridas. Existe uma certa figura que, de acordo com o Direito Internacional Costumeiro, poderá ser utilizada: a auto-tutela defensiva.

Trata-se de um meio de defesa aplicável contra agressões provenientes de outros Estados e que não podem ser consideradas ataques armados<sup>136</sup>. Desta forma, em situações pontuais, como tiroteios nas fronteiras ou comportamentos hostis levados a cabo contra navios ou aviões, isto é situações em que não se pode falar de ataque armado (impossibilitando, desta forma, o recurso à legítima defesa à luz do artigo 51.º da CNU), o Estado atacado poderá recorrer ao uso de força de forma a repelir tal agressão<sup>137</sup>, devendo também agir sempre de acordo com os princípios da necessidade e proporcionalidade.

No entanto, deve sublinhar-se que, apesar de se tratar de uma figura que antigamente integrava a legítima defesa, é uma figura completamente autónoma. A sua grande diferença da legítima defesa baseia-se no facto de ser um meio de defesa contra agressões de menor gravidade e escala, tipicamente agressões mais localizadas, e não uma forma de defesa contra um ataque armado realizado contra um Estado inteiro.

---

<sup>136</sup> BAPTISTA, Eduardo Correia – O poder público..., pp. 130 e 146.

<sup>137</sup> BAPTISTA, Eduardo Correia – O poder público..., p.128

Outra figura que merece a nossa atenção e que deve ser diferenciada da legítima defesa é a figura das represálias armadas.

As represálias, contrariamente do que acontece no caso da legítima defesa, ocorrem depois do ataque já ter cessado. De acordo com Derek Bowett, a grande diferença entre a legítima defesa e as represálias prende-se com o seu propósito. Enquanto que o recurso à legítima defesa tem como objectivo proteger o Estado atacado, os seus cidadãos, a integridade territorial e a independência política, as represálias possuem um carácter punitivo. Uma vez o ataque por parte do Estado atacante já ter cessado, um contra-ataque não possui nenhum propósito de protecção. Desta forma, o seu objectivo foca-se numa espécie de reparação de danos causados, num “castigo” para o Estado atacante, de forma a que este não volte a atacar no futuro<sup>138</sup>. O mesmo entendimento apresentam Quoc Dinh, Patrick Daillier e Alain Pellet ao referirem que “As represálias armadas são actos de coacção militar contrários ao Direito Internacional e efectuadas para responder a um comportamento de um outro Estado ele próprio contrário ao Direito internacional.”<sup>139</sup>

Atendendo aos objectivos principais da CNU, isto é, de manter a paz e a segurança inicial, não é de estranhar que o recurso à figura das represálias foi considerado pela arena internacional como ilícito. Não só enquadra-se na proibição do uso de força patente no número 4 do artigo 2.º da CNU, como ainda a própria ONU tem afirmado e sucessivamente reforçado a sua ilicitude. A título de exemplo podemos referir a Resolução n.º 56 do Conselho de Segurança, a qual afirma expressamente que nenhum Estado pode violar as tréguas recorrendo às represálias (“*No party is permitted to violate the truce on the ground that it is undertaking reprisals or retaliations against the other party*”)<sup>140</sup> ou a Resolução n.º 188 também do Conselho de Segurança, que considerou o recurso às represálias como contraditório aos objectivos e princípios da ONU (“*Condemns reprisals as incompatible with the purposes and principles of the United Nations*”<sup>141</sup>). Tal posição tem sido sucessivamente reforçada pela ONU.

No entanto, não nos podemos esquecer que a situação vivida por um Estado atacado pode não ser tão linear para se poder afirmar que após um primeiro ataque, o Estado em causa já não corre perigo, sendo o seu uso de força considerado uma represália. Em boa verdade após um primeiro ataque bem sucedido, o Estado agressor pode vir a instalar-se

---

<sup>138</sup> BOWETT, Derek – Reprisals involving recourse to armed force, p. 3

<sup>139</sup> DINH, Nguyen Quoc, DAILLIER, Patrick, PELLET, Alain – Direito Internacional Público, p.833.

<sup>140</sup> Resolução n.º 56 do Conselho de Segurança, p. 24

<sup>141</sup> Resolução n.º 188 do Conselho de Segurança, p. 9

no território do Estado atacado. O ataque já terminaria, mas a população do Estado atacado continuaria em perigo, pretendendo libertar-se da ocupação vivida, utilizando força *a posteriori*. Podemos chamar tal situação de represálias?

Tecnicamente falando, sim. É um uso de força após um ataque que já cessou. No entanto, na nossa modesta opinião, as circunstâncias não permitem considerar esta situação como represálias, mas como um uso de força justificado, o qual tem como objectivo afastar o perigo e proteger o Estado agredido. Se o Conselho de Segurança não consegue chegar a uma conclusão sobre as medidas que devem ser tomadas *in casu*, por exemplo devido ao veto exercido pelos membros permanentes e que podem ter interesses pessoais no conflito em causa, então o que deve o Estado atacado fazer? Claramente não irá aguardar passivamente “de braços cruzados”, até que Estados terceiros determinem o fortúnio ou infortúnio do seu território, da sua independência e dos seus cidadãos. Irá agir, pois tem uma responsabilidade de proteger a sua Nação. O facto do primeiro ataque já ter cessado em nada releva, pois o perigo continua presente. Desta forma, trata-se de um uso de força justificado, podendo-se até ponderar uma aplicação muito “esticada” da figura da legítima defesa.

Nestes termos, na nossa opinião, a ilicitude das represálias não se prende somente com o mero facto de o ataque já ter terminado, mas com o facto de não haver necessidade de defesa por parte do Estado em causa.

### **3. Resumo breve da Parte I**

Chegados a este ponto, cumpre fazer um breve resumo da matéria já aqui analisada, de modo a facilitar a leitura e o entendimento das páginas que se seguem.

No seguimento das várias guerras sofridas ao longo dos séculos, mas principalmente na sequência da II Guerra Mundial, o recurso à força foi proibido pela ONU. No entendimento do número 4 do artigo 2.º da CNU é proibido o uso da força ou a ameaça do uso de força armada, biológica, química, ou cibernética, que gere sérios danos em bens ou em pessoas, utilizada directa ou indirectamente, a nível internacional e cujo objectivo é causar vastos danos, prejudicar e eliminar a integridade territorial e/ou independência política do Estado alvo.

Sucede, no entanto, que a regra da proibição do uso de força apresenta algumas excepções e justificações, entre as quais aquela que é a *busílis* da presente dissertação: a legítima defesa patente no artigo 51.º da CNU.

A legítima defesa, distinta de figuras como a auto-tutela defensiva ou represálias armadas, exige o preenchimento de determinados requisitos. Por um lado, o recurso à força deve ocorrer como resposta a um ataque armado. Tal ataque, para ser considerado ataque armado deve caracterizar-se por violência de elevada gravidade e escala, que consista em transposição não autorizada de fronteira de um Estado por forças militares de outro ou no envio de grupos não estatais que efectuem operações de força de elevada gravidade contra um Estado.

Por outro lado, o uso de força utilizado pelo Estado atacado, para ser considerado legítima defesa, deve apresentar-se como estritamente necessário, isto é, a agressão sofrida deve ser tal forma gravosa e inerente, que não é possível recorrer a outro tipo de soluções para resolver a situação: é necessário agir pelos seus próprios meios naquele preciso momento. Ademais, é também importante respeitar o princípio da proporcionalidade aquando da reacção em legítima defesa, ou seja, tentar não responder ao ataque de uma forma que cause danos mais graves ao Estado atacante que o próprio ataque ao Estado atacado.

Desta forma, podemos resumir a figura da legítima defesa ao conceito de uso de força por um Estado como meio de reacção necessário e proporcional a um ataque armado.

Uma vez efectuado este breve resumo, entremos agora na *busílis* da nossa dissertação: a questão da legítima defesa preventiva.

## PARTE II

### DA ABORDAGEM CONCEPTUOLÓGICA E DOUTRINÁRIA DA LEGÍTIMA DEFESA ANTECIPATÓRIA

#### 4. Legítima defesa preventiva e preemptiva: a distinção terminológica

O cerne da presente dissertação centra-se na questão de admissibilidade da legítima defesa preventiva. Será que podemos atacar previamente, utilizar a força de uma forma justificada, quando a contraparte ainda não iniciou o seu ataque? Será legítimo defendermo-nos quando o suposto ataque de que seremos alvo ainda está por vir? Há alguma diferença entre um ataque que poderá ocorrer amanhã ou um ataque que se espera vir a acontecer daqui a dois anos? O grau de certeza é uma variável relevante?

Para tentarmos responder a estas perguntas, é necessário fazer primeiro uma outra abordagem, clarificando uma questão não menos importante: a questão terminológica.

A verdade é que nos dias que correm não existe coerência e unanimidade quanto à terminologia usada relativamente à legítima defesa preventiva: existem, pois, vários conceitos, utilizados e compreendidos de forma distinta por diferentes autores. Tal situação sempre se verificou num maior ou menor grau; no entanto, tal como veremos melhor adiante, foi a partir do início do século XXI que tal discordância e incoerência de conceitos se foi agravando. No presente capítulo apresentaremos algumas posições nacionais e internacionais relativas à terminologia utilizada, apresentando a nossa opinião e optando por uma terminologia que, na nossa modesta opinião, se apresenta como a mais adequada.

Comecemos, assim, com a posição defendida por Markus Krajewski. De acordo com este autor existem quatro denominações base utilizadas na literatura internacional: o da legítima defesa preventiva, legítima defesa preemptiva, legítima defesa antecipatória e legítima defesa interceptiva – sendo que, esta última, não tem apresentado grande aderência<sup>142</sup>. No entanto, independentemente da denominação utilizada por cada autor em particular, a maioria dos autores distingue duas principais categorias: i) situações em que o ataque armado é iminente e ii) situações em que a ameaça ainda não é suficientemente iminente mas, se não for impedida, poderá vir a transformar-se num ataque armado<sup>143</sup>.

---

<sup>142</sup> KRAJEWSKI, Markus - Preventive Use of Force and Military Actions against Non-State Actors: Revisiting the Right of Self-defense in Insecure Times, p.4

<sup>143</sup> KRAJEWSKI, Markus - Preventive Use of..., p.4

Na seio da literatura portuguesa relativa à matéria do uso do poder bélico no direito internacional, Eduardo Correia Baptista, considera que o uso de legítima defesa contra aqueles ataques que ainda não ocorreram, mas que se encontrarem iminentes, denomina-se legítima defesa preemptiva. Tomemos como exemplo a situação em que um grupo de soldados do Estado potencialmente atacante encontra-se reunido e organizado na fronteira do potencial Estado alvo, demonstrando claramente com a sua mobilização militar que pretende atacar o referido Estado. Temos, neste caso, um cenário em que o Estado potencialmente atacante ainda não iniciou um ataque, mas este está prestes a acontecer: dentro de um dia, uma hora, um minuto. É, portanto, uma situação de um ataque que ainda não ocorreu, mas que se encontra iminente. Um contra-ataque antecipado do potencial Estado alvo, teria de ser então categorizado, de acordo com Eduardo Correia Baptista, como legítima defesa preemptiva.

Para este autor, outra é, no entanto, a situação relativa ao uso de força contra ataques que ainda não ocorreram e que, sendo mais estes distantes, são esperados “a prazo”. A título de exemplo tomemos uma situação hipotética em que um Estado A, por via de informação recolhida por agentes dos serviços secretos, descobre que um Estado B está a activar o seu programa nuclear de forma a atacar o Estado A. No entanto, este tipo de ataques só é esperado daqui a um ano. Trata-se de uma situação em que o eventual ataque, não só apresenta uma probabilidade menor de se verificar (afinal, durante um ano os jogos de política e poder podem alterar muito os planos de ataque do Estado B), como ainda é esperado num futuro mais longínquo. Nestes casos, afirma Eduardo Correia Baptista que um eventual contra-ataque antecipado por parte do Estado A deveria ser denominado como legítima defesa preventiva<sup>144</sup>.

Por outro lado, este autor admite ainda a figura de legítima defesa interceptiva, isto é, legítima defesa contra um ataque que já se iniciou, ou seja, já está em execução, mas que ainda não atingiu o território do seu Estado alvo. É exemplo de tal situação o caso de um Estado A lançar mísseis contra um Estado B e este segundo tentar abatê-los, apesar dos referidos mísseis ainda não terem entrado no seu espaço aéreo<sup>145</sup>.

Ainda que sejam poucos os autores que utilizem o conceito de legítima defesa interceptiva, Eduardo Correia Baptista não se encontra abandonado nesta sua posição. Também Yoram Dinstein defende a existência de legítima defesa interceptiva, colocando-a em oposição às outras legítimas defesas de carácter antecipatório. Para este autor, o

---

<sup>144</sup> BAPTISTA, Eduardo Correia – O Poder Público..., p. 132.

<sup>145</sup> BAPTISTA, Eduardo Correia – O Poder Público..., p. 141



contraste deve-se a uma distinção conceptual, na medida em que a legítima defesa preventiva, preemptiva ou antecipatória (dependendo do entendimento de cada autor) refere-se a uma acção militar levada a cabo perante uma mera ameaça, enquanto que a legítima defesa interceptiva é uma reacção a um evento que já se iniciou, já teve o seu momento inicial, mas ainda não se encontra consumido<sup>146</sup>.

Esta segunda situação é considerada por Yoram Dinstein como lícita mesmo perante o art. 51.º da CNU, uma vez que, segundo este autor, o uso da força ocorre depois de o Estado adversário se ter comprometido com um ataque armado de uma forma “ostensivamente irrevogável”<sup>147</sup>. Considera este autor que enquanto o uso da força em legítima defesa preemptiva<sup>148</sup> é dirigido a um ataque armado que é meramente “previsível”, a legítima defesa interceptiva foca-se no uso da força perante um ataque armado que já está em andamento, mesmo que este ainda seja incipiente e as suas consequências ainda não tenham sido sofridas<sup>149</sup>.

Na nossa modesta opinião, a figura da legítima defesa interceptiva não se encontra descabida de razão, mas não deve ser referida na mesma linha de pensamento que a legítima defesa preventiva ou preemptiva. A *ratio* de tal entendimento prende-se com o simples facto de a legítima defesa preventiva ou preemptiva focar-se numa reacção a um ataque que ainda não ocorreu, não se iniciou, enquanto que a legítima defesa interceptiva, pelo contrário, reage a um ataque que já teve o seu início, mas que ainda não teve oportunidade de chegar ao seu destino. Deste modo, a legítima defesa interceptiva encontra-se mais próxima da figura de legítima defesa propriamente dita, visto ambas serem reacções a um ataque já iniciado. Deste modo, a legítima defesa interceptiva não será âmbito da presente dissertação.

Não obstante, e como já foi referido, existem autores que possuem um entendimento diferente no que toca ao preenchimento dos conceitos em causa. A título de exemplo podemos apresentar Sean Murphy que no seu artigo “*The Doctrine of Preemptive Self-Defense*” admite dois tipos de terminologia: o da legítima defesa antecipatória e o da legítima defesa preemptiva<sup>150</sup>.

---

<sup>146</sup> DINSTEIN, Yoram – War, Aggression and..., p. 231

<sup>147</sup> DINSTEIN, Yoram – War, Aggression and..., p. 233

<sup>148</sup> Preemptiva, preventiva ou antecipatória – dependendo do entendimento e visão de cada autor para o assunto em causa.

<sup>149</sup> DINSTEIN, Yoram – War, Aggression and..., p. 233.

<sup>150</sup> MURPHY, Sean D. - The Doctrine of Preemptive Self-Defense, pp.703 e ss.

Para este autor, a situação em que um Estado ainda não foi vítima de um acto de agressão pelo Estado adversário (ou um agente não-estatal), mas que se apercebe da iminência desse mesmo ataque num futuro próximo e, por conseguinte, toma as suas próprias medidas para afastar tal ameaça iminente, está a agir em legítima defesa antecipatória<sup>151152</sup>. Sean Murphy exemplifica esta situação com o caso de um exército estrangeiro estar a juntar as suas forças militares ao longo da fronteira do “Estado-vítima” em aparente preparação para a invasão desse mesmo Estado<sup>153</sup>. Temos aqui, portanto, a mesma situação que aquela que Eduardo Correia Baptista identifica como legítima defesa preemptiva.

De acordo com Sean Murphy outra é, no entanto, a situação em que um Estado recorre ao uso de força armada para impedir que o potencial Estado adversário (ou agente não-estatal) persiga actos que, apesar de ainda não constituírem uma ameaça directa nesse momento em concreto, possam vir a transformar-se em tal ameaça, se não forem impedidos e evitados a tempo. Estes casos são denominados por Murphy, como actos de “legítima defesa preemptiva”<sup>154155</sup>.

Podemos assim constatar que o aquilo que Eduardo Correia Baptista denomina como legítima defesa preemptiva (contra ameaças de ataque que se encontram “perto”), Sean Murphy denomina de legítima defesa antecipatória; e aquilo que Eduardo Correia Baptista considera legítima defesa preventiva (contra ameaças de ataque que se encontram “longe”), Sean Murphy considera legítima defesa preemptiva.

Outra autora que utiliza os vários conceitos de legítima defesa “ao contrário” de autores que seguem a linha de pensamento de Eduardo Correia Baptista, é Mary O’Connell. De acordo com esta autora, o conceito de “legítima defesa preemptiva” deve ser utilizado em situações em que um Estado (Estado A) recorre ao uso de força para suprimir qualquer possibilidade remota de um eventual ataque, mesmo quando não haja nenhuma razão concreta para acreditar que tal potencial ataque efectivamente esteja a ser planeado. Já no que toca à legítima defesa antecipatória, O’Connell atribui esta denominação a respostas armadas do Estado A relativamente a ataques provenientes do

---

<sup>151</sup> MURPHY, Sean D. - The Doctrine of..., pp. 703 e ss..

<sup>152</sup> Reparemos que, Sean Murphy, admite que a natureza deste tipo de legítima defesa é uma natureza preemptiva. No entanto, para efeitos do seu artigo, denomina-a “legítima defesa antecipatória”. – MURPHY, Sean D. - The Doctrine of..., p. 703 e ss.

<sup>153</sup> MURPHY, Sean D. - The Doctrine of..., p.703.

<sup>154</sup> Também neste caso, Sean Murphy refere que a verdadeira natureza desta legítima defesa é natureza antecipatória ou até preventiva. Não obstante, decidiu este autor utilizar a denominação de “legítima defesa preemptiva” para efeitos do artigo em questão.

<sup>155</sup> MURPHY, Sean D. - The Doctrine of..., p.704.

Estado adversário (Estado B) que se encontrem à beira de serem despoletados ou, ainda, quando o Estado B já atacou o Estado A e este segundo recebe a informação de que mais ataques do Estado adversário estão a ser planeados – ataques esses que pretende evitar, antecipando o seu uso de força<sup>156</sup>.

Temos aqui, portanto, um exemplo claro de utilização dos mesmos conceitos, mas com entendimento integralmente contrário: aquilo que Eduardo Correia Baptista entende como legítima defesa preemptiva, Mary O’Connell entende como legítima defesa preventiva.

No entanto, existem também autores que utilizam os vários conceitos mencionados como equivalentes, alternando-os como se fossem sinónimos. Na literatura portuguesa é o caso de Jónatas Machado, o qual claramente utiliza a conjunção coordenativa alternativa “ou”, quando fala da legítima defesa preventiva e legítima defesa antecipatória, transmitindo a ideia de que estas duas denominações são alternativas, substitutas, ou seja, sinónimas uma da outra<sup>157</sup>.

Facilmente se depreende que nos dias de hoje as denominações das “várias legítimas defesas” não estão fixamente presas à descrição das situações: cada autor utiliza aquela denominação que mais lhe agrada. A pergunta que naturalmente surge é o “porquê” de tamanha confusão terminológica.

A resposta surge no discurso do Presidente Bush no “*National Security Strategy of the United States*”, realizado alguns dias após os ataques de 11 de Setembro de 2001. No mencionado discurso o Presidente Bush anunciou que pretendia destruir as organizações terroristas, recorrendo para tal a várias medidas, identificando e destruindo as ameaças antes que as mesmas alcançassem o território nacional. Afirmou também que os EUA “não hesitarão em agir sozinhos, se necessário, para exercer o direito à legítima defesa, agindo preemptivamente contra tais terroristas”<sup>158</sup>.

Durante o seu discurso o Presidente Bush fez referência a acções preemptivas, sendo que claramente referia-se a ameaças de ataque mais distantes no tempo e, portanto, não iminentes. A administração Bush alargou, desta forma, o conceito daquilo que, até então,

---

<sup>156</sup> O’CONNELL, Mary Ellen - *The Myth of Preemptive Self-Defense*, p.2, nota de rodapé 10.

<sup>157</sup> MACHADO, Jónatas – *Direito Internacional*. Do..., p.725.

<sup>158</sup> No seu discurso, o Presidente Bush defendeu que iria defender os EUA: “(...) *defending the United States, the American people, and our interests at home and abroad by identifying and destroying the threat before it reaches our borders. While the United States will constantly strive to enlist the support of the international community, we will not hesitate to act alone, if necessary, to exercise our right of selfdefense by acting preemptively against such terrorists, to prevent them from doing harm against our people and our country*” – THE WHITE HOUSE – *The National Security Strategy of the United States of America*, 2002, p.15.

era considerado como legítima defesa preemptiva para ataques e ameaças não iminentes (o que constitui, para determinados autores, a visão da legítima defesa preventiva)<sup>159</sup>.

Pouco tempo depois, como que para consolidar a confusão terminológica já existente, o Secretário de Defesa dos EUA, Donald Rumsfeld, em Setembro de 2002, aquando de uma entrevista televisiva e a propósito do “problema Iraquiano”, fez menção à Quarentena de Cuba<sup>160</sup>. Rumsfeld referiu que John F. Kennedy bloqueou os portos cubanos, “tendo decidido agir em acção preemptiva, preventiva, legítima defesa antecipatória, legítima defesa, chamem-lhe o que quiserem”, tendo uns momentos depois denominado esta decisão como acção preventiva<sup>161</sup>.

Como podemos então, nos dias de hoje, fazer uma distinção clara entre estes conceitos, se tanta confusão foi criada à volta dos mesmos? De acordo com Rachel Bzostek, existem quatro categorias pelas quais nos podemos guiar para diferenciar os conceitos em causa. O primeiro critério foca-se no aspecto temporal, fazendo a distinção entre as ameaças iminentes e as mais distantes, enquanto que o segundo aborda a questão de mudanças de equilíbrio de poder entre os Estados, isto é, das “janelas de oportunidade”. A terceira categoria enunciada por esta autora distingue actividades militares preemptivas e preventivas no contexto das armas nucleares ou armas de destruição maciça, terminando com o quarto critério de distinção, nomeadamente com a ideia de necessidade de mudança de regime<sup>162</sup>.

No que se refere ao primeiro critério de distinção entre a legítima defesa preemptiva e preventiva, isto é, ao especto temporal, podemos invocar as opiniões de Charles Kegley e Gregory Raymond. Segundo estes autores, o objectivo do uso da força empregue num ataque militar preemptivo foca-se em reprimir ou mitigar um ataque iminente por parte do adversário. Já o uso de força preventivo pretende eliminar um qualquer eventual ataque futuro, mesmo quando não haja razões para acreditar que o mesmo esteja a ser planeado ou que a capacidade de lançar tal ataque esteja operacional. Deste modo, para Charles Kegley e Gregory Raymond o fundamento para a acção preemptiva reside na evidência

---

<sup>159</sup> KRAJEWSKI, Markus - Preventive Use of..., pp. 5 e ss.

<sup>160</sup> A questão da Quarentena de Cuba não será alvo da presente dissertação.

<sup>161</sup> Nas palavras de Rumsfeld: “*Think of John F. Kennedy in the Cuban Missile Crisis. He didn't sit there and let Soviets put missiles in Cuba and fire a nuclear missile at the United States; he decided to engage in preemptive action, preventative action, anticipatory self defense, self defense, call it what you wish. And he went out and blockaded them. Called it a quarantine but blockaded them and put the world into a very tense, dangerous, among the most dangerous of my lifetime, circumstances. And prevailed because he did take preventive action.*” – RUMSFELD, Donald – Secretary Rumsfeld Interview with NBC AFFILIATE – WXIA Channel 11, Atlanta, G.A.

<sup>162</sup> BZOSTEK, Rachel – Why not Preempt?: Security, Law, Norms and Anticipatory Military Activities, pp. 9 e ss.

de uma ameaça iminente e confiável, enquanto que as razões para a acção preventiva baseiam-se na mera suspeita de uma ameaça incipiente e duvidosa<sup>163</sup>.

Podemos então depreender daqui que a busílis deste critério temporal centra-se na proximidade da ameaça, na verificação se esta se encontra mais próxima ou mais distante de ser realizada, sendo, portanto, “iminência” a palavra chave deste critério. Como já foi referido anteriormente, tal visão é sustentada, na literatura portuguesa do Direito Internacional, por exemplo, por Eduardo Correia Baptista<sup>164</sup>.

No entanto, de acordo com Rachel Bzostek, muitas das definições relativas a actividades preventivas e preemptivas não se limitam apenas a focar na questão temporal, mas tentam fornecer também a razão justificativa para a acção militar ser levada a cabo. Desta forma, pretendem fazer a destrição entre a noção de legítima defesa preemptiva e legítima defesa preventiva, através da análise do tipo da ameaça em causa, ameaça essa que seria fundamento para a prossecução de um ataque militar. De acordo com esta autora podemos estar aqui perante dois tipos de justificação: por um lado o desenvolvimento de novas tecnologias militares e, por outro, a mudança de equilíbrio de poder entre os Estados<sup>165</sup>.

Ora, nas palavras metafóricas de Antony Blinken, um Estado age de forma preemptiva contra um adversário, “cujo punho está fechado”, isto é contra um Estado armado. No entanto, a acção desse mesmo Estado será preventiva quando for efectuada contra um adversário, “cujo punho ainda nem está levantado”, mas que tem estado em preparativos e que poderá atacar em qualquer momento no futuro.<sup>166167</sup> John Gaddis parece transmitir uma ideia semelhante, considerando que a preempção implica uma acção militar, cujo objectivo é impedir um ataque iminente de um estado hostil, enquanto que a prevenção implica o desencadeamento de uma guerra, de forma a impedir que o estado hostil crie capacidade para atacar<sup>168</sup>:

---

<sup>163</sup> KEGLEY JR., Charles W.; RAYMOND, Gregory A. - Preventive War and Permissive Normative Order, p. 388.

<sup>164</sup> BAPTISTA, Eduardo Correia – O Poder Público..., p. 132.

<sup>165</sup> BZOSTEK, Rachel – Why not Preempt?..., p.12

<sup>166</sup> BLINKEN, Antony J. - From Preemption to Engagement, p.35.

<sup>167</sup> Citando as palavras exactas do autor: “*One acts ‘preemptively’ against an adversary whose fist is cocked. One acts ‘preventively’ against an adversary whose fist is not even raised, but who has been muscling up and might decide to strike you sometime in the future.*” - BLINKEN, Antony J. - From Preemption to Engagement, p.35

<sup>168</sup> GADDIS, John Lewis - Surprise, Security and the American Experience, p.123

*“Preemption implied military action undertaken to forestall an imminent attack from a hostile state. Prevention implied starting a war to keep such a state from building the capability to attack.”*<sup>169</sup>

À primeira vista pode parecer que estamos novamente a referir-nos à iminência do ataque e não à questão do equilíbrio de poder entre os Estados. Tal depreensão é completamente justificada e nada descabida. Afinal, se um dos critérios para atacar antecipadamente é a iminência da ameaça, também temos de invocar essa mesma iminência como uma das variáveis nas mudanças de equilíbrio de poder entre dois ou mais Estados adversários. Vejamos.

De acordo com Jack Levy, o que motiva a acção preventiva é a consciência ou percepção de um Estado (Estado A) em como o seu poder e potencial militar estão em declínio relativamente a um Estado adversário em ascensão (Estado B), o que faz escalar o medo das consequências desse mesmo declínio, nomeadamente no que toca ao possível enfraquecimento da posição política, económica e, no geral, do *status quo* do Estado A. Deste modo, a tentação do Estado A é de combater numa guerra em circunstâncias relativamente para si favoráveis, de forma a bloquear ou retardar a ascensão do Estado B – o adversário - e evitar tanto o agravamento do *status quo* ao longo do tempo, como o risco de guerra futura em circunstâncias menos favoráveis para o Estado A<sup>170</sup>.

Já no que toca à preempção, esta pressupõe o início de um ataque militar, efectuado pelo Estado A, não devido ao medo do futuro incerto no que toca à sua posição na arena internacional, mas pelo facto do Estado A se aperceber de que um ataque do Estado adversário é iminente e que há vantagens concretas em atacar primeiro ou, pelo menos, de impedir que o adversário ataque primeiro. Desta forma, um ataque preemptivo é planeado de forma a evitar a mobilização de forças militares já existentes, enquanto que a prevenção pretende impedir a criação de novas forças militares<sup>171</sup>.

Já dizia Francis Bacon que, se existe uma regra comum e válida para os reis e imperadores é a regra em como estes devem manter a sentinela devida relativamente aos seus vizinhos, que podem vir a crescer demais – seja devido ao aumento de território, por

---

<sup>169</sup> GADDIS, John Lewis - *Surprise, Security and...*, p.123

<sup>170</sup> LEVY, Jack S. - *Declining Power and the Preventive Motivation for War*, p.87

<sup>171</sup> LEVY, Jack S. - *Declining Power and...*, p.87

se tornarem mais propícios no comércio, ou por outras causas semelhantes – tornando-se, desta forma, mais capazes de “aborrecê-los” do que anteriormente<sup>172173</sup>.

Esta é uma realidade que existe desde os primórdios da nossa civilização: os reis, os imperadores, no fundo os Estados governados pelos indivíduos que se encontram no poder, demonstram um incessável medo, um receio de que os Estados vizinhos, os potenciais adversários, cresçam e aumentem o seu poder de tal forma que se tornem potências dificilmente vencíveis, colocando os restantes Estados em segundo ou terceiro lugar ou, pior ainda, subjugados ao seu próprio poder.

Consecutivamente, e para evitar tal situação, os Estados tentarão aumentar o seu próprio poder, demonstrando a sua posição de força, o que colocará, por sua vez, os restantes Estados com o mesmo receio. Este fenómeno a política internacional denomina como “dilema de segurança” ou, como gosta de lhe chamar Michael Doyle, o “*chicken game*”<sup>174</sup>. Trata-se, nada mais, nada menos, do que de um jogo de mudanças de poder. Desta forma, a uma certa altura, um Estado pode simplesmente considerar que o mais adequado será combater cedo, isto é, antecipadamente, antes que as flutuações de equilíbrio virem de maneira decisiva para o lado do adversário. Deste modo, um ataque antecipado significaria uma redução do custo da defesa, sendo que o aguardar pelo ataque dos adversários não evitaria a guerra, mas traduzir-se-ia somente em combater em maior escala e com piores possibilidades de vitória<sup>175</sup>. Aliás, tal como refere Michael Walzer, “uma guerra preventiva é uma guerra travada para manter o equilíbrio, para impedir que o que se pensa ser uma distribuição uniforme de poder se transforme numa relação de dominância e inferioridade”<sup>176</sup>.

De acordo com os dois critérios até então expostos, podemos concluir que os Estados, com o medo de perderem o seu poder poderão vir a reagir perante potenciais ameaças provenientes de outros Estados adversários, agindo de forma preventiva ou preemptiva, de acordo com o grau de iminência e proximidade da ameaça em causa. Voltamos então a tocar no assunto que mencionámos no momento inicial em que referimos o critério de

---

<sup>172</sup> Um exemplo apresentado por Bacon para demonstrar esta situação prende-se com o século XVI, altura em que o Rei Henrique VIII de Inglaterra, Francisco I - Rei da França, e Carlos V – Imperador Romano-Germânico (conhecido também como Carlos I, Rei de Espanha), encontravam-se a vigiar os movimentos um do outro de tal forma, que nenhum dos três poderia ganhar uma palma de território sem que os outros dois não fossem equilibrar a situação, mesmo que tal significasse recorrer à guerra. - BACON, Francis - Complete Essays. pp. 58 e ss.

<sup>173</sup> BACON, Francis - Complete Essays. pp. 58 e ss.

<sup>174</sup> DOYLE, Michael W. – Striking First. Preemption and Prevention in International Conflict p.26, nota de rodapé 37.

<sup>175</sup> WALZER, Michael - Just and unjust..., p.77

<sup>176</sup> WALZER, Michael - Just and unjust..., p.76

equilíbrio do poder: trata-se da iminência do ataque. O receio dos Estados e o jogo pelo equilíbrio do poder serão sempre a razão pela qual esses mesmos Estados recorrerão ao uso da força. O que irá diferir será o tipo de uso de força antecipada: preventiva ou preemptiva, o que por sua vez, só dependerá da iminência da ameaça. Desta forma, não nos parece correto afirmar que um dos critérios de distinção entre a legítima defesa preventiva e preemptiva é o equilíbrio do poder, pois o equilíbrio do poder será uma das razões fixas devido às quais os Estados irão recorrer ao uso de força de carácter antecipado, recorrendo a essa força mais cedo ou mais tarde, de acordo com a iminência da ameaça.

No entanto, tal como mencionámos anteriormente, Rachel Bzostek apresenta ainda outros dois critérios que, alegadamente, nos podem ajudar a definir os conceitos de prevenção e preempção. Um deles prende-se com as armas nucleares ou de destruição maciça<sup>177</sup>. Bzostek apresenta esta ideia de uma forma um tanto confusa, apresentando opiniões de vários autores sobre este assunto, os quais efectivamente integram a problemática das armas de destruição maciça nas definições de ataque preventivo e preemptivo. No entanto, a única distinção que fazem prende-se com a iminência de uma ameaça por parte dessas armas e não com as armas em si<sup>178</sup>.

Sucede que, em boa verdade, as armas nucleares e de destruição maciça não devem ser consideradas como um critério de distinção e definição dos conceitos em causa. Não podemos negar que as armas nucleares e de destruição maciça têm, sem dúvida, um peso deveras elevado nas agressões e ataques militares da actualidade, não só devido à amplitude e rapidez dos danos que podem causar, mas também devido à iminência da sua actuação e da maior ou menor detenção dessas mesmas armas por parte de alguns Estados ou agentes não-estatais. No entanto, trata-se de uma característica fixa das ameaças actuais com as quais temos de estar sempre presentes. Tal como nos séculos passados uma das maiores ameaças enfrentadas eram espingardas e cavalarias, nos dias de hoje uma das maiores ameaças são as armas nucleares e de destruição maciça. O que difere é a escolha de reacção: um Estado pode optar entre agir preventivamente ou preemptivamente, mas não devido ao facto das armas de destruição maciça estarem na origem da distinção entre uma acção e outra, mas sim porque o Estado decide em agir de

---

<sup>177</sup> BZOSTEK, Rachel – Why not Preempt?..., pp. 16 e ss.

<sup>178</sup> Alguns dos autores mencionados por Bzostek são Bernard Brodie, Richard Betts, Robert Litwak e Max Boot. - BZOSTEK, Rachel – Why not Preempt?..., pp. 16 e ss.



uma ou de outra maneira perante a iminência das ameaças actuais que, nos dias de hoje são, porventura, as armas de destruição maciça.

Finalmente, o quarto critério inclui a ideia de mudança de regime dentro da conceptualização de actividades militares preemptivas e preventivas, isto é, a ideia de que “somente” atacar o adversário de forma antecipada não é o suficiente para eliminar a ameaça. Na verdade, segundo Rachel Bzostek, há sempre o risco de que o Estado adversário tenha capacidades suficientes para voltar a ameaçar (ou até atacar) novamente, pouco tempo depois. Deste modo, para eliminar a ameaça de forma eficaz, aquando do ataque preventivo ou preemptivo, seria necessário remover do Estado adversário o regime que se encontrava, até então, em controlo, substituindo-o pelo regime do Estado que repeliu a ameaça em causa<sup>179</sup>.

Não obstante compreendermos a lógica subjacente ao critério enunciado por esta autora, tal como no caso da questão das armas de destruição maciça, também neste caso não podemos concordar em como se trata de um traço que distinga legítima defesa preventiva de legítima defesa preemptiva. Afinal, tanto uma como outra tem como *ratio* principal a manutenção do *status quo* de um Estado A, evitando que esse mesmo Estado perca o seu poder, respondendo a uma ameaça mais ou menos iminente. Ora, seguindo a lógica de Rachel Bzostek, para tal ser considerado um sucesso, o Estado A teria de derrubar o Estado adversário (Estado B), substituindo o regime do Estado B, pelo regime do Estado A. Tal ocorreria independentemente do Estado A ter agido perante uma ameaça de uma forma mais antecipada (no caso de ameaça mais “distante”) ou de forma menos antecipada (no caso de ameaça mais iminente), actuando em legítima defesa preventiva ou preemptiva. Se assim é, então a mudança de regime, ainda que poderá ser considerada um dos elementos dos conceitos de legítima defesa preventiva ou preemptiva, nunca poderá ser um critério distintivo entre ambas.

Uma vez expostas as várias opiniões e os vários critérios, não podemos deixar de constatar que, em boa verdade, o único critério distintivo válido entre a legítima defesa preemptiva e a legítima defesa preventiva é o critério temporal, o critério da iminência da ameaça. Todos os outros não são verdadeiros critérios de distinção, são somente elementos que poderão preencher ambos os conceitos de legítima defesa.

Desta forma concordamos com Eduardo Correia Baptista no que toca à sua distinção entre legítima defesa preventiva e preemptiva. Tendo em conta os critérios de iminência

---

<sup>179</sup> BZOSTEK, Rachel – Why not Preempt?..., p.18

da ameaça, é da nossa modesta opinião que o uso de força perante ameaças que são iminentes, que estão prestes a serem realizadas, deve ser denominada por “legítima defesa preemptiva”, enquanto que o uso de força perante ameaças que se encontram mais distantes, cuja possibilidade de se verificarem é mais duvidosa, deve ser denominada por “legítima defesa preventiva”. Será, portanto, esta a terminologia que iremos utilizar de ora em diante na presente dissertação, denominando-as conjuntamente, para maior facilidade de leitura como “legítima defesa antecipatória”.

## **5. As posições doutrinárias**

### **5.1. As posições doutrinárias típicas**

As figuras de legítima defesa preventiva e preemptiva, bem como a própria ideia de uma leitura extensiva do artigo 51.º da CNU causam, sem dúvida, um grande desconforto na arena do Direito Internacional. Atendendo ao facto de se tratar de questões extremamente polémicas, não é de todo espantoso verificar que também elas foram alvo de várias interpretações e formulações doutrinárias. No presente capítulo iremos fazer uma breve exposição de todas elas, não apresentando, de momento, a nossa modesta opinião sobre as mesmas, de modo a podermos fazê-lo na Conclusão Final, após a análise das questões suscitadas na Parte III da presente dissertação.

Uma grande parte dos autores internacionais admite e identifica-se com somente duas posições doutrinárias relativas à interpretação e/ou interpretação extensiva do artigo 51.º da CNU: referimo-nos aqui aos restricionistas e aos contra-restricionistas.

Para os primeiros, a expressão “*if an armed attack occurs*”, isto é “no caso de ocorrer um ataque armado” patente no artigo 51.º da CNU torna obrigatória a existência de um ataque armado de um Estado perante o outro para que o Estado atacado possa exercer o seu direito à legítima defesa. Desta forma, para os restricionistas, os Estados devem aguardar que sejam alvos de um ataque para poderem proteger-se ao abrigo do artigo 51.º da CNU<sup>180</sup>. Neste sentido aponta Ian Brownlie, o qual nega de forma definitiva a

---

<sup>180</sup> MARTINEZ, Lucy – September 11th, Iraq and The Doctrine of Anticipatory Self-Defense, p. 133.

possibilidade do artigo 51.º permitir algum tipo de legítima defesa antecipatória<sup>181182</sup> ou Yoram Dinstein<sup>183</sup>, o qual defende que qualquer outra interpretação deste artigo que não a restritiva é contra-textual, contra-factual e contra-lógica: contra-textual, pois a letra do artigo 51.º da CNU refere expressamente que a legítima defesa só pode ser exercida aquando de um ataque armado; contra-factual, pois (na sua opinião) o Direito Internacional nunca demonstrou verdadeiros casos de legítima defesa preventiva<sup>184</sup>; e contra-lógica pois, no seu entender, se foi criada uma série de critérios e restrições para a o uso da legítima defesa “pura”, então não faz sentido não haver nenhuns critérios para o recurso à legítima defesa preventiva a qual será, à partida, mais gravosa<sup>185</sup>. É, no entanto, curioso reparar que Yoram Dinstein apesar de não admitir legítima defesa preventiva, permitir algum tipo de abertura para a legítima defesa preemptiva<sup>186</sup>.

Em contrapartida, para os contra-restricionistas, o direito de os Estados recorrerem à legítima defesa (inclusivamente preventiva e/ou preemptiva) é um direito costumeiro. Neste sentido, consideram que o uso da palavra “*inherent*”, isto é “inerente”, no artigo 51.º transmite a ideia de que a intenção original da CNU não era a de circunscrever ou restringir o direito costumeiro pré-existente e que permitia o uso da legítima defesa preventiva ou preemptiva.

Os defensores desta teoria argumentam que, por um lado, o ataque armado referido na letra do artigo 51.º pressupõe todo um planeamento, organização e preparação logística do referido ataque, o que só por si já é uma espécie de “comportamento atacante”. Por outro lado, os contra-restricionistas consideram que o Direito Internacional Costumeiro (que permite a legítima defesa preventiva e preemptiva) não é restringido pelo artigo 51.º da CNU, mas permanece “lado ao lado” com o mesmo, defendendo ainda que a previsão do artigo 51.º é somente uma das situações em que um Estado pode recorrer à legítima

---

<sup>181</sup> É de notar que Ian Brownlie não faz no seu artigo distinção entre legítima defesa preventiva e preemptiva, fazendo sempre referência à legítima defesa antecipatória.

<sup>182</sup> De acordo com Ian Brownlie: “*It can only be concluded that the view that Article 51 does not permit anticipatory action is correct and that the arguments to the contrary are either unconvincing or based on inconclusive pieces of evidence.*” – BROWNLIE, Ian – International Law and..., p. 278.

<sup>183</sup> No mesmo sentido podemos encontrar tais autores como Philip Jessup e Bruno Simma. Vide: JESSUP, Philip C. – A Modern Law of Nations – An Introduction, pp.165 e ss.; SIMMA, Bruno – The Charter of..., p. 803.

<sup>184</sup> Cumpre realçar que Yoram Dinstein, ao considerar que não houve nenhuns casos de legítima defesa preventiva no passado do Direito Internacional, desconsidera por completo o famoso caso “*Caroline*”, por muitos visto com o precursor não só da legítima defesa “pura”, como também da legítima defesa antecipatória.

<sup>185</sup> DINSTEIN, Yoram – War, Aggression and..., pp. 224 e ss.

<sup>186</sup> DINSTEIN, Yoram – War, Aggression and..., p. 228.

defesa (independentemente de se tratar de legítima defesa “*per se*” ou de legítima defesa preventiva ou preemptiva)<sup>187</sup>.

Neste sentido podemos apontar autores como John Alan Cohan, o qual considera ser um absurdo não permitir a um Estado o recurso a legítima defesa para impedir uma conspiração clara em cometer um ataque<sup>188</sup>, bem como Oscar Schachter, o qual afirma que o artigo 51.º não deve ser entendido como eliminador de legítima defesa preventiva ou preemptiva. No entanto, este autor realça também que não se deve interpretar o Direito Costumeiro como permissão para agir antecipadamente de uma forma indiscriminada<sup>189</sup>.

Sucede que, para além destas duas posições doutrinárias gerais, existem também quatro outras escolas (ou teorias) relativas ao uso de força antecipado: a Teoria Construcionista Estrita, a Teoria da Ameaça Iminente, a Teoria da Ameaça Qualitativa e a Teoria da Morte da Carta. Todas elas tendem a referir-se com maior ou menos pormenor às mesmas questões, apresentando, no entanto, pontos de vista diferentes. Vejamos.

A primeira teoria que iremos abordar é a Teoria Construcionista Estrita. De acordo com os defensores desta teoria, o número 4 do artigo 2.º da CNU deve ser interpretado como uma proibição ampla do uso de força, fazendo referência a qualquer conflito armado transnacional e não somente aos conflitos que possam emergir do estado formal de guerra. No entanto, a escola dos Construcionistas Estritos aceita duas exceções a essa regra, já nossas conhecidas: a autorização do uso de força pelo Conselho de Segurança ao abrigo do Capítulo VII da CNU e a possibilidade de agir em legítima defesa de acordo com o artigo 51º da CNU<sup>190</sup> (sendo que, como já referimos, a legítima defesa é uma justificação do uso de força e não uma exceção à proibição do uso de força).

---

<sup>187</sup> MARTINEZ, Lucy – September 11th, Iraq..., pp. 134 e ss.

<sup>188</sup> Nas palavras deste autor “*The right of self defense under Article 51 must be read to include all of the rights of self-defense that existed in customary international law at the time it was drafted. (...) I think it would be absurd to suggest (as some writers do) that thwarting a clear conspiracy to commit a future attack, even though there is no present or imminent “armed attack”, would not be an instance of self-defense.*” – COHAN, John Alan – Formulation of A State’s Response to Terrorism and State-Sponsored Terrorism, pp. 101 e ss.

<sup>189</sup> Nas palavras de Oscar Schachter: “*Nor does it appear necessary to read article 51 in that way – that is, to exclude completely legitimate self-defense in advance of an actual attack. In my view it is not clear that article 51 was intended to eliminate the customary law right of self-defense and it should not be given that effect. But we should avoid interpreting the customary law as if it broadly authorized preemptive strikes and anticipatory defense in response to threats.*” – SCHACHTER, Oscar – The Right of States to Use Armed Force, p. 1634.

<sup>190</sup> MURPHY, Sean D. - The Doctrine of..., pp. 706 e ss.

Desta forma, para os Construcionistas Estritos (entre os quais poderemos encontrar tais autores como Ian Brownlie<sup>191</sup> ou Philip Jessup<sup>192</sup>), qualquer tipo de legítima defesa preventiva, preemptiva ou antecipatória – independentemente da denominação que lhe possamos dar – nunca será verdadeiramente legítima, na medida em que não se enquadra nem na exceção à proibição do uso da força prevista pelo Capítulo VII da CNU, nem na previsão do ataque armado patente no artigo 51.º da CNU<sup>193</sup>. Podemos então concluir daqui que os defensores da Teoria Construcionista Estrita são, em boa verdade, restricionistas.

Cumpre, no entanto, realçar que existem defensores da escola Construcionista Estrita que começam a demonstrar algum tipo de abertura para a ideia de legítima defesa preemptiva que, embora continue a ser considerada por estes como ilegítima do ponto de vista da disposição do artigo 51.º da CNU, possa ser considerada moral ou politicamente justificável. Tomemos como exemplo Antonio Cassese: este autor defende o recurso à legítima defesa antecipada como uma acção legalmente proibida. No entanto, admite que perante situações em que um Estado ofereça à comunidade mundial ou à ONU provas convincentes de que será alvo de um ataque iminente, os seus ataques em legítima defesa (neste caso preemptiva), desde que proporcionais à ameaça e limitadas à remoção da mesma, poderão ser justificados pela comunidade internacional<sup>194</sup>. Deparamo-nos então com alguma abertura por parte dos restricionistas (ou construcionistas estritos) em não legalizar, mas justificar, em determinadas situações a legítima defesa preemptiva (mas não a legítima defesa preventiva).

Esta abordagem vai de encontro com outra teoria: a Teoria da Ameaça Iminente. Os defensores desta teoria fazem uma distinção entre a legítima defesa preventiva e preemptiva, negando a primeira, mas admitindo a segunda.

---

<sup>191</sup> BROWNLIE, Ian – International Law and..., p. 278.

<sup>192</sup> Podemos ler na obra deste autor que as preparações militares do Estado vizinho não justificariam aplicação da legítima defesa antecipatória, mas sim o recurso ao Conselho de Segurança da ONU: “*Under the Charter, alarming military preparations by a neighboring state would justify a resort to the Security Council, but would not justify resort to anticipatory force by the state which believed itself threatened.*” - JESSUP, Philip C. – A Modern Law..., p.166

<sup>193</sup> MURPHY, Sean D. - The Doctrine of..., p. 708.

<sup>194</sup> De acordo com Antonio Cassese: “*As for anticipatory self-defence, it is more judicious to consider such action as legally prohibited, while admittedly knowing that there may be cases where breaches of the prohibition may be justified on moral and political grounds and the community will eventually condone them or mete out lenient condemnation. This may in particular occur when the relevant State offers to the world community or to the UN convincing evidence of the impending attack, which is felt justified to preempt by use of force, and in addition shows that the anticipatory strike and the subsequent military actions have been proportionate to the threat, and limited to removal of such threat.*” – CASSESE, Antonio – International Law, p. 362.

Por um lado, consideram estes autores que o artigo 51.º da CNU não cria o direito à legítima defesa, mas antes preserva um direito pré-existente à mesma. Desta forma, admitem que o Direito Internacional Costumeiro anterior à criação da CNU reconhecia o direito dos Estados a protegerem-se, mas não só de um ataque já a decorrer, como também de um ataque iminente ou ameaça de ataque<sup>195</sup>, apresentando como principal precedente o nosso já conhecido caso “*Caroline*”<sup>196</sup>. Aliás, de acordo com D. W. Bowett, os trabalhos preparatórios da CNU sugerem que o seu artigo 51.º deverá salvaguardar o direito à (toda) legítima defesa e não restringi-la<sup>197</sup>, já que tal restrição seria incoerente com a proibição de uso de força e proibição de ameaça estipulada no número 4 do artigo 2.º da CNU. Este autor refere ainda, que não é de possível exigir a um Estado que tenha conhecimento de um ataque iminente, que fique calmamente a aguardar tal ataque, o qual poderá pôr em causa a sua própria existência.<sup>198</sup>

Desta forma, os defensores da Teoria da Ameaça Iminente consideram que o conceito de “ataque armado” patente no artigo 51.º da CNU tem de, forçosamente ser visto de uma forma muito mais ampla e incluir as situações de ataque armado iminente e impossível de evitar, mas que ainda não foi consumado. Admitem, assim, a possibilidade de acção com recurso à legítima defesa preemptiva<sup>199</sup>.

No entanto, tal como já tivemos oportunidade de mencionar, os defensores desta Teoria negam a admissibilidade ou justificabilidade de uso de força antecipado em situações em que o ataque não se demonstra como iminente, estando ainda “longe no tempo”. Consideram pois que sem a existência da iminência do ataque na equação, os Estados só podem estar a prever a ameaça de um futuro ataque, baseando-se em inteligência ou outro tipo de agentes de espionagem, o que poderá ser sempre pouco preciso e alterar ao longo do decurso do tempo. Ademais, tal acção preventiva poderá não preencher o requisito da necessidade, na medida em que uma ameaça de ataque tão

---

<sup>195</sup> A esse respeito veja-se D. W. Bowett, o qual afirma que o direito internacional tradicional sempre assumiu e admitiu o exercício antecipatório de força perante ataques iminentes, prestes a desencadear. – BOWETT, D. W. – *Self-defense in International Law*, pp. 188 e ss.

<sup>196</sup> MURPHY, Sean D. – *The Doctrine of...*, p. 711

<sup>197</sup> BOWETT, D.W. – *Self-defense in...*, p.188

<sup>198</sup> De acordo com este autor: “*In our view such a restriction is both unnecessary and inconsistent with Art. 2(4) which forbids not only force but the threat of force and, furthermore, it is a restriction which bears no relation to the realities of a situation which may arise prior to an actual attack and call for self-defence immediately if it is to be of any avail at all. No state can be expected to await an initial attack which, in the present state of armaments, may well destroy the state’s capacity for further resistance and so jeopardize its very existence.*” – BOWETT, D.W. – *Self-defense in...*, pp.191 e ss.

<sup>199</sup> MURPHY, Sean D. – *The Doctrine of...*, p. 712

distante no tempo poderia ser solucionada, por exemplo, através de meios diplomáticos<sup>200</sup>.

Desta forma torna-se claro que a Teoria da Ameaça Iminente defende vivamente a admissibilidade da legítima defesa preemptiva, mas não o faz quanto à legítima defesa preventiva.

Uma outra vertente desta teoria, poder-se-ia dizer uma vertente mais sofisticada, é a Teoria da Ameaça Qualitativa. Esta parte exactamente do mesmo princípio: a legítima defesa preventiva não é admissível, mas a legítima defesa preemptiva já o é. No entanto, os defensores desta vertente exigem o preenchimento de um requisito necessário para se poder actuar em legítima defesa preemptiva: o da qualidade (ou magnitude) do dano que o ataque poderá causar.

Sucede que, com o mundo e a tecnologia a avançarem cada vez mais, com as armas de destruição maciça a desenvolverem-se e com os grupos terroristas a apoderar-se das mesmas, há ameaças de ataque que se tornam mais preocupantes do que outras. Deste modo, a Teoria da Ameaça Qualitativa considera que somente as ameaças que demonstram uma probabilidade alta de um ataque altamente destrutivo e que poderá pôr em causa a ordem pública, poderão dar azo ao uso de força em legítima defesa preemptiva<sup>201</sup>.

Torna-se curioso verificar que, apesar de esta teoria existir, há poucos autores que oficialmente a suportam. Aliás, o próprio TIJ, ao pronunciar-se na Opinião Consultiva “*Legality of the Threat or Use of Nuclear Weapons*” referiu que “não consegue estabelecer uma conclusão definitiva no que diz respeito à legalidade ou ilegalidade de uso de armas nucleares por um Estado em extremas circunstâncias de legítima defesa, quando está em causa a própria sobrevivência do Estado”<sup>202</sup>. No entanto, apesar de tal declaração do TIJ não ser muito optimista, podemos depreender da mesma que se o TIJ não condenou “*ab initio*” tal acção preemptiva, possuindo dúvidas sobre a mesma, então talvez em determinadas situações apresentaria algum tipo de abertura para a admitir.

A quarta teoria que devemos aqui apresentar é a Teoria da Morte da Carta. De acordo com esta teoria, as disposições patentes na CNU que proíbem o uso de força encontram-

---

<sup>200</sup> MURPHY, Sean D. - *The Doctrine of...*, pp. 714 e ss.

<sup>201</sup> MURPHY, Sean D. - *The Doctrine of...*, pp. 715 e ss.

<sup>202</sup> Na versão original do documento: “(...) *the Court is led to observe that it cannot reach a definitive conclusion as to the legality or illegality of the use of nuclear weapons by a State in an extreme circumstance of self-defence, in which its very survival would be at stake.*” – “*Legality of the Threat or Use of Nuclear Weapons*”..., para. 97.

se completamente esvaziadas de conteúdo, tendo caído em desuso, devido à prática dos Estados.

Os defensores desta teoria consideram que os Estados realmente aderem, de uma forma oficial, à CNU e às suas disposições normativas mas, no entanto, é uma adesão meramente retórica, uma adesão “pró-forma”, e que visa encobrir a prossecução dos seus verdadeiros interesses políticos<sup>203</sup>.

Nas palavras de Michael Glennon, a CNU foi sucessivamente e com frequência violada, principalmente no que diz respeito à proibição do uso de força. Este autor aponta que desde 1945 cerca de 126 Estados lutaram em 291 conflitos interestaduais – sendo que esta estatística foi por ele abordada no ano de 2002<sup>204</sup>. Neste momento, isto é quase 18 anos depois e atendendo aos últimos desenvolvimentos na arena internacional, os números sem dúvida alteraram.

Michael Glennon faz ainda um reparo, referindo que a intenção primária dos Estados, expressa em palavras – isto é, nas disposições da CNU – foi substituída por uma intenção posterior, expressa em acções – isto é, expressa pelo uso de força<sup>205</sup>. Faz, desta forma, uma comparação entre a ideia-fantasia, uma ideia original e oficial dos Estados que, teoricamente, aderiram à proibição do uso de força e uma ideia de realidade crua, uma ideia de facto, de acordo com a qual os Estados desconsideraram completamente essas mesmas disposições.

Desta forma, os defensores da Teoria da Morte da Carta consideram que, uma vez que os Estados não se sentem, na prática, vinculados às disposições patentes na CNU, tendo violado sucessivamente a proibição do uso de força, então também não há nenhum impedimento para se agir em legítima defesa preventiva ou preemptiva, sempre que um Estado tenha de agir em prol do seu bem-estar e da protecção do seu bem-estar<sup>206</sup>.

---

<sup>203</sup> MURPHY, Sean D. - *The Doctrine of...*, pp. 717 e ss.

<sup>204</sup> Nas palavras deste autor: “*The Charter’s use-of-force rules have been widely and regularly disregarded. Since 1945, two-thirds of the members of the United Nations – 126 states out of 189 – have fought 291 interstate conflicts in which over 22 million people have been killed.*” – GLENNON, Michael J. – *Preempting Terrorism: The case for anticipatory self-defense*, p.4

<sup>205</sup> Nas palavras de Glennon: “*State’s earlier intent, expressed in words, has been superseded by their later intent, expressed in deeds.*” – GLENNON, Michael J. – *Preempting Terrorism: The...*, p.4

<sup>206</sup> MURPHY, Sean D. - *The Doctrine of...*, p. 719.



## 5.2. A Doutrina Bush

Chegados a este ponto, cumpre ainda fazer referência a uma outra “doutrina” que, na nossa modesta opinião, não é uma teoria ou escola a ser seguida, mas antes uma posição assumida pelos EUA atendendo às circunstâncias vividas, sem demonstrar aproximação aos elementos de qualquer uma das teorias previamente mencionadas. Estamos aqui a referir-nos à Doutrina Bush.

A Doutrina Bush surgiu como uma reacção dos EUA aos ataques que tiveram lugar a 11 de Setembro de 2001. Neste dia quatro aviões americanos foram capturados por terroristas que, futuramente, foram reconhecidos como pertencentes ao grupo al-Qaeda. Dois dos aviões foram direccionados contra as torres *World Trade Center* em Manhattan, um deles contra a sede do Departamento de Defesa dos EUA, isto é, o Pentágono, e o quarto contra Washington D.C, alegadamente contra o Capitólio dos EUA, sendo que este último nunca chegou ao seu destino, tendo despenhado em Pensilvânia após a tentativa dos passageiros em tentar recuperar o controle do avião. Os restantes três aviões conseguiram alcançar o seu alvo, provocando um número incontável de mortos e criando um ambiente de caos, medo e terror. Os referidos ataques foram imputados a Osama bin Laden, líder do grupo al-Qaeda, o qual somente reconheceu o envolvimento do seu grupo nos referidos ataques em 2004. Estes acontecimentos marcaram de forma substancial a política internacional em particular e o século XXI em geral. Após 11 de Setembro de 2001, o mundo nunca voltou a ser o mesmo.

Foi no seguimento destes acontecimentos que surgiu a Doutrina Bush, de acordo com a qual o os EUA iriam defender o seu território e os seus cidadãos antes das ameaças alcançarem o território americano, agindo preventivamente<sup>207</sup> contra os terroristas. Actuando em conformidade com o essa mesma ideologia, a 7 de Outubro de 2001, os EUA apresentaram ao presidente do Conselho de Segurança da ONU uma carta em que afirmam iniciar acções em exercício da sua legítima defesa, proferindo, no entanto, que se trata de acções designadas a prevenir e impedir futuros ataques direccionados contra os EUA<sup>208</sup>, desencadeando a operação armada em Afeganistão “*Operation Enduring*

---

<sup>207</sup> Recordemo-nos os EUA, nomeadamente o Presidente Bush, confundem os conceitos de legítima defesa preemptiva e preventiva, sendo que, de acordo com a terminologia que defendemos na presente dissertação, pretendem sempre fazer referência à legítima defesa preventiva.

<sup>208</sup> Nos termos da referida carta: “*In accordance with Article 51 of the Charter of the United Nations, I wish, on behalf of my Government, to report that the United States of America, together with other States, has initiated actions in the exercise of its inherent right of individual and collective self-defence following the armed attacks that were carried out against the United States on 11 September 2001. (...) In response*

*Freedom*”. É curioso verificar que, por um lado, os EUA salientaram de forma explícita que as suas acções teriam um carácter antecipatório mas, para a sua decisão não se apresentar como violadora da CNU, decidiram alegar que o referido uso de força seria efectuado ao abrigo do artigo 51.º da CNU. Não conseguiram, no entanto, escapar à controvérsia que tal atitude desencadeou.

Não obstante as críticas que esta política preventiva recebeu, os EUA continuaram sucessivamente a envergar por esta via. A 29 de Janeiro de 2002, George Bush voltou a frisar a importância de prevenir que os terroristas e os regimes que possuem armas químicas, biológicas ou nucleares ameçassem os EUA e o resto do mundo. O seu discurso teve como foco, em particular, o Eixo do Mal (*“Axis of Evil”*) constituído pela Coreia do Norte – detentora de mísseis e armas de destruição maciça; Irão – Estado que procurava este tipo de armamento de modo a causar terror; e Iraque – que continuava a demonstrar a sua hostilidade perante os EUA, produzindo gás nervoso e outras armas nucleares. Nas palavras de George Bush, um dos objectivos dos EUA era prevenir estes regimes que patrocinam a ameaça contra os EUA<sup>209</sup>.

Sensivelmente meio ano mais tarde, a 1 de Junho de 2002, George Bush proferiu declarações substancialmente semelhantes aquando do seu discurso na Academia Militar de WestPoint:

*“For much of the last century, America’s defense relied on the Cold War doctrines of deterrence and containment. In some cases, those strategies still apply. **But new threats also require new thinking.** Deterrence – the promise of massive retaliation against nations – means nothing against shadowy terrorist networks with no nation or citizens to defend. (...) **If we wait for threats to fully materialize, we will have waited too long. (...) the war on terror will not be won on the defensive.** We must take the battle to the enemy, disrupt his plans, and confront the worst threats before they*

---

*to these attacks, and in accordance with the inherent right of individual and collective self-defence, United States armed forces have initiated actions designed to prevent and deter further attacks on the United States.”* – NEGROPONTE, John D. - Letter dated 7 October 2001 from the Permanent Representative of the United States of America to the United Nations, addressed to the President of the Security Council, paras. 1 e 4.

<sup>209</sup>BUSH, George W. – President Delivers State of the Union Address, paras. 13, 18, 19 e 20.

*emerge. In the world we have entered, the only path to safety is the path of action. And this nation will act.*<sup>210</sup>”

Do seu discurso podemos depreender de que a ideia base prendia-se com o facto de que os EUA pretendiam agir contra as entidades terroristas de uma forma preventiva, pois a única forma de ganhar com o terror e alcançar a paz internacional era através da acção e não por meios defensivos. Vemos aqui o desenrolar da Doutrina Bush que faz um claro apelo ao uso de força preventivo.

Cumpramos realçar que as referidas declarações e a Doutrina Bush enquanto ideologia consubstanciou-se na nova Estratégia Nacional de Segurança dos EUA de 2002, da qual resultava que uma das medidas a ser tomada era a acção antecipada<sup>211</sup> (preemptiva de acordo com os EUA, preventiva na nossa interpretação). Apesar de os EUA, na referida estratégia, terem declarado que não iriam utilizar força antecipada em todos os casos em que possa surgir uma ameaça, pois “nenhum Estado deve utilizar preempção como pretexto para agressão”<sup>212</sup>, a verdade é que no mesmo documento referiram também que iriam defender os cidadãos americanos e os seus interesses, identificando e destruindo as ameaças antes que estas alcancem as suas fronteiras<sup>213</sup>. Bem assim, referiram ainda que os EUA, apesar de apoiarem a comunidade internacional, não hesitariam, se necessário, em agir sozinhos, de forma (na visão do documento) preemptiva para prevenir os terroristas de causarem danos contra os cidadãos e o próprio Estado<sup>214</sup>.

Conforme explica Christine Gray, toda a Doutrina Bush foi uma tentativa clara de aproveitamento da ideia de “guerra contra o terrorismo” de forma a expandi-la e encobrir utilizações de uso de força preventivas, pois sem a existência de ataque ou ameaça iminente. Foi, portanto, uma tentativa de alargamento dos limites de legítima defesa<sup>215</sup>.

---

<sup>210</sup>BUSH, George W. – President Bush Delivers Graduation Speech at West Point, paras. 17 e ss (sublinhados nossos).

<sup>211</sup> De acordo com a estratégia adoptada pelos EUA, para prevenir actos hostis praticados pelos adversários, os EUA irão agir, se necessário, de forma preemptiva: “*To forestall or prevent such hostile acts by our adversaries, the United States will, if necessary act preemptively*”. – THE WHITE HOUSE – The National Security..., 2002, p.15.

<sup>212</sup> De acordo com o documento elaborado pela Casa Branca: “*The United States will not use force in all cases to preempt emerging threats, nor should nations use preemption as a pretext for aggression*” – THE WHITE HOUSE – The National Security..., 2002, p.15.

<sup>213</sup> THE WHITE HOUSE of the USA – The National Security..., 2002, p.6.

<sup>214</sup> De acordo com o referido documento: “*While the United States will constantly strive to enlist the support of the international community, we will not hesitate to act alone, if necessary, to exercise our right of self-defense by acting preemptively against such terrorist, to prevent them from doing harm against our people and our country; (...)*” - THE WHITE HOUSE – The National Security..., 2002, p.6.

<sup>215</sup> GRAY, Christine – International law and..., p.250.

Conforme já mencionado, tal tentativa não passou despercebida, tendo sido amplamente rejeitada pela plateia internacional. A título de exemplo mencionemos as palavras do Procurador Geral do Reino Unido, Lord Goldsmith, que a propósito da sua opinião proferida relativamente à intervenção dos EUA no Iraque em 2003, enviou uma carta ao Primeiro Ministro Tony Blair onde referiu expressamente que não é geralmente aceite que um ataque armado iminente justifique o recurso à força. Referiu ainda que na sua opinião deve haver algum nível de iminência para se poder justificar o uso de força preemptivo, realçando que os EUA pretendiam utilizar a força de forma preventiva, indo “para lá” da resposta proporcional face a um ataque iminente o que, na sua opinião, não existia nem era reconhecido no Direito Internacional<sup>216</sup>.

Mas as críticas não ficaram por ali. Uma vez iniciada a intervenção no Iraque em 2003, a comunidade internacional pronunciou-se amplamente sobre o assunto. Em Setembro de 2003, o Secretário Geral da ONU Kofi Annan declarou que “esta lógica [dos Estados de agirem de forma preemptiva<sup>217</sup>] apresenta-se como um desafio fundamental aos princípios nos quais, mesmo que imperfeitamente, a estabilidade e a paz mundial se tem baseado ao longo dos [na altura] 58 anos.”<sup>218</sup>. Referiu ainda que a sua preocupação prendia-se com o facto de que, se tal possibilidade de acção fosse adoptada, poderia causar precedentes que resultariam num crescimento exponencial do uso de força unilateral, ilegítimo, com ou sem justificação<sup>219</sup>.

Por sua vez, o relatório “*A more secure world: our shared responsibility*” elaborado em 2004 a propósito do Painel da ONU “*High Level Panel on Threats, Challenges and Change*” apesar de dar alguma abertura para o uso de força preemptiva, referiu

---

<sup>216</sup> Nas palavras de Lord Goldsmith: “*The concept of what is imminent may depend on the circumstances. Different considerations may apply, for example, where the risk is of attack from terrorists sponsored or harboured by a particular State, or where there is a threat of an attack by nuclear weapons. I am aware that the USA has been arguing for recognition of a broad doctrine of a right to use force to pre-empt danger in the future. If this means more than a right to respond proportionately to an imminent attack (and I understand that the doctrine is intended to carry that connotation) this is not a doctrine which, in my opinion, exists or is recognized in international law.*” – GOLDSMITH, (Lord) Peter - Letter from the Attorney General Lord Goldsmith regarding the Invasion of Iraq to the Prime Minister, ponto 3.

<sup>217</sup> Cumpre realçar que, embora o Secretário Geral tenha referido o uso de força preemptiva, da totalidade do seu discurso poder-se-á que o seu foco estava mais virado para o uso de força por nós denominado como preventivo.

<sup>218</sup> Conforme proferiu o Secretário Geral da ONU Kofi Annan: “*(...) they argue, States have the right and obligation to use force pre-emptively, even on the territory of other States, and even while weapons systems that might be used to attack them are still being developed. According to this argument, States are not obliged to wait until there is agreement in the Security Council. Instead, they reserve the right to act unilaterally, or in ad hoc coalitions. This logic represents a fundamental challenge to the principles on which, however imperfectly, world peace and stability have rested for the last 58 years*” – ANNAN, Kofi – Speech by Secretary General Kofi Annan to the General Assembly of the United Nations regarding the adoption of policy of pre-emption, paras. 25 e ss.

<sup>219</sup> ANNAN, Kofi – Speech by Secretary..., para. 28.

expressamente que aceitar o uso de força preventiva, isto é perante ataques não iminentes, iria constituir um risco demasiado elevado para um mundo repleto de potenciais ameaças<sup>220</sup>.

No entanto, apesar das várias opiniões proferidas que rejeitavam a Doutrina Bush e o uso de força preventiva, os EUA consideraram que tal política era a mais indicada para ser prosseguida, tendo-a reforçado no “*National Security Strategy*” de 2006, principalmente no que diz respeito às armas de destruição maciça, mencionando que não desconsideravam a utilização de força antes da ocorrência dos ataques, realçando ainda que a estratégia nacional relativa à preempção (na nossa interpretação: prevenção) permanecia igual:

*“If necessary (...) we do not rule out the use of force before attacks occur, even if uncertainty remains as to the time and place of the enemy’s attack. When the consequences of an attack with WMD are potentially so devastating, we cannot afford to stand idly by as grave dangers materialize. This is the principle and logic of preemption. **The place of preemption in our national security strategy remains the same.**”*<sup>221</sup>

É, no entanto, de realçar que a Doutrina Bush seguida pelos EUA alterou o seu foco: enquanto que no ano 2002 o principal inimigo eram a Coreia do Norte, o Irão e o Iraque, no ano de 2006, o principal perigo provinha dos “extremistas Islâmicos”, isto é a Síria e o Iraque, proclamadas como aliadas do terror e inimigas da liberdade, justiça e paz<sup>222</sup>.

A curiosidade da Doutrina Bush consiste no facto de a mesma não se enquadrar em cem por cento em nenhuma das escolas previamente referidas. Claramente não é restricionista, mas também não limita a legítima defesa preventiva às ameaças iminentes ou ameaças iminentes qualificadas. Em boa verdade, nenhuma das Estratégias Nacionais adoptadas pelos EUA, seja a de 2002 ou a de 2006, esclarece qual o escopo da acção ou o tipo de atitude por parte do Estado potencialmente atacante que poderá desencadear o recurso à legítima defesa preventiva<sup>223</sup>. A ideia que se retira é que, no entendimento dos

---

<sup>220</sup> High-Level Panel on Threats, Challenges and Change - A more secure world: our shared responsibility – Report of the High-level Panel on Threats, Challenges and Change, para. 191

<sup>221</sup> THE WHITE HOUSE – The National Security Strategy of the United States of America, 2006, p.23., sublinhados nossos.

<sup>222</sup> THE WHITE HOUSE – The National Security..., 2006, p.12. GRAY, Christine – International law and..., p.251.

<sup>223</sup> GRAY, Christine – International law and..., p.251.

EUA, qualquer suspeita de ameaça que possa vir a causar danos, mesmo que esta seja distante ou não confirmada, permite agir em legítima defesa preventiva.

Conforme referem Michael Doyle e Ron Suskind, tal ideologia representa a “Doutrina de Um Porcento”: se houver pelo menos um por cento de possibilidade de um ataque, esse um por cento constitui já um risco inaceitável<sup>224</sup>. E ainda que, tal como admite Ron Suskind, as provas e evidências de que tal ataque se irá, efectivamente, concretizar, sejam tão pequenas que quase inexistentes, “se houver pelo menos um por cento de chance dos terroristas obterem armas de destruição maciça (...), os Estados Unidos têm de actuar como se fosse uma certeza<sup>225</sup>”.

Analisando as Estratégias Nacionais adoptadas pelos EUA, principalmente depois do ataque de 11 de Setembro de 2001, não restam dúvidas que a Doutrina Bush baseia-se fortemente na Doutrina de Um Porcento. Parece igualmente claro que a Doutrina Bush afasta-se das restantes doutrinas tipicamente defendidas pelos autores internacionais, sendo uma doutrina de certa forma atípica, uma vez que os EUA utilizam-na para esticar os limites da legítima defesa, preferindo primeiro agir e só depois pedir autorização.

## **6. Resumo breve da Parte II**

Antes de entrarmos na Parte III da presente dissertação, cumpre fazer um breve resumo das ideias aqui expostas.

Como já tivemos oportunidade de referir, na arena internacional tem-se sentido alguma disparidade de entendimentos no que diz respeito à terminologia utilizada relativamente à legítima defesa preventiva e preemptiva. No entanto o critério que nos permite estabelecer a distinção e entendimento entre uma e outra é o critério temporal. Neste sentido, a diferença traça-se entre as ameaças de ataque iminentes, prestes a acontecer e as ameaças de ataques não iminentes e mais distantes no tempo. De acordo com o nosso modesto entendimento, a primeira situação denomina-se legítima defesa preemptiva e a segunda – legítima defesa preventiva, sendo que, para uma maior facilidade e fluidez de discurso nesta dissertação utilizamos por vezes a designação

---

<sup>224</sup> DOYLE, Michael W. – Striking First. Preemption..., p.25. SUSKIND, Ron – One Percent Doctrine: Deep Inside America’s Pursuit of Its Enemies Since 9/11, p.62.

<sup>225</sup> SUSKIND, Ron – One Percent Doctrine..., p.62.

“legítima defesa antecipatória” para designar ambas as figuras que utilizam o uso de força antes de um suposto ataque ter ocorrido.

Verificámos também que, tratando-se de uma figura bastante controversa, foram ao longo dos anos criadas várias doutrinas e teorias sobre a sua admissibilidade e/ou a interpretação e extensão do artigo 51.º da CNU. Assim, deparámo-nos com teorias categoricamente proíbem a utilização de legítima defesa antecipatória nos termos do artigo 51.º, considerando que o mesmo só admite recurso à legítima defesa perante a ocorrência efectiva de um ataque armado (Teoria Restriccionista e Teoria Construcionista Estrita, as quais na sua substância são iguais); teoria que admite o recurso à legítima defesa antecipatória nos termos do artigo 51.º, mas somente nos casos das ameaças serem iminentes, fazendo então referência à legítima defesa preemptiva, sendo que uma outra vertente desta teoria faz ainda menção à qualidade e gravidade que tal ameaça possa causar se consumada (Teoria da Ameaça Iminente e Teoria da Ameaça Qualitativa respectivamente) e, por fim, a teoria que considera que os Estados Membros da ONU somente aderiram às disposições da CNU de uma forma oficial e que, em boa verdade, perante qualquer ameaça irão agir de acordo com os seus próprios interesses, sendo assim a legítima defesa antecipatória perfeitamente admissível (Teoria da Morte da Carta).

Finalmente, podemos ainda verificar a existência de uma outra doutrina, um tanto atípica, e envergada pelos EUA: a Doutrina Bush. Tal política, frequentemente utilizada desde os ataques que tiveram lugar a 11 de Setembro de 2001, baseou-se na Doutrina de Um Porcento, estabelecendo que a mínima desconfiança de um possível ataque é um risco demasiado grande, sendo assim suficiente para se agir preventivamente contra o potencial atacante. Com base nesta Doutrina os EUA traçaram as suas Estratégias Nacionais, como as de 2002 e 2006 e prosseguiram e com várias operações militares, como as contra o Afeganistão ou Iraque. Não tiveram, no entanto, apoio da arena internacional, tendo sido amplamente e frequentemente criticados pelas opções tomadas.

### **PARTE III**

## **DA ABORDAGEM PRÁTICA DA LEGÍTIMA DEFESA PREVENTIVA E PREEMPTIVA**

### **7. A problemática**

#### **7.1. Dos precedentes**

Conforme já tivemos oportunidade de analisar, a proibição do uso de força, consagrada no número 4 do artigo 2.º da CNU constitui um dos princípios basilares do Direito Internacional, tendo sido o pilar mais importante da paz e segurança internacionais desde a segunda metade do século XX até ao momento presente.

No entanto, por mais esforços que tenham sido empregues na preservação da paz, a verdade é que os conflitos não cessaram por completo e as ameaças são permanentes. Atendendo a tal contexto, há quem defenda que os Estados deveriam poder recorrer de forma antecipada ao uso de força antes de os ataques ocorrerem, de modo a evitar que os mesmos se concretizem e causem graves danos. Esta visão, no mínimo controversa, tem sido frequente alvo de debate na arena internacional.

Várias questões se levantam no que diz respeito à admissibilidade da legítima defesa preventiva e/ou preemptiva: não só a interpretação do artigo 51.º da CNU, ou a problemática da eficácia dos mecanismos da ONU existentes e que autorizam o uso de força, mas também os próprios resultados práticos a nível internacional que poderiam emergir da admissibilidade desta figura.

Ora vejamos. Abstraindo-nos, de momento, da discussão se o artigo 51.º da CNU enquadra ou não enquadra a legítima defesa antecipatória, admitindo, portanto, que a mesma é legalmente válida e admissível, tentemos traçar as possíveis consequências do seu uso.

Imaginemos que um Estado A pretende atacar um Estado B: os exércitos militares do Estado A encontram-se na fronteira do Estado B, armados, prestes a invadir o Estado B. O Estado B, perante a iminência do ataque que ainda não se iniciou, age antecipadamente, enviando os seus próprios exércitos e aniquilando as forças militares do Estado A. Neste caso o Estado B age recorrendo à legítima defesa preemptiva.



Pouco tempo depois, o Estado B toma conhecimento de que o Estado C começou a desenvolver armas nucleares e de destruição maciça, cujo propósito poderá ser o de atacar o Estado B e causar-lhe grandes danos. Tal possibilidade de ataque é ainda remota, na medida em que a posição do Estado C em atacar o Estado B não é oficial e pode modificar devido a alterações circunstanciais. No entanto, o Estado B considera que deve salvaguardar os interesses do seu território e dos seus cidadãos, pelo que, perante tal perigo, ainda que eventual, decide agir de forma antecipada, bombardeando as centrais de produção das armas e as zonas circundantes. Neste caso o Estado B age recorrendo à legítima defesa preventiva.

Tendo agido já duas vezes de forma antecipada, no seu entendimento justificadamente, o Estado B é informado que o Estado D está a começar investigações referentes a novas tecnologias, as quais poderão ser promissoras para futuros eventuais ataques. A verdade é que o Estado D nunca teve como propósito atacar o Estado B ou qualquer outro Estado; o seu único objectivo era o de investigar e desenvolver novas tecnologias para o bem da comunidade. No entanto, o Estado B, tendo já agido de forma antecipada duas vezes, a título preemptivo e preventivo, faz uma “interpretação extensiva” dos propósitos do Estado D, considerando que tais investigações poderão futuramente originar ataques contra o Estado B. Desta forma, o Estado B age de forma antecipada sobre o Estado D, acabando por ser ele próprio o invasor e recorrendo ao uso de força que extravasa de forma total o conceito presente no artigo 51.º da CNU ou os conceitos de legítima defesa preventiva e/ou preemptiva.

Claramente que os cenários hipotéticos que acabámos de expor são, propositadamente, exagerados, de forma a poderem mais facilmente alertar para um dos problemas da admissibilidade da legítima defesa antecipatória.

Nas palavras de Stephen Macedo, permitir antecipadamente o uso unilateral de guerra preventiva será criar um perigo demasiado elevado, uma vez que os Estados poderosos poderão agir preventivamente contra ameaças que, em boa verdade, não existem, nem nunca existirão. Realça ainda este autor que “se tiveres um martelo realmente excelente, tudo poderá parecer um prego”<sup>226</sup>.

Trata-se, portanto, de uma preocupação relativa à possibilidade de um Estado, ao recorrer à legítima defesa antecipatória uma vez, poder, posteriormente, utilizar essa figura de forma mais recorrente para justificar qualquer acção sua, mesmo que não haja

---

<sup>226</sup> Stephen Macedo faz estas menções na introdução do livro “Striking First. Preemption and Prevention in International Conflict” de Michael Doyle. - DOYLE, Michael W. – Striking First. Preemption..., p.xv.

necessidade para tal, utilizando-a como pretexto e precedente. O peso desta questão é de tal forma importante que já tem sido retratado por Abraham Lincoln na sua carta enviada a William H. Herndon, onde condena vivamente a infundada alegação do Presidente Polk em como o México havia atacado os EUA, justificando a guerra pelo Texas. Nas suas palavras:

*“Allow the President to invade a neighboring nation whenever he shall deem it necessary to repel an invasion, and you allow him to do so whenever he may choose to say he deems it necessary for such purpose, and you allow him to make war at pleasure. (...) If to-day he should choose to say he thinks it necessary to invade Canada to prevent the British from invading us, how could you stop him? You may say to him, “I see no probability of the British invading us”; but he will say to you, “Be silent: I see it, if you don’t.”<sup>227</sup>.*

Ainda que Abraham Lincoln não tenha referido a legítima defesa preventiva expressamente, a verdade é que alertou para a problemática do precedente e do pretexto: permitir ao Presidente Polk invadir um Estado sempre que tal seja considerado necessário para impedir uma invasão, será permitir-lhe que tal necessidade exista a qualquer momento, em qualquer situação, *ergo*, será permitir-lhe fazer a guerra por prazer.

Precisamente para evitar tal situação mas, simultaneamente, não deixando os Estados desprotegidos, a CNU apresentou como exceções à proibição do uso de força as medidas adoptadas pelos órgãos competentes da ONU ao abrigo do capítulo VII da CNU, admitindo também uma causa de justificação do uso da força, nomeadamente o recurso à legítima defesa à luz do artigo 51.º da CNU. No entanto, sucede que, mesmo tal salvaguarda poderá não tutelar por completo os interesses dos Estados.

---

<sup>227</sup> LINCOLN, Abraham - Letter to William H. Herndon.

## 7.2. Da (in)acção e dos vetos do Conselho de Segurança

Como já tivemos oportunidade de mencionar, perante situações de ameaça à paz, ruptura da paz ou actos de agressão, a ONU poderá utilizar meios de força “(...) por meio de forças aéreas navais ou terrestres, a acção que julgar necessária para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais (...)”<sup>228</sup>. Por outro lado, um Estado que esteja sob ataque, poderá exercer o seu direito à legítima defesa, devendo, no entanto, notificar o Conselho de Segurança sobre tal situação para que este possa tomar as medidas que considerar adequadas para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais<sup>229</sup>. Não obstante, trata-se somente de um requisito de regularidade e não de licitude, na medida em que o exercício de legítima defesa por parte de um Estado, sem a notificação do Conselho de Segurança, não tornará a legítima defesa ilícita.

Sucede que, tanto no primeiro, como no segundo caso, a adopção das medidas em causa é uma matéria de competência do Conselho de Segurança da ONU, conforme se pode verificar pelo disposto no número 2 do artigo 24.º da CNU. Desta forma, para as medidas serem adoptadas, têm de ser aprovadas por este órgão, de acordo com as regras de votação explícitas no artigo 27.º da CNU, mais particularmente no seu número 3, uma vez as matérias em causa abordarem questões não procedimentais<sup>230</sup>. Por conseguinte a aprovação destas matérias exige um voto positivo de nove dos quinze membros do Conselho de Segurança, sendo ainda exigido uma aprovação ou abstenção de todos os cinco membros permanentes. Dito de outro modo, o que é necessário é que não haja votos negativos dos cinco membros permanentes. Nestes termos, se houver uma maioria de dez membros do Conselho de Segurança a votar favoravelmente numa questão, quatro membros permanentes a absterem-se (ou a votarem positivamente), mas um dos membros permanentes conceder um voto negativo, a questão não será aprovada. Estamos perante uma figura popularmente conhecida como o veto dos membros permanentes, o qual, nas palavras de Mateus Kowalski, é um “reflexo da hierarquização nas relações internacionais desenvolvidas e maturadas durante a Guerra”<sup>231</sup>.

---

<sup>228</sup> Conforme consta na letra do artigo 42.º da CNU.

<sup>229</sup> Conforme o disposto no artigo 51.º da CNU.

<sup>230</sup> Relembremos que o Conselho de Segurança poderá deliberar sobre as questões relacionadas com o procedimento a ser adoptado – as quais se regem pelo número 2 do artigo 27.º da CNU, exigindo uma aprovação de, no mínimo, nove membros independentemente de serem membros permanentes ou não permanentes – ou sobre questões “de matéria”, isto é, as questões não procedimentais e as quais seguem as regras de votação patentes no número 3 do artigo 27.º da CNU.

<sup>231</sup> KOWALSKI, Mateus – Uma nova era para o Conselho de Segurança? Desafios e oportunidades de reforma, p.365. A este respeito, cumpre-nos realçar que a figura do veto dos membros permanentes é uma

Não foram raras as vezes em que a possibilidade de recorrer à figura do veto permitiu aos membros permanentes prosseguir e defender os seus próprios interesses, muitas vezes prejudicando os Estados que necessitavam de ajuda e reacção por parte da ONU. Um período que ficou particularmente marcado pelos vetos dos membros permanentes foi a época da Guerra Fria, durante a qual as superpotências, isto é os EUA e a URSS, recorriam a esta figura não tanto para garantir o cumprimento dos princípios e objectivos da ONU, mas para demonstrarem a sua posição e força perante a contraparte. Com o fim da Guerra Fria a tendência de utilização do veto tem vindo a diminuir mas, no entanto, não desapareceu por completo.

Um dos exemplos em que a figura do veto serviu para a prossecução dos interesses particulares de um dos membros permanentes foi o caso da revolução que ocorreu na Hungria em 1956. A Hungria vivia na altura num regime totalitário, caracterizado pela política pró-soviética. Em Outubro de 1956 gerou-se um clima de revolução antitotalitária: centenas de protestantes saíram para as ruas, exigindo libertação da opressão soviética e um sistema político mais democrático<sup>232</sup>. Perante tais Imre Nagy, Primeiro-Ministro húngaro, pretendendo dar um impulso à revolução, anunciou a retirada da Hungria do pacto de Varsóvia, solicitando a declaração de neutralidade deste Estado na Secunda Sessão de Emergência da Assembleia Geral da ONU, pedindo expressamente ajuda às “quatro grandes Potências” em defender a referida neutralidade<sup>233</sup>.

Em resposta a tal postulado, foi apresentado pelos EUA ao Conselho de Segurança um projecto de resolução, o qual exigia que a URSS desistisse de qualquer tipo de intervenção na Hungria, retirasse as suas tropas do território Húngaro, solicitando também o respeito da URSS pela independência e soberania da Hungria<sup>234</sup>. Aliás, na reunião que visava a deliberação de tal proposta, os EUA referiram expressamente que a

---

figura herdada do Pacto da SDN e que foi imposta como uma *conditio* para a criação da ONU por parte das potências que saíram vencedoras da II Guerra Mundial. Apesar de ter havido grandes reservas para a aceitação desta figura, os restantes Estados acabaram por aceitar a condição imposta, optando pelo “mal menor”, isto é, pela criação da ONU, mesmo que baseando-a num despotismo oligárquico e demonstrando uma grande desigualdade entre os membros do Conselho de Segurança, em vez de optar por uma completa inexistência de uma organização internacional que visasse a preservação da paz. - BAPTISTA, Eduardo Correia – O poder público..., p. 652.

<sup>232</sup> GRAY, Christine – International law and..., pp.92 e ss. HISTORY.COM EDITORS – Soviets put a brutal end to Hungarian revolution, paras. 1 e ss.

<sup>233</sup> De acordo com a carta de Imre Nagy direccionada para a ONU “(...) *the Hungarian Government immediately repudiates the Warsaw Treaty and at the same time declares Hungary’s neutrality, turns to the United Nations and requests the help of the four great Powers in defending the country’s neutrality*” – Assembleia Geral, Segunda Sessão de Emergência – Hungary: request for the inclusion of an additional item in the agenda of the General Assembly, p.1.

<sup>234</sup> Proposta de Resolução do Conselho de Segurança - United States of America: draft resolution, de 03 de Novembro de 1956, p.2

acção da ONU no panorama vivido pela Hungria é uma questão de vida ou morte, uma vez que se tratava de ameaça à paz<sup>235</sup>. No entanto, apesar de todos os esforços levados pelo Conselho de Segurança para avançar com ao Estado Húngaro, a proposta de resolução, apesar de ter recebido nove votos favoráveis, não foi aprovada devido ao veto da URSS<sup>236</sup>, a qual bloqueou a tentativa da ONU em salvaguardar a integridade e independência da Hungria, prosseguindo assim os seus próprios interesses em exercer o controlo neste território. Aliás, ainda nesse mesmo dia, isto é a 4 de Novembro de 1956, os tanques soviéticos entraram em Budapeste, acabando por completo com a revolução antitotalitária<sup>237</sup>.

Outro exemplo que podemos referir, remonta o ano de 1989, aquando da invasão do Panamá pelas forças militares dos EUA. Em Maio de 1989 as eleições presidenciais foram ganhas pelo Guillermo Endara, para o grande descontentamento do ditador militar, General Manuel Noriega, o qual recusou aceitar o resultado das eleições<sup>238</sup>.

O aumento de forças militares americanas na Zona do Canal no Panamá foi interpretado por este Estado como uma provocação dos EUA, na sequência da qual, o General Manuel Noriega declarou publicamente encontrar-se em Estado de Guerra com os EUA. Foram verificadas ocorrências de violência contra a população americana que ali se encontrava, o que por sua vez levou a intervenções armadas por parte dos EUA<sup>239</sup>.

Na reunião do Conselho de Segurança de 20 de Dezembro de 1989, o representante dos EUA alegou que o uso de força exercido foi efectuado ao abrigo da legítima defesa prevista no artigo 51.º da CNU. Invocou as palavras do Presidente George Bush, o qual tinha realçado que na sequência da declaração do Estado de Guerra pelo General Manuel Noriega, “as forças sob o seu comando dispararam e mataram um militar americano desarmado, feriram outro, prenderam e espancaram brutalmente um terceiro militar americano e depois interrogaram brutalmente a sua mulher, ameaçando-a de abuso sexual”<sup>240</sup>. O representante dos EUA referiu ainda que a acção de legítima defesa foi

---

<sup>235</sup> Registo da 754ª reunião do Conselho de Segurança, de 04 Novembro de 1956, p.1.

<sup>236</sup> Conforme consta do registo da 754ª reunião do Conselho de Segurança, de 04 de Novembro de 1956, p.12

<sup>237</sup> HISTORY.COM EDITORS – Soviets put a..., para. 3.

<sup>238</sup> FRANCK, Thomas M. – Recourse to Force. State Action Against Threats and Armed Attacks, p.91.

<sup>239</sup> FRANCK, Thomas M. – Recourse to Force..., p.91

<sup>240</sup> Nas referidas palavras de George Bush: “*Last Friday Noriega declared his militar dictatorship to be in a state of war with the United States and publicly threatened the lives of Americans in Panama. The very next day forces under his command shot and killed an unarmed American serviceman, wounded another, arrested and brutally beat a third American serviceman and then brutally interrogated his wife, threatening her with sexual abuse. (...)*” – Registo provisório da 2899ª reunião do Conselho de Segurança, de 20 de Dezembro de 1989, p.32.

destinada para proteger os cidadãos americanos e de forma a cumprir as obrigações dos EUA em defender o Canal do Panamá, resultantes dos Tratados do Canal de Panamá<sup>241</sup>.

A 23 de Dezembro de 1989 foi posta à votação a proposta de resolução que exigia a cessação imediata da intervenção e a retirada das forças armadas dos EUA do Panamá, considerando a sua intervenção uma violação flagrante do Direito Internacional e da independência, soberania e integridade territorial dos Estados<sup>242</sup>. A proposta de resolução obteve dez votos a favor, uma abstenção e quatro votos negativos, dos quais três eram vetos de membros permanentes, isto é, da França, Reino Unido e EUA<sup>243</sup>.

Cumprir aqui realçar que os grandes aliados dos EUA, principalmente em sede do Conselho de Segurança, foram sempre a França e o Reino Unido, como que para contrabalançar a potência da China e da URSS (posteriormente Rússia). No caso da resolução relativa à intervenção das forças armadas dos EUA no Panamá, suscitar-se-á a dúvida se, porventura, a França e o Reino Unido não vetaram a resolução somente para apoiar os EUA e os seus eventuais interesses em permanecer no território do Panamá. Afinal, como diz Mateus Kowalski “não pode ser ignorado que o poder de veto foi também um instrumento de política nacional, assegurando que os interesses nacionais das grandes potências não seriam postos em causa pela Organização ou por uma maioria de Estados”<sup>244</sup>. Independentemente das razões que levaram aos vetos, é facto que os mesmos impediram a retirada das forças armadas dos EUA do território do Panamá.

Outro exemplo a que nos podemos referir, já mais recente e que merece ser realçado neste panorama, é o conflito existente na Síria que teve o seu início em 2011. Desde 1971 a Síria tem sido governada pelo Presidente Hafiz al-Assad, sofrendo severas práticas autoritárias praticadas pelo mesmo. Com o falecimento de Hafiz al-Assad e a sucessão do seu filho, Bashar al-Assad no ano de 2000, a população síria esperou uma mudança de paradigma, uma vez que este novo Presidente tem sido conhecido como um político moderno e reformista. No entanto, tais esperanças e expectativas viram-se rapidamente goradas, na medida em que Bashar al-Assad continuou a envergar na política autoritária

---

<sup>241</sup> Registo provisório da 2899ª reunião do Conselho de Segurança, de 20 de Dezembro de 1989, p.31.

<sup>242</sup> Proposta de Resolução do Conselho de Segurança - Algeria, Colombia, Ethiopia, Malaysia, Nepal, Senegal and Yugoslavia: draft resolution, de 22 de Dezembro de 1989, p.1.

<sup>243</sup> Registo da 2902ª reunião do Conselho de Segurança, de 23 Dezembro de 1989, p.18-20.

<sup>244</sup> KOWALSKI, Mateus – Uma nova era..., p.366.

e repressiva do seu pai, sendo grande apologista da censura, vigilância e violência contra oponentes do regime<sup>245</sup>.

Simultaneamente a economia da Síria tem sentido uma grande quebra, principalmente devido à crise ambiental sofrida entre 2006 e 2010. Durante estes quatro anos a Síria foi alvo de uma seca extrema, o que levou várias famílias sírias à pobreza<sup>246</sup>.

Tamanhos acontecimentos, isto é, a realidade da pobreza aliada à opressão vivida, despoletaram protestos por parte da população descontente, no início de 2011, período frequentemente denominado como “Primavera Árabe”. Desde então as manifestações foram escalando, tendo a Síria entrado numa situação de guerra civil entre as forças pró-governantes e as forças protestantes ou, como caracterizam alguns, entre os Alawites e os Sunnis<sup>247</sup>.

Não obstante, apesar da grave situação vivida, da falta de paz e conflitos permanentes, o Conselho de Segurança não teve possibilidade de agir. As propostas de resolução apresentadas pelos Estados ao Conselho foram sucessivamente vetadas pela Rússia e pela China. A título de exemplo, veja-se as propostas de resolução que, para além de pretenderem condenar a sistemática violação dos Direitos Humanos e exigirem à Síria uma cessação imediata da violência e do uso da força, exprimiram também a sua intenção de utilizar meios disponíveis à luz do artigo 41.º da CNU, caso a Síria não se conformasse com o exigido<sup>248</sup>.

---

<sup>245</sup> THE EDITORS OF ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA – Syrian Civil War, paras. 1 e ss. BLAKE, Jillian, AQSA, MAHMUD – A Legal ‘Red Line’?: Syria and the Use of Chemical Weapons in Civil Conflict, p.246

<sup>246</sup> THE EDITORS OF ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA – Syrian Civil War, para. 4.

<sup>247</sup> Cumpre aqui realçar que a Síria, segue religião Islâmica, a qual apresenta duas vertentes: a maioria da população Síria pertence ao Islão Sunni, mas existe também uma minoria pertencente ao Islão Alawite. É curioso verificar que a família governante do Presidente Assad faz parte da minoria Alawite, enquanto que a maioria da população Síria segue os ensinamentos da maioria Sunni.

<sup>248</sup> A esse respeito leiam-se as seguintes passagens das propostas de resolução de 2011, 2012 e 2016, respectivamente: “11. Expresses its intention to review Syria’s implementation of this resolution within 30 days and to consider its options, including measures under Article 41 of the Charter of the United Nations” – Proposta de resolução do Conselho de Segurança - France, Germany, Portugal and United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland: draft resolution, de 04 de Outubro de 2011, p.3; “14. (...) if the Syrian authorities have not fully complied with paragraph 4 above within then days, then it shall impose immediately measures under Article 41 of the UN Charter” - Proposta de Resolução do Conselho de Segurança - France, Germany, Portugal, United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland and United States of America: draft resolution, de 19 de Julho de 2012, p.4, “11. Expresses its intent to take further measures under the Charter of the United Nations in the event of non-compliance with this resolution by any party to the Syrian domestic conflict.” – Proposta de resolução do Conselho de Segurança - Andorra, Australia, Austria, Belgium, Bulgaria, Canada, Costa Rica, Croatia, Cyprus, Czech Republic, Denmark, Estonia, Finland, France, Georgia, Germany, Greece, Hungary, Iceland, Ireland, Italy, Latvia, Lithuania, Luxembourg, Malta, Mexico, Monaco, Morocco, Netherlands, Norway, Poland, Portugal, Qatar, Romania, San Marino, Saudi Arabia, Senegal, Slovakia, Slovenia, Spain, Sweden, Turkey, Ukraine, United Arab Emirates, United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland and United States of America: draft resolution, de 08 de Outubro de 2016, p.4

Sucede que, tais propostas de resolução foram vetadas pela Rússia e pela China. É verdade que a razão oficial tem sido, como diz Christine Gray, o receio de “deixar a porta para intervenção militar aberta” sem estipular uma forma concreta de fechar essa porta, quando necessário<sup>249</sup>. Aliás, a proposta de resolução de 4 de Outubro de 2011 foi vetada pela Rússia com o argumento de que tal proposta seria contrária ao princípio de resolução pacífica dos conflitos<sup>250</sup> e, bem assim, pela China que seguiu o mesmo entendimento, considerando que as sanções ou ameaças direccionadas à Síria não iriam resultar<sup>251</sup>. No mesmo sentido foram proferidos os votos relativamente às outras duas propostas de resolução por nós mencionadas<sup>252</sup>. Ainda que, isoladamente, os argumentos apresentados pela Rússia e China possam ser vistos como plausíveis, na medida em que seguem à letra os princípios patentes na CNU, a verdade é que, olhando para um panorama internacional mais vasto, é possível notar a intenção de prosseguir os interesses próprios destes Estados.

A Rússia, por um lado, tem prosseguido o seu interesse económico e militar da proveitosa venda de armas e, por outro, a longo prazo, tem tido a possibilidade de se afirmar como potência aquando das suas intervenções na Síria (como os ataques aéreos contra a Síria levados a cabo em Setembro de 2015, o que só por si entra em contradição com o argumento apresentado pela Rússia, a qual alegadamente pretendia a resolução pacífica do conflito existente). Por sua vez, a China não só tem sido historicamente conhecida por apoiar a Rússia de forma a fortalecer os seus “laços de amizade” com a mesma, como ainda pretendeu manter uma posição que permitisse a prossecução da iniciativa “*Belt and Road Initiative*” a qual visava a incorporação da Síria (entre outros países) nos projectos de infraestruturas<sup>253</sup>. Torna-se desta forma notável que, mais uma vez, o Conselho de Segurança, apesar de, na teoria, possuir a possibilidade de intervir num conflito, nada pôde fazer pelo facto de ter havido vetos de membros permanentes, os quais, ao prosseguir os seus próprios interesses, obstaram a uma acção concreta por parte deste órgão da ONU.

---

<sup>249</sup> GRAY, Christine – International law and..., p.385.

<sup>250</sup> Nas palavras do representante da Rússia: “*We deem unacceptable the threat of an ultimatum and sanctions against the Syrian authorities. Such an approach contravenes the principle of a peaceful settlement of the crisis on the basis of a full Syrian dialogue.*” - Registo da 6627ª reunião do Conselho de Segurança, de 04 Outubro de 2011, pp. 3 e ss.

<sup>251</sup> Registo da 6627ª reunião do Conselho de Segurança, de 04 Outubro de 2011, p.5.

<sup>252</sup> Registo da 6810ª reunião do Conselho de Segurança, de 19 Julho de 2012, p.8; registo da 7785ª reunião do Conselho de Segurança, de 08 Outubro de 2016, pp. 4 e ss.

<sup>253</sup> HEMENWAY, Dan – Chinese strategic engagement with Assad’s Syria, para. 4; CALABRESE, Jonh – China and Syria: In War and Reconstruction, para. 2.



Podemos assim concluir que a figura do veto dos membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU é uma metafórica arma com silenciador para as propostas de resolução que possam vir a ser apresentadas, inclusivamente aquelas que poderão visar a salvaguarda dos Estados a serem atacados através da autorização do uso de força. Ainda que a Assembleia Geral, em situações críticas, possa vir a pronunciar-se sobre as questões que venham a ser vetadas no Conselho de Segurança (inclusivamente recomendar as várias medidas para a solução de qualquer tipo de situação), a verdade é que tal actuação não garante que a situação em causa venha a ser resolvida, uma vez que a Assembleia Geral não dispõe do mesmo peso político que o Conselho de Segurança.

Como exemplo vejamos o caso da proposta de resolução apresentada no Conselho de Segurança que tinha como um dos pontos o não reconhecimento do referendo relativo à anexação da Crimeia pela Rússia no ano de 2014<sup>254</sup>. A proposta de resolução foi vetada pela Rússia, seguindo-se uma sessão da Assembleia Geral, na qual se deliberou que o *supra* referido referendo não era válido e que, consequentemente, não se reconhecia o estatuto de “República Autónoma da Crimeia”<sup>255</sup>. Ora, ainda que a Assembleia Geral tenha agido, a verdade é que tal nada alterou no panorama da Crimeia, Rússia e Ucrânia, uma vez que a Crimeia continua a estar anexada pela Rússia, estando esta segunda a exercer o poder sobre a primeira. Desta forma, a conclusão a que chegamos é que ainda que a pronúncia da Assembleia Geral possa vir a ser decisiva, nunca haverá garantias de que ela será o suficiente para alterar a situação vivida.

---

<sup>254</sup> Veja-se a esse respeito a proposta de resolução apresentada a 15 de Março de 2014 e o documento que apresenta os resultados de voto e as declarações de cada Estado, no qual a Rússia expressa a sua opinião de que a anexação a Crimeia baseia-se no princípio de autodeterminação dos povos.: Proposta de Resolução do Conselho de Segurança - Albania, Australia, Austria, Belgium, Bulgaria, Canada, Croatia, Cyprus, Czech Republic, Denmark, Estonia, Finland, France, Georgia, Germany, Greece, Hungary, Iceland, Ireland, Italy, Japan, Latvia, Liechtenstein, Lithuania, Luxembourg, Malta, Montenegro, Netherlands, New Zealand, Norway, Poland, Portugal, Republic of Ukraine, United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland and United States of America: draft resolution, de 15 de Março de 2014; registo da 7138ª reunião do Conselho de Segurança, de 15 Março de 2014, p.2.

<sup>255</sup> Resolução n.º 68/262 da Assembleia Geral., p.2

## 8. Legítima defesa preventiva e preemptiva na história

Chegados a esse ponto, podemos concluir que a questão da admissibilidade da legítima defesa antecipatória, seja ela preventiva ou preemptiva, é uma faca de dois gumes. Por um lado, permitir abertamente o uso de legítima defesa antecipatória poderá levar ao desencadeamento do uso de força em efeito de bola de neve, acabando os Estados por um lado a atacar-se mutuamente de forma “antecipatória” e, por outro, a terem ambos o direito de invocar a legítima defesa preemptiva e/ou preventiva. Bem assim, poderá dar-se o caso dos Estados por terem agido uma vez em legítima defesa antecipatória em situações críticas, poderão considerar tal feito como precedente para agir da mesma forma para situações menos graves e que poderiam ser resolvidas por outros meios.

Por outro lado, no entanto, os mecanismos existentes e legítimos à luz da CNU, nem sempre garantem que o Estado que já se encontra sob ataque, irá receber apoio por parte da ONU, na medida em que toda a decisão desta natureza terá de passar pela aprovação do Conselho de Segurança, onde a figura do veto poderá eficazmente impossibilitar a prestação da ajuda a tal Estado. Não nos esqueçamos que, tal como já expusemos no capítulo anterior:

“De uma forma geral, o Conselho de Segurança nunca pode agir contra a vontade de um dos seus membros permanentes. Ou seja, a Carta prefere a inércia das Nações Unidas e o não-cumprimento das suas atribuições, à ação suscetível de colocar a Organização em conflito com um dos “cinco grandes””<sup>256</sup>.

A este respeito, cumpre realçar que o pacto da SDN, contrariamente da CNU, previa no seu artigo 15.º uma possibilidade de recorrer ao uso de força, mesmo que os litígios em causa tenham sido discutidos em sede do Conselho. De acordo com o referido artigo, se o parecer do Conselho fosse aprovado por unanimidade, os membros da SDN comprometer-se-iam a não recorrer à guerra. No entanto, caso o Conselho não conseguisse fazer aceitar o seu parecer por todos os membros (que não os representantes das partes em litígio), os membros da SDN teriam o direito de agir como julgassem necessário para a manutenção do direito e da justiça. Podemos retirar daqui que o pacto

---

<sup>256</sup> KOWALSKI, Mateus – Uma nova era..., p.366.

da SDN previa uma espécie de justificação do uso da força, de forma a não bloquear a justiça devido a desentendimentos ou interesses próprios de determinados Estados.

Tal disposição não consta, no entanto, da CNU. O número 4 do artigo 2.º da CNU é muito restrito na proibição do uso da força pelos Estados, não prevendo propositadamente qualquer sistema que permitisse algum tipo de reacção perante bloqueios efectuados pelos vetos. Este sentido é realçado pelo TIJ na sentença do Caso “Corfu”, rejeitando as alegações do problema do bloqueio:

*“The Court can only regard the alleged right of intervention as the manifestation of a policy of force, such as has, in the past, given rise to most serious abuses and such as cannot, whatever be the present defects in international organization, find a place in international law.”*<sup>257</sup>

A intenção do TIJ nesta passagem foi a de apontar que mesmo que a organização internacional, *in casu* a CNU, possa apresentar defeitos, tal não é razão suficiente para se poder recorrer ao uso da força, nomeadamente a intervenções militares. Nas palavras de Sarah Heathcote, trata-se de uma condenação de qualquer auto-ajuda que não se encontre patente na CNU e que vá de encontro com a doutrina do direito natural à auto-preservação<sup>258</sup>.

Podemos daqui retirar que a CNU, mesmo deparando-se com bloqueios por via dos vetos, nunca pretendeu alterar o seu conteúdo, mantendo-se fiel à restritiva letra do número 4 do artigo 2.º da CNU. A este respeito, conforme refere Theodore Christakis, a era da ONU não deixa lugar a qualquer tipo de “guerra justa”, nem possibilita algum mecanismo militar (que não as autorizações do Conselho de Segurança ou a legítima defesa) para reagir a “injúrias” perpetradas pelos outros Estados<sup>259</sup>.

Ora, se até perante aqueles ataques que já estão a decorrer, a ONU pode não conseguir prestar o apoio militar necessário para salvaguardar a integridade do Estado atacado devido aos bloqueios efectuados pelos vetos, tanto menos assim será perante ataques que ainda não vieram a ocorrer. A agravante surge com o facto de que o Estado a ser atacado poderá, desta forma, começar a constatar que aguardar pela eventual (e não certa) ajuda

---

<sup>257</sup> “Corfu Channel Case”, Judgment of April 9th, 1949: I.C.J. Reports 1949, p.35.

<sup>258</sup> HEATHCOTE, Sarah – State omissions and due diligence. Aspects of fault, damage and contribution to injury in the law of state responsibility, p.313.

<sup>259</sup> CHRISTAKIS, Theodore – Intervention and self-help, p.215.

por parte da ONU poderá não compensar perante os danos que poderão ser sofridos caso o ataque previsto venha realmente a acontecer. Nesta situação terá o Estado em causa fundamentos suficientes para utilizar a força antecipadamente? Será tal atitude legítima e admissível?

As normas e teorias versam já as páginas anteriores da presente dissertação. De modo a podermos responder de forma mais concreta às questões apresentadas, iremos analisar alguns casos reais em que os Estados decidiram utilizar a força de forma antecipada.

### 8.1. O Caso “*Caroline*” e as Alegações de Nuremberga

Como já tivemos oportunidade de verificar no início da presente dissertação, o uso de força não tem sido alvo de restrição até ao final do século XIX e início do século XX. O recurso à guerra como meio de resolução de conflitos ou de estabelecimento de uma certa posição na arena internacional tem sido frequente, não havendo, desta forma, nenhuma necessidade de justificar o uso de força antecipado<sup>260</sup>.

Tal perspectiva foi gradualmente alterando, primeiro em 1919 aquando da criação da SDN e mais tarde, em 1928, com as disposições patentes no Pacto Kellogg-Briand, que não só restringiram o uso de força, mas também exigiram a existência de justificação aquando do recurso a tal meio, tanto perante um ataque actual, como perante um ataque antecipado<sup>261</sup>.

No entanto, a verdade é que a questão de um ataque antecipado como forma de auto-defesa tem sido discutido já há vários séculos. A *ratio* por detrás desta figura baseia-se numa ideia muito simples: para se proteger de uma forma eficaz, um Estado pode considerar que responder perante um ataque actual não será suficiente, apresentando-se como necessária a tomada de medidas antecipatórias<sup>262</sup>. Aliás, já dizia M. D. Vattel que a Nação tem o direito de resistir a uma tentativa de ferimento por parte de um agressor, mesmo que isso signifique recorrer ao uso de força e antecipar os mecanismos da contraparte<sup>263</sup>:

---

<sup>260</sup> HELMKE, Belinda – Under Attack: Challenges to the Rules Governing the International Use of Force, p.149.

<sup>261</sup> HELMKE, Belinda – Under Attack: Challenges..., p.149.

<sup>262</sup> HELMKE, Belinda – Under Attack: Challenges..., p.149.

<sup>263</sup> No entanto, vale a pena referir que M. D. Vattel realça na sua passagem que o Estado ameaçado não deverá agir antecipadamente perante suspeitas vagas e incertas, sob pena dele próprio se tornar o Estado agressor. - VATTEL, M. D. – The Law of Nations; or Principles of the Law of Nature applied to The

*“It is safest to prevent the evil, when it can be done. A nation has a right to resist an injurious attempt, and to make use of force and every honest means against the power that is actually engaged in opposition to it, and even to anticipate its machinations, always observing, and not to attack it upon vague and uncertain suspicions, in order to avoid exposing itself to become an unjust aggressor.”*<sup>264</sup>

O caso considerado como o primeiro a mencionar a legítima defesa e, de acordo com alguns, legítima defesa antecipatória foi o já por nós mencionado caso “*Caroline*”. Conforme referido previamente, o caso “*Caroline*” teve lugar em 1837 aquando da rebelião independentista canadiana, cujo principal objectivo era libertar-se do governo colonial do Reino Unido. A comunidade insurgente possuía um vasto apoio e simpatia dos cidadãos americanos, sendo que o maior número de apoiantes provinha da zona que fazia fronteira com o Canadá<sup>265</sup>.

Em 1837 os insurgentes ocuparam uma ilha do lado canadense do rio Niágara. A população americana, apoiante da rebelião, utilizou o navio “*Caroline*” para transportar homens e materiais militares para a ilha ocupada pelos revoltosos. O Reino Unido solicitou aos americanos que este movimento de abastecimento fosse terminado, mas sem efeito. Perante tal impossibilidade, unidades militares britânicas abordaram o navio durante a noite, incendiando-o e permitindo que este ficasse completamente destruído nas cataratas do Rio Niágara. Durante este “incidente” vários americanos ficaram feridos ou morreram<sup>266</sup>.

O Reino Unido alegou que o ataque sobre o navio “*Caroline*” tinha sido perpetrado devido à necessidade sentida em proteger a vida dos militares britânicos, recorrendo à figura de legítima defesa. O lado americano, apesar de ter reconhecido, em abstrato, que perante situações de necessidade é possível recorrer ao uso de força, não admitiu que este tenha sido o caso. Aliás, em uma das cartas enviadas pelo Secretário de Estado norte-americano Daniel Webster, foi referido que, se o Reino Unido pretendesse alegar que as suas acções constituíram legítima defesa, deveria provar que houve necessidade para tal,

---

Conduct and Affairs of Nations and Sovereigns. A work tending to display the true interest of powers, p.214.

<sup>264</sup> VATTEL, M. D. – The Law of..., p.214.

<sup>265</sup> JENNINGS R. Y. – The Caroline and..., p.82.

<sup>266</sup> DINSTEIN, Yoram – War, aggression and..., p.296.

uma iminência de ataque de tal forma insuportável que não permitiu que houvesse mais tempo para deliberações sobre eventuais alternativas. A este respeito foi apontado por Daniel Webster que o assalto noturno a um navio e o ataque de homens inocentes não poderá ser considerado como uma ação necessária e iminente<sup>267</sup>:

*“It will be for that Government [of the United Kingdom] to show a necessity of self-defence, instant, overwhelming, leaving no choice of means, and no moment for deliberation. It will be for it to show, also, that the local authorities of Canada (...) did nothing unreasonable or excessive; since the act justified by the necessity of self-defence, must be limited by that necessity, and kept clearly within it. It must be strewn that admonition or remonstrance to the persons on board the "Caroline" was impracticable, or would have been unavailing; it must be strewn that daylight could not be waited for; that there could be no attempt at discrimination, between the innocent and the guilty; that it would not have been enough to seize and detain the vessel; but that there was a necessity, present and inevitable, for attacking her, in the darkness of the night, while moored to the shore, and while unarmed men were asleep on board, killing some, and wounding others, and then drawing her into the current, above the cataract, setting her on fire, and, careless to know whether there might not be in her the innocent with the guilty, or the living with the dead, committing her to a fate, which fills the imagination with horror. A necessity for an this, the Government of the United States cannot believe to have existed.”*<sup>268</sup>

Enquanto que o Reino Unido e os EUA tenham estado a discutir a eventualidade de se tratar de uma legítima defesa pura, tendo o lado norte-americano considerado que os requisitos da necessidade e iminência não se encontravam verificados, a verdade é que o caso “*Caroline*” foi por muitos considerado o primeiro caso relatado de legítima defesa antecipatória.

---

<sup>267</sup> YALE LAW SCHOOL – The Avalon Project: Documents in Law, History and Diplomacy: Enclosure 1-Extract from note of April 24,1841, para. 17.

<sup>268</sup> YALE LAW SCHOOL – The Avalon Project: Documents in Law, History and Diplomacy: Enclosure 1-Extract from note of April 24,1841, para. 17.

No entanto, ainda que *in casu* a legítima defesa preventiva não seja na nossa opinião admissível, o caso “*Caroline*” tem sido citado frequentemente citado como um exemplo de legítima defesa antecipatória (preventiva ou preemptiva conforme o entendimento de cada autor).

A título de exemplo, aquando do julgamento do caso “*Nicarágua*”, o juiz Schwebel tem referido expressamente que até na era “pré-CNU” os Estados vítimas de ataque armado tinham o direito de responder em legítima defesa. O juiz Schwebel estabeleceu então uma clara distinção entre essa legítima defesa “pura” e a legítima defesa antecipatória, cujos critérios restritivos enunciados no caso “*Caroline*”, dizem respeito a legítima defesa antecipatória e não a uma resposta a um ataque armado<sup>269</sup>:

*“Particularly where a State was a victim of armed attack, it and its allies were perfectly free to respond in self-defence. (It should be recalled that the narrow criteria of the Caroline case concerned anticipatory self-defence, not response to armed attack or to actions tantamount to an armed attack.)”*<sup>270</sup>

Por outro lado, aquando dos julgamentos de Nuremberga após a II Guerra Mundial, os juízes utilizaram o caso “*Caroline*” para julgar a invasão alemã da Noruega em 1940.

Durante a primavera de 1940, a Alemanha Nazi invadiu a Noruega – Estado neutro – precisamente na mesma altura em que as forças militares britânicas pretendiam utilizar o espaço norueguês para as suas aterragens aéreas, antecipando tal estratégia por parte do Reino Unido<sup>271</sup>.

O advogado da defesa argumentou que as forças alemãs tinham capturado documentação que lhes permitiu saber que a aterragem dos Aliados estava a ser preparada antes do ataque alemão ter tido lugar. De acordo com a sua linha de argumentação, o ataque à Noruega foi justificado pelo recurso à legítima defesa preventiva por parte dos alemães, face a um planeado ataque britânico. Perante tal argumentação, a acusação respondeu que de acordo com os documentos capturados e que, por sua vez, pertenciam

---

<sup>269</sup> “*Military and Paramilitary Activities in and Against Nicaragua*”, Dissenting Opinion of Judge Schwebel, 27th June 1986. I.C.J. Reports 1986, para. 200.

<sup>270</sup> “*Military and Paramilitary Activities in and Against Nicaragua*” Dissenting Opinion of Judge Schwebel..., para. 200.

<sup>271</sup> MURPHY, John. F. – Crimes against peace at the Nuremberg trial, p.146; WRIGHT, Quincy – The Law of the Nuremberg Trial, p.347, nota de rodapé n.º 110.

à Alemanha, era possível provar que os Nazis tinham planeado o seu ataque independentemente de haver ou não planos de aterragem dos Aliados. Desta forma, a acusação alegou que tal ataque não podia ser justificado com uso de força em legítima defesa.

Posteriormente os juízes utilizaram o caso “*Caroline*” para referir que a invasão da Noruega não poderia ser também considerada uma legítima defesa preventiva, na medida em que, segundo o caso “*Caroline*” e a fórmula de Webster aí apresentada, tal só seria justificável perante uma situação “instantânea, esmagadora e que não deixa escolha de meios nem um único momento para deliberação”<sup>272</sup>:

*“From this narrative it is clear that as early as October, 1939, the question of invading Norway was under consideration. The defence that has been made here is that Germany was compelled to attack Norway to forestall an Allied invasion, and her action was therefore preventive.*

*It must be remembered that preventive action in foreign territory is justified only in case of “an instant and overwhelming necessity for self-defence, leaving no choice of means, and no moment of deliberation” (Moore’s Digest of International Law II, 412.)*

*(...)*

*From all this it is clear that when the plans for an attack on Norway were being made, they were not made for the purpose of forestalling an imminent Allied landing, but, at the most, that they might prevent an Allied occupation at some future date.”*<sup>273</sup>

Ora, de acordo com o julgamento de Nuremberga *supra* citado, os planos de ataque da Noruega estavam a ser preparados previamente, não com o intuito de impedir um ataque dos Aliados (conforme alegado pela defesa alemã) mas, quanto muito, com o objectivo de impedir qualquer outra futura e ainda não certa ocupação por parte dos mesmos.

---

<sup>272</sup> MURPHY, John. F. – Crimes against peace..., p.146. SCHWARZENBERGER, Georg – The Judgment of Nuremberg, p.185.

<sup>273</sup> Tribunal Militar Internacional de Nuremberga – “*Trial of Major War criminals Before the International Military Tribunal .Proceedings of the International Military Tribunal sitting at Nuremberg, Germany.*” Judgment of 1 October 1946, pp. 41 e ss.



Deste modo, os juízes do referido julgamento não só fizeram referência ao caso “*Caroline*”, identificando-o como exemplo de legítima defesa preventiva, como ainda, à luz do mesmo refutaram a argumentação da defesa da Alemanha, condenando assim a invasão da Noruega de 1940.

## 8.2. A Guerra dos Seis Dias

Outro exemplo que merece a nossa atenção é a Guerra dos Seis Dias, a qual teve lugar em 1967 e que envolveu, por um lado, Egito, Síria, Iraque e Jordânia e, por outro, Israel. Na doutrina internacional esta guerra é frequentemente apontada como o exemplo clássico da legítima defesa antecipatória, sendo por alguns considerada como precedente para a sua admissibilidade.

Para entender a razão e a complexidade de motivos e justificações que tiveram lugar durante esta guerra, é necessário fazer uma breve exposição do seu pano de fundo. Após a II Guerra Mundial, em 1948, os judeus receberam, após a decisão da ONU, uma parte do território palestino, surgindo assim o Estado de Israel. Sucede que, vários Estados Árabes, vizinhos do novo Estado de Israel, nunca o reconheceram como um Estado independente, considerando-o como invasor do seu território e que tinha de ser expulso e erradicado. O Egito, em particular, tem considerado que a “criação” de Israel tem sido injusta, não possuindo Israel nenhuma existência legítima e, por conseguinte, podendo ser atacada em qualquer altura<sup>274</sup>, enquanto que os Estados Árabes no geral têm afirmado que “não existe Israel, existem somente tropas israelitas”<sup>275</sup>.

O ambiente de tensão e conflito tem sido permanente, tendo rapidamente começado a primeira guerra israelo-árabe, conhecida também como a guerra da Palestina. Não obstante a referida guerra ter terminado em 1949 (no seguimento da qual Israel conseguiu capturar novos trinta por cento de território palestino), o conflito entre os Estados Árabes e Israel nunca cessou verdadeiramente, tendo havido inúmeras guerrilhas, elevada violência e número de mortos, bem como crises, entre as quais, por exemplo, a Crise de Suez de 1956<sup>276</sup>, bem como inúmeros incidentes de uso de força ocorridos nas fronteiras,

---

<sup>274</sup> WALZER, Michael - Just and unjust..., p.82.

<sup>275</sup> OREN, Michael B. – Six Days of War: June 1967 and the Making of the Modern Middle East, p.7.

<sup>276</sup> A qual não será, no entanto, analisada na presente dissertação, por não ser o nosso foco principal.

principalmente na fronteira entre Israel e Síria, o que por sua vez levou Síria a pedir apoio militar ao Egípto<sup>277</sup>.

Em 1967 o conflito já se encontrava deveras grave, tendo os incidentes fronteiriços se transformado em abatimento de aviões sírios após estes terem sobrevoado Damasco em demonstração de força. A 13 de Maio de 1967 a URSS providenciou ao Egípto relatórios com informação falsa em como Israel estava a mobilizar as suas forças armadas e concentrá-las em massa ao longo da fronteira com a Síria. A falsidade destas informações foi quase imediatamente confirmada pelos Estados observadores da ONU. No entanto, tal de nada serviu, uma vez que entre 14 e 18 de Maio, o Egípto colocou as suas forças armadas num estado de alerta máximo, conjuntamente com a Síria declarou Estado de Emergência e solicitou à UNEF que ali estacionava desde 1956 (e cujo objectivo era tentar apaziguar os conflitos que surgiam), que se retirasse do território, o que efectivamente ocorreu a 19 de Maio<sup>278</sup>.

Poucos dias depois, a 22 de Maio, o Presidente Egípcio Nasser anunciou que o Estreito de Tirão encontrar-se-ia encerrado para os navios israelitas<sup>279</sup>. Desde essa altura até ao final do mês de Maio à Síria e ao Egípto aliaram-se a Jordânia e o Iraque. Cumpre também sublinhar que o Presidente Nasser tem feito sucessivamente várias declarações, cada vez mais agressivas, e que sublinhavam que a única via possível de solucionar o conflito existente é a via da guerra e que a prioridade dos Estados Árabes é erradicar por completo Israel<sup>280</sup>, tendo até chegado a considerar que o Estado de Israel é ele próprio uma ameaça.

No dia 5 de Junho as forças militares Israelitas decidiram atacar por via aérea as bases aéreas Egípcias, seguindo-se pouco tempo depois uma onda de bombardeamentos direccionada contra a Jordânia. Simultaneamente as forças terrestres Israelitas atacaram as forças militares egípcias que se encontravam na Faixa de Gaza e na Península de Sinai.

---

<sup>277</sup> OREN, Michael B. – *Six Days of...*, pp. 6 e ss. TUCKER, Spencer C. – *Wars that Changed History: 50 of the World's Greatest Conflicts*, pp. 538 e ss.

<sup>278</sup> TUCKER, Spencer C. – *Wars that Changed...*, p. 539. WALZER, Michael - *Just and unjust...*, p.82.

<sup>279</sup> Por um lado, cumpre realçar que após a Crise do Suez, o Estreito de Tirão tem sido reconhecido pela plateia internacional como uma via fluvial internacional. Por outro, o referido estreito tem sido uma das principais vias de comércio entre Israel, África e Ásia, bem como um dos pontos essencial daquela região de importação de petróleo do Irão. Desta forma, o afastamento de Israel do Estreito Tirão tinha como objectivo principal a perturbação da sua economia. - TUCKER, Spencer C. – *Wars that Changed...*, p. 539. WALZER, Michael - *Just and unjust...*, p.83

<sup>280</sup> WALZER, Michael - *Just and unjust...*, p.83. KARSH, Efraim – *The Six Day War: An Inevitable Conflict*, p.8; Registo da 1348ª reunião do Conselho de Segurança, de 06 Junho de 1967, para 150.

O dia 5 de Junho de 1967 é, desta forma, considerado com o primeiro dia da Guerra dos Seis Dias, a qual terminou oficialmente no dia 10 de Junho de 1967<sup>281</sup>.

Atendendo ao tema da presente dissertação, cumpre neste momento focar a atenção no facto de Israel ter sido o Estado a efectuar o primeiro ataque, o qual deu início à referida Guerra. A polémica sobre esta situação tem sido vasta, não tendo havido nenhum consenso sobre a mesma até ao dia de hoje.

Nas várias reuniões do Conselho de Segurança que foram realizadas a propósito do desencadeamento das hostilidades na Guerra dos Seis Dias, o representante do Estado de Israel alegou que, em boa verdade, o uso de força por este efectuado foi uma resposta a um ataque anterior perpetrado pelo Egipto, cujas tropas teriam ultrapassado a fronteira de Israel de uma forma ofensiva e, bem assim, bombardeado por via aérea várias localidades israelitas. Neste sentido, Israel alegou que o seu uso de força em resposta aos ataques egípcios foi levado a cabo em legítima defesa, à luz do artigo 51.º da CNU<sup>282</sup>:

*“I wish to draw the Council’s attention to the grave news that fighting has erupted on Israel frontiers and that the Israel Defense Forces are now repelling the Egyptian Army and Air Force. I have so far received only first reports about the developments. From these it is evident that in the early hours of this morning Egyptian armored columns moved in an offensive thrust against Israel’s borders. At the same time Egyptian planes took off from airfields in Sinai and struck out towards Israel (...). The Egyptian forces met with the immediate response of the Israel Defense Forces, acting in self-defense.”*<sup>283</sup>

Não obstante, o representante da República Árabe Unida<sup>284</sup> proferiu uma declaração inteiramente contrária, alegando que Israel foi o atacante, tendo perpetrado actos premeditados de agressão, no seguimento dos quais os Estados Árabes não tiveram outra

---

<sup>281</sup> TUCKER, Spencer C. – Wars that Changed..., pp. 542 e ss. KARSH, Efraim – The Six Day..., p.11

<sup>282</sup> Registo da 1347ª reunião do Conselho de Segurança, de 05 Junho de 1967, paras 30 e 32.

<sup>283</sup> Registo da 1347ª reunião do Conselho de Segurança, de 05 Junho de 1967, paras 30 e 32.

<sup>284</sup> Cumpre realçar que a República Árabe Unida foi um Estado resultante da união do Egipto e da Síria, iniciada em 1958 e que colapsou em 1961. No entanto, o Egipto continuou a utilizar esta designação até 1971.

opção que não responder com força em legítima defesa. Foi também solicitada pelo referido representante uma condenação de Israel pelos actos praticados<sup>285</sup>.

Em boa verdade, ao longo das sessões do Conselho de Segurança relativas a esta matéria e que terminavam em adopção de resoluções sobre o cessar-fogo, vários foram os países que sucessiva e insistentemente têm referido que o acto praticado pelo Estado de Israel consistiu numa agressão completamente injustificada, condenando-a abertamente. Naturalmente, uma vez que a União Soviética tem sido uma grande apoiante dos Estados Árabes, principalmente na época do comunismo, foi também um dos principais Estados a suportar este tipo de declarações. A título de exemplo vejamos as seguintes passagens, que expressam de forma inequívoca a posição da URSS a este respeito:

*“The Soviet Union delegation forthrightly condemns Israel's aggression and considers it the duty of the Security Council to adopt a decision calling for the immediate and unconditional withdrawal of the aggressor's troops behind the armistice line.”*<sup>286</sup>

*“The Soviet Union decisively and categorically condemns Israel's absolutely unjustified aggression against the Arab States. We feel we must stress the fact that the continuation of military activities by the aggressor, in defiance of the Security Council's resolution, may create an even more menacing situation in the area.”*<sup>287</sup>

---

<sup>285</sup> De acordo com as palavras do representante da República Árabe Unida “*Reports indicate that the dimensions of the Israel attack are so wide that no one can doubt the premeditated nature of this aggression. Israelis are attacking, all of sudden and simultaneously, the Gaza strip, Sinai, Cairo airports, and Sharm el Sheikh, together with other places. And yet we have just been told that the Israelis did not initiate any action and that they were in fact attacked by us. (...) In view of this treacherous aggression, my country has no other choice than to defend itself by all means at its disposal, in accordance with Article 51 of the Charter of the United Nations. We will most certainly continue to do so. This aggression should be vigorously condemned by the Security Council.*” - Registo da 1347ª reunião do Conselho de Segurança, de 05 Junho de 1967, paras 39 e 51.

<sup>286</sup> Registo da 1348ª reunião do Conselho de Segurança, de 06 Junho de 1967, para. 52.— sublinhados nossos.

<sup>287</sup> Registo da 1349ª reunião do Conselho de Segurança, de 07 Junho de 1967, para. 7. — sublinhados nossos.

No mesmo sentido foram proferidas as declarações de vários outros Estados, como por exemplos a Índia<sup>288</sup>, a Bulgária<sup>289</sup>, o Mali<sup>290</sup>, o Iraque<sup>291</sup> ou a Jugoslávia<sup>292</sup>. Cumpre realçar que a Jugoslávia, numa das primeiras cartas que enviou para o Presidente do Conselho de Segurança após ter iniciado a Guerra dos Seis Dias, para além de condenar a atitude de Israel, expressou também a sua opinião em como a responsabilidade pela guerra despoletada é inteiramente de Israel:

*“Like ten years ago, Israel has again acted as aggressor and instrument of the imperialist policy of force and pressure on the sovereign Arab countries. **The Yugoslav Government most resolutely condemns Israeli aggression.** (...) While in various quarters, in the United Nations and outside it, great efforts have been made to ensure peace in that area, Israel has commenced military operations so as to impose its will by force of arms. Thereby, **Israel has assumed all the responsibility for the outbreak of the war conflict** and for all the unforeseeable consequences that are ensuing from this peace in the world.”*<sup>293</sup>

É curioso, no entanto, verificar que nenhum dos restantes Estados da ONU, apesar de não ter condenado Israel, também não tem expressamente declarado que considera os actos de Israel como legais<sup>294</sup>. Em boa verdade, vários Estados optaram pela não pronúncia quanto a este aspecto, seja durante as reuniões do Conselho de Segurança, seja durante as reuniões da Assembleia Geral, alegando que seria inútil apontar a culpa a

---

<sup>288</sup> Nas palavras do representante da Índia “*We condemn this Israel action and protest most vigorously against it.*” - Registo da 1347ª reunião do Conselho de Segurança, de 05 Junho de 1967, para. 25.

<sup>289</sup> De acordo com a declaração da Bulgária: “*The Bulgarian people and their Government follow with anxiety the development of events in the Near East. They condemn Israel aggression against the United Arab Republic and all other Arab countries and voice their full solidarity with the Arab peoples who are struggling to beat off aggression and for the defense of their freedom and independence against the actions of imperialism and neo-colonialism.*” - Registo da 1348ª reunião do Conselho de Segurança, de 06 Junho de 1967, para. 74.

<sup>290</sup> Nas palavras do representante de Mali: “*We nevertheless wish to state, first, that we condemn Israel's aggression of Monday, 5 June 1967 (...)*” - Registo da 1348ª reunião do Conselho de Segurança, de 06 Junho de 1967, para. 80.

<sup>291</sup> Iraque declarou que o Conselho de Segurança deveria ter determinado a responsabilidade pelo acto de agressão praticado, insinuando assim que condena os actos praticados por Israel. - Registo da 1348ª reunião do Conselho de Segurança, de 06 Junho de 1967, paras. 105-107.

<sup>292</sup> LEKIC, Danilo - Note verbale dated 5 June 1967 from the permanent representative of Yugoslavia addressed to the president of the Security Council, paras. 1 e ss.

<sup>293</sup> LEKIC, Danilo - Note verbale dated..., paras. 1 e ss. – sublinhados nossos.

<sup>294</sup> RUYS, Tom – ‘Armed Attack’ and Article 51 of the UN Charter: Evolutions in Customary Law and Practice, p.278

qualquer uma das partes, preferindo focar-se na procura de uma solução pacífica para o conflito existente<sup>295</sup>.

A Dinamarca, por exemplo, considerou que as provas disponíveis não ofereciam fundamentos suficientes para identificar qual dos Estados tinha atacado primeiro e, muito menos, qual deles poderia ser considerado a parte agressora no conflito. A Bélgica, por sua vez, considerou que seria inútil e prejudicial que a Assembleia Geral comesçasse a tentar atribuir as culpas pela crise, sendo neste entendimento apoiada pela Noruega. O representante da Nova Zelândia expressou a opinião de que não se poderia atribuir a culpa pela agressão a apenas uma das partes, uma vez que tal feito exigiria que fosse realizado um exame fundamental, objetivo e muito pormenorizado, o que não poderia ser efectuado sem tempo e provas suficientes.<sup>296</sup> A Costa do Marfim foi da opinião que a Assembleia Geral deveria analisar e apontar as causas e consequências do conflito em questão, tentando encontrar mecanismos que garantissem uma paz justa e duradoura, em vez de estar a “gastar energias” na procura da parte culpada. No mesmo sentido foram pronunciadas as declarações do Estado de Uruguai, o qual considerou que a Assembleia Geral deveria estar a procurar soluções e não apontar responsabilidades ou julgar atitudes. O Canadá foi mais geral nas suas opiniões, declarando que nenhum governo poderia ser considerado totalmente responsável pelo ocorrido, avaliação essa que seria suportada pelos relatórios do Secretário-Geral<sup>297</sup>.

Tanta foi a falta de pronúncia clara e expressa dos Estados no que diz respeito à atribuição da responsabilidade pelo despoletar da guerra, que numa das sessões do Conselho de Segurança a URSS acusou os EUA de estes propositadamente ignorarem os temas relacionados com a responsabilidade de Israel pela agressão perpetrada, de forma a protegerem este Estado enquanto seu aliado<sup>298</sup>. Conforme aponta Tom Ruys, esta posição silenciosa poderá indicar uma certa simpatia pelo Estado de Israel, mas dificulta a disponibilidade de considerar a Guerra dos Seis Dias um precedente para legítima defesa preemptiva<sup>299</sup>.

---

<sup>295</sup> RUYS, Tom – *Armed Attack’ and...*, p. 278

<sup>296</sup> OFFICE OF PUBLIC INFORMATION UNITED NATIONS, NEW YORK – *Yearbook of the United Nations* 1967, p.199

<sup>297</sup> OFFICE OF PUBLIC INFORMATION UNITED NATIONS, NEW YORK – *Yearbook of the...*, p.199

<sup>298</sup> “*Even at this meeting of the Council, as we have just heard, the United States representative uttered many fine-sounding words, but in reality he was again shielding the aggressor, his ally, for he completely ignored, as before, the question of responsibility for the aggression.*” - Registo da 1351ª reunião do Conselho de Segurança, de 08 Junho de 1967, para. 43.

<sup>299</sup> RUYS, Tom – *Armed Attack’ and...*, p. 278.

No entanto, a verdade é que Israel, apesar de ter inicialmente alegado que agiu em legítima defesa pura, ao abrigo do artigo 51.º da CNU, posteriormente foi referindo publicamente que os seus actos foram efectuados ao abrigo de legítima defesa preemptiva<sup>300301</sup>. A pergunta que se coloca é se realmente poderíamos considerar tal comportamento como legítima defesa antecipatória, seja ela preventiva ou preemptiva?

Alguns dos Estados, principalmente os Estados apoiantes dos Estados Árabes e da URSS, não só não reconheceram a possibilidade de legítima defesa antecipatória, como ainda descartaram por completo a ideia da legítima defesa pura. A União Soviética declarou numa das sessões da Assembleia Geral que se o “primeiro ataque” fosse justificável, e se a plateia internacional se guiasse por tal ideologia, seria demasiado fácil lançar as bombas nucleares e mísseis para “atacar primeiro” em defesa:

*“It is hard to believe there can be anyone whose ears are not offended by the theory concocted by the Israel Government in justification of the “right” to fire the first shot. Just consider the meaning of the irresponsible arguments adduced by the Israeli ministers, arguments irreconcilable with the obligations imposed by the United Nations Charter. **Elementary logic suggests that, if the first shot is justified and if we are to be guided by such a theory, it will be easy enough to drop the first nuclear bomb, to launch the first rocket. And then, for a certainty, nothing will save mankind from catastrophe.**”*<sup>302</sup>

Por sua vez, o representante da Índia declarou expressamente que o conceito de ataque preemptivo ou guerra preventiva é contrário à letra e ao espírito da CNU, considerando que, desta forma, Israel atacou não só os Estados Árabes mas também o princípio da proibição do uso de força patente no número 4 do artigo 2.º da CNU:

*“The fact that Israel struck the first blow is incontrovertible. The concept of a pre-emptive strike or a preventive war, is contrary to the letter and*

---

<sup>300</sup> Conforme se poderá ler no noticiário britânico BBC, Israel alegou que agiu em legítima defesa preventiva perante uma invasão planeada pelos Estados Árabes: “*Israel claimed it was a pre-emptive strike in the face of a planned invasion of Israel by these countries.*” - BBC NEWS - The Panorama Middle East Archives: Six-Day War, para. 3.

<sup>301</sup> KOWALSKI, Michał - Prawo do samoobrony jako środek zwalczania terroryzmu międzynarodowego, p.88

<sup>302</sup> Registo da 1546ª reunião da Assembleia Geral, de 03 de Julho de 1967, para. 59 – sublinhados nossos.

*spirit of the United Nations Charter. (...) Was it those disputes, perchance, that Israel was trying to solve through a war of its choosing? If it was, then its attack was as much on the Arabs as on the principles enshrined in Article 2, paragraph 4 of the Charter.”*<sup>303</sup>

Uma perspectiva semelhante foi apresentada pelo Chipre, o qual considerou que, por um lado, independentemente de qualquer tipo de provocação que possa existir, sem que haja um ataque actual a ocorrer, a legítima defesa ao abrigo do artigo 51.º da CNU não pode ser invocada e, por outro, que nenhum nível de preparações militares efectadas por um Estado vizinho permite e/ou justifica o uso de força de forma antecipada, uma vez que os ataques preemptivos não se encontram reconhecidos pela CNU<sup>304</sup>.

No entanto, na doutrina internacional, existem autores que defendem em como o uso de força levado a cabo por Israel foi de facto preemptivo.

De acordo com Yoram Dinstein, a actuação de Israel foi uma clara resposta a um ataque armado incipiente por parte do Egipto. De acordo com este autor, apesar de nenhum dos actos levados a cabo pelo Egipto poder ser considerado sozinho como um ataque armado, um observador objectivo deverá analisar estes actos num plano mais vasto, com um agregado de medidas cumulativas tomadas pelo Egipto<sup>305</sup>.

Neste sentido, no entendimento deste autor, devem ser tidas em conta as declarações inequívocas dos líderes egípcios, a expulsão da UNEF da Faixa de Gaza e da Península do Sinai após uma década de relativa estabilidade nesse território, o encerramento ilegal do Estreito de Tiran ao Israel e, em particular, a vasta e rápida acumulação das forças armadas egípcias ao longo das fronteiras de Israel. De acordo com Yoram Dinstein, todos estes factores deixaram não só Israel, como todo o resto do Mundo, a acreditar que o Egipto estava a envergar numa primeira fase de um ataque armado inevitável<sup>306</sup>.

Apesar de este autor defender que, *in casu*, a legítima defesa exercida por Israel era interceptiva<sup>307</sup> (modalidade de legítima defesa antecipatória, cuja existência, na nossa modesta opinião, não se justifica, como já tivemos oportunidade de mencionar previamente), não deixa de declarar expressa e claramente que perante as circunstâncias vividas em Junho de 1967, Israel não tinha a obrigação de esperar pela concretização do

---

<sup>303</sup> Registo da 1530ª reunião da Assembleia Geral, de 21 de Junho de 1967, para. 153.

<sup>304</sup> RUY, Tom – ‘Armed Attack’ and..., p. 279.

<sup>305</sup> DINSTEIN, Yoram – War, aggression and..., p. 212.

<sup>306</sup> DINSTEIN, Yoram – The Legal Issues of “Para-War” and Peace in the Middle East, pp. 469 e ss.

<sup>307</sup> DINSTEIN, Yoram – The Legal Issues..., p.470.



ataque, mas sim teve o direito de exercer a sua autodefesa com a maior brevidade possível<sup>308</sup>.

Ainda assim a pergunta sobre a legitimidade de Israel ter agido preemptivamente mantém-se. Conforme argumenta Michael Walzer, a linha que torna o primeiro ataque legítimo é a questão da ameaça suficiente, a qual inclui três critérios: i) uma intenção manifesta de ferir e prejudicar o outro Estado, ii) um grau de preparação activa que torna essa intenção um perigo positivo e real e iii) uma situação geral em que aguardar, ou fazer qualquer outra coisa que não seja lutar, amplia muito o risco para o Estado a ser atacado<sup>309</sup>. Este autor refere ainda que os Estados podem utilizar a força em primeiro lugar perante ameaça de guerra, quando a inacção da sua parte poderá colocar em risco sério e grave a sua integridade territorial e independência política, uma vez que nestas circunstâncias podem ser já considerados vítimas de agressão, encontrando-se forçados a responder com uso de força<sup>310</sup>. Conclui, assim, dizendo que no seu entender, o primeiro ataque perpetrado por Israel foi um caso claro de antecipação legítima<sup>311</sup>.

Podemos então verificar que vários Estados (principalmente a URSS e os Estados apoiantes da mesma) negaram a legitimidade do uso antecipado de força por Israel. Outros permaneceram em silêncio quanto à legitimidade ou ilegitimidade do ataque de Israel, procurando argumentar no sentido de não haver fundamentos suficientes para identificar o verdadeiro atacante, dizendo que a atribuição de culpa seria impossível, inútil ou até prejudicial e que, seria preferível unir os esforços para encontrar soluções para a paz duradoura em vez de procurar o verdadeiro culpado. Ainda assim, como vimos, existem vários autores que defendem a legitimidade ou, pelo menos, a justificabilidade do uso de legítima defesa preemptiva por Israel.

---

<sup>308</sup> DINSTEIN, Yoram – War, aggression and..., p. 212.

<sup>309</sup> WALZER, Michael - Just and unjust..., p.81.

<sup>310</sup> Nas palavras exactas de Michael Walzer: “*The general formula must go something like this: states may use military force in the face of threats of war, whenever the failure to do so would seriously risk their territorial integrity or political independence. Under such circumstances it can fairly be said that they have been forced to fight and that they are the victims of aggression.*” – WALZER, Michael - Just and unjust..., p.84.

<sup>311</sup> WALZER, Michael - Just and unjust..., p.84.

### 8.3. O ataque do Afeganistão em 2001

Com o fim da Guerra Fria e o colapso da União Soviética, a plateia internacional tem tido esperanças de alcançar uma paz duradoura e o fim da rivalidade entre os Estados, em particular entre as duas superpotências. No entanto, com o início do século XXI, as suas expectativas viram-se frustradas, devido ao ataque de 11 de Setembro de 2001<sup>312</sup>.

Conforme já explanado nos capítulos anteriores da presente dissertação, no dia 11 de Setembro de 2001 foram capturados quatro aviões norte-americanos, os quais foram direccionados contra as torres *World Trade Center*, contra o Pentágono e contra o Capitólio dos EUA. Dos quatro aviões, somente o último não alcançou o seu alvo, tendo despenhado em Pensilvânia. Os restantes três aviões provocaram um elevado número de mortos, causaram terror e caos. No entendimento geral, após este acontecimento o mundo nunca voltou a ser o mesmo.

Os ataques de 11 de Setembro de 2001 foram imputados pelos EUA e seus aliados ao governo de facto do Afeganistão, isto é, os Talibãs, os quais apoiavam e criavam condições de desenvolvimento ao grupo terrorista al-Qaeda, liderado por Osama bin Laden. Neste sentido, ainda em 2001, os EUA e o Reino Unido utilizaram força armada, atacando o Afeganistão<sup>313</sup>.

Para compreender na plenitude este ataque, temos de recuar no tempo e analisar as decisões e resoluções tomadas após o dia 11 de Setembro.

Logo no dia seguinte, isto é, no dia 12 de Setembro de 2001, o Conselho de Segurança da ONU emitiu uma resolução, na qual condenou os actos terroristas de 11 de Setembro, considerou-os uma ameaça à paz, apelou a todos os Estados para apresentarem à justiça os autores dos ataques perpetrados e, finalmente, reconheceu o direito de legítima defesa individual e colectiva de acordo com as disposições da CNU<sup>314</sup>. É, no entanto, de realçar, como o faz Ana Maria Guerra Martins, que esta invocação de legítima defesa efectuada pelo Conselho de Segurança foi muito cautelosa, na medida em que este órgão não

---

<sup>312</sup> HAMID, Abdul Ghafur – The legality of anticipatory self-defence in the 21<sup>st</sup> century world order: a reappraisal, p.474.

<sup>313</sup> HAMID, Abdul Ghafur – The legality of..., p.474.

<sup>314</sup> De acordo com o patente na referida resolução: “(...) *Recognizing the inherent right of individual or collective self-defence in accordance with the Charter, 1. Unequivocally condemns in the strongest terms the horrifying terrorist attacks which took place on 11 September 2001 in New York, Washington D. C. and Pennsylvania and regards such acts, like any act of international terrorism, as a threat to international peace and security; (...) 3. Calls on all States to work together urgently to bring to justice the perpetrators, organizers and sponsors of these terrorist attacks and stresses that those responsible for aiding, supporting or harbouring the perpetrators, organizers and sponsors of these acts will be held accountable.*” – Resolução n.º 1368 do Conselho de Segurança, paras. 1 e 3.

afirmou ter havido de facto um ataque armado, fazendo somente referência a um ataque terrorista. Bem assim, não estabeleceu oficialmente nenhuma ligação entre este ataque e o grupo al-Qaeda ou o regime Talibã do Afeganistão<sup>315</sup>.

Uma vez que o grupo apontado como responsável pelos ataques tem sido também o responsável pela destruição das embaixadas dos EUA na Quênia e no Tanzânia em 1998, os EUA fizeram um ultimato às autoridades Talibãs que governavam, de facto, o Afeganistão<sup>316</sup>. No seu discurso o Presidente George Bush exigiu a entrega dos líderes do al-Qaeda, o encerramento imediato e permanente dos campos terroristas no Afeganistão e a entrega de todos os terroristas ou seus apoiantes, sob pena do regime Talibã “partilhar o destino dos terroristas”<sup>317</sup>.

Pouco tempo depois, a 28 de Setembro de 2001, seguiu-se mais uma resolução do Conselho de Segurança, mais elaborada que a anterior e que elencou uma série de medidas a adoptar pelos Estados para combater o terrorismo no seu geral, entre as quais a repressão de meios financeiros que pudessem fomentar os actos terroristas, a recusa do asilo aos terroristas e a criação de um Comité contra o Terrorismo, encarregado de supervisionar as medidas tomadas pelos Estados quanto a este respeito<sup>318</sup>. É de realçar que no preâmbulo desta resolução, o Conselho de Segurança voltou a afirmar o direito de legítima defesa, sublinhando, no entanto, que os Estados devem combater as ameaças à paz internacional causadas pelos terroristas, utilizando todos os meios **de acordo com a CNU**<sup>319</sup>.

No dia 7 de Outubro de 2001, os EUA e o Reino Unido iniciaram uma ofensiva militar, atacando os campos e instalações militares dos Talibãs no Afeganistão<sup>320</sup>. Ambos os Estados, nas cartas direccionadas ao Presidente do Conselho de Segurança alegaram estarem a agir em legítima defesa, invocando para tal o artigo 51.º da CNU:

---

<sup>315</sup> MARTINS, Ana Maria Guerra – Algumas implicações do 11 de Setembro de 2001 na Ordem Jurídica Internacional, p.590.

<sup>316</sup> BAPTISTA, Eduardo Correia – A nova tipologia dos conflitos internacionais: o uso da força contra grupos armados e os conflitos no Afeganistão e no Iraque, p.552.

<sup>317</sup> Nas palavras do Presidente George Bush: *“Deliver to United States authorities all the leaders of al Qaeda who hide in your land, (...) Close immediately and permanently every terrorist camp in Afghanistan, and hand over every terrorist, and every person in their support structure, to appropriate authorities. (...) The Taliban must act and act immediately. They will hand over the terrorists, or they will share their fate.”* – MCCALED, Ian Christopher - Bush vows justice will be done, paras. 13 e ss.

<sup>318</sup> Resolução n.º 1373 do Conselho de Segurança. A esse respeito, ver também: MARTINS, Ana Maria Guerra – Algumas implicações do..., pp.591 e ss.

<sup>319</sup> Resolução n.º 1373 do Conselho de Segurança, paras. 4 e 5 do preâmbulo. A este respeito, ver também: BAPTISTA, Eduardo Correia – A nova tipologia..., p.553.

<sup>320</sup> BAPTISTA, Eduardo Correia – A nova tipologia..., p.554. HAMID, Abdul Ghafur – The legality of..., p.474.

*“In accordance with Article 51 of the Charter of the United Nations, I wish on behalf of my Government, to report that the United States of America, together with other States, has initiated actions in the exercise of its inherent right of individual and collective self-defence following the armed attacks that were carried out against the United States on 11 September 2001. (...)*

*In response to these attacks, and in accordance with the inherent right of individual and collective self-defence, United States armed forces have initiated actions designed to prevent and deter further attacks on the United States.<sup>321</sup>”*

*“In accordance with Article 51 of the Charter of the United Nations, I wish on behalf of my Government to report that the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland has military assets engaged in operations against targets that we know to be involved in the operation of terror against the United States of America, the United Kingdom and other countries around the world as part of a wider international effort. (...) These forces have now been employed in exercise of the inherent right of individual and collective self-defence, recognized in Article 51.<sup>322</sup>”*

Mas será que, *in casu*, a invocação da legítima defesa foi válida perante o Direito Internacional?

Conforme refere Eduardo Correia Baptista, para que o ataque perpetrado pelos EUA e Reino Unido pudesse ser considerado como legítima defesa, o ocorrido a 11 de Setembro de 2001 teria de ser visto como um ataque armado que violou a proibição do uso de força. Ora, no seu entendimento, tal não acontece, na medida em que, ainda que o Estado de Afeganistão e os Talibãs enquanto governadores “de facto” estejam abrangidos pela proibição do uso de força, tal já não acontece com o grupo terrorista do al-Qaeda.

---

<sup>321</sup> NEGROPONTE, John D. - Letter dated 7 October 2001 from the Permanent Representative of the United States of America to the United Nations, addressed to the President of the Security Council, paras. 1 e 4.

<sup>322</sup> ELDON, Stewart - Letter dated 7 October 2001 from the Chargé d'affaires a.i. of the Permanent Mission of the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland to the United Nations addressed to the President of the Security Council, paras. 1 e 2.

O mesmo entendimento é partilhado pela maioria da doutrina e jurisprudência internacional. O grupo terrorista al-Qaeda é um agente não-estatal que, pelo menos de forma oficial, não se encontra ligado a nenhum Estado, *in casu* ao Afeganistão, encontrando-se somente a utilizar o seu território. Deste modo, para que os ataques de 11 de Setembro pudessem ser considerados “agressão” e imputados ao Afeganistão, teriam de se enquadrar no escopo da alínea g) do artigo 3.º da Definição de Agressão<sup>323</sup>, relativo ao uso de força indirecto, isto é, o apoio fornecido por um Estado terceiro a um grupo de agentes não-estatais que perpetraram actos de agressão. Conforme referido no caso “Nicarágua”, tal apoio somente pode ser imputado a um Estado se este tiver tido um controlo efectivo sobre as operações militares ou paramilitares que originaram os ataques em causa<sup>324</sup>.

Resulta daqui que o referido controlo efectivo implica uma actuação concreta por parte do Estado apoiante no ataque a ser perpetrado, não podendo um mero apoio financeiro ou logístico ser considerado controlo efectivo para efeitos da alínea g) do artigo 3.º da Definição de Agressão<sup>325</sup>. Este entendimento é suportado pelos Artigos sobre a Responsabilidade do Estado por Actos Internacionalmente Ilícitos elaborados pela CDI da ONU. De acordo com os mesmos, um Estado terceiro somente poderá ser responsável pelos actos de um grupo de indivíduos em duas situações: i) no caso da conduta do referido grupo ser resultado de instruções, direcções ou controlo directo de um Estado<sup>326</sup>; ii) no caso da conduta ser reconhecida e adoptada pelo Estado como sua própria<sup>327</sup>.

---

<sup>323</sup> Recordemos que a referida norma estipula que é qualificado como agressão o envio de grupos armados em nome de outro Estado ou envolvimento substancial em tal acto armado: “*The sending by or on behalf of a State of armed bands, groups, irregulars or mercenaries, which carry out acts of armed force against another State of such gravity as to amount to the acts listed above, or its substantial involvement therein.*” - Resolução n.º 3314 (XXIX) da Assembleia Geral, artigo 3.º g).

<sup>324</sup> No caso “Nicarágua” o TIJ analisou a possibilidade dos EUA serem o Estado responsável pelos actos militares perpetrados pelo grupo Nicaraguaniano “Contras”, tendo proferido que: “*For this conduct to give rise to legal responsibility of the United States, it would in principle have to be proved that State had effective control of the military or paramilitary operations in the course of which the alleged violations were committed.*” – “*Military and Paramilitary Activities in and against Nicaragua*” ..., para.115.

<sup>325</sup> KOWALSKI, Michał - Prawo do samoobrony..., p.172.

<sup>326</sup> Nos termos do artigo 8.º dos Artigos sobre a Responsabilidade do Estado por Actos Internacionalmente Ilícitos: “*The conduct of a person or group of persons shall be considered an act of a State under international law if the person or group of persons is in fact acting on the instructions of, or under the direction or control of, that State in carrying out the conduct.*” – UNITED NATIONS - Draft Articles on Responsibility of States for Internationally Wrongful acts, with commentaries. Report of the Commission to the General Assembly on the work of its fifty-third session, p.47.

<sup>327</sup> Nos termos do artigo 11.º dos Artigos sobre a Responsabilidade do Estado por Actos Internacionalmente Ilícitos: “*Conduct which is not attributable to a State under the preceding articles shall nevertheless be considered an act of that State under international law if and to the extent that the State acknowledges and adopts the conduct in question as its own.*” - UNITED NATIONS - Draft Articles on..., p.52.

Sucedem que, ainda que frequentemente se diga que o grau de relações entre os Talibãs e o al-Qaeda tenha sido bastante forte, a verdade é que tais afirmações, sem nenhuma prova concreta não são suficientes para se poder alegar de forma objectiva que o Afeganistão tem dado instruções ou controlado directamente os ataques de 11 de Setembro de 2001. Bem assim, os Talibãs até ao dia de hoje não assumiram a autoria ou co-autoria de tais ataques e o facto do grupo al-Qaeda se ter sediado no território Afegão, não é razão suficiente para a plateia internacional considerar que se trata de um acto ilícito. Desta forma, ainda que muitas sejam as suspeitas de que Afeganistão, sob o comando do regime de facto dos Talibãs, tenha algum tipo de participação nos ataques de 11 de Setembro de 2001, a verdade é não é possível oficialmente atribuir a co-autoria a este Estado, sendo o único responsável o grupo al-Qaeda, o qual não se encontra vinculado pela proibição do uso da força da CNU. Desta forma, “(...) a reacção militar dos EUA tem de ser justificada em relação ao Afeganistão/Talibãs e não em relação ao grupo armado, que não se encontra protegido pela proibição de uso de força.”<sup>328</sup>.

Desta forma, tal como afirma Eduardo Correia Baptista, os actos levados a cabo pelos EUA e pelo Reino Unido nunca poderiam fundar-se em legítima defesa, mas antes em legítima defesa preventiva<sup>329</sup>. Cumpram, aliás, realçar que, apesar de ambos os Estados terem invocado a legítima defesa “pura” como fundamento das suas acções, a verdade é que os EUA mencionaram na sua carta que o ataque perpetrado contra Afeganistão teve como propósito prevenir e impedir novos ataques, transmitindo a ideia de que a figura a que se faz verdadeiramente referência é a legítima defesa preventiva e não a legítima defesa “pura”:

“ (...) *United States armed forces have initiated actions **designed to prevent and deter further attacks on the United States.***”<sup>330</sup>

O acto efectuado pelos EUA e pelo Reino Unido foi, de uma forma geral, apoiado pela arena internacional. Estados como a Espanha, a Rússia, o Canadá, a Austrália, Nova Zelândia, Alemanha ou Itália proferiram todas declarações no sentido de concordar com a necessidade de lutar contra os actos terroristas. A título de exemplo vejam-se as

---

<sup>328</sup> BAPTISTA, Eduardo Correia – A nova tipologia..., pp.559 e ss.

<sup>329</sup> BAPTISTA, Eduardo Correia – A nova tipologia..., p.557.

<sup>330</sup> NEGROPONTE, John D. - Letter dated 7 October 2001 from the Permanent Representative of the United States of America to the United Nations, addressed to the President of the Security Council, para. 4, sublinhados nossos.

declarações da Rússia, a qual considerou que o Afeganistão tornou-se o centro internacional de terrorismo e extremismo, afirmando que todos os terroristas deveriam ser apresentados à justiça. O Japão apoiou os ataques aéreos, a Itália disponibilizou-se a providenciar material e suas forças armadas em caso de necessidade e a Nova Zelândia considerou as operações militares americanas como necessárias ou, até, inevitáveis<sup>331</sup>.

No mesmo sentido, o presidente da França, Jacques Chirac, declarou que as tropas francesas iriam participar na ofensiva militar treinada no Afeganistão, abrindo o seu espaço aéreo aos aviões militares americanos e providenciando apoio no mar. Bem assim, declarou abertamente que a França iria assumir o seu papel na participação militar, no espírito de solidariedade e responsabilidade<sup>332</sup>:

*“In recent days, the United States made new demands for military participation. We will assume our role in the spirit of solidarity and responsibility. The fight against terrorism is complex and without mercy. The military operations will take place over a long period.”*<sup>333</sup>

Por sua vez, o primeiro-ministro espanhol, Jose Maria Aznar, declarou providenciar suporte logístico, bem como instalações militares, afirmando que Espanha encontra-se preparada para continuar a contribuir de forma material e pessoal para o desenvolvimento das operações pela coligação internacional<sup>334</sup>:

*“We have provided logistical support and the use of military installations. Spain is prepared to keep on contributing, in both material and personnel terms, to the development of operations by the international coalition.”*<sup>335</sup>

O Presidente da CE, Romano Prodi, na sua declaração de 7 de Outubro de 2001 referiu que toda a Europa se encontra unida com os EUA e os seus aliados na luta contra

---

<sup>331</sup> THE GUARDIAN EDITORS - World leaders rally round allies: West gives full support for strikes, paras. 1 e ss.

<sup>332</sup> THE GUARDIAN EDITORS - World leaders rally..., paras. 7 e ss.

<sup>333</sup> THE GUARDIAN EDITORS - World leaders rally..., para. 8.

<sup>334</sup> THE GUARDIAN EDITORS - World leaders rally..., para. 14.

<sup>335</sup> THE GUARDIAN EDITORS - World leaders rally..., para. 14.

o terrorismo, proferindo ainda que a comunidade internacional se encontra solidária para construir um futuro de paz de desenvolvimento<sup>336</sup>:

*“At this difficult, solemn and dramatic moment, all Europe stands steadfast with the United States and its coalition allies to pursue the fight against terrorism. We are united, and will remain united, in this struggle against those who attack the very foundations of civilization. (...) This is a moment of unity. The international community stands in solidarity in this struggle, resolved to build a future of peace and development for all peoples on Earth.”*<sup>337</sup>

Naturalmente, apesar da maioria da plateia internacional demonstrar o seu apoio para com a invasão do Afeganistão, não faltaram também vozes de oposição. A título de exemplo podemos indicar o Irão, o qual afirmou que o verdadeiro objectivo dos EUA foi a dominância e o expansionismo; a Malásia que afirmou que o terrorismo não poderá ser superado através de uma guerra, uma vez que o único resultado seriam vítimas inocentes; ou a Indonésia, a qual, apesar de não condenar abertamente tais actos, demonstrou “grande preocupação” relativamente aos mesmos<sup>338</sup>. Cumpre também realçar a posição do Iraque, o qual, de todos os Estados demonstrou maior oposição, referindo que milhares de civis têm sido mortos, acusando o Conselho de Segurança de recusa de debate sobre este tema, considerando ainda que com a invasão do Afeganistão a CNU tem sido violada:

*“The same applies to Afghanistan. The unarmed and destitute people of that country are being subject to military aggression that is merely destroying the ruins left behind by previous aggressions. There is nothing left to destroy, but civilians are being killed and displaced while the Security Council refuses to debate the issue. The Council, as the United Nations organ directly responsible for international peace and security, is supposed to hold public debates on such issues or at least, if it cannot address their political and military dimensions, on their humanitarian*

---

<sup>336</sup> PRODI, Romano – Statement by European Commission President Romano Prodi on the military action against terrorism, paras. 2 e ss.

<sup>337</sup> PRODI, Romano – Statement by European Commission President Romano Prodi on the military action against terrorism, paras. 2 e ss.

<sup>338</sup> MARKS, Kathy – Islamic militants threaten to hunt down foreigners, paras. 6 e ss.



*aspect. Does this issue have no bearing on international peace and security? Have the Charter and international law not been violated?”*<sup>339</sup>

Ainda assim, apesar de algumas vozes de oposição, a maioria da arena internacional apoiou o uso de força perpetrado pelos EUA e pelo Reino Unido. Conforme refere Manuel de Almeida Ribeiro:

“(…) não só não se verificou nenhuma tentativa de condenação no quadro da ONU como, em dezembro de 2001, foi estabelecido pelo Conselho de Segurança o ISAF – *International Security Assistance Force*, com o mandato de supervisionar as operações no país e treinar as Forças de Segurança Nacional Afegãs.”<sup>340</sup>.

A pergunta que se coloca é se tal acto de legítima defesa preventiva pode ser considerado válido e admissível. De acordo com Michael Doyle, na análise da prevenção é necessário ter atenção quatro critérios: i) a letalidade, ii) a probabilidade, iii) a legitimidade, iv) a legalidade<sup>341</sup>.

O primeiro critério, isto é, a letalidade identifica e contabiliza a quantidade de dano que poderia surgir sem a prevenção, tendo a conta a perda de vidas, a destruição de bens, a independência política ou a integridade territorial, atendendo à reversibilidade de alguns danos<sup>342</sup>. A probabilidade, no seu entender, encontra-se intrinsecamente ligada à iminência do ataque – um ataque iminente é mais provável de acontecer, enquanto que um ataque mais distante é menos provável de ocorrer<sup>343</sup>. A legitimidade baseia-se em três pontos chave relacionados com a proporcionalidade: os “*checks and balances*” entre a ameaça do dano e a resposta, a restrição da resposta ao mínimo necessário e a obrigatoria deliberação relativa a tal acto<sup>344</sup>. Já a legalidade prende-se com a concordância dos actos com o direito internacional<sup>345</sup>.

---

<sup>339</sup>Registo da 28ª reunião plenária da Assembleia Geral, de 16 de Outubro de 2001, p. 8.

<sup>340</sup> RIBEIRO, Manuel de Almeida – A ONU e o uso da força pelo Estados: da letra da Carta aos novos desafios do século XXI, p. 473.

<sup>341</sup> DOYLE, Michael W. – *Striking First. Preemption...*, p.46.

<sup>342</sup> DOYLE, Michael W. – *Striking First. Preemption...*, p. 47.

<sup>343</sup> DOYLE, Michael W. – *Striking First. Preemption...*, pp. 48.

<sup>344</sup> DOYLE, Michael W. – *Striking First. Preemption...*, p. 57.

<sup>345</sup> DOYLE, Michael W. – *Striking First. Preemption...*, p. 59

Ao longo da sua obra “*Striking First. Preemption and Prevention in International Conflict*”, Michael Doyle faz referência ao ataque no Afeganistão, parecendo estar a tentar preencher os pressupostos, preenchendo alguns, mas não todos, dos pressupostos por si referidos. Deste modo, no que diz respeito à por si denominada “legitimidade”, afirma que a “erradicação do grupo Al-Qaeda no Afeganistão, exigiu provavelmente a derrota dos Talibãs através da invasão do Afeganistão”<sup>346</sup>. Afirma também que, apesar da acção de invasão do Afeganistão ter sido denominada como acção de legítima defesa, não havia nenhuma evidência de que o grupo Al-Qaeda estava a planear um ataque iminente, pelo que, no seu entender, a justificação dada podia ter sido a da legítima defesa preventiva, visto que bin Laden demonstrou com as suas acções prévias de que era capaz de atacar e que certamente iria atacar novamente<sup>347</sup>.

De todo o modo, tal como referimos, independentemente da denominação que lhe foi dada, a maioria da arena internacional apoiou a invasão do Afeganistão em 2001.

#### **8.4. A intervenção no Iraque em 2003**

Outro conflito que merece nossa atenção é a intervenção no Iraque que ocorreu nos anos 2002 – 2003. No entanto, para podermos compreender esta intervenção na plenitude, é necessário fazermos primeiro uma breve abordagem aos seus antecedentes.

No ano de 1990 terminou a invasão do Iraque ao território do Kuwait<sup>348</sup> e a pretensa anexação do mesmo. No entanto, ainda assim, o fim deste conflito não trouxe a tão esperada paz internacional: em boa verdade a tensão entre o Iraque e a arena internacional manteve-se durante um longo período de tempo e resultou em sucessivas resoluções do Conselho de Segurança a respeito deste Estado, resoluções essas que têm vindo a ser incumpridas pelo Iraque<sup>349</sup>.

A 3 de Abril de 1991, a Resolução n.º 687 do Conselho de Segurança estabeleceu um cessar-fogo com carácter provisório, bem como um leque de obrigações que deveriam ser cumpridas pelo Iraque. O Conselho de Segurança convocou uma Comissão Especial, a qual ficou encarregada de inspecionar o terreno do Iraque, analisando as capacidades

---

<sup>346</sup> DOYLE, Michael W. – *Striking First. Preemption...*, pp. 58 e ss.

<sup>347</sup> DOYLE, Michael W. – *Striking First. Preemption...*, p. 88.

<sup>348</sup> Conflito que não será alvo de análise na presente dissertação.

<sup>349</sup> PEREIRA, Maria de Assunção do Vale – *A Intervenção Humanitária no Direito Internacional Contemporâneo*, p. 803.

deste Estado no que diz respeito ao seu armamento biológico e químico e, bem assim, para supervisionar a destruição imposta sobre Iraque de eventuais armas biológicas, químicas e mísseis de alcance superior a 150 km ou de quaisquer instalações que pudessem promover a produção de armas desta natureza. A referida resolução reforçava também, tornando incondicionais, as obrigações resultantes do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares de 1968, ao qual o Iraque se encontrava sujeito, tendo ficado proibido de produzir ou tentar fabricar armas nucleares<sup>350</sup>.

De início, Iraque concordou com as exigências impostas pelo Conselho de Segurança. No entanto, volvidos cerca de quatro meses, foi aprovada nova resolução, a qual condenava o Iraque pelo incumprimento das obrigações resultantes da Resolução n.º 687, estipulando que o Iraque deveria permitir “o acesso imediato, incondicional e sem restrições das equipas de inspecção da Comissão Especial das Nações Unidas (UNSCOM) e da Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA) a todas as zonas, instalações equipamentos, registos e meios de transporte que desejem inspecionar.”<sup>351</sup>

Apesar do reforço das imposições estabelecidas pelo Conselho de Segurança, a falta de cooperação por parte do Iraque e a sua indisponibilidade em cumprir com as obrigações impostas, principalmente no que diz respeito ao desarmamento, gerou um clima de tensão e necessidade de sucessivos ataques aéreos levados a cabo na expectativa de persuadir Iraque em cooperar<sup>352</sup>. Apesar de variados esforços tal, no entanto, não ocorreu. Em 1998 Iraque decidiu suspender a cooperação com UNSCOM e AIEA tanto no que dizia respeito ao desarmamento, como no que se referia às actividades de controlo de território<sup>353</sup>, atitude que não deixou de ser condenada pelo Conselho de Segurança<sup>354</sup>.

A cada vez maior falta de cooperação por parte do Iraque teve a sua repercussão em mais uma resolução aprovada pelo Conselho de Segurança, que voltava a exigir a cooperação do Iraque, criando também nova comissão de controlo, cujo objectivo era essencialmente substituir a comissão criada pela Resolução n.º 687<sup>355</sup>.

---

<sup>350</sup> Resolução n.º 687 do Conselho de Segurança, paras. 7 e ss. Ver também: PEREIRA, Maria de Assunção do Vale – A Intervenção Humanitária..., pp. 803 e ss. BAPTISTA, Eduardo Correia – A nova tipologia..., pp.570 e ss.

<sup>351</sup> PEREIRA, Maria de Assunção do Vale – A Intervenção Humanitária..., p. 804. Resolução n.º 707 do Conselho de Segurança, paras. 1 e 3b).

<sup>352</sup> DINSTEIN, Yoram – War, aggression and..., pp. 346 e ss. PEREIRA, Maria de Assunção do Vale – A Intervenção Humanitária..., p. 804.

<sup>353</sup> Resolução n.º 1194 do Conselho de Segurança, para. 2. do preâmbulo.

<sup>354</sup> Resolução n.º 1194 do Conselho de Segurança, para. 1.

<sup>355</sup> A este respeito veja-se a Resolução n.º 1284 do Conselho de Segurança.

Entretanto, como já mencionado previamente, em 2001 tiveram lugar os ataques terroristas de 11 de Setembro. O clima de tensão internacional tinha aumentado exponencialmente e, apesar da consequência imediata dos ataques de 11 de Setembro ter sido a invasão do Afeganistão, a verdade é que o Iraque também sentiu a alteração de dinâmica por parte dos EUA. Como já tivemos oportunidade de referir, no seguimento dos ataques ocorridos, o Presidente dos EUA George Bush implementou a sua nova estratégia, a denominada Doutrina Bush, cujo principal objectivo era prevenir que os grupos terroristas e regimes que possuíssem armas químicas, biológicas ou nucleares, pudessem ameaçar os EUA e o resto do mundo. O discurso de George Bush focou-se principalmente no chamado Eixo do Mal (*“Axis of Evil”*), que englobava não só a Coreia do Norte e o Irão, mas também o Iraque<sup>356</sup>.

Não obstante, corria já o ano de 2003 e o Iraque continuava a não cumprir com as obrigações impostas desde 1991 pelo Conselho de Segurança. No seguimento desta permanente postura de incumprimento, George Bush decidiu solicitar ao Congresso norte-americano a autorização para utilizar “todos os meios que considere apropriados, incluindo a força”, de forma a poder derrubar o regime de Saddam Hussein, sublinhando ainda que, caso a ONU não decidisse acompanhar os EUA nesta jornada, os EUA actuariam sozinhos<sup>357</sup>.

Ainda que o Israel tenha decidido apaziguar a tensão existente e as relações mantidas com os EUA e a restante plateia internacional, tendo até iniciado um diálogo com a ONU, a 11 de Outubro de 2002 o Congresso norte-americano aprovou uma resolução que autorizava o Presidente dos EUA a recorrer ao uso de força para defender os EUA contra a constante ameaça interposta pelo Iraque e para conseguir impor todas as resoluções da ONU relevantes relativas a este Estado<sup>358</sup>.

Menos de um mês depois, atendendo ao sucessivo “incumprimento por parte do Iraque do que havia sido determinado em resoluções anteriores e da consequente impossibilidade de levar a cabo as inspecções e actividades que tais resoluções previam”<sup>359</sup>, a 8 de Novembro de 2002 o Conselho de Segurança aprovou a Resolução

---

<sup>356</sup> BUSH, George W. – President Delivers State of the Union Address, paras. 13, 18, 19 e 20.

<sup>357</sup> PEREIRA, Maria de Assunção do Vale – A Intervenção Humanitária..., p. 808.

<sup>358</sup> De acordo com a Resolução: “*The President is authorized to use the Armed Forces of the United States as he determines to be necessary and appropriate in order to – (1) defend the national security of the United States against the continuing threat posed by Iraq; and (2) enforce all relevant United Nations Security Council resolutions regarding Iraq.*” – U.S.A. - Authorization For Use Of Military Force Against Iraq Resolution Of 2002, p. 1501.

<sup>359</sup> PEREIRA, Maria de Assunção do Vale – A Intervenção Humanitária..., p. 809.

n.º 1441. Na referida resolução, o Conselho de Segurança estipulou que o Iraque encontrava-se em violação das várias resoluções previamente aprovadas, em particular da Resolução n.º 687, devido à falta de cooperação para com os inspectores da ONU e da AIEA. Decidiu, outrossim, que o Iraque dispunha de uma última oportunidade para se conformar com as obrigações de desarmamento provenientes das resoluções anteriores<sup>360</sup>, estabelecendo para este fim um vasto leque de medidas que deveriam ser levadas a cabo pelo Iraque. Cumpre também realçar que a Resolução n.º 1441 estipulou que, caso o Iraque continuasse a violar as obrigações a que se encontrava sujeito, iria sofrer “graves consequências”<sup>361</sup>.

No seguimento desta resolução, o Iraque decidiu possibilitar aos inspectores da ONU a análise do estado e programa do seu armamento. Inicialmente os relatórios têm referido alguns atrasos na cooperação e a falta de pro-actividade por parte do Iraque. Os inspectores, apesar de não terem encontrado vestígios de armas de destruição maciça, ainda assim declararam que não era possível excluir tal possibilidade de forma absoluta<sup>362</sup>.

O Iraque, em particular Saddam Hussein enquanto seu ditador, continuou a ser visto pelos EUA como patrocinador do terrorismo, opressor, obstáculo ao progresso e um perigo para os restantes Estados. Desta forma, em Março de 2003, George Bush apresentou um ultimato ao regime de Bagdad, exigindo o abandono do Iraque por Saddam Hussein e seus filhos num prazo de quarenta e oito horas, sob pena de uma intervenção militar imediata<sup>363</sup>.

Saddam Hussein não cedeu ao ultimato, e a intervenção militar não demorou muito a ser efectuada. A 20 de Março de 2003 os EUA, Reino Unido e Austrália invadiram o Iraque em operação denominada “*Operation Iraqi Freedom*”.

---

<sup>360</sup> Nos termos da Resolução n.º 1441 o Conselho de Segurança: “1. *Decides that Iraq has been and remains in material breach of its obligations under relevant resolutions, including resolution 687 (1991), in particular through Iraq’s failure to cooperate with United Nations inspectors and the IAEA, and to complete the actions required under paragraphs 8 to 13 of resolution 687 (1991); 2. Decides, while acknowledging paragraph 1 above, to afford Iraq, by this resolution, a final opportunity to comply with its disarmament obligations under relevant resolutions of the Council (...).*” – Resolução n.º 1441 do Conselho de Segurança, paras. 1 e 2.

<sup>361</sup> Resolução n.º 1441 do Conselho de Segurança, para. 13.

<sup>362</sup> GRAY, Christine – International law and..., p. 369. PEREIRA, Maria de Assunção do Vale – A Intervenção Humanitária..., p. 810.

<sup>363</sup> PEREIRA, Maria de Assunção do Vale – A Intervenção Humanitária..., p. 812.

A justificação dada por estes Estados para tal intervenção, baseou-se na autorização de uso de força prevista na Resolução n.º 678 de 1990<sup>364</sup><sup>365</sup>. Uma explicação bastante detalhada a este respeito foi apresentada previamente pelo memorando do Reino Unido, o qual apresentava o seguinte silogismo:

- 1) A autorização do uso de força contra o Iraque parte da combinação de efeitos provenientes das Resoluções n.º 678, 687 e 1441.
- 2) A Resolução n.º 678 autorizou o uso de força contra o Iraque para retirar tal Estado do território do Iraque e restabelecer a paz e segurança internacional.
- 3) A Resolução n.º 687 impôs um vasto leque de obrigações ao Iraque, principalmente no que diz respeito à eliminação das armas de destruição maciça, tendo suspenso, mas não cessado, a autorização do uso de força estabelecida na Resolução n.º 678.
- 4) Iraque tem vindo a violar as obrigações a que se encontrava sujeito, tendo recebido uma última oportunidade para cumpri-las, sob pena de sofrer graves consequências, conforme o disposto na Resolução n.º 1441.
- 5) Uma vez que Iraque continuou a não cumprir com as obrigações dispostas, a autorização do uso de força patente na Resolução n.º 678 voltou a estar em vigor.
- 6) Visto que a Resolução n.º 1441 não previa necessidade de uma segunda resolução do Conselho de Segurança para o uso de força, mas sim somente uma discussão desse órgão sobre esta matéria, não existem obstáculos para recorrer ao uso de força no Iraque<sup>366</sup>.

No mesmo sentido, e em nome da aliança entre os EUA, Reino Unido e Austrália, os EUA enviaram uma carta ao presidente do Conselho de Segurança, onde estipulavam que Iraque tem recusado de uma forma repetitiva, durante um prolongado período de tempo, de responder a tentativas diplomáticas de cooperação, sanções económicas e outros meios pacíficos que facilitassem ao Iraque no procedimento de desarmamento relacionado com armas de destruição maciça. Desta forma, a referida aliança considerou que a operação

---

<sup>364</sup> GRAY, Christine – International law and..., p. 371.

<sup>365</sup> A resolução n.º 678 de 29 de Novembro de 1990 autorizou os Estados-Membros da ONU a utilizar todos os meios necessários para retirar o Iraque do território do Kuwait, caso o Iraque não retirasse as suas forças deste território até 15 de Janeiro de 1991.

<sup>366</sup> WARBRICK, Colin; MCGOLDRICK, Dominic – The Use of Force Against Iraq, pp. 811 e ss.

militar é não só apropriada, como também necessária para defender os EUA e a restante comunidade internacional da ameaça apresentada por Iraque<sup>367</sup>.

A pergunta que se coloca e que, em boa verdade foi colocada por vários Estados apoiantes da aliança, é se tal utilização de uso de força poderia ser considerada algum tipo de legítima defesa antecipatória ou só, quanto muito, poderia ser justificado com base na violação das obrigações impostas?

Conforme acabámos de verificar os EUA deixaram ambas as possibilidades abertas: a autorização do uso de força concedida pelo Conselho norte-americano referia que o presidente podia recorrer ao uso de força como forma de defesa perante as ameaças futuras (fazendo, assim, um apelo à legítima defesa preventiva) para reforçar o cumprimento das Resoluções do Conselho de Segurança. No entanto, a carta enviada ao Presidente do Conselho de Segurança referiu claramente que o uso de força era estritamente necessário para a defesa das ameaças esperadas do Iraque. Desta forma, os EUA, ainda que tivessem deixado a porta das duas opções em aberto, de forma a salvaguardar a sua posição, pareciam encontrar-se mais inclinados para a ideia da legítima defesa preventiva.

No que diz respeito ao Reino Unido e Austrália, como foi possível verificar pelo silogismo apresentado por estes (o qual foi criticado pela plateia internacional) consideraram mais seguro basear-se na autorização do Conselho de Segurança patente nas suas prévias resoluções, perante o caso de violação do Iraque das obrigações que lhe tenham sido impostas<sup>368</sup>.

Alguns Estados concordaram com o uso de força contra o Iraque, justificando tal medida com a violação das obrigações impostas pelas resoluções do Conselho de Segurança. A título de exemplo, a Polónia considerou que o Iraque não implementou as medidas relativamente ao desarmamento, não destruiu as suas armas de destruição

---

<sup>367</sup> Conforme referido na carta enviada ao Presidente do Conselho de Segurança: *“Iraq repeatedly has refused, over a protracted period of time, to respond to diplomatic overtures, economic sanctions and other peaceful means, designed to help bring about Iraqi compliance with its obligations to disarm and to permit full inspection of its weapons of mass destruction and related programmes. The actions that coalition forces are undertaking are an appropriate response. They are necessary steps to defend the United States and the international community from the threat posed by Iraq and to restore international peace and security in the area. Further delay would simply allow Iraq to continue its unlawful and threatening conduct.”* – NEGROPONTE, John D. - Letter dated 20 March 2003 from the Permanent Representative of the United States of America to the United Nations addressed to the President of the Security Council, para.5, sublinhados nossos.

<sup>368</sup> GRAY, Christine – International law and..., p. 255.

maciça, pelo que os meios de resolução pacífica da crise foram completamente esgotados, sendo o recurso à força a única opção<sup>369</sup>:

*“Iraq has not implemented its obligations with regard to disarmament (...) It has failed to destroy its stocks of weapons of mass destructions (...) Under those circumstances, the conclusion had to be reached that the peaceful means for the resolution of the Iraqi crisis have been exhausted and the use of force remained the only option.”*<sup>370</sup>

No que diz respeito à ideia propriamente dita da invasão do Iraque enquanto legítima defesa preventiva, não faltaram vozes que se expressaram negativamente quanto a esta ideia. Torna-se, no entanto, curioso verificar que todos os Estados que criticaram o recurso a legítima defesa preventiva, denominavam-na como legítima defesa preemptiva.

A título de exemplo, o representante de Iémen frisou muito claramente em como não concordava com o uso de legítima defesa preemptiva, uma vez que, na sua opinião, criar guerra contra outros Estados somente com base na leitura das suas intenções, poderia criar um ambiente favorável para tensões, o que por sua vez estaria a demonstrar não um caminho sensível e racional, mas um caminho mais fácil e curto. Para reforçar a ideia de que a utilização preventiva de força no Iraque não foi a medida mais adequada, o representante de Iémen sublinhou que havia outros meios pacíficos que podiam ser utilizados para persuadir o Iraque a cooperar<sup>371</sup>:

*“Many peaceful ways and means could be found to compel the Iraqi Government to positive cooperation by implementing Security Council resolutions if some countries abandoned the logic of force and did not restrict their thinking to war as the only option. (...) Like many others, we do not concur with those who call for the use of a pre-emptive strike as the only way for eliminating Iraq’s ability to produce weapons of mass destruction and to launch aggressive acts against others in the future. Launching war against others solely on the basis of reading their intentions would open the door wide to explode hotbeds of tension and*

---

<sup>369</sup> Registo da 4625ª reunião do Conselho de Segurança, de 16 de Outubro de 2002, p. 25

<sup>370</sup> Registo da 4625ª reunião do Conselho de Segurança, de 16 de Outubro de 2002, p. 25.

<sup>371</sup> Registo da 4625ª reunião do Conselho de Segurança, de 16 de Outubro de 2002, p. 14.



*wars whose roots had been lying dormant. Undoubtedly, in many cases resorting to force illustrates a shortcoming more than it provides evidence of the sensibility and rationality of the decision to use force.*”<sup>372</sup>

Uma posição semelhante foi apresentada pela Malásia, a qual afirmou que a doutrina dos ataques preemptivos não possui nenhum fundamento em Direito Internacional, considerando os ataques perpetrados pelos EUA e seus aliados como ilegais, na medida em que foram, em boa verdade, invasões de um território e de uma Nação independente. Na opinião da Malásia, tal ataque foi realizado com base em fracas evidências, quando em boa verdade, existiam outros mecanismos legais que poderiam garantir a cooperação do Iraque, razão pela qual, a guerra que se gerou foi, mais uma vez, um meio para atingir um objectivo político<sup>373</sup>.

*“(…) the doctrine of pre-emptive strikes has no foundation in international law. Malaysia views the unilateral military action undertaken by the United States and its allies as illegal and as being tantamount to an invasion of an independent and sovereign nation. What is more, it is a unilateral action taken on a selective basis and premised on tenuous evidence, while a viable mechanism exists to ensure Iraqi compliance with relevant Security Council resolutions. Malaysia is, therefore, compelled to condemn that action. Malaysia wishes to underline that the pre-emptive use of force threatens the very foundation of international law, making war once against the goal of international politics and of the powerful in subjugating the weak and defenceless. It also erroneously asserts the notion that might is right.*”<sup>374</sup>

Os restantes Estados não deixaram de expressar uma opinião semelhante. O Irão condenou o ataque levado a cabo pela Aliança, frisando que tal condenação era uma condenação quase universal e referindo que o ataque preemptivo violou de forma flagrante as normas e princípios do Direito Internacional e da CNU. Referiu ainda que a

---

<sup>372</sup> Registo da 4625ª reunião do Conselho de Segurança, de 16 de Outubro de 2002, p. 14., sublinhados nossos.

<sup>373</sup> Registo da 4726ª reunião do Conselho de Segurança, de 26 de Março de 2003, p.8.

<sup>374</sup> Registo da 4726ª reunião do Conselho de Segurança, de 26 de Março de 2003, p.8., sublinhados nossos.

cessação dos esforços diplomáticos foi prematura e que após doze anos de sanções “compreensivas” não se poderia considerar o Iraque uma ameaça iminente<sup>375</sup>:

*“My Government deplores that **diplomatic efforts** aimed at achieving and implementing Security Council resolutions on the disarmament of Iraq **were prematurely and arbitrarily aborted**, and that a sovereign member of this Organization has become subject to an outright invasion. We believe that there was no justification for departing from the diplomatic path; **neither is there anything that could possibly justify the invasion of Iraq. The unilateral war against Iraq does not meet any standard of international legitimacy.** It is not waged in self-defence against any prior armed attack. Nor, even by any stretch of imagination, could Iraq, after 12 years of comprehensive sanctions, be considered an imminent threat against the national security of the belligerent Powers. (...) Moreover, the stated goal of regime change in Iraq **runs flagrantly counter to the norms and principles of international law; and so does the concept of arbitrary pre-emptive strike, which openly negates the provisions of the Charter of the United Nations.**”*<sup>376</sup>

Por sua vez o Vietnã considerou que as acções unilaterais preventivas contra o Iraque nunca iriam resolver o problema, nem garantir segurança, expandindo antes o radicalismo, a falta de entendimento e a espiral da violência, referindo ainda que o uso de força contra um Estado independente e soberano constitui uma crassa violação da CNU e dos princípios fundamentais do Direito Internacional, podendo ser considerado um perigoso precedente:<sup>377</sup>

*“The use of force against an independent, sovereign State and Member of the United Nations constitutes a gross violation of the Charter and the fundamental principles of international law. It also renders the United Nations ineffective and sets an extremely dangerous precedent in international relations. **We believe that the unilateral and preemptive***

---

<sup>375</sup> Registo da 4726ª reunião do Conselho de Segurança, de 26 de Março de 2003, p. 33.

<sup>376</sup> Registo da 4726ª reunião do Conselho de Segurança, de 26 de Março de 2003, p. 33, sublinhados nossos.

<sup>377</sup> Registo da 4726ª reunião do Conselho de Segurança, de 26 de Março de 2003, p. 32.

*military actions against Iraq will not help to resolve the world's complex problems or ensure its security. It increases the risk of further spreading misunderstanding, radicalism and spiralling violence in the Middle East. The outbreak of sheer force of arms in this already volatile region can only exacerbate the tensions and fractures that fuel terrorism. Viet Nam is opposed to the war against Iraq, as the statement by the spokespersons of the Foreign Ministry and the Government of the Socialist Republic of Viet Nam made crystal clear on 20 March 2003.*"<sup>378</sup>

A Alemanha, França, Rússia e China, os “aliados” dos EUA nas demais relações internacionais, também não concordaram com a invasão perpetrada, tendo criticado tal atitude e tendo julgado mais adequado recorrer a meios mais pacíficos tais como as inspeções de desarmamento, não considerando que havia nenhuma ameaça iminente por parte do Iraque<sup>379</sup>.

A este respeito, a Alemanha sublinhou que era possível proceder ao desarmamento do Iraque através de meios pacíficos, os quais, no seu entender, não tinham sido ainda esgotados. Este Estado declarou rejeitar a guerra iminente e afirmou que, enquanto que tinha concordado com o uso de força durante a guerra do Kosovo e o ataque do Afeganistão, não acreditava, *in casu*, de se estar perante a necessidade de recorrer ao último recurso, isto é, ao uso de força<sup>380</sup>:

*“It is possible to disarm Iraq peacefully by upholding those demands with tight deadlines. Peaceful means have therefore not been exhausted. Also for that reason, Germany emphatically rejects the impending war. (...) Germany fought side by side with its allies in Kosovo (...) It did likewise in Afghanistan (...) Today, however, we in Germany do not believe that there is no alternative to military force as a last resort. To the contrary, we feel that Iraq can be disarmed using peaceful means.”*<sup>381</sup>

---

<sup>378</sup> Registo da 4726ª reunião do Conselho de Segurança, de 26 de Março de 2003, p. 32, sublinhados nossos.

<sup>379</sup> GRAY, Christine – International law and..., p. 255. RIBEIRO, Manuel de Almeida – A ONU e..., p. 473.

<sup>380</sup> Registo da 4721ª reunião do Conselho de Segurança, de 19 de Março de 2003, pp. 4 e ss.

<sup>381</sup> Registo da 4721ª reunião do Conselho de Segurança, de 19 de Março de 2003, pp. 4 e ss.

Por sua vez a Rússia lamentou que precisamente na altura em que o desarmamento do Iraque por via das inspecções tem se apresentado como mais real, foram levantados problemas. Sublinhou também que nenhuma das decisões tomadas pela ONU relativamente ao Iraque, autorizou o uso da força contra esse Estado para lá das disposições da CNU. A Rússia declarou ainda que, se houvesse provas de uma ameaça directa proveniente do território do Iraque, a Rússia estaria preparada para responder de acordo com as medidas disponibilizadas pela CNU mas, até ao dia, o Conselho de Segurança não possuía nenhuns factos que sustentassem a existência de tal ameaça<sup>382</sup>:

*“We can only express regret that, at precisely the time when the prospect for Iraq’s disarmament through inspections had become more than real, problems were put forward that have no direct bearing on resolution 1441 (2002) or on other United Nations decisions concerning Iraq. **Not one of those decisions authorizes the right to use force against Iraq outside the Charter of the United Nations; not one of them authorizes the violent overthrow of the leadership of a sovereign State.** (...)*

*If today we really had indisputable facts demonstrating that there was a direct threat from the territory of Iraq to the security of the United States of America, then Russia, without any hesitation, would be prepared to use the entire arsenal of measures provided under the United Nations Charter to eliminate such a threat. **However, the Security council today is not in possession of such facts.**”<sup>383</sup>*

Também o Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan numa declaração pública referiu que tinha indicado que a invasão do Iraque não estava em conformidade com a CNU e deste ponto de vista era ilegal<sup>384</sup>:

*“(...) I have indicated it was not in conformity with the UN charter from our point of view, from the charter point of view, it was illegal.”*

---

<sup>382</sup> Registo da 4721ª reunião do Conselho de Segurança, de 19 de Março de 2003, p.8.

<sup>383</sup> Registo da 4721ª reunião do Conselho de Segurança, de 19 de Março de 2003, p.8, sublinhados nossos.

<sup>384</sup> BBC News - Iraq war illegal, says Annan, para. 10.

Podemos então concluir que a maioria da arena internacional condenou os ataques perpetrados pelos EUA, Reino Unido e Austrália sobre o Iraque em 2003.

No mesmo sentido aponta a doutrina nacional portuguesa. A título de exemplo, Carlos Blanco de Moraes considera que a legítima defesa preventiva invocada pelos EUA, nunca poderia ser justificação da invasão no Iraque, na medida em que, por um lado, não havia provas de existência de armas de destruição maciça e, por outro, os Estados não conseguiram provar que o Iraque estava a preparar activamente um ataque. Deste modo, no entendimento do referido autor, a invasão do Iraque foi, em boa verdade, um acto de agressão<sup>385</sup>. Conforme refere também Manuel de Almeida Ribeiro “a maior potência mundial [os EUA] tinha desencadeado uma guerra claramente ilícita, à luz dos critérios da Carta.”<sup>386</sup>.

### **8.5. O ataque às bases militares iranianas T-4 em 2018**

Mais recentemente, a 9 de Abril de 2018, Israel levou a cabo ataques aéreos contra bases militares iranianas T-4, localizadas na Síria, perto da cidade de Homs, na sequência dos quais foram mortas catorze pessoas.

Sucede que, desde os anos 2011-2012, isto é, desde a altura denominada como “Primavera Árabe”, na Síria está a decorrer uma Guerra Civil interna, condenada pela maioria da plateia internacional, nomeadamente pelos EUA e pela Europa. No entanto, o regime do presidente al-Asad tem sido fortemente apoiado por Estados como a Líbia e o Irão, os quais denominam-se a si próprios o “Eixo de Resistência” contra a influência dos EUA e de Israel no Médio Oriente. Tal aliança tem vindo a consubstanciar-se num forte aumento do nível de armamento destes Estados, particularmente do Irão. Perante tal situação, o Israel tem visto o Irão como uma das maiores ameaças para a sua integridade territorial, temendo que o mesmo pretenda transformar a Síria numa nova frente de combate ao Israel<sup>387</sup>.

Desde o início do conflito na Síria, tanto o Irão, como o Israel têm vindo a criar numa permanente tensão entre si. Desta forma, na sequência do aumento do armamento do Irão, Israel, sentindo-se ameaçado, decidiu perpetrar um ataque aéreo contra as bases militares

---

<sup>385</sup> MORAIS, Carlos Blanco – O Direito ao..., p. 69.

<sup>386</sup> RIBEIRO, Manuel de Almeida – A ONU e..., p. 473.

<sup>387</sup> TVN24 – Rakietowa wymiana ciosów. Izrael odpowiedział na „irański atak”, para. 11.

do Irão na Síria, perto da cidade de Homs. Este ataque teve por consequência a morte de catorze pessoas.

A questão que surge de imediato prende-se com a natureza do ataque. Será que se tratou de um puro acto de agressão? Ou será que o podemos enquadrar em algum dos tipos de legítima defesa antecipatória?

Como já foi mencionado na presente dissertação, para que um uso de força possa ser considerado uma legítima defesa antecipatória, tem de haver algum nível de perigo ou ameaça que, em teoria, justifique o recurso de força, de forma a evitar a que a ameaça se consubstancie num verdadeiro ataque. No caso de tal ameaça ser iminente, “estar à porta”, tratar-se-á de uma legítima defesa preemptiva. Já no caso em que a tradução da ameaça num verdadeiro ataque esteja mais distante do tempo, estaremos perante a figura de legítima defesa preventiva.

No caso em apreço o Irão aumentou e melhorou o seu armamento. Poderá ser isto considerado uma ameaça, de tal forma grave que justificasse legítima defesa antecipatória? Como já tivemos oportunidade de analisar na Parte I da presente dissertação, uma ameaça pode assumir qualquer forma que o Estado ameaçador deseje, desde que o efeito intimidante seja produzido. Sucede que o Irão não proferiu nenhuma ameaça directa que tivesse por objectivo dar algo a entender ao Israel: não assinou nenhum tratado no sentido de invadir Israel, nem proferiu nenhuma declaração nesse sentido.

A maioria dos Estados não se pronunciou sobre esta questão. No entanto, a opinião pública internacional conseguiu transmitir a ideia de que, assumindo que a autoria do ataque foi realmente de Israel, foi um ataque de natureza preventiva, cujo objectivo era impedir que o Irão movimentasse as suas tropas e os seus armamentos para combater Israel.

A Síria, acreditando na autoria de Israel, condenou os actos por este alegadamente perpetrados, como actos de agressão, considerando ser uma resposta indirecta ao sucesso das forças armadas Sírias na expulsão dos grupos terroristas da zona de Damasco:

*“The Government of my country condemns in the strongest terms the ruthless Israeli aggression that took place this morning on the T-4 airbase in Homs governorate, in which a number of civilians were killed and injured. (...) This Israeli aggression is an indirect response to the successes of the Syrian Arab Army in expelling armed terrorist groups*

*from the suburbs of Damascus, its rural area and other Syrian territory.”*<sup>388</sup>

A Rússia, apesar de não ter incumbido a responsabilidade pelo ataque de forma expressa a Israel numa das reuniões do Conselho de Segurança, semelhantemente à Síria passou uma mensagem indirecta em como já estava a aguardar que Israel, com o grande apoio de “algumas capitais do Ocidente”, estivessem a preparar algum movimento para “punir” o regime da Síria:

*“It has been clear to us that sooner or later there would be an attempt to bring the jihadists out of harm’s way and at the same time to punish the regime that some Western capitals hate. The talking heads on television have thrown themselves into urging a repeat of last year’s effort at a military attack on Syria. This morning there were missile strikes on the T-4 airfield in Homs governorate. We are deeply troubled by such actions.”*<sup>389</sup>

Por sua vez, é curioso notar que os oficiais Israelitas afirmaram que não pretendiam confirmar ou negar se conduziram efectivamente aos ataques<sup>390</sup>. Não assumiram a autoria do ataque, não o negaram, nem tentaram encontrar algum tipo de justificação para o caso de algum tipo de provas pudesse metaforicamente apontar-lhes o dedo.

Já no que diz respeito aos os restantes Estados Membros da ONU, os mesmos não se pronunciaram sobre esta questão ou declararam que não é possível identificar o agressor. Aliás, Staffan de Mistura, o Enviado Especial do Secretário Geral para a Síria referiu que nenhum Estado assumiu a responsabilidade pelo ataque e que os EUA e a França negaram qualquer envolvimento na questão. Referiu também que os Governos da Síria, Rússia e Irão sugeriram que o ataque foi perpetrado por Israel, alegações essas que não foram comentadas por Israel. Finalmente, o Enviado Especial afirmou também que a ONU não tem a possibilidade de verificar ou atribuir de forma independente a

---

<sup>388</sup> Registo da 8225ª reunião do Conselho de Segurança, de 09 de Abril de 2018, p. 24.

<sup>389</sup> Registo da 8225ª reunião do Conselho de Segurança, de 09 de Abril de 2018, p. 7.

<sup>390</sup> HUBBARD, Ben; HALBFINGER, David M – Iran-Israel Conflict Escalates in Shadow of Syrian Civil War, para. 5

responsabilidade pelo ataque, apelando para que as partes no conflito demonstrassem contenção, de forma a evitar uma nova confrontação<sup>391</sup>:

*“No State has claimed responsibility for that reported strike. The United States and France have explicitly denied any involvement. The Syrian Government, the Russian Federation and Iran have suggested that Israel could have carried out the attack, with Iranian State media reporting that over a dozen military personnel were killed or injured, including four Iranian military advisers. The Government of Israel has not commented. The United Nations is unable to independently verify or attribute responsibility for that attack, but we urge all parties to show their utmost restraint and avoid any further escalation or confrontation.”*<sup>392</sup>

Podemos então verificar que, enquanto que alguns Estados condenaram o ataque às bases T-4, os quais foram denominados pela opinião pública como ataques preventivos, a maioria da arena internacional decidiu não se pronunciar a este respeito.

## **8.6. O incidente Índio-Paquistanês em 2019**

Outro incidente que merece a nossa atenção é ocorrência armada entre Índia e Paquistão em Fevereiro de 2019.

A Índia e o Paquistão encontram-se num permanente conflito desde 1947, disputando entre si a região de Caxemira. A Caxemira, devido à influência colonial britânica, apesar de ser habitada principalmente pela população muçulmana foi, no entanto, governada pelo Maharaja indiano Hari Singh, o qual anexou a região de Caxemira à Índia. Tal anexação não foi do agrado do Paquistão, o qual contestou tal atitude. Desde então os dois Estados encontram-se numa permanente disputa sobre o território de Caxemira, tendo já ocorridas duas guerras relativamente ao mesmo: uma em 1947 e outra em 1965<sup>393</sup>.

---

<sup>391</sup> Registo da 8225ª reunião do Conselho de Segurança, de 09 de Abril de 2018, p. 3.

<sup>392</sup> Registo da 8225ª reunião do Conselho de Segurança, de 09 de Abril de 2018, p. 3.

<sup>393</sup> POLSKIE RADIO 24 EDITORS – Odzyskać Kaszmir, czyli geneza sporu indyjsko-pakistańskiego, para. 4.



Em Fevereiro de 2019 teve lugar um novo conflito entre a Índia e o Paquistão, originando a morte de militares que se encontravam na região de Caxemira.

O conflito de Fevereiro de 2019 iniciou no dia 14 desse mês com um ataque suicida com carro-bomba, o qual causou a morte de cerca de quarenta soldados indianos. A responsabilidade pela ocorrência do ataque foi reivindicada pelo grupo terrorista Jaish-e-Mohammad, sediado no Paquistão, tendo o mesmo divulgado um vídeo, no qual era possível visualizar o combatente suicida a entregar o seu testamento antes de prosseguir ao ataque suicida<sup>394</sup>.

Cerca de doze dias depois, a 26 de Fevereiro de 2019, Índia levou a cabo um ataque aéreo na chamada “Linha de Controlo” – uma fronteira não oficial que divide a Caxemira entre Índia e Paquistão desde 1971. Os aviões indianos bombardearam a cidade de Balakot, cerca de quarenta milhas dentro do território do Paquistão. Paquistão alegou que o bombardeamento alvejou uma zona florestal não habitada, enquanto que a Índia assumiu que a localização do ataque foi um campo de treino utilizado pelo grupo Jaish-e-Mohammad, o qual tinha reivindicado o ataque de 14 de Fevereiro<sup>395</sup>.

Nesse mesmo dia, o Secretário dos Negócios Estrangeiros da Índia declarou que a Índia tinha repetidamente solicitado a Paquistão que este tomasse algum tipo de acção para prevenir que o grupo terrorista Jaish-e-Mohammad estivesse a ser treinado e armado no território paquistanês, alegando ainda que Paquistão não tomou nenhuma medida concretas para desmantelar o grupo jihadista em causa. O Secretário dos Negócios Estrangeiros da Índia declarou ainda que foi recebida informação credível em como o referido grupo terrorista estava a preparar outro ataque suicida a ser executado em vários pontos do país, pelo que, perante a ameaça iminente, um ataque preemptivo tornou-se absolutamente necessário<sup>396</sup>:

*“India has been repeatedly urging Pakistan to take action against the JeM to prevent jihadis from being trained and armed inside Pakistan. Pakistan has taken no concrete actions to dismantle the infrastructure of terrorism on its soil.*

---

<sup>394</sup> THE GUARDIAN EDITORS – Dozens of Indian paramilitaries killed in Kashmir car bombing, para. 9.

<sup>395</sup> SLATER, Joanna – India strikes Pakistan in severe escalation of tensions between nuclear rivals, paras. 2 e ss.

<sup>396</sup> GOKHALE, Vijay – Statement by Foreign Secretary on 26 February 2019 on the Strike on JeM training camp at Balakot, paras. 4 e 5.

*Credible intelligence was received that JeM was attempting another suicide terror attack in various parts of the country, and the fidayeen jihadis were being trained for this purpose. In the face of imminent danger, a preemptive strike became absolutely necessary.*”<sup>397</sup>

Curiosamente, perante um conflito entre duas potências nucleares como a Índia e o Paquistão, nenhum dos Estados Membros da ONU, nem mesmo o Conselho de Segurança, decidiu pronunciar-se, tomar partidos ou ter algum tipo de papel no abrandamento das hostilidades entre estes dois Estados<sup>398</sup>.

Perante a falta de resposta da plateia internacional quanto a este ataque, será que podemos admitir que o mesmo foi legítimo? Tratar-se-á de uma legítima defesa antecipatória ou terá sido um acto de represálias?

Num primeiro momento poder-se-ia pensar que o comportamento da Índia traduz-se numas claras represálias perante o ataque ocorrido previamente no mesmo mês. No entanto, a Índia, no comunicado proferido pelo Secretário dos Negócios Estrangeiros declarou que, alegadamente, tinha recebido informação credível de que o grupo Jaish-e-Mohammad, o qual já tinha perpetrado o ataque do dia 14 de Fevereiro, estava prestes a efectuar um novo ataque terrorista em vários pontos do país. Desconhece-se a veracidade de tais alegações e, muito menos, a proximidade temporal das mesmas. No entanto, de facto, atendendo a todos os critérios previamente referidos e analisados, pensamos haver abertra para interpretar o ataque da Índia como um acto de legítima defesa preemptiva (e não preventiva, devido à possível grande proximidade temporal de tais ataques).

À semelhança dos casos previamente analisados, a nossa opinião pessoal sobre se a legítima defesa preemptiva pode ter sido admissível neste caso em particular, irá ser abordada na Conclusão Final. De todo o modo, não deixa de ser curioso o facto de que o conflito em questão não foi alvo de pronúncia por nenhum dos Estados que não as partes envolvidas.

---

<sup>397</sup> GOKHALE, Vijay – Statement by Foreign..., paras. 4 e 5. – sublinhados nossos.

<sup>398</sup> RAHMAN, Raza – Pakistan-India stand-off in February 2019, para. 4.

## 8.7. O assassinato de Qassem Soleimani em 2020

Outro incidente que é importante referir é o assassinato de Qassem Soleimani. A 3 de Janeiro de 2020 os EUA assassinaram Qassem Soleimani, um dos líderes da elite Quds Force, durante um ataque aéreo levado a cabo por via de um drone. Antes de entrarmos numa análise pormenorizada desta questão cumpre fazer primeiro uma pequena abordagem às mais recentes relações entre os EUA e o Irão.

A 8 de Maio de 2018, o Presidente norte-americano Donald Trump anunciou que os EUA se iriam retirar do programa nuclear iraniano, popularmente conhecido como “*Joint Comprehensive Plan of Action*”, assinado em 2015 entre o Irão, a União Europeia, a China, a França, a Rússia, os EUA e o Reino Unido. De acordo com o referido plano, o Irão tinha concordado em reduzir as suas reservas de urânio enriquecido e diminuir o número de centrífugas, sendo que, em contrapartida, a União Europeia, o Conselho de Segurança e os EUA comprometeram-se a suavizar as sanções impostas sobre o Irão. A retirada dos EUA deste acordo foi justificada por Donald Trump com o argumento de que os limites em produção de urânio impostos ao Irão e ao seu regime de terror, iriam somente atrasar este Estado na aquisição de uma bomba nuclear<sup>399</sup>.

Seguiram-se várias exigências direccionadas ao Irão por parte dos EUA: a completa eliminação do programa nuclear, a retirada das tropas iranianas do território da Síria, fim do apoio prestado a grupos terroristas como a Hezbollah, os Jihadistas ou os Talibãs, erradicação do Exército dos Guardiões da Revolução Islâmica (“*Islamic Revolutionary Guard Corps*”), entre outros<sup>400</sup>. Em Agosto os EUA voltaram a implementar algumas sanções ao Irão que originalmente tinham sido levantadas aquando da assinatura do acordo nuclear e que impediam as trocas comerciais de determinados sectores, tendo anunciado novas sanções em Novembro, estas por sua vez direccionadas à área bancária e de petróleo<sup>401</sup>.

No ano de 2019, o Presidente Trump designou publicamente as forças armadas do Irão, isto é o Exército dos Guardiões da Revolução Islâmica, como uma organização terrorista, o que por sua vez levou o Irão a declarar os EUA “patrocinadores do terrorismo”.

---

<sup>399</sup> AL JAZEERA NEWS - US exit from Iran nuclear deal: Who will it hurt?, para 4.

<sup>400</sup> AL JAZEERA NEWS - Mike Pompeo speech: What are the 12 demands given to Iran?, paras. 3 e ss.

<sup>401</sup> AL JAZEERA NEWS - US-Iran tensions: Timeline of events leading to Soleimani killings, paras. 7 e ss.,

Seguiram-se mais sanções e momentos de tensão entre ambos os Estados. Entre vários acontecimentos podemos apontar um míssil que suspeita-se que foi disparado pelo Irão e que aterrou perto da embaixada dos EUA em Bagdad; as tentativas de mediação entre ambos os Estados, durante as quais o supremo líder do Irão desconsiderou Donald Trump como um parceiro para possíveis negociações, a autorização do Pentágono em aumentar o número de forças armadas no Médio Oriente e a consequente ameaça do Irão em ultrapassar os estabelecidos limites de produção de urânio<sup>402</sup>.

A 20 de Junho de 2019, o Irão abateu um drone militar dos EUA. Enquanto que os EUA afirmavam que o drone sobrevoava águas internacionais, o Irão alegava que o mesmo tinha entrado no espaço aéreo iraniano. No seguimento de tal situação, Donald Trump tinha afirmado em como iria proceder a uma retaliação contra Teerão, retaliação essa que foi, posteriormente, cancelada pelo Presidente dos EUA<sup>403</sup>.

Seguiram-se uns meses repletos de mais sanções, aumento de pressão, limites de produção de urânio excedidos e activação das centrífugas iranianas. A 31 de Dezembro de 2019, protestantes dos grupos pró-Iranianos no Iraque assaltaram a Embaixada dos EUA em Bagdad, incendiando algumas das partes deste terreno<sup>404</sup>.

A 3 de Janeiro de 2020, pela ordem de Donald Trump, foi levado a cabo um ataque aéreo, no decorrer do qual foi assassinado Qassem Soleimani, o general mais poderoso do Irão. O ataque foi perpetrado por um drone enquanto Soleimani estava a ser escoltado do aeroporto de Bagdad pelas Forças de Mobilização Popular (*“Popular Mobilisation Forces”*) locais. Juntamente com Qassem Soleimani, foi também assassinado Abu Mahdi al-Muhandis, líder das Forças de Mobilização Popular<sup>405</sup>.

De acordo com a declaração elaborada pelo Departamento de Defesa dos EUA o General Soleimani estava a desenvolver activamente planos de ataque a diplomatas e outros serviços diplomáticos americanos no Iraque, tendo sido também responsável pelo ataque ocorrido a 31 de Dezembro de 2019 na Embaixada dos EUA em Bagdad. Neste sentido, o Departamento de Defesa alegou que o ataque perpetrado teve por objectivo dissuadir os futuros planos de ataque Iranianos:

---

<sup>402</sup> AL JAZEERA NEWS - US-Iran tensions..., paras. 16 e ss.

<sup>403</sup> AL JAZEERA NEWS - US-Iran tensions..., paras. 43 e ss.

<sup>404</sup> AL JAZEERA NEWS - US-Iran tensions..., paras. 106 e ss.

<sup>405</sup> THE GUARDIAN EDITORS - US kills Iran general Qassem Suleimani in strike ordered by Trump, paras. 1 e ss.

*“General Soleimani was actively developing plans to attack American diplomats and service members in Iraq and throughout the region. (...) He had orchestrated attacks on coalition bases in Iraq over the last several months – including the attack on December 27<sup>th</sup> – culminating in the death and wounding of additional American and Iraqi personnel. General Soleimani also approved the attacks on the U.S. Embassy in Baghdad that took place this week. **This strike was aimed at deterring future Iranian attack plans.** The United States will continue to take all necessary action to protect our people and our interests wherever they are around the world.”*<sup>406</sup>

Da declaração proferida podemos depreender que o uso de força levado a cabo pelos EUA teve uma intenção antecipatória, na medida em que o objectivo foi, conforme afirmou o Departamento de Defesa, “dissuadir futuros planos de ataque”. No mesmo sentido foram proferidas as declarações do Secretário de Estado Mike Pompeo, o qual referiu que os EUA tinham alegadamente recebido informações muito claras e específicas relativamente a um ataque iminente sobre as embaixadas dos EUA:

*“We had specific information on an imminent threat and those included attack on US embassies. Period, full stop. (...) Those are completely consistent thoughts. I don’t know exactly which minute. We don’t know exactly which day it would have been executed, but it was very clear. Qasem Soleimani himself was plotting a large-scale attack on American interests ant those attacks were imminent.”*<sup>407</sup>

No entanto, a verdade é que até ao dia de hoje não foram apresentadas nenhuma provas de tais informações.

Alguns Estados apoiaram o assassinato do Qassem Soleimani. A título de exemplo veja-se as declarações do Ministério das Relações Exteriores do Brasil:

---

<sup>406</sup> U.S.A.DEPARTMENT OF DEFENSE - Statement by the Department of Defense, paras. 2 e ss.

<sup>407</sup> VAZQUEZ, Maegan; KLEIN, Betsy; COLLINS, Kaitlan - Pompeo reasserts that Soleimani posed imminent threat, but won’t define ‘imminent’, paras.3 e ss., sublinhados nossos.

“Ao tomar conhecimento das ações conduzidas pelos EUA nos últimos dias no Iraque, o Governo brasileiro manifesta seu apoio à luta contra o flagelo do terrorismo e reitera que essa luta requer a cooperação de toda a comunidade internacional sem que se busque qualquer justificativa ou relativização para o terrorismo.”<sup>408</sup>

O Primeiro-Ministro de Israel, Benjamin Netanyahu também apoiou o acto dos EUA, referindo que Qassem Soleimani era responsável pela morte dos cidadãos americanos e várias pessoas inocentes, estando a planear mais ataques, pelo que “se Israel tem o direito de legítima defesa, os EUA também têm o mesmo direito”<sup>409</sup>:

*“Just as Israel has the right of self-defense, the United States has exactly the same right.*

*Qassem Soleimani is responsible for the death of American citizens and many other innocent people. He was planning more such attacks.*

*President Trump deserves all the credit for acting swiftly, forcefully and decisively.*

*Israel stands with the United States in its just struggle for peace, security and self-defense.”*<sup>410</sup>

Não obstante, apesar de alguns Estados terem apoiado o acto dos EUA, seja por via da legítima defesa, seja devido à luta contra o terrorismo, uma grande maioria dos Estados demonstrou preocupação relativamente ao ataque perpetrado, sendo que alguns declararam abertamente tratar-se de uma violação dos princípios do Direito Internacional.

A França, Alemanha e Reino Unido proferiram uma declaração conjunta, apelando para uma urgente inversão da escalada de violência no Iraque, demonstrando preocupação pelo papel negativo do Irão nesta região<sup>411</sup>:

---

<sup>408</sup> MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES – Acontecimentos no Iraque e luta contra o terrorismo, para.1

<sup>409</sup> NETANYAHU, Benjamin – PM Netanyahu Statement on Targeting of Qassem Soleimani, paras.1 e ss.

<sup>410</sup> NETANYAHU, Benjamin – PM Netanyahu Statement..., paras.1 e ss.

<sup>411</sup> MINISTÈRE DE L'EUROPE ET DES AFFAIRES ÉTRANGÈRES – France, UK, Germany call for Middle East de-escalation, paras. 1 e ss.

*“We have condemned the recente attacks on coalition forces in Iraq and are greatly concerned by the negative role Iran has played in the region, including through the IRGC and the Al-Qods force under the command of General Soleimani. There is now an urgent need for de-escalation. We call on all parties to exercise utmost restraint and responsibility. The current cycle of violence in Iraq must be stopped.”*<sup>412</sup>

O ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia, Sergei Lavrov referiu que o assassinato de Qasem Soleimani violou de forma flagrante os princípios de Direito Internacional, merecendo tal acto uma condenação<sup>413</sup>.

O representante do Irão na ONU, numa carta endereçada ao Secretário Geral e ao Presidente do Conselho de Segurança declarou que o assassinato de Qassem Soleimani foi um acto de terrorismo de Estado, o qual viola os princípios fundamentais do direito internacional, bem como os princípios da CNU<sup>414</sup>:

*“Conducted “at the direction of the President” of the United States, the assassination of Major General Qassem Soleimani, by any measure, is an obvious example of State terrorism and, as a criminal act, constitutes a gross violation of the fundamental principles of international law, including, in particular, those stipulated in the Charter of the United Nations, and thus entails the international responsibility of the United States.”*<sup>415</sup>

O Secretário de Estado americano Mike Pompeo referiu que, alegadamente, os EUA receberam informação verídica sobre ataques iminentes que poderiam vir a acontecer. Assumindo que as mesmas foram, efectivamente, verídicas, se a ameaça fosse próxima e o ataque provável, poderíamos estar perante uma eventual legítima defesa preemptiva.

Não obstante, existem autores que admitem a figura do “*targeted killing*”, isto é, da utilização premeditada e deliberada de uso de força por um sujeito de Direito

---

<sup>412</sup> MINISTÈRE DE L’EUROPE ET DES AFFAIRES ÉTRANGÈRES – France, UK, Germany..., paras. 1 e ss.

<sup>413</sup> RAPOZA, Kenneth - Russia Says Iran General’s Killing ‘Illegal’, para. 7.

<sup>414</sup> RAVANCHI, Majid Takht – Letter dated 3 January 2020 from the Permanent Representative of the Islamic Republic of Iran to the United Nations addressed to the Secretary-General and the President of the Security Council, para 3.

<sup>415</sup> RAVANCHI, Maji Takht – Letter dated 3 January..., para 3.

Internacional, cujo objectivo é assassinar indivíduos selectivamente escolhidos e que não se encontram em custódia pelos sujeitos que os pretendem assassinar<sup>416</sup>. Ainda que o assassinato de Qassem Soleimani possa ser, eventualmente, enquadrado dentro da legítima defesa preemptiva, também não será descabido caracterizá-lo simultaneamente como “*targeted killing*”, na medida em que se trata da prática de um Estado matar de forma intencional indivíduos concretamente seleccionados, sem que haja por parte dos mesmos uma situação de ameaça imediata à vida ou integridade física de outras pessoas, e sem que tal pena de morte tenha sido declarada na sequência de um processo penal<sup>417</sup>.

Sucede que, de acordo com Georg Nolte, o exercício de “*targeted killing*” deve sempre respeitar os Direitos Humanos e, quando aplicável, as regras do conflito armado. Refere ainda este autor que, quando um Estado pretende conduzir tal operação no território de outro Estado, deve obter um consentimento do mesmo, excepto quando o “*targeted killing*” é efectuado em legítima defesa<sup>418419</sup> (o que, veja-se, não se apresenta como concordante perante o critério de se tratar de assassinato de uma pessoa que não representa ameaça iminente).

Ora, os EUA alegaram que o assassinato de Qassem Soleimani foi levado a cabo em legítima defesa preemptiva, a qual, no seguimento da implementada Doutrina Bush, era vista pelos EUA como necessária e admissível. Assim, poder-se-á afirmar que, pelo menos no entendimento dos EUA, o referido assassinato foi um “*targeted killing*” no território de um Estado terceiro, justificado pela legítima defesa preemptiva.

---

<sup>416</sup> MELZER, Nils – Targeted Killing in International Law, p.5

<sup>417</sup> NOLTE, Georg – Targeted Killing, para. 1.

<sup>418</sup> NOLTE, Georg – Targeted Killing, para. 4.

<sup>419</sup> É de realçar que foi esta a justificação apresentada pelos EUA aquando do assassinato de Osama bin Laden em 2011. Nas palavras do Secretário de Imprensa Jay Carney: “There is simply no question that this operation was lawful. Bin Laden was the head of al Qaeda, the organization that conducted the attacks of September 11, 2001. And al Qaeda and bin Laden himself had continued to plot attacks against the United States. We acted in the nation’s self-defense.” – Respectivamente: KOWALSKI, Michał - Prawo do samoobrony..., p.242. THE WHITE HOUSE - Press Briefing by Press Secretary Jay Carney, 5/4/2011, para.140, sublinhados nossos.



## 9. Breves conclusões da Parte III

A proibição do uso de força, consagrada no número 4 do artigo 2.º da CNU é um dos princípios fundamentais do Direito Internacional e da própria ONU. No entanto, mesmo apesar de já se encontrarem previstas as exceções a esta regra, alguns Estados e alguns autores consideram que o recurso à legítima defesa preventiva e preemptiva é, ou devia ser, admissível e justificada.

Não obstante, mesmo abstraindo-nos do facto de que a interpretação literal do artigo 51.º CNU não prevê a legítima defesa antecipatória, a verdade é que a eventual admissibilidade desta figura, seja de natureza preemptiva ou preventiva, poderia levar a uma problemática complicada. Por um lado, um Estado, recorrendo à legítima defesa antecipatória uma vez, poderia criar uma espécie de precedente - tanto para si, como para os restantes Estados - podendo gerar-se uma situação em que qualquer Estado poderia recorrer à legítima defesa antecipatória sem uma verdadeira necessidade, mas sim como pretexto para fazer guerra “por prazer”.

Por outro lado, ainda que o Conselho de Segurança da ONU disponha de meios que permitem utilizar a força em determinados casos de forma a proteger os Estados que o necessitem, tais mecanismos somente podem ser accionados após aprovação do Conselho de Segurança, a qual exige o voto favorável (ou, pelo menos, a abstenção) de todos os membros permanentes. Sucede que, tal como tivemos oportunidade de exemplificar, frequentemente os membros permanentes vetam as propostas de resolução apresentadas, de modo a prosseguirem os seus próprios interesses e nem sempre tutelando as necessidades dos Estados que podem precisar de apoio perante os (potenciais) ataques.

Precisamente neste sentido, alguns Estados e autores têm entendido que, perante a ameaça de um ataque que está prestes a ser concretizado, e não sendo possível fiar nos mecanismos previstos pela CNU, uma vez que os mesmos poderão estar corrompidos por determinados interesses próprios, os Estados em causa deveriam ter o direito de utilizar a força de forma preventiva ou preemptiva.

Ao longo da história, vários foram os casos em que foi aplicada ou, pelo menos, suscitada a legítima defesa preemptiva e/ou preventiva.

O primeiro caso de legítima defesa antecipatória, mais concretamente de legítima defesa preventiva, frequentemente citado como exemplo, foi o caso “*Caroline*”. Foram

então criados os primeiros critérios desta figura, nomeadamente a necessidade e uma iminência de tal forma elevada que não poderia dar azo a deliberações alternativas.

Em 1967 teve lugar a Guerra dos Seis dias. As opiniões dos Estados sobre a admissibilidade e/ou justificabilidade do primeiro ataque perpetrado por Israel, não eram, nem são unânimes. Enquanto que a acção de Israel tem sido vivamente condenada pela URSS e pelos seus Estados apoiantes, os restantes Estados da arena internacional decidiram permanecer em silêncio, não se pronunciando sobre a figura de legítima defesa antecipatória, nem responsabilizando nenhuma das partes no conflito.

Outra situação sucedeu com o ataque do Afeganistão ocorrido em 2001, apoiado pela maioria da plateia internacional. O fundamento para o ataque do Afeganistão foi a legítima defesa “pura” mas, curiosamente, os EUA fizeram alusão à legítima defesa preventiva. É curioso verificar que a maioria da plateia internacional não se opôs à referida invasão, tendo até apoiado tal procedimento.

Por sua vez, em 2003 teve lugar a intervenção militar no Iraque no ano de 2003. Apesar de o argumento invocado para justificar o ataque ter sido o incumprimento das obrigações resultantes das resoluções do Conselho de Segurança, os EUA alegaram também que agiram em legítima defesa preventiva. A verdade é que, apesar de alguns Estados terem concordado com o uso de força contra o Iraque, apoiando-se com o argumento de que qualquer outro meio diplomático já se encontrava esgotado, a grande maioria da arena internacional condenou este ataque, considerando-o violador das disposições patentes na CNU e do contrário ao Direito Internacional.

Outro incidente teve lugar em 2018, nomeadamente o ataque às bases militares iranianas T-4 ocorridos em 2018, analisados enquanto eventuais ataques de alegada natureza preventiva e entendidos como tal pela opinião pública. Curiosamente, apesar da Síria ter acreditado na autoria de Israel quanto aos referidos ataques e o Israel não ter afirmado nem refutado tais alegações, os restantes Estados Membros da ONU decidiram não se pronunciar, referindo que não era possível identificar o agressor.

Semelhante desfecho de análise teve o incidente que ocorreu entre Índia e Paquistão no ano de 2019. O ataque foi justificado pela Índia como legítima defesa preemptiva mas, curiosamente, nenhum Estado que não as partes envolvidas, se pronunciou sobre o mesmo.

Situação relativamente distinta teve lugar no início do ano de 2020, aquando do assassinato de Qassem Soleimani pelos EUA. O referido assassinato poderá ser analisado

à luz da eventual legítima defesa preemptiva, sendo que, simultaneamente, poderá ser caracterizado pela figura de “*targeted killing*”.

## CONCLUSÃO

Desde o início da humanidade e da civilização humana, a guerra e o uso da força no seu geral, foi um dos mecanismos mais frequentemente utilizados para os Estados alcançarem os seus objectivos, demonstrarem o seu poder ou defenderem-se. Durante séculos o “*jus ad bellum*” era o sinónimo da soberania dos Estados e a declaração da guerra não era considerada como algo “errado”.

Não obstante, com o desencadear da I e, principalmente, da II Guerra Mundial, a possibilidade do uso indiscriminado da força pelos Estados foi visto como algo prejudicial para a paz e segurança internacional, tendo sido expressamente proibido pela ONU. O número 4 do artigo 2.º da CNU tem sido, provavelmente, um dos artigos mais relevantes da segunda metade do século XX e início do século XXI. A proibição do uso de força pelos Estados tornou-se, desta forma, um grande marco para a paz mundial.

Ainda assim, reconhecendo a possibilidade de os Estados não cumprirem com tal disposição, podendo colocar a integridade territorial e a soberania de outros em risco, a própria CNU admitiu excepções à proibição do uso da força, bem como uma justificação do seu uso. Os mecanismos previstos na CNU restringem-se a três possibilidades: às medidas adoptadas contra os Estados inimigos, às medidas adoptadas pelos órgãos competentes da ONU ao abrigo do capítulo VII da CNU e à legítima defesa prevista no artigo 51.º da CNU – sendo que as duas primeiras são excepções da proibição patente no número 4 do artigo 2.º da CNU e o terceiro caso é uma justificação do uso de força pelos Estados.

A figura da legítima defesa prevê a possibilidade de os Estados, ao sofrerem um ataque, responderem a esse mesmo ataque recorrendo à força sem prévia autorização do Conselho de Segurança, apesar da mesma ser proibida nos termos do número 4 do artigo 2º da CNU. Tal possibilidade implica que o ataque armado esteja a decorrer, caracterizando-se por uma violência de elevada gravidade e/ou transposição de fronteiras do Estado atacado, sendo a força utilizada em sede de legítima defesa estritamente necessária e proporcional.

Não obstante, muitos Estados e alguns autores defendem a existência de outras figuras: da legítima defesa preventiva e preemptiva, conjuntamente designadas como legítima defesa antecipatória. Trata-se, no fundo, de uma ideia (por alguns considerada, efectivamente, como “direito”) de os Estados resistirem a uma tentativa de ataque por

parte de um Estado agressor, impedindo tal ataque antecipadamente, antes que o mesmo aconteça. Tal implica recorrer à força de forma a “atacar primeiro”.

No nosso entendimento, o critério que distingue ambas as figuras é o critério temporal, intrinsecamente ligado à probabilidade de ocorrência de um ataque. Neste sentido, a diferença traça-se entre as ameaças de ataque iminentes, prestes a acontecer e as ameaças de ataques não iminentes e mais distantes no tempo. Enquanto que a primeira situação denomina-se legítima defesa preemptiva, a segunda refere-se à legítima defesa preventiva. A questão que colocámos no início da presente dissertação prendeu-se com a admissibilidade de ambas as figuras.

Sucede que, de acordo com os defensores das figuras antecipatórias da legítima defesa, os mecanismos previstos na CNU e que permitem o uso da força, acabam por não tutelar eficientemente os Estados que possam necessitar de ajuda. A necessidade de aprovação de tais medidas no Conselho de Segurança não é, de todo, descabida – no entanto aliada à possibilidade do veto dos membros permanentes e aos interesses próprios frequentemente defendidos pelos mesmos, cria frequentemente um obstáculo à prestação de ajuda aos Estados que dela precisam. No entendimento destes defensores, se assim é no caso de ataques actuais, mais o será no caso de ataques que ainda não ocorreram, mas que se espera que, com maior ou menor iminência, ocorreram.

No entanto, as figuras de legítima defesa preemptiva e preventiva não se encontram previstas na CNU. A verdade é que o artigo 51.º desse diploma somente prevê a legítima defesa “pura”, isto é, uma legítima defesa a que os Estados podem recorrer durante um ataque actual. Neste sentido, cumpre realçar que o referido ataque deve demonstrar uma gravidade de agressão elevada, devendo a reacção em legítima defesa ser necessária e proporcional, tendo sido esse o entendimento demonstrado pelo caso “*Nicarágua*” em 1986.

Uma grande parte da doutrina considera que as legítimas defesas preventiva e preemptiva, sendo “anteriores” à ocorrência do ataque, não preenchem o escopo do artigo 51.º da CNU, não se encontrando, desta forma, previstas no referido diploma e, consecutivamente, não podendo ser, de todo, consideradas admissíveis. Tal entendimento é seguido pelos defensores da Teoria Restriccionista e Teoria Construcionista Estrita, tais como Ian Brownlie<sup>420</sup> ou Philip Jessup<sup>421</sup>, os quais referem claramente que o entendimento em como o artigo 51.º da CNU não admite uma acção antecipatória é o

---

<sup>420</sup> BROWNLIE, Ian – International Law and..., p. 278.

<sup>421</sup> JESSUP, Philip C. – A Modern Law..., p. 166

entendimento correcto e que, nos termos da CNU, perante preparações militares de um outro Estado é justificável recorrer ao Conselho de Segurança, mas recorrer ao uso de força antecipado já não o é<sup>422</sup>:

*“It can only be concluded that the view that Article 51 does not permit anticipatory action is correct and that the arguments to the contrary are either unconvincing or based on inconclusive pieces of evidence.”*<sup>423</sup>

*“Under the Charter, alarming military preparations by a neighboring state would justify a resort to the Security Council, but would not justify resort to anticipatory force by the state which believed itself threatened”*<sup>424</sup>

Já os defensores da Teoria da Ameaça Iminente e da Teoria da Ameaça Qualitativa defendem, respectivamente, que a legítima defesa antecipatória poderá ser considerada admissível se a ameaça for iminente e, no segundo caso, iminente e grave. Neste sentido, veja-se D. W. Bowett, o qual invoca os trabalhos preparatórios da CNU alegando que os mesmos sugeriam a salvaguarda do direito da legítima defesa e não a sua restrição<sup>425</sup>:

*“(...) the travaux préparatoires, to which we may legitimately resort in the case of ambiguity, suggest only that the article [51 of the Charter of the United Nations] should safeguard the right of self-defence, not restrict it.”*<sup>426</sup>

Bem assim, houve também quem admitisse que os Estados Membros da ONU aderiram às disposições da CNU, mas somente de uma forma oficial, pelo que, perante qualquer ameaça, a sua reacção poderia ser a de agir de acordo com os seus próprios interesses, por exemplo recorrendo à legítima defesa antecipatória – fazemos aqui referência aos defensores da Teoria da Morte da Carta. Relembremos as palavras de

---

<sup>422</sup> BROWNLIE, Ian – International Law and..., p. 278; JESSUP, Philip C. – A Modern Law..., p. 166.

<sup>423</sup> BROWNLIE, Ian – International Law and..., p. 278.

<sup>424</sup> JESSUP, Philip C. – A Modern Law..., p. 166

<sup>425</sup> BOWETT, D. W. – Self-defence in International Law, pp. 188.

<sup>426</sup> BOWETT, D. W. – Self-defence in International Law, pp. 188.

Michael Glennon escritas em 2002, nas quais desde o ano 1945 cerca de 126 Estados lutaram em 291 conflitos interestaduais<sup>427</sup>:

*“The Charter’s use-of-force rules have been widely and regularly disregarded. Since 1945, two-thirds of the members of the United Nations – 126 states out of 189 – have fought 291 interstate conflicts in which over 22 million people have been killed”*<sup>428</sup>

Independentemente das teorias existentes, a verdade é que a legítima defesa antecipatória foi uma figura que começou a ser discutida desde muito cedo, sendo o caso de referência o caso “*Caroline*”, apesar de, originalmente ser discutido como um caso de legítima defesa “pura”. Foram então traçados os primeiros critérios desta figura, tais como a necessidade e a existência de uma iminência de tal forma elevada que impedisse a prossecução de deliberações alternativas.

Na nossa modesta opinião, atendendo ao critério temporal, o ataque levado a cabo pelo Reino Unido e discutido no caso “*Caroline*” poderá ser considerado como legítima defesa preventiva. Ainda que a revolta por parte da população canadiana tenha estado no seu auge e os insurgentes tenham ocupado a ilha, estando a receber apoio dos norte-americanos, a verdade é que não havia certezas de quando o ataque iria ocorrer. Ainda que ele poderia ter sido provável num momento futuro, prever o que iria acontecer nas horas seguintes seria impossível. Desta forma, o ataque perpetrado pelo Reino Unido poderá ser visto como uma demonstração de legítima defesa preventiva e nunca preemptiva.

No que diz respeito à sua legitimidade, como bem referiu Daniel Webster, para que o ataque ao navio fosse minimamente justificável, teria de se provar que “não se podia esperar pela luz do dia para atacar” e que “não seria suficiente somente deter um navio”<sup>429</sup>. Afinal, não havendo uma ameaça iminente, haveria possibilidades de tentar retirar o navio “*Caroline*” com as provisões para os insurgentes através de meios diplomáticos e, mesmo que tal não fosse possível, poder-se-ia deter o navio durante o dia, tentando evitar danos e mortes. Não nos parece, portanto, que a legítima defesa preventiva

---

<sup>427</sup> GLENNON, Michael J. – Preempting Terrorism: The..., p.4

<sup>428</sup> GLENNON, Michael J. – Preempting Terrorism: The..., p.4

<sup>429</sup> YALE LAW SCHOOL – The Avalon Project: Documents in Law, History and Diplomacy: Enclosure 1-Extract from note of April 24,1841, para. 17.

ocorrida durante o caso “*Caroline*” possa ser considerada como admissível ou justificável.

Conforme referimos nas páginas anteriores, o caso “*Caroline*” foi posteriormente citado em julgamentos. Demos exemplos da sua utilização na opinião do juiz Schwebel no caso “*Nicarágua*”, bem como do seu papel nos julgamentos de Nuremberga relativamente à invasão da Noruega pela Alemanha Nazi.

A invocação da legítima defesa preventiva patente no caso “*Caroline*” durante o julgamento de Nuremberga ganha uma particular importância, na medida em que demonstra o reconhecimento da figura da legítima defesa preventiva por um tribunal internacional, *ergo*, pelo Direito Internacional. Ademais, o referido julgamento de Nuremberga não só reconhece esta figura, como, de acordo com a sistemática da argumentação, parece dar abertura à justificação do uso da força ao abrigo da legítima defesa preventiva, desde que cumpridos os requisitos da fórmula de Webster, resultantes do caso “*Caroline*”.

Desta forma, poderemos questionar-nos se este reconhecimento pelo TMI da legítima defesa preventiva, isto é, de uma figura que não se encontra prevista na CNU, nem integra o entendimento literal do artigo 51.º da CNU, não poderá ser interpretado como um indício de modificação do Direito Internacional positivado (*in casu*: a CNU), por via de um costume *contra legem*.

Naturalmente, a modificação de direito positivado através do costume é um processo moroso e que somente se verifica com a prática reiterada e com o seu sucessivo reconhecimento (ou, pelo menos com a não contestação) por parte dos Estados. Deste modo, um só julgamento nunca poderá ser o ponto de viragem que altera o direito positivado. Não obstante, atendendo ao facto de que os julgamentos de Nuremberga detêm um peso forte não só na cultura, como na interpretação do direito e visão da justiça da segunda metade do século XX e do século XXI, este julgamento poderá ser considerado como um possível indício impulsionador destas eventuais mudanças.

Mais exemplos de legítima defesa preemptiva e preventiva se traçaram na história. Um dos casos clássicos discutidos na doutrina e ao qual fizemos referência é a Guerra dos Seis Dias ocorrida em 1967.

De acordo com o nosso entendimento, isto é, atendendo à iminência do ataque e à sua distância do tempo, em 1967 havia fortes indícios de que um ataque muito próximo sobre Israel e executado pelo Egipto iria ocorrer. São exemplos desses indícios as declarações do Presidente Nasser em como era necessário erradicar Israel, bem como os vários



preparativos militares. Deste modo, na nossa opinião, o acto de Israel qualifica-se como legítima defesa preemptiva e não preventiva.

Não sendo, de todo, um caso consensual entre os Estados e entre os autores, atendendo aos factos e a possíveis critérios de justificabilidade de legítima defesa antecipatória, podemos concluir que, *in casu*, Israel enfrentou uma ameaça clara e iminente de um possível ataque, sendo o seu recurso à legítima defesa preemptiva justificável.

Em boa verdade, se aplicarmos os critérios referidos por Michael Walzer à Guerra dos Seis Dias, o ataque preemptivo de Israel torna-se legítimo ou, pelo menos, justificável. Por um lado, as declarações do Presidente Nasser em destruir e erradicar Israel eram intenções manifestas de prejudicar este Estado. Por outro, a movimentação e organização das tropas egípcias ao longo da fronteira com o Israel traduziram-se numa preparação activa, a qual poderiam tornar o perigo de ataque um perigo real. Nestas circunstâncias, e perante a falta de acção atempada da ONU, se Israel não tivesse atacado primeiro, poderia dar-se o caso de o mesmo sofrer graves danos caso o ataque por parte dos Estados Árabes realmente se perpetrasse: a sua integridade territorial e independência estariam postas em causa.

No entanto, tal como verificámos nas páginas anteriores desta dissertação, a acção de Israel foi condenada pela URSS e pelos seus Estados apoiantes, enquanto que os restantes Estados permaneceram em silêncio, não tentando apontar a culpa a nenhuma das duas partes em conflito, nem se pronunciando sobre a legítima defesa preemptiva.

Surge assim a dúvida sobre qual terá sido o verdadeiro entendimento dos EUA e dos seus Estados apoiantes. Por um lado, no seio da Guerra Fria então vivida, estes Estados não pretendiam apoiar a URSS, que por sua vez apoiava as pretensões dos Estados Árabes. Assim, o silêncio dos *supra* referidos Estados podia não significar a não condenação da acção de Israel, mas sim, o simples facto de não querer “dar razão” à URSS.

No entanto, também não é descabido interpretar este silêncio como um reconhecimento e uma concordância tácita da legítima defesa preemptiva. A verdade é que os EUA e os seus Estados apoiantes, mesmo que reconhecendo a necessidade e a razão da acção preemptiva, ainda assim podiam sentir-se desconfortáveis em justificar a acção de Israel através de uma figura não consensual e não enquadrada na CNU, tão recentemente elaborada. Na doutrina nacional portuguesa, tal entendimento é suportado,

por exemplo, por Carlos Blanco de Moraes<sup>430</sup> (ainda que o mesmo tenha qualificado a acção de Israel como acto de legítima defesa preventiva e não de legítima defesa preemptiva).

Um recurso significativo à legítima defesa antecipatória foi sentido com o início do século XXI, após o ataque às torres “*World Trade Center*”, altura em que o Presidente dos EUA, George Bush, traçou as suas Estratégias Nacionais de 2002 e 2006 com base na Doutrina de Um Porcento, considerando que a mais pequena desconfiança de um eventual ataque é um risco demasiado grande, sendo simultaneamente suficiente para agir em legítima defesa antecipatória. Esta ideologia, denominada frequentemente por “Doutrina Bush” marcou severamente os primeiros vinte anos do século XXI, tendo sido frequentemente criticada pela arena internacional.

Com efeito, no seguimento dos ataques de 11 de Setembro de 2001, os EUA e o Reino Unido conduziram a operação “*Enduring Freedom*”, atacando o Afeganistão. Apesar de nas suas cartas dirigidas ao Conselho de Segurança terem invocado como fundamento principal a legítima defesa “pura”, a verdade é que os EUA nessa mesma carta também fizeram alusão à legítima defesa preventiva, invocando como objectivo do ataque a prevenção de novos ataques futuros que poderiam vir a surgir.

A pergunta que se coloca é se realmente poderia falar-se de legítima defesa preventiva e se a mesma era ou não admissível.

Em primeiro lugar, torna-se necessário analisarmos o aspecto temporal. A invasão do Afeganistão teve lugar a 7 de Outubro de 2001, portanto cerca de um mês depois dos acontecimentos de 11 de Setembro desse ano. Não se poderá falar aqui em represálias pois, ainda que o ataque do al-Qaeda já tenha cessado – preenchendo assim um dos requisitos para esta figura - o propósito das represálias é punitivo e, pelo menos oficialmente, o objectivo da ofensiva militar dos EUA e do Reino Unido não tinha este carácter, mas sim o propósito de prevenir e evitar que outros ataques semelhantes pudessem vir a ter lugar, pretendendo erradicar a possível ameaça futura.

Neste contexto, somente poderá falar-se de legítima defesa antecipatória, mais concretamente da legítima defesa preventiva. Em Outubro desse ano não foi verificada nenhuma ameaça de ataque tão iminente que justificasse a caracterização da invasão como legítima defesa preemptiva. Antes pelo contrário, a invasão perpetrada pelos EUA e Reino Unido foi um acto pensado e ponderado, com um propósito concreto: evitar que

---

<sup>430</sup> MORAIS, Carlos Blanco – O Direito ao..., p. 68.

as eventuais ameaças mais distantes no tempo, não voltassem a ser concretizadas, ameaças essas, das quais não havia ainda provas concretas.

Como versámos nas páginas anteriores, a maioria da arena internacional apoiou o uso da força contra o Afeganistão, independentemente de o justificar como legítima defesa “pura” ou legítima defesa preventiva. Apesar de algumas vozes se terem levantado contra tais acções, o espírito de combate ao terrorismo após os ataques de 11 de Setembro de 2001 foi deveras forte, razão pela qual o apoio por parte dos restantes Estados tem sido elevado.

No caso dos ataques perpetrados pelo grupo al-Qaeda, dúvidas não subsistem de que, à semelhança dos ataques de 11 de Setembro de 2001 ou de actuações anteriores deste grupo terrorista, a eventual concretização de outras ameaças análogas poderia originar elevado número de danos irreversíveis, principalmente no que diz respeito às perdas das vidas humanas.

No entanto, na nossa modesta opinião, apesar de não ser improvável que tais ataques poderiam ter ocorrido, a sua iminência não foi suficiente para se justificar um ataque sem mais nenhuma tentativa prévia de conciliação por meios diplomáticos.

No que diz respeito ao critério denominado por Michael Doyle como “legitimidade” e que, em boa verdade, se prende com a proporcionalidade, ainda que tenha havido uma deliberação ponderada por parte do governo dos EUA e do Reino Unido – afinal, a invasão do Afeganistão foi bem pensada e planeada – e a erradicação do terrorismo seria um “pró” suficientemente positivo perante os possíveis danos provocados na balança dos “*checks and balances*”, a verdade é que a resposta dada não foi o “mínimo necessário”. Poderia tê-lo sido, se se tivesse limitado ao ataque dos territórios unicamente ocupados pelo grupo al-Qaeda, ou outro tipo de ofensiva militar que tivesse como alvo o grupo terrorista em causa. No entanto, durante a invasão sofreu a população do Afeganistão e não somente os membros do al-Qaeda, não sendo, desta forma, a legítima defesa preventiva proporcional ou “legítima”.

Por conseguinte, ainda que a plateia internacional não se tenha oposto à invasão, demonstrando até o seu apoio para com o mesmo, devido à tragédia internacional vivida<sup>431</sup>, na nossa opinião não se poderá afirmar que o referido ataque esteve em conformidade com o Direito Internacional.

---

<sup>431</sup> HAMID, Abdul Ghafur – The legality of..., p.476.

Outra foi a situação ocorrida aquando da invasão do Iraque em 2003. Conforme explicámos nas páginas anteriores, o Iraque tem sido alvo de sucessivas resoluções por parte do Conselho de Segurança, cujo objectivo era conseguir o desarmamento do Iraque e a eliminação das alegadas armas de destruição maciça neste Estado, bem como a realização de inspecções e relatórios referentes à eventual existência destas armas. O Iraque não cumpriu com estas obrigações durante um longo período temporal (seja por não querer, seja devido à inexistência das armas – para todos os efeitos, após a invasão não foi descoberta existência de tal armamento) mas, finalmente, pouco tempos antes de ser invadido, demonstrou uma maior abertura para tal, permitindo, nomeadamente, que fossem realizadas inspecções sobre o estado de armamento do Iraque – inspecções essas que não demonstraram de forma inequívoca a existência de armas. Não obstante, os EUA juntamente com o Reino Unido e a Austrália, consideraram que tal não era suficiente e invadiram o Iraque. Apesar de uma das justificações ter apontado no sentido do incumprimento das resoluções do Conselho de Segurança, os EUA também alegaram que a invasão do Iraque foi uma acção de legítima defesa preventiva.

A verdade é que nenhum critério que temos vindo a discutir previamente se encontra preenchido para justificar tal ataque. Em primeiro lugar, cumpre sublinhar que, atendendo ao critério temporal, *in casu*, nunca poderia tratar-se de legítima defesa preemptiva. Não havia nenhum ataque ou ameaça de ataque iminente que justificasse a invasão do território iraquiano. Tanto assim não foi, que a decisão de atacar o Iraque só foi tomada pela Aliança dos EUA, Reino Unido e Austrália após vários anos de tentativas em conseguir uma cooperação com o Iraque. Deste modo, a única legítima defesa cuja admissibilidade se poderá aqui ponderar é a legítima defesa preventiva.

Por outro lado, se tentarmos aplicar os critérios de Michael Walzer ou os de Michael Doyle à situação concreta em causa (apesar de serem critérios somente doutrinários, não sendo pacíficos enquanto critérios baseados no Direito Internacional Público em vigor), deparar-nos-emos com o facto de que nenhum dos critérios se encontrará preenchido.

Como já tivemos oportunidade de referir, para que a intervenção no Iraque pudesse ser admissível de acordo com os critérios de Michael Walzer, teria de ter havido uma ameaça suficiente com uma manifesta intenção de prejudicar outro(s) Estado(s), um grau de preparação activa que tornasse essa intenção um perigo positivo e real, sendo que aguardar pelo ataque seria demasiado arriscado para o(s) Estado(s) atacados.

Ora, no caso em apreço não se poderá dizer que o Iraque apresentou algum tipo de intenção manifesta de prejudicar os EUA, o Reino Unido e a Austrália. Ainda que,

inicialmente não tenha tido a intenção de cumprir com as obrigações resultantes das resoluções emanadas pela ONU, o Iraque acabou por demonstrar alguma abertura, permitindo a realização de inspecções ao seu armamento. Desta forma, ainda que possa ter havido algum tipo de suspeitas ou receios quanto às intenções do Iraque, não era possível afirmar que este Estado estava a ser um perigo positivo e real. Ademais, sem a iminência de um potencial ataque e com a tentativa final de cumprimento das obrigações impostas pela ONU, não era possível afirmar que “esperar pelo ataque” era demasiado arriscado, na medida em havia condições para, no mínimo, continuar com os meios mais diplomáticos para solucionar a tensão existente. Os critérios de Michael Walzer que justificariam a legítima defesa preventiva não se encontravam, assim, preenchidos.

A mesma tendência é possível verificar nos critérios de Michael Doyle. No que diz respeito ao primeiro critério, isto é, à letalidade, nunca seria possível prever a quantidade de danos que poderiam surgir sem a ocorrência da invasão do Iraque. Ainda que, potencialmente, as armas de destruição maciça, como o próprio nome indica, podem causar um elevado número de danos, a verdade é que não havia evidências suficientes que pudessem permitir a contabilização da vastidão de um potencial ataque e de potenciais danos do mesmo.

No mesmo sentido, como já aqui foi referido, não havia nenhuma prova ou evidência de que um ataque por parte do Iraque era iminente ou provável de acontecer. Consequentemente, não seria possível fazer uma análise correcta de “*checks and balances*” entre a ameaça do dano e a resposta à mesma, de forma a que essa resposta fosse proporcional e restrita ao mínimo necessário. Aliás, o ataque ao Iraque, de acordo com o entendimento da arena internacional, parece encontrar-se longe de ser proporcional, não estando, desta forma, em conformidade com o Direito Internacional. O ataque ao Iraque não foi, segundo os critérios de Michael Doyle, nem legítimo, nem legal. Nas palavras deste autor “Em Março de 2003, (...) a falta de provas de que Saddam [Hussein] estava a desenvolver com sucesso as armas nucleares ou de que não podia ser dissuadido de usar armas químicas ou biológicas contra seus inimigos nacionais ou internacionais, tornou a invasão e ocupação ilegítima, radicalmente desproporcional e injustificável<sup>432</sup>”.

Mas não sendo o Direito feito somente de teorias doutrinárias, cumpre também realçar a própria opinião da arena internacional. Conforme versámos nas páginas

---

<sup>432</sup> DOYLE, Michael W. – *Striking First. Preemption...*, p. 90.

anteriores, ainda que possa ter havido alguns Estados que concordavam com o uso de força contra o Iraque, argumentando que todos os meios diplomáticos têm sido esgotados, a vasta maioria da plateia internacional entendeu o contrário. A legítima defesa preventiva (que, por muitos Estados foi *in casu* denominada de preemptiva), foi largamente condenada, tendo sido expresso mais do que uma vez que tal figura não está em concordância com a letra e as disposições da CNU, violando flagrantemente o Direito Internacional.

Ademais, no entendimento dos membros permanentes do Conselho de Segurança, o Iraque não apresentava nenhuma ameaça iminente, não foram fornecidas nenhuma provas que conseguissem provar a alegada ameaça e, bem assim, havia meios pacíficos de resolução do conflito que não se encontravam ainda esgotados e que podiam e deveriam ter sido accionados antes de se recorrer à força. É de realçar que a maioria dos Estados, inclusivamente os aliados dos EUA, Reino Unido e Austrália condenaram esta acção. A título de exemplo, a Alemanha, França, Rússia e China, criticaram vastamente a invasão perpetrada e o Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan referiu que a mesma não estava em conformidade com a CNU, sendo assim ilegal<sup>433</sup>.

Podemos, desta forma, concluir que o ataque ao Iraque ocorrido em 2003, enquanto legítima defesa preventiva, não foi legal, justificável, nem admissível. A letalidade de um potencial ataque por parte do Iraque poderia realmente ser caracterizada como elevada. No entanto, o início de uma maior abertura deste Estado para o cumprimento das obrigações a que estava adstrito nos termos das resoluções da ONU, diminuiu a probabilidade da ameaça de um ataque, não tendo havido, mais uma vez, provas suficientes de iminência do mesmo. Desta forma, a invasão do Iraque não passou de um puro ataque contra o território e integridade de outro Estado.

Outro tipo de situações teve lugar nos anos 2018 e 2019. No ano de 2018, Israel alegadamente perpetrou ataques aéreos contra as bases militares iranianas T-4 localizadas na Síria, sentindo-se ameaçado pelo aumento de armamento efectuado pelo Irão. Apesar de nenhum Estado ter classificado directamente este ataque quanto à sua natureza, nem se tendo pronunciado quanto ao mesmo, os meios de comunicação denominaram-no como ataque preventivo. A pergunta que se coloca é se terá sido isto possível e/ou admissível.

---

<sup>433</sup> BBC News - Iraq war illegal, says Annan, para. 10.

A verdade é que o aumento das tropas e do armamento do Irão, principalmente dado o histórico conflituoso entre estes dois Estados, pode ter sido interpretado por Israel como um intuito de um eventual ataque futuro por parte do Irão.

No entanto, pelo menos de acordo com os factos disponibilizados ao público, tal não passou de meras interpretações, sem qualquer cobertura fáctica ou informações neste sentido providenciadas pela inteligência de espionagem. Desta forma, não havendo evidências suficientes sobre a iminência de um eventual ataque por parte do Irão, fica excluída a possibilidade de legítima defesa preemptiva. A única justificação a ponderar relativamente ao ataque das bases T-4 poderá ser a legítima defesa preventiva.

Fazendo uma análise concreta do caso, ainda que se possa admitir que tem havido algum tipo preparação real e activa por parte do Irão, a verdade é que não se pode afirmar que esta preparação tenha tido por objectivo prejudicar em concreto o Estado de Israel. Ademais, sem evidências que provassem a probabilidade do ataque, nunca poder-se-ia afirmar com toda a certeza que a falta de reacção por parte de Israel (isto é a falta de ataque preventivo) teria por consequência o aumento de risco para este Estado.

Podemos admitir, nem que seja para efeitos de análise hipotética, que Irão podia ter criado um ambiente intimidante. Bem assim, é possível supor que os danos de um eventual ataque poderiam ter sido extremamente elevados. Deste modo, atendendo aos “*checks and balances*”, o ataque às bases militares T-4 poderia até ser considerado como um ataque “proporcional”, quase que como um aviso dado ao Irão para este não atacar Israel. Não obstante, a verdade é que, não houve provas que sustentassem a ideia do hipotético ataque por parte do Irão, o que parece tornar o ataque às bases T-4 desnecessário. Ademais, mesmo que tais provas existissem, mas fossem “distantes no tempo”, isto é, não fossem iminentes, sempre poder-se-ia e dever-se-ia recorrer a outro tipo de métodos de resolução de conflitos, nomeadamente meios diplomáticos e pacíficos.

Deste modo, na nossa modesta opinião, mesmo que o Irão possa ter apresentado indícios de preparação de um eventual ataque, tal não torna admissível e muito menos justificável o ataque aéreo às bases T-4.

Por sua vez, em Fevereiro de 2019, teve lugar o ataque da Índia sobre o território do grupo jihadista sediado no Paquistão.

Como tivemos oportunidade de verificar previamente, dado o facto de que havia uma informação credível de que a Índia estaria perante um ataque prestes a acontecer e que iria ser perpetrado pelo grupo terrorista que uns dias atrás tinha levado a cabo outro

ataque, a figura a ser analisada será a legítima defesa preemptiva e não a legítima defesa preventiva.

Mencionámos também que nenhum dos Estados Membros da ONU, que não os Estados parte no conflito, pronunciaram-se relativamente ao conflito e ao ataque em causa. Deste modo, resta-nos fazer uma análise própria e pessoal deste caso, baseando-nos na sensibilidade jurídica, nos critérios doutrinários e tendo por base os casos anteriormente estudados.

Um factor de análise importante é o facto de o grupo terrorista já ter levado a cabo um ataque, na sequência do qual foi sentido um elevado número de danos, nomeadamente mortes de soldados. Desta forma, não só tornou-se possível prever a plausível extensão dos danos que poderiam vir a verificar-se com tal ataque por parte do grupo jihadista, como também a própria probabilidade de ocorrência de tal ataque era muito elevada e até palpável. Aliás, segundo as declarações do Secretário dos Negócios Estrangeiros da Índia, foi alegadamente prestada informação credível em como os ataques terroristas se iriam realizar, tornando-se os mesmos iminentes.

No que diz respeito à proporcionalidade entre o possível dano do ataque e a resposta preventiva, cujo objectivo, seria evitar tal dano, tal questão tem de ser analisada de uma forma peculiar *in casu*. Sucede que, o ataque de 14 de Fevereiro e o possível ataque iminente foram (seriam) da autoria do grupo terrorista Jaish-e-Mohammad e não do Estado de Paquistão propriamente dito. Conforme já tivemos oportunidade de referir nas páginas anteriores, um Estado terceiro somente pode ser considerado responsável pelo actos de um grupo de indivíduos (neste caso, pelos actos de um grupo terrorista) quando, nos termos do artigo 8.º do Projecto da CDI dos Artigos sobre a Responsabilidade do Estado por Actos Internacionalmente Ilícitos, a conduta de tal grupo seja resultado da existência de direcção, controlo efectivo ou instruções dadas por um Estado terceiro ou no caso da conduta levada a cabo por tal grupo ser reconhecida pelo Estado terceiro como sua própria.

Ora, nenhum dos dois cenários ocorreu no caso de Paquistão. Ainda que Paquistão não tivesse acedido ao pedido da Índia no que diz respeito ao impedimento do funcionamento deste grupo jihadista no seu território, a verdade é que não há provas, pelo menos do ponto de vista oficial, que estabelecessem uma ligação directa e de controlo entre Paquistão e o grupo terrorista. Desta forma, uma resposta preemptiva proporcional seria somente aquela que tivesse por alvo o grupo Jaish-e-Mohammad e não os civis paquistaneses. De acordo com as alegações da Índia, foi precisamente essa a intenção dos



ataques aéreos perpetrados, visto que os mesmos atingiram, na sua opinião, o campo de treino utilizado pelo referido grupo.

Claro que, perante a inacção do Paquistão, a Índia deveria, em primeiro lugar, solicitar ajuda à ONU. No entanto, sentindo-se na iminência de uma ameaça por parte do referido grupo, decidiu agir atempadamente, de forma a que a sua integridade territorial e os seus cidadãos não fossem novamente alvo de ataque.

Consecutivamente, somos da opinião que o ataque perpetrado pela Índia foi um ataque de natureza preemptiva. Numa interpretação literal do artigo 51.º da CNU, a figura não seria aceitável, mas, na nossa opinião, poderá ser justificada em determinadas circunstâncias, como as vividas *in casu*.

Por sua vez a 3 de Janeiro de 2020 teve lugar o assassinato de Qassem Soleimani efectuado por parte dos EUA. Nas suas declarações, este Estado fez referência à figura da legítima defesa antecipatória, não a tendo, no entanto caracterizado directamente como legítima defesa preventiva ou preemptiva. No entanto, o Secretário de Estado americano Mike Pompeo referiu que, alegadamente, os EUA receberam informação verídica sobre os ataques iminentes que poderiam vir a acontecer. Assumindo que as mesmas foram, efectivamente, verídicas, se a ameaça fosse próxima e o ataque provável, estaríamos perante uma possível legítima defesa preemptiva.

É de realçar que o assassinato de Qassem Soleimani foi apoiado por alguns Estados, criticado abertamente por outros enquanto violador do Direito Internacional e alvo de preocupação pela maioria da arena internacional.

No nossa modesta opinião, partindo do pressuposto de que a informação recebida pelos EUA implicava um elevado número de danos, poder-se-ia admitir que, atendendo aos “*checks and balances*”, o assassinato de uma só pessoa, de um dos maiores organizadores de ataques terroristas, poderia vir a ser considerado suficientemente proporcional e necessário para justificar o recurso preemptivo ao uso de força.

Por outro lado, este uso de força preemptivo, poderá ser entendido como o “*targetted killing*”, na medida de que os EUA, na sua luta contra o terrorismo, seleccionaram concretamente um indivíduo para ser assassinado. Teoricamente esta figura caracteriza-se pelo facto do indivíduo seleccionado para ser eliminado, não estar a apresentar ameaça iminente para as restantes pessoas. Ora, se as informações alegadamente recebidas pelos EUA relativas aos ataques iminentes eram verdadeiras, então Qassem Soleimani representaria uma ameaça iminente, o que não se coadunaria com os pressupostos do “*targetted killing*”.

Por outro lado, quando o “*targetted killing*” é efectuado no território de um Estado terceiro, deverá obter uma aprovação desse mesmo Estado, salvo se se tratar de legítima defesa. Esta linha de pensamento também não se apresenta concordante com o critério de o indivíduo seleccionado para ser assassinado não representar uma ameaça.

Na nossa modesta opinião a figura de “*targetted killing*” efectivamente representa uma intenção de eliminar um indivíduo que é, no geral, responsável pela agressão e/ou um ataque iminente. Qualquer outro critério não é seguro de ser estabelecido, na medida em que se trata de casos muito peculiares e diferentes. De todo o modo, somos da opinião que o assassinato de Qassem Soleimani poderá ser visto como legítima defesa preemptiva e, simultaneamente, um “*targetted killing*”, isto é, no fundo, um “*preemptive targetted killing*”.

Tendo analisado os *supra* referidos exemplos que tiveram lugar na história, podemos constatar um curioso padrão. Conforme se poderá retirar da nossa análise, os critérios de maior peso e importância na análise da admissibilidade do uso de força antecipada são os da iminência, letalidade de danos, proporcionalidade e possibilidade de recurso a outra via alternativa.

Como poderá isto coadunar-se com a interpretação restrita e literal do artigo 51.º da CNU, o qual somente permite o recurso à legítima defesa perante um ataque actual? A verdade é que o critério da actualidade do ataque tem vindo perder força, seja pelas circunstâncias vividas, seja pela jurisprudência dos tribunais. Fazemos aqui particular referência ao caso “*Oil Platforms*” do ano 2003, no qual o TIJ referiu que os ataques perpetrados pelos EUA para serem considerados legítima defesa “pura” tinham de demonstrar necessidade, proporcionalidade e serem resposta a um ataque armado “grave”<sup>434</sup>. Na sua análise, o TIJ não referiu o requisito da actualidade na legítima defesa. Foi o primeiro afastamento oficial da importância da actualidade do ataque, parecendo mais relevante o requisito da necessidade.

Por outro lado, tendo o início do século XXI sido marcado pelos ataques terroristas de 11 de Setembro de 2001, toda a política internacional das duas décadas deste século foi, numa maior ou menor escala, caracterizada pela luta contra o terrorismo. Particular relevância assumem as Estratégias Nacionais de Segurança dos EUA de 2002 e 2006 (isto é, a Doutrina Bush), as quais consistiram na ideia de prevenir futuros ataques terroristas,

---

<sup>434</sup> “*Oil Platforms (Islamic Republic of Iran v. United States of America)*”..., p.187.

actuando previamente e não esperando pelo ataque da contraparte se consubstanciar num ataque actual.

No entanto, como já tivemos oportunidade de referir, mais importante do que a actuação de um Estado em legítima defesa antecipatória, é a reacção da restante plateia internacional quanto ao mesmo.

Conforme frisa Thomas Franck: o sistema da ONU reagiu benevolentemente quando (entre outras possibilidades referidas por este autor), o recurso à força antecipado foi utilizado unicamente para evitar uma ameaça comprovadamente iminente e potencialmente avassaladora à segurança de um Estado. No entanto, tal reacção benevolente teria de passar por um consentimento expresso ou uma aceitação tácita por via do silêncio<sup>435</sup>:

*“The system [of the UN] has responded benevolently when anticipatory force has been used solely to prevent a demonstrably imminent and potentially overwhelming threat to a state’s security. It has also responded benevolently when unauthorized force is used solely to constrain or end a state’s instigation of or tolerance for, indirect aggression. Finally, the system has responded benevolently to the use of unauthorized force solely for the purpose of preventing a major humanitarian catastrophe.*

*“The system responded benevolently” means either specific consent or silent acquiescence.”<sup>436</sup>*

Esta opinião foi proferida em 2001. Volvidos cerca de vinte anos, não deixa de ser actual.

A verdade é que a figura de legítima defesa preventiva, cujo primeiro aparecimento oficial teve lugar aquando do caso “*Caroline*”, foi internacionalmente reconhecida pelo TMI durante os julgamentos de Nuremberga. O TMI não declarou esta figura ilícita ou em discordância com o direito internacional ou a CNU. Pelo contrário, à luz dos critérios de Webster proferidos no caso “*Caroline*”, o TMI formulou a sua sentença.

---

<sup>435</sup> FRANCK, Thomas M. – When, If Ever, May States Deploy Military Force Without Prior Security Council Authorization?, p.64 e ss.

<sup>436</sup> FRANCK, Thomas M. – When, If Ever..., p.64 e ss.

No que diz respeito à Guerra dos Seis Dias, conforme já mencionámos, na nossa interpretação tratou-se de legítima defesa preemptiva. A referida conduta de Israel, apesar de ter sido condenada pela URSS e seus Estados apoiantes, não foi nem condenada, nem apoiada pelos restantes Estados. Podemos então depreender que a maioria da plateia internacional, mantendo-se em silêncio e não condenando este ataque, aprovou-o tacitamente.

Por sua vez, a invasão do Afeganistão de 2001, que se consubstanciou na legítima defesa preventiva, foi amplamente apoiada pela maioria dos Estados, apesar de, na nossa modesta opinião não ter sido proporcional, nem legítima. Contrariamente, a intervenção no Iraque ocorrida em 2003 sendo também um acto de legítima defesa preventiva, foi condenada não só por nós, mas também pela maioria da doutrina e pela arena internacional.

Nos anos mais recentes, tanto o ataque aéreo às bases T-4 de 2018, enquanto eventual legítima defesa preventiva, como o incidente Índio-Paquistânês de 2019 enquanto legítima defesa preemptiva, não foram alvo de pronúncia dos Estados ou da própria ONU (claramente, à excepção das partes em conflito). Deste modo, por uma questão de coerência, se o silêncio relativo à Guerra dos Seis Dias pode ser interpretado como aceitação tácita, também nestes casos a falta de pronúncia terá de ser entendida como tal. No entanto, como referimos anteriormente, na nossa opinião não concordamos com o uso de força preventiva nos ataques aéreos às bases T-4, mas conseguimos compreender o recurso à legítima defesa preemptiva no incidente Índio-Paquistânês de 2019.

No que diz respeito ao assassinato de Qassem Soleimani, como já vimos, a situação é ligeiramente diferente, na medida em que se poderá falar de um “*preemptive targeted killing*”. Alguns, mas poucos Estados criticaram abertamente esta conduta, tendo-a considerado como violadora do Direito Internacional, outros apoiaram-na, sendo que a maioria demonstrou uma preocupação sobre as suas possíveis repercussões. O entendimento da arena internacional não foi unânime, mas, no nosso entender, tal conduta poderia ser vista como justificada.

Se contabilizarmos os entendimentos relativos a estes conflitos (não incluindo na contagem o caso “*Caroline*”, nem os julgamentos de Nuremberga, devido à sua natureza), podemos deparar-nos com o seguinte resultado: a legítima defesa preemptiva foi duas vezes alvo de silêncio (Guerra dos Seis Dias e incidente Índio-Paquistânês) e, no caso de assassinato de Qassem Soleimani, alvo de entendimentos mistos. Por sua vez, a legítima defesa preventiva obteve uma aceitação internacional (na altura da invasão do

Afganistão), uma falta de pronúncia (ataques às bases T4) e uma condenação (intervenção no Iraque).

Desta análise é possível concluir que a visão internacional quanto aos actos perpetrados em legítima defesa preventiva tem sido mais instável do que a visão quanto às condutas levadas a cabo por via da legítima defesa preemptiva – neste segundo caso, ainda que não tenha havido aceitações expressas, houve aceitações tácitas e não houve condenações – o que nos parece ser um entendimento mais seguro e constante do que uma aceitação (expressa e tácita) e uma condenação, como no caso da legítima defesa preventiva.

Em boa verdade, a legítima defesa preventiva baseia-se na ideia de antecipação de um ataque que não se encontra iminente. Sucede que, perante uma previsão de um ataque mais distante no tempo, há sempre a possibilidade de recorrer a meios diplomáticos de conciliação ou de procurar auxílio perante organizações internacionais mais adequadas para o efeito como, neste caso, a ONU. Ainda que a ONU pode, hipoteticamente, demorar a tomar a decisão no sentido de ajudar o Estado necessitado, devido à possível tutela dos interesses próprios de determinados membros permanentes, a verdade é que, ainda assim, seria possível hipoteticamente, evitar o desnecessário recurso à força. Seria uma tentativa de esgotar todas as possibilidades diplomáticas e menos letais do que o uso da força.

Já no que diz respeito à legítima defesa preemptiva, tal apresenta-se como uma acção perante um ataque iminente, que se encontra “à porta”, mas que ainda não se iniciou. Perante tamanhas circunstâncias, onde a probabilidade da ocorrência do ataque e a sua letalidade são elevadas, é compreensível a falta de tempo suficiente para recorrer à ONU, para tentar apaziguar a situação por via de meios diplomáticos ou, simplesmente, para deliberar uma reacção diferente do que o uso da força.

Na nossa modesta opinião, a legítima defesa antecipatória, seja ela preventiva ou preemptiva, neste momento da história ainda não será totalmente aceitável à luz do Direito Internacional, devido à *ratio* do número 4 do artigo 2.º da CNU e do restrito escopo do artigo 51.º do mesmo diploma. No entanto, enquanto que a legítima defesa preventiva se apresenta, nestes termos, como completamente inadmissível, a legítima defesa preemptiva, devido às circunstâncias, poderá ser justificável, o que, aliás parece decorrer do entendimento dos Estados. Estamos, assim, de acordo com os defensores da Teoria da Ameaça Iminente e, mais ainda, da Teoria da Ameaça Qualitativa.

Não obstante, tal visão é uma visão prática, analisada *in casu concreto*, e ainda não positivada. É verdade que a legítima defesa antecipatória tem sido frequentemente

utilizada nos últimos anos. No entanto, apesar dos julgamentos de Nuremberga poderem ser vistos como um início de modificação do Direito Internacional positivado, para que o artigo 51.º da CNU possa realmente sofrer tamanhas modificações por via do costume *contra legem*, muitos mais anos terão de decorrer e a visão da arena internacional terá de ser mais uniforme quanto às situações de legítima defesa preventiva e legítima defesa preemptiva.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Doutrina

BACON, Francis - **Complete Essays**. New York: Dover Publications, Inc., 2008. 199 p. ISBN 978-0-486-45443-6.

BAPTISTA, Eduardo Correia – A nova tipologia dos conflitos internacionais: o uso da força contra grupos armados e os conflitos no Afeganistão e no Iraque. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa**. 44:1 (2003), 533 – 580.

BAPTISTA, Eduardo Correia – **O Poder Público Bélico em Direito Internacional: O Uso da Força pelas Nações Unidas em Especial**. Coimbra: Almedina, 2003. 1290 p. ISBN 978-972-40-2022-8.

BLAKE, Jillian, AQSA, MAHMUD – A Legal ‘Red Line’?: Syria and the Use of Chemical Weapons in Civil Conflict. **UCLA Law Review** [Em linha]. 61:244 (2013), 244 – 260. [Consult. 26 Dez. 2019]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.uclalawreview.org/pdf/discourse/61-16.pdf>>. ISSN 1943-1724.

BLINKEN, Antony J. - From Preemption to Engagement. **Survival: Global Politics and Strategy** [Em linha]. 45:4 (2007), 33 – 60. [Consult. 24 Fev. 2019]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00396330312331343576>>. ISSN 1468-2699.

BOWETT, Derek – Reprisals involving recourse to armed force. **The American Journal of International Law** [Em linha]. 66:1 (1972), 1 – 36. [Consult. 11 Ago. 2019]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.cambridge.org/core/journals/american-journal-of-international-law/article/reprisals-involving-recourse-to-armed-force/540E6E1B535B59A00A9A926B369218D6>>. ISSN 2161-7953.

BOWETT, D. W. – **Self-defense in International Law**. Reimpressão. New Jersey: The Lawbook Exchange, Ltd., 2009. 294 p. ISBN 1584778555.

BROWNLIE, Ian – **International Law and the Use of Force by States**. Reimpressão. New York: Oxford University Press, 1963. 532 p. ISBN 0-19-825158-0

BUCHAN, Russell – Cyber Attacks: Unlawful Uses of Force or Prohibited Interventions?. **Journal of Conflict & Security Law** [Em linha]. 17:2 (2012), 212-227. [Consult. 09 Jul. 2019]. Disponível na Internet: <URL: <https://academic.oup.com/jcsl/article-abstract/17/2/212/852771?redirectedFrom=fulltext>>. ISSN 14677954.

BZOSTEK, Rachel - **Why Not Preempt?: Security, Law, Norms and Anticipatory Military Activities**. 3.<sup>a</sup> ed. New York: Routledge Taylor & Francis Group, 2016. 266 p. ISBN 978-0-754-67057-5.

CASSESE, Antonio – **International Law**. 2<sup>a</sup> ed. New York: Oxford University Press, 2005. 558 p. ISBN 0-19-925939-9.

Chinese Missile Tests – Additional Statements. **Congressional Record. Proceedings and Debates of the 104<sup>th</sup> Congress, First Session** [Em linha] 141:135 (1995) S12317 – D1031. [Consult. 12 Maio 2019]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.congress.gov/congressional-record/1995/8/11/daily-digest>>.

CHRISTAKIS, Theodore – Intervention and self-help. In BANNELIER, Karine; CHRISTAKIS, Theodore; HEATHCOTE, Sarah, ed lit. – **The ICJ and the Evolution of International Law: The enduring impact of the Corfu Channel case**. London: Routledge Taylor & Francis Group, 2012. ISBN 978-0-203-61068-8. p. 211-225.

COHAN, John Alan – Formulation of A State's Response to Terrorism and State-Sponsored Terrorism. **Pace International Law Review** [Em linha]. 14:77 (2002), 77 – 119. [Consult. 20 Jun. 2019]. Disponível na Internet: <URL: <https://digitalcommons.pace.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1189&context=pilr>>. ISSN 2164-9960.



CORTEN, Olivier – Necessity. In WELLER, Marc, ed. lit. - **The Oxford Handbook of the Use of Force in International Law**. Oxford: Oxford University Press, 2015. ISBN 9780199673049. p. 861 - 878

DERPA, R. M., - Das Gewaltverbot der Satzung der Vereinten Nationen und die Anwendung nichtmilitärischer Gewalt. Op cit. SIMMA, Bruno – **The Charter of the United Nations. A Commentary**. Vol. I, 2<sup>a</sup> ed. New York: Oxford University Press, 2002. 895 p. ISBN 0-19-924449-9

DINH, Nguyen Quoc, DAILLIER, Patrick, PELLET, Alain – **Direito Internacional Público**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. 1230 p. ISBN 972-31-0855-0.

DINSTEIN, Yoram – The Legal Issues of “Para-War” and Peace in the Middle East. **St. John’s Law Review** [Em linha]. 44:3 (1970), 466-482. [Consult. 03 Jan. 2020]. Disponível na Internet: <URL: <https://scholarship.law.stjohns.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=3397&context=lawreview>>. ISSN 0036-2905.

DINSTEIN, Yoram – **War, Aggression and Self-Defence**. 6.<sup>a</sup> ed. Cambridge: University Press, 2017. 405 p. ISBN 978-1-316-64166-8.

DOYLE, Michael W. – **Striking First. Preemption and Prevention in International Conflict**. New Jersey: Princeton University Press, 2008. 175 p. ISBN 978-0-691-14996-7.

FRANCK, Thomas M. – **Recourse to Force. State Action Against Threats and Armed Attacks**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. 205 p. ISBN 0-511-03929-8.

FRANCK, Thomas M. – When, If Ever, May States Deploy Military Force Without Prior Security Council Authorization? **Washington University Journal of Law & Policy** [Em linha]. 5:51 (2001), 51 – 68. [Consult. 17 Maio 2020]. Disponível na Internet: <URL: [https://openscholarship.wustl.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1551&context=law\\_journal\\_law\\_policy](https://openscholarship.wustl.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1551&context=law_journal_law_policy)>. ISSN 1943-0000.

GADDIS, John Lewis - **Surprise, Security and the American Experience**. Cambridge: MA. Harvard University Press, 2004. 150 p. ISBN 9780674011748.

General Pact for the Renunciation of War: Notes between the United States and Other Powers. **The American Journal of International Law** [Em linha]. 23:1 (1929), 1 -13. [Consult. 26 Abr. 2019]. Disponível na Internet: <URL:<https://www.jstor.org/stable/pdf/2212751.pdf?refreqid=excelsior%3A1ff61f90f3dff11b0fa1d46875182a30>>. ISSN 2161-7953.

GLENNON, Michael J. – Preempting Terrorism: The case for anticipatory self-defense. **The Weekly Standard** [Em linha]. 7:19 (2002), 1-4. [Consult. 26 Out. 2019]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.law.upenn.edu/live/files/5134-glennonpreemptingterrorism-thecaseforanticipatorys>>. ISSN 1083-3013.

GRAY, Christine – **International law and the use of force**. 4<sup>a</sup> ed. Oxford: Oxford University Press, 2018. 489p. ISBN 978-0-19-880842-8.

HAMID, Abdul Ghafur – The legality of anticipatory self-defence in the 21<sup>st</sup> century world order: a re-appraisal. **Netherlands International Law Review** [Em linha]. 54:3 (2007), 441 - 490. [Consult. 15 Out. 2019]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.cambridge.org/core/journals/netherlands-international-law-review/article/legality-of-anticipatory-selfdefence-in-the-21st-century-world-order-a-reappraisal/2967D6B92D962037F52DD4F8F5EAD3D3>>. ISSN 1741-6191.

HARGROVE, John Lawrence – The Nicaragua Judgment and the Future of the Law of Force and Self-Defense. **The American Journal of International Law** [Em linha]. 81:1 (1987), 135 – 143. [Consult. 14 Jul. 2019]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.cambridge.org/core/journals/american-journal-of-international-law/article/nicaragua-judgment-and-the-future-of-the-law-of-force-and-selfdefense/52D9962C8DED2DDF3313091642507B70>>. ISSN 2161-7953.

HEATHCOTE, Sarah – State omissions and due diligence. Aspects of fault, damage and contribution to injury in the law of state responsibility. In BANNELIER, Karine;

CHRISTAKIS, Theodore; HEATHCOTE, Sarah, ed lit. – **The ICJ and the Evolution of International Law: The enduring impact of the Corfu Channel case**. London: Routledge Taylor & Francis Group, 2012. ISBN 978-0-203-61068-8. p. 295-314.

HELMKE, Belinda – **Under Attack: Challenges to the Rules Governing the International Use of Force**. Surrey: Ashgate Publishing Limited, 2010. 312 p. ISBN 9780754679899.

HIGGINS, Alexander, Pearce – **The Hague Peace Conferences and other International Conferences Concerning the Laws and Usages of War. Texts of Conventions with Commentaries**. Reimpressão Clássica. Cambridge: University Press, 2018. 650 p. ISBN 9781331307693.

JENNINGS R. Y. – The Caroline and McLeod Cases. **The American Journal of International Law** [Em linha]. 32:1 (1938), 82 - 99. [Consult. 11 Ago. 2019]. Disponível na Internet: <URL:[https://www.jstor.org/stable/2190632?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/2190632?seq=1#page_scan_tab_contents) consultado a 11/08/2019>. ISSN 2161-7953.

JESSUP, Philip C. - **A Modern Law of Nations – An Introduction**. New York: The Macmillan Company, 1948. 236 p.

KARSH, Efraim – The Six Day War: An Inevitable Conflict. **Middle East Quarterly** [Em linha]. 24 (2017), 1 -12. [Consult. 02 Jan. 2020]. Disponível na Internet: <URL: [https://www.researchgate.net/publication/317017965\\_the\\_Six\\_Day\\_War\\_An\\_Inevitable\\_Conflict](https://www.researchgate.net/publication/317017965_the_Six_Day_War_An_Inevitable_Conflict)>. ISSN 1073-9467.

KEGLEY JR., Charles W.; RAYMOND, Gregory A. - Preventive War and Permissive Normative Order. **International Studies Perspectives** [Em linha]. 4:4 (2003), 385 – 394. [Consult. 22 Fev. 2019]. Disponível na Internet: <URL: [https://www.jstor.org/stable/44218848?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/44218848?seq=1#page_scan_tab_contents)>. ISSN 15283577.

KOWALSKI, Mateus – Uma nova era para o Conselho de Segurança? Desafios e oportunidades de reforma. In DUARTE, Maria Luísa; LANCEIRO, Rui Tavares, ed. lit. – **O Direito Internacional e o uso da força no Século XXI**. Lisboa: AAFDL, 2018. ISBN 978-972-629-215-9. p. 343-377.

KOWALSKI, Michał - **Prawo do samoobrony jako środek zwalczania terroryzmu międzynarodowego**. Warszawa: Difin, 2013. 285 p. ISBN 978-83-7641-870-4.

KRAJEWSKI, Markus - Preventive Use of Force and Military Actions Against Non-State Actors: Revisiting the Right of Self-defense in Insecure Times. **Baltic Yearbook of International Law** [Em linha]. 5 (2005) 1 – 26. [Consult. 25 Out. 2018]. Disponível na Internet <URL: [https://www.librarysearch.manchester.ac.uk/discovery/fulldisplay?docid=proquest36579277&context=PC&vid=44MAN\\_INST:MU\\_NUI&lang=en&search\\_scope=MyInst\\_and\\_CI&adaptor=Primo%20Central&tab=Everything&query=any,contains,preventive%20self-defence&sortby=rank&pcAvailability=false](https://www.librarysearch.manchester.ac.uk/discovery/fulldisplay?docid=proquest36579277&context=PC&vid=44MAN_INST:MU_NUI&lang=en&search_scope=MyInst_and_CI&adaptor=Primo%20Central&tab=Everything&query=any,contains,preventive%20self-defence&sortby=rank&pcAvailability=false)>. ISSN 1569-6456.

KUNZ, Josef L – Individual and Collective Self-Defense in Article 51 of the Charter of the United Nations. **The American Journal of International Law** [Em linha]. 41:4 (1947), 872-879 [Consult. 14 Jul. 2019]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.cambridge.org/core/journals/american-journal-of-international-law/article/individual-and-collective-selfdefense-in-article-51-of-the-charter-of-the-united-nations/6503C6622F31575AB631D5C7E02DBF70>>. ISSN 2161-7953.

LAKOMY, Miron – Cyberwojna jako rzeczywistość XXI wieku. **Stosunki Międzynarodowe – International Relations. Opracowania i Materiały** [Em linha]. 44:3-4 (2011) 141 - 161. [Consult. 16 Jun. 2019]. Disponível na Internet: <URL: [http://www.researchgate.net/publication/322274797\\_Cyberwojna\\_jako\\_rzeczywistosc\\_XXI\\_wieku](http://www.researchgate.net/publication/322274797_Cyberwojna_jako_rzeczywistosc_XXI_wieku)>. ISSN 0209-0961.

LEVY, Jack S. - Declining Power and the Preventive Motivation for War. **World Politics** [Em linha]. 40:1 (1987), 82 – 107. [Consult. 24 Fev. 2019]. Disponível na Internet: <URL: [153](http://fas-</a></p></div><div data-bbox=)

[polisci.rutgers.edu/levy/articles/1987%20Preventive%20motivation.pdf](http://polisci.rutgers.edu/levy/articles/1987%20Preventive%20motivation.pdf)>. ISSN 00438871.

MACHADO, Jónatas - **Direito Internacional. Do paradigma Clássico ao Pós-11 de Setembro**. 4.<sup>a</sup> ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2013. 802 p. ISBN 978-972-32-2181-7.

MARTINEZ, Lucy – September 11th, Iraq and the Doctrine of Anticipatory Self-Defense. **UMKC Law Review** [Em linha]. 72:1 (2003-2004), 123 – 191. [Consult. 19 Out. 2019]. Disponível na Internet: <URL: <https://heinonline.org/HOL/LandingPage?handle=hein.journals/umkc72&div=11&id=&page=>>. ISSN 0047-7575.

MARTINS, Ana Maria Guerra – Algumas implicações do 11 de Setembro de 2001 na Ordem Jurídica Internacional. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa**. 44:1 (2003), 581 – 610.

MELZER, Nils – **Targeted Killing in International Law**. New York: Oxford University Press, 2008. 528 p. ISBN 978-0-19-953316-9.

MILEVSKI, Lukas – Stuxnet and strategy. A special operation in cyberspace. **Joint Force Quarterly** [Em linha]. 63 (2011), 64 – 69. [Consult. 13 Ago. 2019]. Disponível na Internet: <URL: <https://pdfs.semanticscholar.org/7e75/feca8578eb3d329f4dccc4d6803e1194912a.pdf>>. ISSN 1070-0692.

MORAIS, Carlos Blanco de – O Direito ao uso da força pelos estados em tempos de unilateralismo multipolar. In DUARTE, Maria Luísa; LANCEIRO, Rui Tavares, ed. lit. – **O Direito Internacional e o uso da força no Século XXI**. Lisboa: AAFDL, 2018. ISBN 978-972-629-215-9. p. 41 – 98.

Multilateral Treaty for Renunciation of War: Identical notes of the Government of the United States to the Governments of Australia, Belgium, Canada, Czechoslovakia, France, Germany, Great Britain, India, The Irish Free State, Italy, Japan, New Zealand, Poland, South Africa. **The American Journal of International Law** [Em linha]. 22:3

(1928), 109-115. [Consult. 26 Abr. 2019]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.jstor.org/stable/pdf/2213096.pdf>>. ISSN 2161-7953.

MURPHY, John. F. – Crimes against peace at the Nuremberg trial. In GINSBURGS, George, KUDRIAVTSEV, V. N. ed. lit. – **The Nuremberg Trial and International Law**. The Netherlands: Martinus Nijhoff Publishers, 1990. ISBN 0-7923-0798-4. p. 141-154.

MURPHY, Sean D. – The Doctrine of Preemptive Self-Defense. **Villanova Law Review** [Em linha]. 50:3 (2005), 699 – 748. [Consult. 25 Out. 2018]. Disponível na Internet: <URL: <http://digitalcommons.law.villanova.edu/vlr/vol50/iss3/9>>. ISSN 0042-6229.

NOLTE, Georg – Targeted Killing. **Max Planck Encyclopedia of International Law** [Em linha]. (2011) pp. 1 – 10. [Consult. 16 Maio 2020]. Disponível na Internet: <URL: <https://opil.ouplaw.com/view/10.1093/law:epil/9780199231690/law-9780199231690-e415>>.

O'CONNELL, Mary Ellen - The Myth of Preemptive Self-Defense. **The American Society of International Law, Task Force on Terrorism**. [Em linha]. (2002), 1-22. [Consult. 27 Fev. 2019]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.nyccriminallawyer.com/wp-content/uploads/2014/07/oconnell.pdf>>. ISSN

OFFICE OF PUBLIC INFORMATION UNITED NATIONS, NEW YORK – **Yearbook of the United Nations 1967** [Em linha]. New York: United Nations Publication, 1969. 1026 p. [Consult. 02 Jan. 2020]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.unmultimedia.org/searchers/yearbook/search.jsp?q=United+Nations+yearbook+1967&searchType=advanced&display=page>>. ISSN 0082-8521.

OREN, Michael B. – **Six Days of War: June 1967 and the Making of the Modern Middle East**. New York: Presidio Press, 2017. 480 p. ISBN 0345461924.

PEREIRA, Maria de Assunção do Vale – **A Intervenção Humanitária no Direito Internacional Contemporâneo**. Coimbra: Coimbra Editora, 2009. 948 p. ISBN 9789723217216.

RESCHE, Brigitte – Use of Force, Prohibition Of. In VOLGER, Helmut ed. lit. - **A Concise Encyclopedia of the United Nations**. 2<sup>a</sup> ed. Leiden: Martinus Nijhoff Publishers, 2009. ISBN 978-90-47-44454-1. p.842 – 844.

RIBEIRO, Manuel de Almeida – A ONU e o uso da força pelo Estados: da letra da Carta aos novos desafios do século XXI. In DUARTE, Maria Luísa; LANCEIRO, Rui Tavares, ed. lit. – **O Direito Internacional e o uso da força no Século XXI**. Lisboa: AAFDL, 2018. ISBN 978-972-629-215-9. p. 455 – 477.

ROSCINI, Marco – Threats of armed force and contemporary international law. **Netherlands International Law Review** [Em linha]. 52 (2007), 229 – 277. [Consult. 05 Maio 2019]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.cambridge.org/core/journals/netherlands-international-law-review/article/threats-of-armed-force-and-contemporary-international-law/D76DDBD0A0BF40485107A5D7C6913872> >. ISSN 1741-6191.

RUYS, Tom – ‘Armed Attack’ and Article 51 of the UN Charter: Evolutions in Customary Law and Practice. New York: Cambridge University Press, 2010. 616 p. ISBN 978-0-521.

SADURSKA, Romana – Threats of Force. **The American Journal of International Law** [Em linha]. 82:2 (1988), 239 – 268. [Consult. 05 Maio 2019]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.cambridge.org/core/journals/american-journal-of-international-law/article/threats-of-force/1C28A6B9CBB526C500B8CD6121504639>>. ISSN 2161-7953.

SCHACHTER, Oscar – The Right of States to Use Armed Force. **Michigan Law Review** [Em linha]. 82:5/6 (1984), 1620 – 1646. [Consult. 19 Jun. 2019]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.jstor.org/stable/1288499?seq=1>>. ISSN 1939-8557.

SCHMITT, Michael N. – **Tallinn Manual 2.0 on the International Law Applicable to Cyber Operations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2017. 616 p. ISBN 978-1-316-63037-2.

SCHRIJVER, Nico – The Ban on the Use of Force in the UN Charter. In WELLER, Marc, ed. lit. - **The Oxford Handbook of the Use of Force in International Law**. Oxford: Oxford University Press, 2015. ISBN 9780199673049. p. 465 - 487

SCHWARZENBERGER, Georg – The Judgment of Nuremberg. In METTRAUX, Guénaél ed. lit. – **Perspectives on the Nuremberg Trial**. New York: Oxford University Press, 2008. ISBN 978-0-19-923233-8. p. 167 – 189.

SIMMA, Bruno – **The Charter of the United Nations. A Commentary**. Vol. I, 2<sup>a</sup> ed. New York: Oxford University Press, 2002. 895 p. ISBN 0-19-924449-9.

SINGER, P. W., FRIEDMAN, Allan – **Cybersecurity and Cyberwar. What everyone needs to know**. New York: Oxford University Press. 2014. 306 p. ISBN 9780199918119.

SONG, Yann-huei – China's missile tests in the Taiwan Strait: Relevant international law questions. **Marine Policy** [Em linha]. 23:1 (1999), 81-102. [Consult. 12 Maio 2019]. Disponível na Internet: <URL: [https://www.researchgate.net/publication/240388908\\_China's\\_missile\\_tests\\_in\\_the\\_Taiwan\\_Strait](https://www.researchgate.net/publication/240388908_China's_missile_tests_in_the_Taiwan_Strait)>. ISSN 0308-597X.

SUSKIND, Ron – **One Percent Doctrine: Deep Inside America's Pursuit of Its Enemies Since 9/11**. New York: Simon & Schuster Paperbacks, 2007. 400 p. ISBN 978-0-7432-7109-3.

TAFT IV, William H. – Self-Defense and the Oil Platforms Decision. **The Yale Journal of International Law** [Em linha]. 29:291 (2004). 295 – 306. [Consult. 14 Jul. 2019]. Disponível na Internet: <URL: <https://digitalcommons.law.yale.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1232&context=yjil>>. ISSN 0889-7743.

TUCKER, Spencer C. – **Wars that Changed History: 50 of the World's Greatest Conflicts**. California: ABC-CLIO, 2015. 609 p. ISBN 978-1-61069-785-9.



UCKO, David – Can Limited Intervention Work? Lessons from Britain’s Success Story in Sierra Leone. **Journal of Strategic Studies** [Em linha]. 39:5-6 (2016), 847-877. [Consult. 07 Jun. 2019]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/01402390.2015.1110695>>. ISSN 1743-937X.

UNITED NATIONS - Part VII: Actions with respect of threats to the peace, breaches of the peace, and acts of aggression (Chapter VII of the Charter). **Repertoire of the Practice of the Security Council, 2012-2013** [Em linha]. 458 - 512. [Consult. 07 Jul. 2019]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.un.org/en/sc/repertoire/2012-2013/Part%20VII/2012-2013%20Part%20VII.pdf#page=42>>.

UNITED NATIONS – Report of the Commission to the General Assembly on the work of its forty-first session. **Yearbook of the International Law Commission 1989** [Em linha]. Vol. II: Part II (1989). [Consult. 05 Maio 2019]. Disponível na Internet: <URL: [http://legal.un.org/docs/?path=../ilc/publications/yearbooks/english/ilc\\_1989\\_v2\\_p2.pdf&lang=EFSRAC](http://legal.un.org/docs/?path=../ilc/publications/yearbooks/english/ilc_1989_v2_p2.pdf&lang=EFSRAC)>. ISSN 2412-1525.

VATTEL, M. D. – **The Law of Nations; or Principles of the Law of Nature, applied to the Conduct and Affairs of Nations and Sovereigns. A work tending to display the true interest of powers.** Philadelphia: P. H. Nicklin & T. Johnson, Law Booksellers, 1829. 560 p. ISBN 9781011349951.

WALZER, Michael - **Just and unjust wars: a moral argument with historical illustrations.** 5ª ed. New York: Basic Books, 2015. 381 p. ISBN 978-0-465-05271-4.

WARBRICK, Colin. MCGOLDRICK, Dominic – The Use of Force Against Iraq. **International and Comparative Law Quarterly** [Em linha]. 52:3 (2003) 811-824. [Consult. 16 Fev. 2020]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.cambridge.org/core/journals/international-and-comparative-law-quarterly/article/i-the-use-of-force-against-iraq/0D70DF9FC5A52B38D32C5C680BDCBC2B>>. ISSN 1471-6895.

WHITE, Nigel D. – Relationship between the UN Security Council and General Assembly in Matters of International Peace and Security. In WELLER, Marc, ed. lit. - **The Oxford Handbook of the Use of Force in International Law**. Oxford: Oxford University Press, 2015. ISBN 9780199673049. p. 293 - 313

WILLIAMS, John F. – The Geneva Protocol of 1924 for the Pacific Settlement of International Disputes. **Journal of the British Institute of International Affairs** [Em linha]. 3:4 (1924) 288 – 304. [Consult. 24 Abr. 2019]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.jstor.org/stable/3014555>>. ISSN 14737981.

WRAGG, David - **Wojna Brytyjsko-Francuska 1940. Zatopić Francuzów!** Warszawa: Bellona, 2011. 324 p. ISBN 978-83-11-12004-4.

WRIGHT, Quincy – The Law of the Nuremberg Trial. In METTRAUX, Guénaél ed. lit. – **Perspectives on the Nuremberg Trial**. New York: Oxford University Press, 2008. ISBN 978-0-19-923233-8. p. 320 – 353.

ZOUREK, Jaroslav - **L’Interdiction de l’emploi de la force en droit international**. Op cit. SIMMA, Bruno – **The Charter of the United Nations. A Commentary**. Vol. I, 2<sup>a</sup> ed. New York: Oxford University Press, 2002. 895 p. ISBN 0-19-924449-9.

### **Documentos electrónicos**

AL JAZEERA NEWS - Mike Pompeo speech: What are the 12 demands given to Iran?. **Al Jazeera News** [Em linha]. Doha, 2018. [Consult. 12 Jan. 2020]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.aljazeera.com/news/2018/05/mike-pompeo-speech-12-demands-iran-180521151737787.html>>.

AL JAZEERA NEWS - US exit from Iran nuclear deal: Who will it hurt?. **Al Jazeera News** [Em linha]. Doha, 2018. [Consult. 12 Jan. 2020]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.aljazeera.com/news/2018/05/exit-iran-nuclear-deal-hurt-180508181327812.html>>.

AL JAZEERA NEWS - US-Iran tensions: Timeline of events leading to Soleimani killings. **Al Jazeera News** [Em linha]. Doha, 2020. [Consult. 12 Jan. 2020]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.aljazeera.com/news/2020/01/iran-tensions-timeline-events-leading-soleimani-killing-200103152234464.html>>.

ANNAN, Kofi – **Speech by Secretary General Kofi Annan to the General Assembly of the United Nations regarding the adoption of policy of pre-emption** [Em linha]. Nova Iorque: Sede da ONU (2003) [Consult. 08 Nov. 2019]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.un.org/sg/en/content/sg/speeches/2003-09-23/adoption-policy-pre-emption-could-result-proliferation-unilateral>>.

BBC NEWS – Iraq war illegal, says Annan. **BBC News** [Em linha]. Inglaterra. (2004). [Consult. 25 Fev. 2020]. Disponível na Internet: <URL: [www.news.bbc.co.uk/2/hi/middle\\_east/3661134](http://www.news.bbc.co.uk/2/hi/middle_east/3661134)>.

BBC NEWS - The Panorama Middle East Archives: Six-Day War. **BBC News** [Em linha]. Inglaterra (2009). [Consult. 02 Jan. 2020]. Disponível na Internet: <[http://news.bbc.co.uk/panorama/hi/front\\_page/newsid\\_7875000/7875655.stm](http://news.bbc.co.uk/panorama/hi/front_page/newsid_7875000/7875655.stm)>.

BUSH, George W. - **President Bush Delivers Graduation Speech at West Point** [Em linha]. Washington: The White House (2002). [Consult. 02 Nov. 2019]. Disponível na Internet: <URL: <https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2002/06/20020601-3.html>>.

BUSH, George W. – **President Delivers State of the Union Address** [Em linha]. Washington: The White House (2002). [Consult. 07 Nov. 2019]. Disponível na Internet: <URL: <https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2002/01/20020129-11.html>>.

CALABRESE, Jonh – China and Syria: In War and Reconstruction. **Middle East Institute** [Em linha]. Washington D.C. (2019). [Consult. 23 Dez. 2019]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.mei.edu/publications/china-and-syria-war-and-reconstruction>>.

CATHERINE, John - Tehran shoots down US drone near Iran's southern coast: Report. **Kurdistan24** (2019) [Em linha]. [Consult. 20 Jul. 2019]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.kurdistan24.net/en/news/ee6d315c-72e6-4305-95c5-76e1153ec196>>.

GOKHALE, Vijay – Statement by Foreign Secretary on 26 February 2019 on the Strike on JeM training camp at Balakot. **Ministry of External Affairs, Government of India** [Em linha]. (2019) [Consult. 15 Fev. 2020]. Disponível na Internet: <URL: [https://mea.gov.in/press-releases.htm?dtl/31091/Statement\\_by\\_Foreign\\_Secretary\\_on\\_26\\_February\\_2019\\_on\\_the\\_Strike\\_on\\_JeM\\_training\\_camp\\_at\\_Balakot](https://mea.gov.in/press-releases.htm?dtl/31091/Statement_by_Foreign_Secretary_on_26_February_2019_on_the_Strike_on_JeM_training_camp_at_Balakot)>.

GOLDSMITH, (Lord) Peter - **Letter from the Attorney General Lord Goldsmith regarding the Invasion of Iraq to the Prime Minister** [Em linha]. Londres: Attorney General's Office (2003). [Consult. 07 Nov. 2019]. Disponível na Internet: <URL: [news.bbc.co.uk/2/shared/bsp/hi/pdfs/28\\_04\\_05\\_attorney\\_general.pdf](https://news.bbc.co.uk/2/shared/bsp/hi/pdfs/28_04_05_attorney_general.pdf)>.

HEMENWAY, Dan – Chinese strategic engagement with Assad's Syria. **Atlantic Council** [Em linha]. Washington D.C. (2018). [Consult. 23 Dez. 2019]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.atlanticcouncil.org/blogs/syriasource/chinese-strategic-engagement-with-assad-s-syria/>>.

HISTORY.COM EDITORS – Soviets put a brutal end to Hungarian revolution. **History** [Em linha]. A&E Television Networks, 2009. [Consult. 15 Dez. 2019]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.history.com/this-day-in-history/soviets-put-brutal-end-to-hungarian-revolution>>.

HUBBARD, Ben; HALBFINGER, David M – Iran-Israel Conflict Escalates in Shadow of Syrian Civil War. **The New York Times** [Em linha]. New York, 2018. [Consult. 07 Mar. 2020]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.nytimes.com/2018/04/09/world/middleeast/syria-russia-israel-air-base.html>>.

IRELAND, Louise – UPDATE 2 – Iran says cyber foes caused centrifuge problems. **Reuters** [Em linha]. (2010) [Consult. 16 Jun. 2019]. Disponível na Internet: <URL:

<http://www.reuters.com/article/iran-ahmadinejad-computers-idAFLDE6AS1L120101129>>.

JOINT CHIEFS OF STAFF – Joint Doctrine for Information Operations. [Em linha]. **Joint Pub 3-13** (1998), i – GL10. [Consult. 09 Jun. 2019]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.hsdl.org/?abstract&did=3759>>.

LINCOLN, Abraham – **Letter to William H. Herndon** [Em linha]. [Consult. 17 Nov. 2019]. Disponível na Internet: <URL: <https://digital.lib.niu.edu/islandora/object/niu-lincoln%3A37504>>.

MARKS, Kathy – Islamic militants threaten to hunt down foreigners. **The Independent** [Em linha]. Londres. (2001). [Consult. 02 Fev. 2020]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.independent.co.uk/news/world/americas/islamic-militants-threaten-to-hunt-down-foreigners-5363405.html>>.

MCCALED, Ian Christopher - Bush vows justice will be done. **CNN.com/U.S** [Em linha]. (2001) [Consult. 26 Jan. 2020]. Disponível na Internet: <URL: <https://edition.cnn.com/2001/US/09/20/gen.bush.speech/>>.

MINISTÈRE DE L'EUROPE ET DES AFFAIRES ÉTRANGÈRES – France, UK, Germany call for Middle East de-escalation. **French Embassy in London** [Em linha]. Londres, 2020. [Consult. 16 Maio 2020]. Disponível na Internet: <URL: <https://uk.ambafrance.org/France-UK-Germany-call-for-Middle-East-de-escalation>>.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES – Acontecimentos no Iraque e luta contra o terrorismo. **Ministério das Relações Exteriores** [Em linha]. Brasil, 2020. [Consult. 16 Maio 2020]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/21184-acontecimentos-no-iraque-e-luta-contra-o-terrorismo>>.

NETANYAHU, Benjamin – PM Netanyahu Statement on Targeting of Qassem Soleimani. **Governo de Israel** [Em linha]. Israel, 2020. [Consult. 16 Maio 2020].

Disponível na Internet: <URL: [https://www.gov.il/en/departments/news/spoke\\_soleimani030120](https://www.gov.il/en/departments/news/spoke_soleimani030120)>.

OTTIS, Rain – **Analysis of the 2007 Cyber Attacks Against Estonia from the Information Warfare Perspective** [Em linha]. Tallinn: Cooperative Cyber Defence Centre of Excellence. [Consult. 10 Jun. 2019]. Disponível na Internet: <URL: [https://ccdcoe.org/uploads/2018/10/Ottis2008\\_AnalysisOf2007FromTheInformationWarfarePerspective.pdf](https://ccdcoe.org/uploads/2018/10/Ottis2008_AnalysisOf2007FromTheInformationWarfarePerspective.pdf)>.

POLSKIE RADIO 24 EDITORS – Odzyskać Kaszmir, czyli geneza sporu indyjsko-pakistańskiego, **Polskie radio 24** [Em linha]. (2019). [Consult. 21 Mar. 2020]. Disponível na Internet: <<https://www.polskieradio24.pl/5/1223/Artykul/2352470,Odzyskac-Kaszmir-czyli-geneza-sporu-indyjskopakistanskiego>>.

PRODI, Romano – Statement by European Commission President Romano Prodi on the military action against terrorism. **European Commission** [Em linha]. Bruxelas, 2001. [Consult. 03 Maio 2020]. Disponível na Internet: <URL: [https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/IP\\_01\\_1375](https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/IP_01_1375)>.

PURKISS, Jessica, SERLE, Jack - Obama's covert drone war in numbers: ten times more strikes than Bush. **The Bureau of Investigative Journalism** [Em linha]. (2017) [Consult. 20 Jul. 2019]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.thebureauinvestigates.com/stories/2017-01-17/obamas-covert-drone-war-in-numbers-ten-times-more-strikes-than-bush>>.

RAHMAN, Raza – Pakistan-India stand-off in February 2019. **Pakistan Today** [Em linha]. (2019). [Consult. 15 Fev. 2020]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.pakistantoday.com.pk/2019/04/18/pakistan-india-stand-off-in-february-2019/>>.

RAPOZA, Kenneth - Russia Says Iran General's Killing 'Illegal'. **Forbes** [Em linha]. Jersey City, 2020. [Consult. 12 Maio 2020]. Disponível na Internet: <URL:

<https://www.forbes.com/sites/kenrapoza/2020/01/03/russia-says-iran-generals-killing-illegal/#14f0d6a7ba63>>.

RUMSFELD, Donald – **Secretary Rumsfeld Interview with NBC AFFILIATE – WXIA Channel 11, Atlanta, G.A** [Em linha]. Washington: United States Department of Defense News Transcript, (2002). [Consult. 17 Fev. 2019]. Disponível na Internet: <URL: <http://archive.defense.gov/Transcripts/Transcript.aspx?TranscriptID=3673>>.

SLATER, Joanna – India strikes Pakistan in severe escalation of tensions between nuclear rivals. **The Washington Post** [Em linha]. (2019). [Consult. 15 Fev. 2020]. Disponível na Internet: <URL: [https://www.washingtonpost.com/world/pakistan-says-indian-fighter-jets-crossed-into-its-territory-and-carried-out-limited-airstrike/2019/02/25/901f3000-3979-11e9-a06c-3ec8ed509d15\\_story.html](https://www.washingtonpost.com/world/pakistan-says-indian-fighter-jets-crossed-into-its-territory-and-carried-out-limited-airstrike/2019/02/25/901f3000-3979-11e9-a06c-3ec8ed509d15_story.html)>.

THE EDITORS OF ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA – Syrian Civil War. **Encyclopaedia Britannica, inc** [Em linha]. (2019). [Consult. 26 Dez. 2019]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.britannica.com/event/Syrian-Civil-War>>.

THE GUARDIAN EDITORS – Dozens of Indian paramilitaries killed in Kashmir car bombing. **The Guardian** [Em linha]. Londres, 2019. [Consult. 15 Fev. 2020]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.theguardian.com/world/2019/feb/14/indian-paramilitaries-killed-in-suicide-car-bombing-in-kashmir>>.

THE GUARDIAN EDITORS - US kills Iran general Qassem Suleimani in strike ordered by Trump, **The Guardian** [Em linha]. Londres, 2020. [Consult. 12 Jan. 2020]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.theguardian.com/world/2020/jan/03/baghdad-airport-iraq-attack-deaths-iran-us-tensions>>.

THE GUARDIAN EDITORS – World leaders rally round allies: West gives full support for strikes. **The Guardian** [Em linha]. Londres, 2001. [Consult. 02 Fev. 2020]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.theguardian.com/world/2001/oct/08/afghanistan.terrorism3>>.

THE WHITE HOUSE of the USA - **Press Briefing by Press Secretary Jay Carney** [em linha]. Washington, 2011. [Consult. 16 Maio. 2020]. Disponível na Internet: <URL: <https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2011/05/04/press-briefing-press-secretary-jay-carney-542011>>.

THE WHITE HOUSE of the USA – **The National Security Strategy of the United Nations of America** [Em linha]. Washington, 2002. [Consult. 22 Jan. 2019]. Disponível na Internet: <URL:<https://2009-2017.state.gov/documents/organization/63562.pdf>>

THE WHITE HOUSE of the USA – **The National Security Strategy of the United States of America**. [em linha]. Washington, 2006. [Consult. 09 Nov. 2019]. Disponível na Internet: <URL: <https://comw.org/qdr/fulltext/nss2006.pdf>>.

TOMASZEWSKI, Wojciech - **Incydent mandżurski (mukdeński)** [Em linha]. [Consult. 19 Jun. 2019]. Disponível na Internet: <URL: <https://histmag.org/Incydent-mandzurski-mukdenski-6770/2>>.

TVN24 – Rakietowa wymiana ciosów. Izrael odpowiedział na „irański atak”. **TVN24** [Em linha]. Varsóvia, 2018. [Consult. 07 Mar. 2020]. Disponível na Internet: <URL: <https://tvn24.pl/swiat/syria-atak-izraelskich-samolotow-celem-syryjskie-radary-ra835838-2345364>>.

U.S.A DEPARTMENT OF DEFENSE - **Statement by the Department of Defense** [Em linha]. Washington, 2020. [Consult. 12 Jan. 2020]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.defense.gov/Newsroom/Reease/Article/2049534/statement-by-the-department-of-defense/>>.

VAZQUEZ, Maegan, KLEIN, Betsy, COLLINS, Kaitlan - Pompeo reasserts that Soleimani posed imminent threat, but won't define 'imminent'. **CNN Politics** [Em linha]. Atlanta, 2020. [Consult. 12 Jan. 2020]. Disponível na Internet: <URL: <https://edition.cnn.com/2020/01/10/politics/mike-pompeo-qasem-soleimani-imminent-threat/index.html>>.

YALE LAW SCHOOL – **The Avalon Project: Documents in Law, History and Diplomacy: Enclosure 1-Extract from note of April 24,1841** [Em linha]. [Consult. 29



Mar. 2020]. Disponível na Internet: <URL: [https://avalon.law.yale.edu/19th\\_century/br-1842d.asp](https://avalon.law.yale.edu/19th_century/br-1842d.asp)>.

## **Tratados e Convenções Internacionais**

Carta das Nações Unidas

Convenção para a Solução Pacífica dos Conflitos Internacionais

Declaração Universal dos Direitos do Homem

Draft Articles on Responsibility of States for Internationally Wrongful Acts

Draft Code of Offences Against the Peace and Security of Mankind

Friendly Relations Declaration

Pacto da Sociedade das Nações Unidas

Protocolo de Genebra

Protocol for the Pacific Settlement of International Disputes

Renunciation of War as an Instrument of National Policy (Kellogg-Briand Peace Pact or Pact of Paris)

## Outros Documentos Internacionais

INSTITUT DE DROIT INTERNATIONAL - Resolution 'Self-Defence'. **AIDI** [Em linha]. 72:233 (2007). [Consult. 12 Maio 2019]. Disponível na Internet: <[URL: http://www.idi-iil.org/app/uploads/2017/06/2007\\_san\\_02\\_en.pdf](http://www.idi-iil.org/app/uploads/2017/06/2007_san_02_en.pdf)> consultado a 09/07/2019>.

U.S.A. - Authorization For Use Of Military Force Against Iraq Resolution Of 2002. **Public Law** [Em linha]. 107 – 243 (2002) [Consult. 15 Fev. 2020]. Disponível em WWW: <[URL: https://www.congress.gov/107/plaws/publ243/PLAW-107publ243.pdf](https://www.congress.gov/107/plaws/publ243/PLAW-107publ243.pdf)>.

## Documentos da Organização das Nações Unidas

### Documentos Vários

Assembleia Geral, Segunda Sessão de Emergência - **Hungary: request for the inclusion of an additional item in the agenda of the General Assembly**. [Em linha]. Nova Iorque: EUA, 1956. [Consult. 14 Dez. 2019]. Disponível na Internet: <[URL: https://digitallibrary.un.org/record/583795](https://digitallibrary.un.org/record/583795)>.

ELDON, Stewart - **Letter dated 7 October 2001 from the Chargé d'affaires a.i. of the Permanent Mission of the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland to the United Nations addressed to the President of the Security Council**. [Em linha]. Nova Iorque: EUA, 2001. [Consult. 26 Jan. 2020]. Disponível na Internet: <[URL: https://undocs.org/en/S/2001/947](https://undocs.org/en/S/2001/947)>.

High-Level Panel on Threats, Challenges and Change - A more secure world: our shared responsibility – Report of the High-level Panel on Threats, Challenges and Change. Nova Iorque: EUA, 2004. [Consult. 09 Nov. 2019]. Disponível na Internet: <[URL: https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N04/602/31/PDF/N0460231?OpenElement](https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N04/602/31/PDF/N0460231?OpenElement)>.

LEKIC, Danilo - **Note verbale dated 5 June 1967 from the permanent representative of Yugoslavia addressed to the president of the Security Council**. [Em linha].

[Consult. 02 Jan. 2020]. Disponível na Internet: <URL: <https://digitallibrary.un.org/record/526082>>.

NEGROPONTE, John D. - **Letter dated 7 October 2001 from the Permanent Representative of the United States of America to the United Nations, addressed to the President of the Security Council.** [Em linha]. Nova Iorque: EUA, 2001. [Consult. 03 Nov. 2019]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.undocs.org/s/2001/946>>.

NEGROPONTE, John D. - **Letter dated 20 March 2003 from the Permanent Representative of the United States of America to the United Nations addressed to the President of the Security Council.** [Em linha]. Nova Iorque: EUA, 2003. [Consult. 16 Fev. 2020]. Disponível na Internet: <URL: <https://undocs.org/S/2003/351>>.

RAVANCHI, Majid Takht – **Letter dated 3 January 2020 from the Permanent Representative of the Islamic Republic of Iran to the United Nations addressed to the Secretary-General and the President of the Security Council.** [Em linha]. Nova Iorque: EUA, 2003. [Consult. 10 Maio 2020]. Disponível na Internet: <URL: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N20/001/72/PDF/N2000172.pdf?OpenElement>>.

UNITED NATIONS - Draft Articles on Responsibility of States for Internationally Wrongful acts, with commentaries. Report of the Commission to the General Assembly on the work of its fifty-third session. **Yearbook of the International Law Commission.** [Em linha]. Vol. II: Part II (2001). [Consult. 01 Fev. 2020]. Disponível na Internet: <URL: [https://legal.un.org/ilc/tets/instruments/english/commentaries/9\\_6\\_2001.pdf](https://legal.un.org/ilc/tets/instruments/english/commentaries/9_6_2001.pdf)>. ISSN 2412-1525.

UNITED NATIONS - Draft Code of Offences Against the Peace and Security of Mankind. Documents of the third session including the report of the Commission to the General Assembly. **Yearbook of the International Law Commission.** [Em linha]. Vol. I (1951). [Consult. 12 Maio 2019]. Disponível na Internet: <URL: [www.legal.un.org/ilc/publications/yearbooks/english/ilc\\_1951\\_v1.pdf](http://www.legal.un.org/ilc/publications/yearbooks/english/ilc_1951_v1.pdf)>. ISSN 2412-1525.

UNITED NATIONS INFORMATION ORGANIZATIONS - **UNCIO VI** [Em linha]. Nova Iorque: EUA, 1945. [Consult. 08 Abr. 2019]. Disponível na Internet: <URL: <https://digitallibrary.un.org/record/1300969?ln=en>>.

## **Documentos da Assembleia Geral**

### **Resoluções**

Resolução n.º 33/72(A) da Assembleia Geral. [Em linha]. Nova Iorque: EUA, 1978. [Consult. 26 Maio 2019]. Disponível na Internet: <URL: [http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/33/72](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/33/72)>.

Resolução n.º 68/262 da Assembleia Geral. [Em linha]. Nova Iorque: EUA, 2014. [Consult. 26 Dez. 2019]. Disponível na Internet: <URL: <https://undocs.org/A/RES/68/262>>.

Resolução n.º 193 (III) da Assembleia Geral. [Em linha]. Nova Iorque: EUA, 1948. [Consult. 01 Maio 2019]. Disponível na Internet: <URL: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/043/64/IMG/NR004364.pdf?OpenElement>>.

Resolução n.º 377 (V) (A) da Assembleia Geral. [Em linha]. Nova Iorque: EUA, 1950. [Consult. 30 Jun. 2019]. Disponível na Internet: <URL: [https://www.un.org/en/sc/repertoire/otherdocs/GAres377A\(v\).pdf](https://www.un.org/en/sc/repertoire/otherdocs/GAres377A(v).pdf)>.

Resolução n.º 2160 (XXI) da Assembleia Geral. [Em linha]. Nova Iorque: EUA, 1966. [Consult. 26 Maio 2019]. Disponível na Internet: <URL: [http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/2160\(XXI\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/2160(XXI))>.

Resolução n.º 2625 (XXV) da Assembleia Geral. [Em linha]. Nova Iorque: EUA, 1970. [Consult. 08 Abr. 2019]. Disponível na Internet: <URL: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/348/90/IMG/NR034890.pdf?OpenElement>>.

Resolução n.º 3070 (XXVIII) da Assembleia Geral. [Em linha]. Nova Iorque: EUA, 1973. [Consult. 30 Jun. 2019]. Disponível na Internet: <URL: <https://unispal.un.org/DPA/DPR/unispal.nsf/0/439B978DA862DB9C85256CDA005CB3E3>>.

Resolução n.º 3314 (XXIX) da Assembleia Geral. [Em linha]. Nova Iorque: EUA, 1973. [Consult. 10 Abr. 2019]. Disponível na Internet: <URL: [https://undocs.org/en/A/RES/3314\(XXIX\)](https://undocs.org/en/A/RES/3314(XXIX))>.

### **Reuniões:**

Registo da 28ª reunião plenária da Assembleia Geral, de 16 de Outubro de 2001. [Em linha]. Nova Iorque: EUA, 2001. [Consult. 30 Abr. 2020]. Disponível na Internet: <URL: <https://unispal.un.org/DPA/DPR/unispal.nsf/1ce874ab1832a53e852570bb006dfaf6/c5c8dffe4cc1eaa385256b53006fb6c7?OpenDocument>>.

Registo da 1530ª reunião da Assembleia Geral, de 21 de Junho de 1967. [Em linha]. Nova Iorque: EUA, 1967. [Consult. 26 Abr. 2020]. Disponível na Internet: <URL: [https://digitallibrary.un.org/record/718784?ln=zh\\_CN](https://digitallibrary.un.org/record/718784?ln=zh_CN)>.

Registo da 1546ª reunião da Assembleia Geral, de 03 de Julho de 1967. [Em linha]. Nova Iorque: EUA, 1967. [Consult. 26 Abr. 2020]. Disponível na Internet: <URL: <https://digitallibrary.un.org/record/3827153>>.

### **Documentos do Conselho de Segurança**

#### **Propostas de resolução:**

Proposta de Resolução do Conselho de Segurança - **Albania, Australia, Austria, Belgium, Bulgaria, Canada, Croatia, Cyprus, Czech Republic, Denmark, Estonia, Finland, France, Georgia, Germany, Greece, Hungary, Iceland, Ireland, Italy, Japan, Latvia, Liechtenstein, Lithuania, Luxembourg, Malta, Montenegro, Netherlands, New Zealand, Norway, Poland, Portugal Republic of Ukraine, United**

**Kingdom of Great Britain and Northern Ireland and United States of America: draft resolution.** [Em linha]. Nova Iorque: EUA, 2014. [Consult. 26 Dez. 2019]. Disponível na Internet: <URL: <https://undocs.org/en/S/2014/189>>.

Proposta de Resolução do Conselho de Segurança - **Algeria, Colombia, Ethiopia, Malaysia, Nepal, Senegal and Yugoslavia: draft resolution.** [Em linha]. Nova Iorque: EUA, 1989. [Consult. 26 Abr. 2020]. Disponível na Internet: <URL: <https://undocs.org/en/S/21048>>.

Proposta de Resolução do Conselho de Segurança - **Andorra, Australia, Austria, Belgium, Bulgaria, Canada, Costa Rica, Croatia, Cyprus, Czech Republic, Denmark, Estonia, Finland, France, Georgia, Germany, Greece, Hungary, Iceland, Ireland, Italy, Latvia, Lithuania, Luxembourg, Malta, Mexico, Monaco, Morocco, Netherlands, Norway, Poland, Portugal, Qatar, Romania, San Marino, Saudi Arabia, Senegal, Slovakia, Slovenia, Spain, Sweden, Turkey, Ukraine, United Arab Emirates, United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland and United States of America: draft resolution.** [Em linha]. Nova Iorque: EUA, 2016. [Consult. 23 Dez. 2019]. Disponível na Internet: <URL: <https://undocs.org/en/S/2016/846>>.

Proposta de Resolução do Conselho de Segurança - **France, Germany, Portugal and United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland: draft resolution.** [Em linha]. Nova Iorque: EUA, 2011. [Consult. 23 Dez. 2019]. Disponível na Internet: <URL: <https://undocs.org/en/S/2011/612>>.

Proposta de Resolução do Conselho de Segurança - **France, Germany, Portugal, United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland and United States of America: draft resolution.** [Em linha]. Nova Iorque: EUA, 2012. [Consult. 23 Dez. 2019]. Disponível na Internet: <URL: <https://undocs.org/en/S/2012/538>>.

Proposta de Resolução do Conselho de Segurança – **United States of America: draft resolution.** [Em linha]. Nova Iorque: EUA, 1956. [Consult. 15 Dez. 2019]. Disponível na Internet: <URL: <https://digitallibrary.un.org/record/539672?ln=en>>.

## **Resoluções:**

Resolução n.º 56 do Conselho de Segurança [Em linha]. Nova Iorque: EUA, 1948. [Consult. 11 Agosto 2019]. Disponível na Internet: <URL: [https://undocs.org/S/RES/56\(1948\)](https://undocs.org/S/RES/56(1948))>.

Resolução n.º 188 do Conselho de Segurança [Em linha]. Nova Iorque: EUA, 1964. [Consult. 11 Agosto 2019]. Disponível na Internet: <URL: - [https://undocs.org/S/RES/188\(1964\)](https://undocs.org/S/RES/188(1964))>.

Resolução n.º 678 do Conselho de Segurança. [Em linha]. Nova Iorque: EUA, 1990. [Consult. 12 Maio 2019]. Disponível na Internet: <URL: [https://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/678\(1990\)](https://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/678(1990))>.

Resolução n.º 687 do Conselho de Segurança. [Em linha]. Nova Iorque: EUA, 1991. [Consult. 09 Fev. 2020]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/Chap%20VII%20SRES%20687.pdf>>.

Resolução n.º 707 do Conselho de Segurança. [Em linha]. Nova Iorque: EUA, 1991. [Consult. 09 Fev. 2020]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.securitycouncilreport.org/un-documents/document/Disarm-SRES707.php>>.

Resolução n.º 1194 do Conselho de Segurança. [Em linha]. Nova Iorque: EUA, 1998. [Consult. 09 Fev. 2020]. Disponível na Internet: <URL: [https://undocs.org/S/RES/1194\(1998\)](https://undocs.org/S/RES/1194(1998))>.

Resolução n.º 1284 do Conselho de Segurança. [Em linha]. Nova Iorque: EUA, 1999. [Consult. 15 Fev. 2020]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.un.org/Depts/unscom/Keyresolutions/sres99-1284.htm>>.

Resolução n.º 1368 do Conselho de Segurança. [Em linha]. Nova Iorque: EUA, 2001. [Consult. 26 Jan. 2020]. Disponível na Internet: <URL:

<https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/Afgh%20SRES1368.pdf>>.

Resolução n.º 1373 do Conselho de Segurança. [Em linha]. Nova Iorque: EUA, 2001. [Consult. 26 Jan. 2020]. Disponível na Internet: <URL: [https://undocs.org/en/S/RES/1373\(2001\)](https://undocs.org/en/S/RES/1373(2001))>.

Resolução n.º 1441 do Conselho de Segurança, [Em linha]. Nova Iorque: EUA, 2002. [Consult. 16 Fev. 2020]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.un.org/DEpts/unmovic/documents/1441.pdf>>.

### **Reuniões:**

Registo da 754ª reunião do Conselho de Segurança, de 04 de Novembro de 1956. [Em linha]. Nova Iorque: EUA, 1956. [Consult. 15 Dez. 2019]. Disponível na Internet: <URL: <https://undocs.org/en/S/PV.754>>.

Registo da 1347ª reunião do Conselho de Segurança, de 05 Junho de 1967. [Em linha]. Nova Iorque: EUA, 1967. [Consult. 25 Abr. 2020]. Disponível na Internet: <URL: <https://unispal.un.org/unispal.nsf/9a798adbf322aff38525617b006d88d7/cd0beba6a1e28eff0525672800567b2c?OpenDocument>>.

Registo da 1348ª reunião do Conselho de Segurança, de 06 Junho de 1967. [Em linha]. Nova Iorque: EUA, 1967. [Consult. 25 Abr. 2020]. Disponível na Internet: <URL: <https://unispal.un.org/DPA/DPR/unispal.nsf/0/F0E5CF015592D4D10525672700590136>>.

Registo da 1349ª reunião do Conselho de Segurança, de 07 Junho de 1967. [Em linha]. Nova Iorque: EUA, 1967. [Consult. 25 Abr. 2020]. Disponível na Internet: <URL: <https://unispal.un.org/DPA/DPR/unispal.nsf/0/90E8A7ECFA2DC0360525672B0053FF72>>.



Registo da 1351ª reunião do Conselho de Segurança, de 08 Junho de 1967. [Em linha]. Nova Iorque: EUA, 1967. [Consult. 25 Abr. 2020]. Disponível na Internet: <URL: <https://unispal.un.org/UNISPAL.NSF/0/F63C0F5CCB2F137D052567290069F971>>.

Registo provisório da 2899ª reunião do Conselho de Segurança, de 20 de Dezembro de 1989. [Em linha]. Nova Iorque: EUA, 1989. [Consult. 26 Abr. 2020]. Disponível na Internet: <URL: <https://digitallibrary.un.org/record/81419>>.

Registo da 2902ª reunião do Conselho de Segurança, de 23 Dezembro de 1989. [Em linha]. Nova Iorque: EUA, 1989. [Consult. 26 Abr. 2020]. Disponível na Internet: <URL: <https://undocs.org/en/S/PV.2902>>.

Registo da 4625ª reunião do Conselho de Segurança, de 16 de Outubro de 2002. [Em linha]. Nova Iorque: EUA, 2002. [Consult. 23 Fev. 2020]. Disponível na Internet: <URL: <https://digitallibrary.un.org/record/476408>>.

Registo da 4726ª reunião do Conselho de Segurança, de 26 de Março de 2003. [Em linha]. Nova Iorque: EUA, 2003. [Consult. 24 Fev. 2019]. Disponível na Internet: <URL: <https://digitallibrary.un.org/record/490859>>.

Registo da 4721ª reunião do Conselho de Segurança, de 19 de Março de 2003. [Em linha]. Nova Iorque: EUA, 2003. [Consult. 10 Maio. 2020]. Disponível na Internet: <URL: <https://undocs.org/en/S/PV.4721>>.

Registo da 6627ª reunião do Conselho de Segurança, de 04 de Outubro de 2011. [Em linha]. Nova Iorque: EUA, 2011. [Consult. 23 Dez. 2019]. Disponível na Internet: <URL: <https://undocs.org/en/S/PV.6627>>.

Registo da 6810ª reunião do Conselho de Segurança, de 19 Julho de 2012. [Em linha]. Nova Iorque: EUA, 2012. [Consult. 23 Dez. 2019]. Disponível na Internet: <URL: <https://undocs.org/en/S/PV.6810>>.

Registo da 7138ª reunião do Conselho de Segurança, de 15 Março de 2014. [Em linha]. Nova Iorque: EUA, 2014. [Consult. 26 Dez. 2019]. Disponível na Internet: <URL: <https://undocs.org/en/S/PV.7138>>.

Registo da 7576ª reunião do Conselho de Segurança, de 11 de Dezembro de 2015. [Em linha]. Nova Iorque: EUA, 2015. [Consult. 23 Jun. 2019]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.securitycouncilreport.org/un-documents/document/spv7576.php>>.

Registo da 7683ª reunião do Conselho de Segurança, de 28 de Abril de 2016. [Em linha]. Nova Iorque: EUA, 2016. [Consult. 23 Jun. 2019]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.securitycouncilreport.org/un-documents/docuemtn/spv7683.php>>.

Registo da 7785ª reunião do Conselho de Segurança, de 08 Outubro de 2016. [Em linha]. Nova Iorque: EUA, 2016. [Consult. 23 Dez. 2019]. Disponível na Internet: <URL: <https://undocs.org/en/S/PV.7785>>.

Registo da 8225ª reunião do Conselho de Segurança, de 09 de Abril de 2018. [Em linha]. Nova Iorque: EUA, 2018. [Consult. 08 Mar. 2020]. Disponível na Internet: <URL: [http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s\\_pv\\_8225.pdf](http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s_pv_8225.pdf)>.

## **Jurisprudência**

### **Tribunal Internacional de Justiça:**

*Certain Expenses of the United Nations (Article 17, paragraph 2, of the Charter)*, Advisory Opinion of 20 July 1962: I.C.J. Reports 1962. [Em linha]. [Consult. 30 Jun. 2019]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.icj-cij.org/files/case-related/49/049-19620720-ADV-01-00-EN.pdf>>.

*Corfu Channel Case*, Judgment of April 9th, 1949: I.C.J. Reports 1949. [Em linha]. [Consult. 26 Abr. 2020]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.icj-cij.org/files/case-related/1/001-19490409-JUD-01-00-EN.pdf>>.

*Legality of the Threat or Use of Nuclear Weapons, Advisory Opinion*, I.C.J. Reports 1996 [Em linha]. [Consult. 12 Maio 2019]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.icj-cij.org/files/case-related/95/095-19960708-ADV-01-00-EN.pdf>>.

*Military and Paramilitary Activities in and Against Nicaragua* (Nicaragua v. United States of America). Dissenting Opinion of Judge Schwebel, 27th June 1986. I.C.J. Reports 1986 [Em linha]. [Consult. 19 Jan 2020]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.icj-cij.org/files/case-related/70/070-19860627-JUD-01-09-EN.pdf>>.

*Military and Paramilitary Activities in and Against Nicaragua* (Nicaragua v. United States of America). Merits, Judgment. I.C.J. Reports 1986 [Em linha]. [Consult. 26 Maio 2019]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.icj-cij.org/files/case-related/70/070-19860627-JUD-01-00-EN.pdf>>.

*Oil Platforms (Islamic Republic of Iran v. United States of America)*, Judgment, I.C.J. Reports 2003. [Em linha]. [Consult. 09 Jul. 2019]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.icj-cij.org/files/case-related/90/090-20031106-JUD-01-00-EN.pdf>>.

### **Tribunal Militar Internacional de Nuremberga:**

Tribunal Militar Internacional de Nuremberga –*Trial of Major War criminals Before the International Military Tribunal .Proceedings of the International Military Tribunal sitting at Nuremberg, Germany*. Judgment of 1 October 1946 [Em linha]. [Consult. 01 Maio 2020]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.legal-tools.org/doc/45f18e/pdf/>>.